



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

João Nilo de Souza Nobre

**OUTRA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO:
comparação entre quadros teóricos em estudos de Arqueologia Preventiva**

**Recife
2021**

João Nilo de Souza Nobre

**OUTRA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO:
comparação entre quadros teóricos em estudos de Arqueologia Preventiva**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Arqueologia. Área de concentração: Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen

**Recife
2021**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

N754o Nobre, João Nilo de Souza.
Outra história do pensamento arqueológico : comparação entre quadros teóricos em estudos de Arqueologia Preventiva / João Nilo de Souza Nobre. – 2021.
279 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Arqueologia. 2. Arqueologia – Metodologia. 3. Arqueologia preventiva. 4. Filosofia. 5. Penamento. I. Allen, Scott Joseph (Orientador). II. Título..

930.1 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2021-096)

JOÃO NILO DE SOUZA NOBRE

**“OUTRA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO: COMPARAÇÃO
ENTRE QUADROS TEÓRICOS EM ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA
PREVENTIVA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Arqueologia. Área de concentração: Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Aprovado em: 10/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Scott Joseph Allen (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr.^a Daniela Cisneiros (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Henry Socrates Lavallo Sullasi (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Bruno de Azevêdo Cavalcanti Tavares (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Carlos Medeiros da Rocha (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

A todos que desejam se aventurar
pelas áreas da história e epistemologia da Arqueologia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre me incentivaram a seguir meu próprio caminho e me apoiaram nas minhas escolhas.

À minha esposa Danielle de Melo que esteve ao meu lado durante toda essa caminhada.

Ao professor Scott Allen que trouxe orientações fundamentais para a pesquisa, além das conversas bem-humoradas em que discutíamos de tudo um pouco.

Ao Daniel Luna, ao João Moreira, à Bianca Freires, à Renata Dantas, ao Rafael Sobral e à toda a equipe do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio com quem pude aprender muito e crescer profissionalmente ao longo dos 6 anos que trabalhei no Instituto.

À Verônica Viana que me acolheu e me ensinou muito no início dos meus estudos de Arqueologia.

Aos professores Viviane Maria, Demétrio Mutzemberg, Daniela Cisneiros e Luiz Rocha que fizeram ótimas considerações na qualificação, as quais completaram algumas lacunas da primeira versão.

Aos professores Daniela Cisneiros, Luiz Rocha, Henry Sullasi e Bruno Tavares que, durante a arguição da defesa, apontaram ainda mais pontos em que o trabalho poderia melhorar.

RESUMO

O desenvolvimento da Arqueologia, como de todas as ciências, se deu através dos avanços nas nossas formas de conhecer o mundo. Ao longo do tempo, diversos pressupostos filosóficos foram sendo criados, desenvolvidos, revisados e/ou substituídos conforme a sociedade se modificava e novos problemas surgiam, o que por sua vez também demandava novas maneiras de respondê-los, de modo que as formas como conhecemos estão intimamente relacionadas com seu contexto histórico, social, cultural e econômico. Neste sentido, o presente trabalho busca elaborar uma breve revisão do pensamento filosófico ocidental, relacionando-o com as alterações nas formas de pesquisar na ciência arqueológica, apontando como essas diferenças compõem estruturas (quadros teóricos) que organizam nossas formas de ver o mundo e como tudo isso está relacionado com nosso desenvolvimento histórico. Tais reflexões também adquirem um propósito fundamental ao problematizar a prática da pesquisa arqueológica em contextos de Arqueologia Preventiva, tanto enquanto resultado de alterações sociais e históricas que impactam nas nossas formas de pesquisar em Arqueologia, como em um sentido de produção de estudos sobre o passado em um contexto mercadológico. Para tanto, utilizam-se aqui os dados de seis sítios estudados em uma pesquisa de Arqueologia Preventiva para apresentar e discutir três dos principais quadros referenciais teóricos da Arqueologia: o Histórico-Culturalismo, o Processualismo e o Pós-Processualismo. Estruturalmente, a tese está organizada de forma a apresentar uma revisão histórica da legislação que regulamenta os estudos em Arqueologia Preventiva para depois expor os dados obtidos em campo durante a pesquisa realizada no município de Assu-RN pela equipe do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio. Em seguida, apresenta-se uma contextualização histórica e filosófica do desenvolvimento de nossas formas de conhecer o mundo e como alguns pressupostos filosóficos estruturam e influenciam os quadros teóricos da Arqueologia. Posteriormente, expõe-se a utilização de cada um dos três quadros teóricos citados acima para elaborar uma interpretação sobre o passado, tendo como base os materiais dos sítios de Assu. Tal metodologia permite uma melhor compreensão dos quadros teóricos, pois os objetos estudados são os mesmos e o que difere é a forma de vê-los, a qual é condicionada pelos pressupostos filosóficos que estruturam os quadros teóricos. Em cada um dos capítulos analíticos é apresentada uma contextualização dos pressupostos gerais de cada quadro referencial teórico e é utilizada uma metodologia que exemplifica sua estrutura teórica. Ao final, apresenta-se uma comparação entre os quadros teóricos a partir de suas estruturas epistemológicas evidenciando o tipo de pesquisa que permitem, suas formas de ver os dados e os resultados que nos permitem obter.

Por fim, a partir dos dados estudados, discutem-se os pontos fracos e fortes que os quadros teóricos podem apresentar ao serem utilizados em pesquisas de Arqueologia Preventiva em contextos semelhantes aos apresentados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Arqueologia; História do pensamento; quadros teóricos; Arqueologia preventiva.

ABSTRACT

The development of Archeology, as of all sciences, took place through advances in our ways of knowing the world. Over time, several philosophical assumptions were being created, developed, revised and / or replaced as society changed and new problems arose, which in turn also demanded new ways of responding to them, so that the ways we know are closely related to their historical, social, cultural and economic context. In this sense, the present work seeks to elaborate a brief review of Western philosophical thought, relating it to changes in the ways of researching in archaeological science, pointing out how these differences compose structures (theoretical frameworks) that organize our ways of seeing the world and how all of this is related to our historical development. Such reflections also acquire a fundamental purpose when problematizing the practice of archaeological research in contexts of Preventive Archeology, both as a result of social and historical changes that impact our ways of researching in Archeology, as well as in a sense of producing studies about the past in a market context. To this end, data from six sites studied in a Preventive Archeology research are used here to present and discuss three of the main theoretical frameworks of Archeology: Historical-Culturalism, Processualism and Post-Processualism. Structurally, the dissertation is organized in order to present a historical review of the legislation that regulates the studies in Preventive Archeology to later expose the data obtained in the field, during the research carried out in the municipality of Assu-RN by the team of the Cobra Azul Institute of Archeology and Heritage. Then, it presents a historical and philosophical contextualization of the development of our ways of knowing the world and how some philosophical assumptions structure and influence the theoretical frameworks of Archeology. Subsequently, the use of each of the three theoretical frameworks mentioned above is exposed to elaborate an interpretation of the past, based on the materials of the sites of Assu. Such methodology allows a better understanding of the theoretical frameworks, since the objects studied are the same and what differs is the way of seeing them, which is conditioned by the philosophical assumptions that structure the theoretical frameworks. In each of the analytical chapters a contextualization of the general assumptions of each theoretical referential framework is presented and is used a methodology that exemplifies its theoretical structure. At the end, a comparison is presented between the theoretical frameworks based on their epistemological structures, showing the type of research they allow, their ways of seeing the data and the results they allow us to obtain. Finally, from the data studied, we discuss the weaknesses and strengths that theoretical frameworks can

present when used in preventive archeology research in contexts similar to those presented in this research.

Keywords: Archeology; History of thought; theoretical frameworks; Preventive archeology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Relevo do Rio Grande do Norte.	28
Figura 2 - Levantamento geológico da Bacia Potiguar.	30
Figura 3 - Imagem de um depósito conlúvio-eluvial de Assu.....	31
Figura 4 - Prospecção sistemática e assistemática respectivamente.	33
Figura 5 - Trilhas percorridas e locais prospectados de acordo com a malha proposta.	34
Figura 6 - Representação hidrográfica da área em estudo com a localização dos sítios e ocorrências.	35
Figura 7 - Vista geral do sítio Meladinha I na área de drenagem onde aflora o arenito Açu.....	37
Figura 8 - Distribuição espacial dos vestígios e das trincheiras no sítio Meladinha I.....	38
Figura 9 - Sequência estratigráfica registrada no perfil norte da trincheira 3. 1-2) Camadas arenosas com cascalho; 3) Camada argilosa com cascalho; 4) Cascalheira.	39
Figura 10 - Foto do perfil norte da trincheira 3. 1-2) Camadas arenosas com cascalho; 3) Camada argilosa com cascalho; 4) Cascalheira.....	39
Figura 11 - Instrumento em sílex.	40
Figura 12 - Ponta de projétil em quartzo.....	40
Figura 13 - Vista geral da área do sítio Meladinha II.....	42
Figura 14 - Distribuição espacial dos vestígios e das trincheiras no sítio Meladinha II.	43
Figura 15 - 1) Camada arenosa com matéria orgânica em maior quantidade; 2-3) Camadas arenosas de granulometria média; 4) Camada arenosa cascalhenta; 5) cascalheira.	44
Figura 16 - Foto do perfil oeste da trincheira 6.....	44
Figura 17 - Lasca em sílexito.	45
Figura 18 - Visão geral do sítio Meladinha III.....	46
Figura 19 - Distribuição dos vestígios arqueológicos e das trincheiras escavadas no sítio Meladinha III.	47
Figura 20 - 1) Camada arenosa com matéria orgânica em grande quantidade; 2) Camada arenosa; 3) Camada arenosa cascalhenta; 4) Camada areno-argilosa compactada.....	48
Figura 21 - Foto do perfil da trincheira 6.....	48
Figura 22 - Lasca em sílexito.	49
Figura 23 - Vista geral do sítio Meladinha IV.....	50
Figura 24 - Distribuição espacial dos vestígios arqueológicos e das escavações realizadas.....	51
Figura 25 - 1) Camada arenosa com bastante matéria orgânica; 2-4) Camadas arenosas; 5) Camada argilosa compacta; 6) Camada argilosa mosqueada; 7) Camada argilosa mosqueada com lentes de cascalhos.	52
Figura 26 - Foto do perfil da trincheira 1.....	52
Figura 27 - Lasca em sílex.	53
Figura 28 - Vista geral do sítio Meladinha V. Ao fundo percebe-se a parede da barragem feita na drenagem.....	54
Figura 29 - Corte em perfil exposto para identificação da sequência estratigráfica.....	55
Figura 30 - dispersão espacial dos vestígios arqueológicos e das escavações realizadas no Sítio Meladinha V.....	55
Figura 31 - 1) Camada arenosa com bastante matéria orgânica; 2-3) Camada arenosa com raízes médias a grossas; 4) Camada argilosa mosqueada; 5) camada argilosa; 6) cascalheira.....	56
Figura 32 - Foto do perfil oeste do barranco.....	57
Figura 33 - Instrumento façonado em suporte de lasca de sílex.....	58
Figura 34 - Instrumento fragmentado em calcedônia.....	58
Figura 35 - Vista geral do sítio Meladinha VI.....	60
Figura 36 - Dispersão dos vestígios arqueológicos e das escavações realizadas nos dois setores do sítio Meladinha VI.	61

Figura 37 - 1) Camada arenosa com matéria orgânica em grande quantidade; 2) Camada arenosa cascalhenta; 3) Cascalheira; 4) Rocha.....	62
Figura 38 - Lasca em silexito com estigmas de retiradas na face superior.	63
Figura 39 - Ilustração dos estigmas de lascamento.	64
Figura 40 - Peça coletada no sítio Meladinha 5 que exemplifica o processo de façonagem.....	65
Figura 41 - Lascas coletadas no sítio Meladinha I que exemplificam o processo de debitage.	66
Figura 42 - Instrumento coletado no sítio Meladinha III que exemplifica a confecção de retoques.....	66
Figura 43 - a velha ou a moça.	91
Figura 44 - Exemplo de Seriação de Ocorrência. Neste exemplo, as coleções 5 e 6 poderiam ter suas posições invertidas.	134
Figura 45 - Exemplo de Seriação de Frequência.....	135
Figura 46 - Núcleo coletado no sítio Meladinha III.	140
Figura 47 - Raspadores coletados no sítio Meladinha III.....	141
Figura 48 - Percutor coletado no sítio Meladinha III.	142
Figura 49 - Percutor e Bigorna coletado no sítio Meladinha III.....	142
Figura 50 - Ponta de projétil em quartzo coletada no sítio Meladinha I.	143
Figura 51 - Algumas das lascas coletadas no sítio Meladinha II.	144
Figura 52 - Cerâmicas coletadas no sítio Meladinha I.	145
Figura 53: Seriação de frequência dos materiais líticos dos sítios de Assu-RN.....	157
Figura 54 - Localização dos grupos indígenas no estado do Rio Grande do Norte.	160
Figura 55 - Mapa das regiões do estado do Rio Grande do Norte onde foram encontradas pontas de projétil bifaciais.....	163
Figura 56 - Fragmento cerâmico com antiplástico de areia média e grossa, coletado no sítio Meladinha IV.	165
Figura 57 - Pequeno tatu encontrado nas imediações do sítio Meladinha V.....	188
Figura 58 - Armazenamento subsuperficial de umidade após chuvas.	190
Figura 59 - Percutor de grandes dimensões que seria difícil de ser carregado pelo fluxo superficial...	191
Figura 60 - Percussão direta com percutor mineral duro (A) e com percutor macio (B), respectivamente.....	203
Figura 61 - Percussão indireta.....	204
Figura 62 - Percussão sobre bigorna. Desenho: Marcellus d'Almeida.....	205
Figura 63 - Pressão.....	205
Figura 64 - Tela do software IBM SPSS Statistics com os dados dos materiais líticos.....	214
Figura 65 - Matriz gerada pelo Software IBM SPSS Statistics.....	216
Figura 66 - Dendrograma de Cluster Analysis, gerado pelo software IBM SPSS Statistics.....	217
Figura 67 - Representação hidrográfica da área em estudo com a localização dos sítios e ocorrências.	241
Figura 68 - Fragmento de garrafa de grés.	247

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	20
2.1	DIRETRIZES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	20
2.2	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	28
2.3	ATIVIDADES REALIZADAS E DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS	32
2.4	CARACTERÍSTICAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS LÍTICOS	63
3	FILOSOFIA E ARQUEOLOGIA	68
3.1	HISTÓRIA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E SUAS INFLUÊNCIAS NA ARQUEOLOGIA: DOS PENSADORES CLÁSSICOS GREGOS AO POSITIVISMO	71
3.1.1	A arqueologia e o positivismo.	81
3.2	HISTÓRIA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E SUAS INFLUÊNCIAS NA ARQUEOLOGIA: DA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL AO PÓS-MODERNISMO.....	90
3.2.1	A Arqueologia e o Pós-Modernismo	102
3.3	INDUÇÃO E DEDUÇÃO NA PRÁTICA EM ARQUEOLOGIA.....	109
3.4	O REGISTRO E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	112
4	HISTÓRIA-CULTURAL DO VALE DO AÇU	120
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL	121
4.2	SERIAÇÃO DOS MATERIAIS	137
4.3	LEVANTAMENTO ETNO-HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO E SUAS RELAÇÕES COM OS MATERIAIS.....	158
4.4	CONCLUSÕES.....	168
5	PROCESSOS CULTURAIS NO VALE DO AÇU	170
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL	171
5.2	CONTEXTO AMBIENTAL E PROCESSOS DE FORMAÇÃO.....	185
5.3	ANÁLISES DO MATERIAL.....	193
5.4	CONCLUSÕES	221
6	TERRITORIALIDADES NA PAISAGEM DO VALE DO AÇU	223
6.1	CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL	224
6.2	O REGISTRO ARQUEOLÓGICO E OS “NÃO-SÍTIOS”	239
6.3	HISTÓRIAS DE TERRITORIALIDADE NA PAISAGEM DO VALE DO AÇU	253
6.4	CONCLUSÕES.....	257
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
	REFERÊNCIAS	268

1 INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento, a Arqueologia passou por inúmeras transformações tanto nas suas técnicas de campo, quanto nas suas formas de interpretar os materiais identificados e coletados nas prospecções e escavações.

Em língua portuguesa, há ainda poucas obras que versam sobre a prática de campo em Arqueologia (BICHO, 2011), assim como as que discutem sobre as teorias arqueológicas e seus desdobramentos epistemológicos (TRIGGER, 2004). Menos ainda são aquelas que visam explicitar as relações filosóficas e teóricas na prática da pesquisa arqueológica. A elaboração deste estudo teve por finalidade trazer uma contribuição para esta lacuna na produção do conhecimento sobre a ciência arqueológica no Brasil.

Considerando o desenvolvimento da Arqueologia enquanto ciência, faz-se necessário explicitar o que entendo por este conceito no presente trabalho. Na literatura revisada por (FRANCELIN, 2014), argumenta-se que ciência é um termo difícil de conceituar devido à sua abrangência, mas adotarei aqui a definição de Newton Freire-Maia citado no referido trabalho, na qual entende-se a ciência como um conjunto de descrições, interpretações, teorias, modelos e leis que visam o conhecimento de um recorte da realidade a partir de metodologias especiais. Entretanto, conforme mostrarei ao longo do texto, é necessário manter em mente que ciência não é praticada por robôs ou alienígenas e, portanto, os cientistas estão inseridos em seus contextos sociais, históricos e econômicos os influenciando e sendo influenciados por eles.

Segundo Bunge (1980), as teorias científicas são sempre carregadas de pressupostos filosóficos que orientam a seleção dos seus métodos. Nesse sentido, as formas que utilizamos hoje para analisar e compreender os vestígios arqueológicos foram formadas por e possuem em si preceitos filosóficos sobre como podemos conhecer o mundo que nos cerca e, mais especificamente no caso da Arqueologia, o passado. De forma semelhante, para Puntel (2008), nada de importante pode ser dito sobre as ciências em termos teóricos sem tocar na filosofia. Para o mencionado filósofo, teoria pode ser entendida como “uma classe de sentenças ou fórmulas dedutivamente fechada ou finalizada por meio de consequência lógica” (PUNTEL, 2008, p. 160). A construção de uma teoria, seguindo esta definição, se dá através da indicação de três fatores: 1- a linguagem da teoria; 2- os axiomas lógicos e não lógicos da teoria; e 3- as regras de dedução lógica da teoria (PUNTEL, 2008). Portanto, dito de outro modo, teoria pode ser entendida como uma estrutura de sentenças ou fórmulas com uma linguagem e lógica específica.

Portanto, muitas de nossas pesquisas trazem consigo diversos pressupostos por vezes implícitos dos quais nem sempre estamos conscientes quando escolhemos determinada metodologia ou interpretação à luz de algum **quadro referencial teórico**. Tal conceito foi desenvolvido pelo filósofo Rudolf Carnap para a linguística e expandido na filosofia para se constatar que toda formulação de um problema, todo enunciado teórico, toda argumentação etc. só têm sentido dentro de determinado quadro referencial teórico (PUNTEL, 2008). Neste contexto, este trabalho foi pensado para entender na prática como os quadros teóricos estruturam os dados desde os procedimentos de campo até as interpretações, evidenciando os pressupostos filosóficos implícitos nas possíveis compreensões de acordo com cada “modo de ver” teórico.

Além disso, o desenvolvimento do conhecimento está intimamente relacionado com o contexto social em que é produzido (LAUDAN, 2011). Os pesquisadores partem de conceitos que vão sendo desenvolvidos ao longo do tempo para lidar com os problemas que sua sociedade está enfrentando. É devido a este desenvolvimento contínuo dos conceitos que utilizamos e os contextos em que estamos inseridos, que nos fazem escolher uns em detrimento de outros, que não podemos ignorar a historicidade do desenvolvimento científico quando pretendemos compreender como e por que pesquisamos de determinadas formas.

Portanto, em um contexto contemporâneo de produção de conhecimento arqueológico destacam-se formas de pesquisa que possuem objetivos diferentes, mas que estão intimamente conectadas e se intercalam em vários níveis, quais sejam: a pesquisa acadêmica e a pesquisa orientada para o mercado do licenciamento ambiental.

De acordo com os objetivos de cada tipo de pesquisa, percebe-se uma distinção que pode ser fundamental no seu desenvolvimento. A pesquisa acadêmica tem por objetivo a produção de conhecimento acerca do passado, enquanto, grosso modo, a produção mercadológica está mais voltada para o cumprimento da legislação na salvaguarda do patrimônio arqueológico ameaçado pela implantação de obras.

Isso não significa que a pesquisa de arqueologia preventiva não possa produzir conhecimento, mas que, a princípio, sua finalidade é a proteção do patrimônio ameaçado. Se posteriormente for produzido conhecimento, nos moldes como se costuma pesquisar na academia, o que certamente acontece, isso é um bônus, pois sabemos das restrições sobretudo de tempo que o mercado de licenciamento impõe sobre a execução das pesquisas.

Conforme mostrarei ao longo do texto, esta pesquisa foi elaborada a partir de um trabalho de licenciamento ambiental de usinas solares no município de Assu-RN. A ideia era fazer um trabalho abrangente do ponto de vista teórico ao mesmo tempo em que produziria uma compreensão mais rica dos sítios estudados, afinal seriam três interpretações dos mesmos materiais líticos coletados nestes sítios, a partir de três dos principais quadros teóricos da Arqueologia: Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-Processualismo. Ao considerarmos que muitos sítios trabalhados em arqueologia preventiva nem sempre chegam a ser estudados de forma mais aprofundada, essa foi a melhor forma que encontrei de problematizar o máximo possível os sítios estudados, bem como de elaborar uma discussão do amplo espectro filosófico e teórico que orienta nossas pesquisas.

Partindo destes objetivos, busquei contextualizar não apenas os sítios em estudo, mas também nossos quadros teóricos de acordo com o desenvolvimento da disciplina arqueológica e com o avanço dos pressupostos epistemológicos desenvolvidos ao longo da história do pensamento ocidental. Nesta perspectiva, o filósofo Lorenz B. Puntel propõe uma filosofia sistemática que perpassa todo o desenvolvimento filosófico ocidental e se pretende um modelo teórico para a compreensão do mundo, inclusive abrangendo os mais recentes avanços científicos. Para o mencionado filósofo,

Na sua longa tradição, a filosofia sempre atribuiu a si mesma um caráter abrangente, ainda que com feições muito distintas. Sendo assim, no período áureo da Antiguidade, a filosofia foi identificada mais ou menos com todo o conhecimento científico; na Idade Média, ela foi entendida principalmente na forma de *suma* (*summa*); na época moderna, desenvolveu-se cada vez mais como *sistema* (PUNTEL, 2008, p. 2).

Neste sentido, defendo que devemos buscar conhecer o passado também de forma mais abrangente, correlacionando o maior número possível de variáveis e dados que coletamos em nossos trabalhos de campo. Conforme mencionei acima, esta foi a empreitada que norteou o desenvolvimento deste trabalho. Considerando que a pesquisa de campo foi realizada durante um trabalho de arqueologia preventiva, pensei em realizar diversas análises dos sítios, segundo os principais quadros referenciais teóricos da Arqueologia, para termos um conhecimento mais amplo sobre os sítios estudados.

Partindo destes princípios, a metodologia de estudo consistirá em contextualizar as correntes teóricas da Arqueologia em relação ao seu desenvolvimento histórico e aos pressupostos filosóficos que as permeiam para então elaborar três interpretações sobre os mesmos materiais: uma interpretação histórico-cultural, uma processual e uma pós-processual.

Me refiro aqui a “interpretações” porque parto do princípio de que toda arqueologia é interpretativa, no sentido que o resultado de suas análises está condicionado à “forma de ver” os dados fornecida por cada quadro referencial teórico. Esta característica se tornará mais evidente ao longo do trabalho, pois ao utilizar os mesmos materiais e dados contextuais em diferentes quadros teóricos reduz-se o risco de comparar incomparáveis e se explicita que as prováveis diferenças entre as interpretações se devem às distinções conceituais e filosóficas que as correntes teóricas possuem, pois como os materiais e os dados contextuais são os mesmos, o que muda é a forma de vê-los.

Neste sentido, tendo o foco principal na construção de conhecimento sobre os sítios, o presente trabalho está dividido de uma forma que apresento os dados de campo, exponho um pouco da história dos quadros teóricos para, em seguida, mostrar o funcionamento destes na prática. Para esta exposição prática, apresentarei dados contextuais e análises de materiais arqueológicos provenientes de 6 sítios que foram escavados no município de Assu-RN, no ano de 2017, pela equipe do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio. O presente trabalho está dividido da seguinte forma.

O primeiro capítulo apresenta um breve histórico da legislação que norteia a prática da pesquisa em Arqueologia Preventiva. Busco com isso contextualizar as mudanças sociais que acredito serem responsáveis pela divergência na pesquisa arqueológica, dividindo-a a partir dessas duas finalidades: produzir conhecimento sobre o passado ou “resgatar” o patrimônio a fim de atender à legislação. Na sequência, apresento dados mais técnicos sobre os sítios estudados, seu contexto ambiental, os procedimentos realizados em campo, os materiais coletados e as técnicas de análise.

O segundo capítulo se inicia com uma discussão sobre a definição de quadro referencial teórico e sobre outros termos que são importantes para esta compreensão. Em seguida, elaboro um histórico de alguns conceitos gerais filosóficos, intercalando estes conceitos e contextos históricos com as práticas da pesquisa em Arqueologia. Muito da literatura sobre teoria é obscura e é bastante fácil que sejamos confundidos em meio a tantas definições terminologicamente semelhantes (racionalismo, empirismo, indutivismo, silogismo etc). Neste segundo capítulo, tento explicar alguns destes conceitos não só em seu contexto histórico, mas também definindo a que se referem. Na sequência, apresento como esses pressupostos influenciam os quadros teóricos da Arqueologia. Ainda no final deste capítulo busco trazer estas discussões filosóficas mais amplas para mais próximo da prática na pesquisa arqueológica, pois muitos conceitos foram sendo alterados ao longo do desenvolvimento

histórico da disciplina, tais como o conceito de registro arqueológico ou o de sítio arqueológico, por exemplo.

Contudo, conforme mostrarei no início do capítulo 2, a definição que utilizo aqui de quadro referencial teórico pode ser entendida como uma estrutura formada por teorias de vários níveis que compõem uma forma específica de ver o mundo. Neste sentido, eu faço uma contextualização bastante geral de cada quadro teórico no início de cada capítulo em que apresento os estudos de caso, mas só consigo mostrar na prática uma pequena fração do que representa o quadro como um todo. Portanto, no capítulo 3 apresentarei várias características do histórico-culturalismo, mas só apresento a metodologia da seriação. Escolhi esta metodologia por considerar que ela exemplifica bem todos os pressupostos implícitos e explícitos deste quadro teórico. Além disso, destaca-se que, por questões de espaço, apresentarei de forma breve a metodologia, pois não é possível discutir em profundidade todos os aspectos de todas as etapas da pesquisa sem perder o foco da discussão teórica, que é o objetivo da pesquisa.

Neste sentido, no terceiro capítulo, inicia-se a apresentação prática dos pressupostos apresentados até então. Exponho os principais conceitos do quadro teórico histórico-culturalista, apresentando um pouco do desenvolvimento histórico desta concepção teórica a partir da aproximação da arqueologia com outras ciências como a paleontologia, a geologia, a etno-história, entre outras, cujos pressupostos têm influência direta no método de análise, a seriação. Após desenvolver esta contextualização conceitual, fazendo paralelos com as discussões filosóficas mais amplas do capítulo 2, explico e aplico o método da seriação nos materiais de Assu. Em seguida, a partir da comparação dos dados obtidos na seriação com o levantamento etno-histórico e arqueológico da região, apresento as interpretações resultantes do estudo daqueles sítios a partir do quadro teórico histórico-cultural.

No quarto capítulo, apresento o desenvolvimento conceitual do processualismo, expondo questões do contexto histórico da corrente teórica, a busca da negação do histórico-culturalismo em favor de uma perspectiva sistêmica, o surgimento das discussões sobre os processos de formação do registro arqueológico, a primeira alteração no conceito de sítio discutida no capítulo 2. Conforme exponho ao longo do capítulo, a arqueologia processual aproxima-se bastante de determinados pressupostos filosóficos positivistas que privilegiam a cientificidade na pesquisa, cujas pesquisas tentem a buscar explicações do registro arqueológico em uma aproximação com os métodos das ciências exatas. Nesta perspectiva, como método de pesquisa apresento uma análise de agrupamentos dos materiais de Assu. A utilização deste

método estatístico pretende a construção de um conhecimento sólido e testável repetidas vezes, como se espera em uma pesquisa científica. Após a exposição dos dados obtidos através da análise de agrupamentos, apresento as explicações destes dados a partir do quadro referencial teórico processual relacionando-os com as discussões sobre os processos de formação do registro arqueológico e as características ambientais previamente apresentadas no capítulo 1.

De forma semelhante ao capítulo 3, no início deste capítulo há uma contextualização conceitual bastante ampla, sendo que metodologicamente só apresento análises de agrupamentos para correlacionar variáveis, cujos resultados podem ser explorados em uma teoria de médio alcance. A escolha por esta metodologia também se deu porque acredito que ela representa os principais pressupostos filosóficos, teóricos e práticos do processualismo. De forma semelhante ao capítulo anterior, não vou detalhar todos os pormenores da metodologia estatística para não desviar demais da discussão apresentada.

Já no quinto capítulo, apresento o desenvolvimento do quadro teórico pós-processual que possui uma íntima relação com o contexto sócio-político-intelectual pós-moderno. Conforme exponho no capítulo 2, muitos dos preceitos filosóficos implícitos nas perspectivas anteriores são criticados e, a partir da influência de outras perspectivas filosóficas como a dialética, a hermenêutica e a ênfase na dimensão pragmática da linguagem, estas críticas levam ao desenvolvimento de abordagens bastantes distintas filosoficamente das anteriores. A hermenêutica, por exemplo, traz de volta a dimensão histórica para o estudo das sociedades, dimensão essa deixada de lado nos estudos sistêmicos da cultura. Neste sentido, reutilizo e combino diversas fontes e informações apresentadas nos capítulos anteriores, por vezes sob novas perspectivas ou com outros olhares, para elaborar uma interpretação mais abrangente sobre a paisagem do vale do Assu, a qual permite a apropriação deste passado por parte dos diversos grupos que possam necessitar de informações que os permitam agir ativamente nas disputas de poder da sociedade contemporânea, sendo esta, também uma característica da arqueologia pós-processual.

Após todas as expansões conceituais trazidas pelos avanços sociais e filosóficos mostrarei que há uma diversidade muito grande de perspectivas teóricas no quadro pós-processual, sendo que metodologicamente seria também inviável apresentar todos os vieses disponíveis, menos ainda de maneira detalhada, de forma que privilegiei um estudo hermenêutico que tem a paisagem como objeto de estudo, aproveitando algumas das informações desenvolvidas nos capítulos anteriores, mas sob essa forma de ver os dados propiciada pelo quadro teórico pós-processual. Contudo, apesar da grande pluralidade de

enfoques, a metodologia utilizada aqui também representa os principais pressupostos deste quadro referencial teórico.

No sexto capítulo, faço uma síntese dos principais pressupostos implícitos em cada quadro referencial teórico apresentado, comparando suas estruturas nos termos de suas características ontológicas, epistemológicas e metodológicas, de forma semelhante ao proposto por Clarke (1993), apontando alguns dos principais avanços na pesquisa arqueológica e como esses avanços expandiram nossa compreensão sobre o passado. Por fim, aponto as principais vantagens e desvantagens de cada quadro teórico em relação aos estudos em Arqueologia Preventiva.

Nas considerações finais, faço um grande resumo das principais discussões apresentadas. Comparo brevemente algumas discussões centrais dos capítulos de exposição prática e aponto como podemos construir um conhecimento mais amplo dos sítios que estudamos, mesmo aqueles que são estudados em pesquisas de Arqueologia Preventiva.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

2.1 DIRETRIZES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

Antes de iniciar a apresentação dos dados obtidos durante os trabalhos de campo, faz-se necessário contextualizar brevemente a legislação que orienta as pesquisas voltadas para a proteção do patrimônio arqueológico conforme praticamos atualmente. Esta contextualização serve para demonstrar a conjuntura do surgimento dessas discussões, bem como serve de indicativo para a compreensão da finalidade dos estudos de campo em uma perspectiva de mercado de “salvamento” desses patrimônios.

Choay (2006) postula que a primeira Comissão dos Monumentos Históricos foi criada na França em 1837, e tinha como principais categorias os remanescentes da antiguidade, os edifícios religiosos da idade média e alguns castelos.

Em 1931, na cidade de Atenas, se dá a primeira conferência entre diferentes estados para definir diretrizes de preservação dos monumentos históricos. Nesse momento inicial, a preocupação ainda recai prioritariamente em relação aos monumentos históricos. Entretanto, já se percebe uma atenção dada aos artefatos arqueológicos que também devem ser protegidos, conservados e restaurados quando necessário. Contudo, a proteção destinada aos artefatos arqueológicos ainda se restringe aos remanescentes de edificações.

Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe. Com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso (Carta de Atenas, 1931, p. 3).

Algumas das grandes propostas trazidas pela Carta de Atenas consistem na proposição de que cada estado crie instituições responsáveis pelo inventário e proteção de seu patrimônio; e no postulado de que o patrimônio se constitui de direito público em detrimento do setor privado. A legislação brasileira aderiu a esse princípio ao estabelecer que os bens patrimoniais pertencem a toda nação.

Conforme afirma Choay (2006), apenas países europeus participaram da primeira conferência para a preservação dos monumentos. Entretanto, seis anos após o encontro em Atenas, o Brasil cria, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que teria como principal finalidade “o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Lei nº 378/1937).

Paralelamente à criação do SPHAN, foi promulgado também o Decreto-Lei nº 25/1937 que define o que é considerado patrimônio histórico e artístico, bem como as etapas do processo de tombamento destes bens. O referido decreto institui a criação dos livros de tomo que consistem em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

A partir do tombamento de um bem em algum dos livros citados acima, os bens devem ser protegidos contra qualquer tipo de destruição, mutilação, demolição ou mesmo reparação, restauração ou pintura sem que haja antes uma autorização por parte do órgão competente, conforme consta no artigo nº 17 do citado decreto-lei. Nesse momento os artefatos arqueológicos adquirem a primeira legislação que regula sua proteção. Entretanto, é necessário que os materiais arqueológicos sejam tombados no citado livro de tomo.

Em relação ao patrimônio edificado, que antes era composto apenas por edificações que representavam uma esplêndida perícia técnica, ou que fosse representativo das elites, começa a se expandir e incluir também elementos populares em momento posterior a segunda guerra mundial. Todas as outras formas de construir foram anexadas a esse *status*, fossem elas formas de construir: eruditas, populares, urbanas ou rurais (CHOAY, 2006).

Nesse contexto, essa primeira expansão da categoria de patrimônio pode estar relacionada com a influência exercida pela perspectiva funcionalista da antropologia nas ciências humanas e sociais. No período do entre 1920-1940 estava se firmando a escola do *Annales* na disciplina de História, a qual estava expandindo seus horizontes de pesquisa para além das grandes personalidades e dos grandes eventos, e buscava o entendimento do cotidiano, uma história das mentalidades e que visava entender a vida dos indivíduos comuns.

Esta inclusão de outras categorias de patrimônio edificado, que até então tinha mais destaque, pode ter sido o início de uma crescente preocupação com outros elementos que poderiam ser representativos de um passado que se convém proteger.

É importante frisar que, durante os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, novos organismos internacionais foram criados, como a UNESCO, e certos debates, como é o caso dos relativos ao tema do patrimônio, passaram a ser regidos também em função de reflexões de ordem internacional (LIMA FILHO e ABREU, 2007, p. 32).

Nesse contexto, em 1956 na cidade de Nova Delhi acontece a 9ª sessão da conferência geral da Organização das Nações Unidas, a qual apresenta uma maior preocupação com a preservação dos materiais arqueológicos. Entre as recomendações propostas consta que “cada

estado membro deveria garantir a proteção do seu patrimônio arqueológico” (Carta de Nova Delhi, 1956, p. 3).

É interessante notar a concepção teórica de arqueologia que se percebe no referido documento, quando este propõe que, na criação dos museus se deveriam levar em conta a organização das coleções com o intuito de facilitar o trabalho de comparação, pois a arqueologia seria uma ciência comparativa. Esta noção presente na carta de Nova Delhi permite a visualização do entendimento dos participantes quanto à pesquisa arqueológica desenvolvida na perspectiva histórico-cultural que buscava identificar a inovação, difusão e a dinâmica cultural a partir das comparações entre as coleções arqueológicas conforme abordarei mais adiante.

No Brasil, cinco anos depois da Carta de Nova Delhi, é promulgada a lei nº 3.924 em 26 de julho de 1961, que institui o Poder Público como responsável pela guarda e proteção dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos. Nesse sentido, mesmo que o patrimônio arqueológico esteja localizado em um terreno particular, “a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados” (Lei nº 3.924/61, p.1). Portanto, os artefatos arqueológicos, passam a ser, a partir dessa lei, bem comum da União, mesmo que estejam localizados em propriedades privadas.

A referida lei estabelece a proibição do aproveitamento econômico, da destruição e da mutilação dos artefatos arqueológicos e pré-históricos em todo o território nacional, antes que sejam devidamente pesquisados. Em seu artigo 5º a referida lei prevê que “qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o artigo 2º desta Lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais” (Lei 3.924/61, p.2).

Ao longo da segunda metade do século XX, assiste-se a um aumento considerável nos encontros da UNESCO e uma expansão ainda mais abrangente de elementos que devem ser considerados patrimônio.

Em 1962, a Carta de Paris propõe a preservação de paisagens e sítios, evidenciando uma preocupação com o meio ambiental. As propostas para esta categoria de patrimônio serão aprofundadas em 1972, na Declaração de Estocolmo, que prevê uma obrigatoriedade dos Estados membros na preservação do meio ambiente. Posteriormente, em 1982, a Declaração de Nairóbi desenvolve alguns aspectos relativos à preservação do meio ambiente propostos na

Declaração de Estocolmo. A Carta do Rio, de 1992, discorre sobre a importância da preservação do meio ambiente para as gerações futuras, enquanto que a Recomendação da Europa, de 1995, propõe a conservação das paisagens culturais.

Além do meio ambiente, outras temáticas são bastante abordadas. Em relação aos sítios históricos e arqueológicos existem muitas recomendações nas cartas patrimoniais internacionais. Por exemplo, a Recomendação de Nairóbi, de 1976, que propõe a preservação de sítios históricos e arqueológicos como meio de conservação das identidades. Esta carta parece ser o primeiro reflexo das discussões sobre os efeitos da globalização, discutida entre as ciências humanas e sociais.

Em relação aos sítios históricos, existem recomendações na Carta de Veneza, de 1964 que propõe a conservação/restauração dos monumentos e obras arquitetônicas de valor histórico. Há também propostas na Carta de Macchu Picchu, de 1977, que discorre sobre planejamento urbano para que não sejam destruídos os conjuntos históricos já existentes nas cidades. A Carta de Florença, de 1981, propõe a proteção dos jardins históricos, enquanto a Carta de Washington, de 1986, recomenda a preservação de centros e bairros históricos nas grandes ou pequenas cidades. A Carta de Petrópolis, de 1987, discorre sobre sítios históricos urbanos. A Declaração de São Paulo, de 1989, propõe a utilização de métodos mais recentes e não-intrusivos para a preservação dos sítios históricos.

A proposta de utilização do turismo como meio de incentivar a preservação do patrimônio está presente na Recomendação de Paris, de 1968; na Carta do Turismo Cultural, de 1976; na Resolução de São Domingos, de 1974, que propõe a utilização da iniciativa privada como recurso para a preservação do patrimônio.

A discussão sobre globalização está presente em todas as disciplinas humanas e sociais e apresenta diversos efeitos que são estudados pelos pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento. Segundo Lima Filho e Abreu (2007),

Nos anos 90, começaram a surgir com intensidade preocupações relativas ao que os documentos da UNESCO chamavam de “culturas tradicionais”. Por um lado, levanta-se o temor do desaparecimento dessas culturas face à mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas “culturas tradicionais” viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado (LIMA FILHO e ABREU, 2007, p. 32).

Nesse sentido, a preocupação com a preservação das culturas tradicionais, frente a esse processo esmagador da globalização, fica bastante evidente quando se observam as temáticas das reuniões da UNESCO nos últimos 30 anos.

A Carta de Lausanne, de 1990, expõe propostas para a pesquisa arqueológica no contexto de preservação das diversidades. A Declaração de Sofia, de 1996, aborda brevemente o patrimônio cultural, o turismo e a preservação da diversidade.

É nesse contexto que as discussões sobre globalização culminam na definição do patrimônio intangível, também como forma de preservação da diversidade. A definição dessa temática consta na Carta de Mar del Plata Sobre o Patrimônio Intangível, de 1997.

Esta discussão teve como resultado no Brasil a elaboração da Carta de Fortaleza, em 1997, que dá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autoridade sobre todas as formas de patrimônio cultural brasileiro. Bem como o Decreto-Lei 3.551, de 2000, que estabelece as categorias de patrimônio imaterial a partir de quatro livros: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares.

Com a elaboração das cartas patrimoniais internacionais, como se pode perceber, o Brasil busca atender algumas dessas recomendações a partir da promulgação de leis, decretos-lei, portarias, resoluções e instruções normativas emitidas pelos órgãos competentes que são responsáveis pela regulação de algumas dessas questões.

Nesse contexto, é importante salientar que em 1986 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pôs em vigor a Resolução n° 001, destinada a regular as responsabilidades, as diretrizes gerais e os critérios básicos para a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta resolução, no item c de seu artigo sexto, prevê que em meio ao estudo de impacto ambiental, deverá ser considerado o meio socioeconômico “destacando os monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade” (Resolução CONAMA n° 001, p. 2). A partir dessas diretrizes, as pesquisas arqueológicas passam a ser integrantes dos Estudos de Impacto Ambiental.

Dois anos depois, em 1988, o SPHAN promulga a Portaria n° 007, que define os pedidos de autorização para a realização de pesquisas arqueológicas e orienta como devem ser

elaborados os projetos para tais solicitações. Segundo o documento, a criação dessa legislação se deu devido à necessidade de

regulamentar os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País a fim de que se resguarde os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas (Portaria SPHAN nº007, 1988, p. 1).

Quase dez anos se passaram até que o Conselho Nacional do Meio Ambiente promulgasse a Resolução nº 237 de 1997, a qual dividia os estudos de impacto ambiental de acordo com três etapas, as quais gerariam três licenças distintas: a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação.

Visando a conciliação com essa nova legislação do CONAMA, o IPHAN emite, em 2002, a Portaria nº 230, que tem por objetivo a conciliação dos estudos arqueológicos nas três etapas do licenciamento ambiental. A referida Portaria estabelece um Diagnóstico Arqueológico a ser desenvolvido na etapa para obtenção da Licença Prévia; um Programa de Prospecção Arqueológica durante a etapa para obtenção da Licença de Instalação e um Programa de Resgate para a etapa da Licença de Operação.

Em 2015, foi posta em vigor a Portaria Interministerial nº 60 que apresenta novas diretrizes para o Licenciamento Ambiental e que acarretou em outras mudanças em todos os setores relacionados a esta atividade. Em relação ao patrimônio, o IPHAN elaborou a Instrução Normativa nº 01/2015, que revogou a Portaria IPHAN nº 230 e trouxe novas diretrizes para a realização dos estudos relacionados ao patrimônio como atividade complementar e obrigatória dos estudos de impacto ambiental.

Nesse contexto, é possível perceber um pouco dessa complexidade em que o debate entre as ciências leva à criação de normas que orientam algumas relações sociais entre as comunidades e seu patrimônio e como algumas dessas relações exigem a revisão de alguns conceitos e temáticas no âmbito das ciências. Desta forma, destaca-se a questão da inserção da pesquisa arqueológica como produto no mercado do licenciamento.

Segundo comentado anteriormente sobre a Recomendação de Paris de 1968, a Carta do Turismo Cultural de 1976 e a Resolução de São Domingos de 1974 as primeiras iniciativas propostas pela UNESCO para a preservação do patrimônio estavam voltadas para o desenvolvimento turístico, ou seja, pela transformação do patrimônio em bens de consumo com valor mercadológico agregado. A preservação do patrimônio passava estar praticamente

condicionada ao potencial que aqueles bens teriam de serem transformados em produtos que trariam retorno financeiro para seus detentores.

Com o passar do tempo, a obrigatoriedade da realização de pesquisas arqueológicas como parte dos estudos de impacto ambiental, teve como resultado o desenvolvimento de um mercado, no qual os profissionais de arqueologia têm a possibilidade de utilizar o capital financeiro privado para a execução de projetos. Tais projetos estariam, portanto, voltados para a proteção do patrimônio arqueológico dos danos que este sofreria pela implantação de grandes empreendimentos.

Nesse contexto, geralmente os profissionais podem ser contratados tanto como pessoa física, quanto como pessoa jurídica, sejam eles os donos das empresas de consultorias ou funcionários de empresas de pesquisa ambiental, ou ainda outras formas de associações. A seleção de propostas se dá por meio de licitações, que são as formas previstas em lei para a seleção entre empresas concorrentes para a prestação de determinado serviço. Seja a contratação requerida pelo governo ou pelos setores privados, todos têm que atender a esse modelo de seleção, salvo em alguns casos específicos apresentados na própria lei.

Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da Administração direta, aos fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Lei nº 8.666/93).

A lei nº 8.666/93 (lei da licitação) em seu artigo 45 prevê quatro tipos de concorrência: I – a de menor preço; II – a de melhor técnica; III – a de técnica e preço; e IV – a de maior lance ou oferta. Um pouco mais adiante, no artigo nº 46, a citada lei estabelece que

Os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos(...) (Artigo nº 46, Lei nº 8.666/1993)

Nesse sentido, as propostas elaboradas por arqueólogos que atuam no mercado do licenciamento se encaixam no item III e devem ser estabelecidas a partir de metodologias de procedimentos em campo e preço dos serviços.

Ao considerarmos toda a discussão sobre patrimônio, brevemente apresentada, a salvaguarda do patrimônio arqueológico nas pesquisas de licenciamento ambiental deve ser realizada a partir da utilização de minuciosos métodos de registro para que não se percam

informações valiosas que serão irrecuperáveis. Conforme proposto na Carta de Lausanne de 1990, “a proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento o mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza”. Para o cumprimento de tais recomendações a referida carta propõe que “a legislação deve, por princípio, exigir uma pesquisa prévia e o estabelecimento de documentação arqueológica completa cada vez que a destruição do patrimônio arqueológico for autorizada” (Carta de Lausanne, 1990).

É possível perceber então uma divergência na finalidade dos dois tipos de pesquisa arqueológica: a acadêmica e a preventiva. Na acadêmica o objetivo e problemática da pesquisa é definido antes da etapa de campo, e essa problemática geralmente está relacionada com a solução de algum questionamento acerca do passado. Neste sentido, o arqueólogo vai ao campo já com algumas ideias do que quer trabalhar no sítio. Já na pesquisa preventiva, não há muito espaço para elaboração teórica *a priori*, pois os prazos são estabelecidos de acordo com o cronograma de execução das obras e seus objetivos mais prementes concernem a “resgatar” o material ameaçado de destruição pela instalação dos empreendimentos e a cumprir a legislação de proteção ao patrimônio.

Na pesquisa acadêmica, dispõe-se de mais tempo para refletir os achados de acordo com o quadro referencial teórico escolhido, mas em compensação os recursos financeiros para a pesquisa de campo são mais escassos. Já na pesquisa preventiva, há mais recursos disponíveis, mas frequentemente os prazos vinculados à execução da obra são apertadíssimos e não possibilitam a realização de análises mais aprofundadas, o que não significa que estas sejam impossíveis.

Com base nessas características e atendendo às recomendações da mencionada carta de Lausanne de 1990, sobre a produção mais completa possível do patrimônio, de sua existência, extensão e natureza, pretendo mostrar como alguns quadros referenciais teóricos podem ser utilizados na produção de conhecimento sobre o passado a partir de trabalhos realizados em Arqueologia Preventiva.

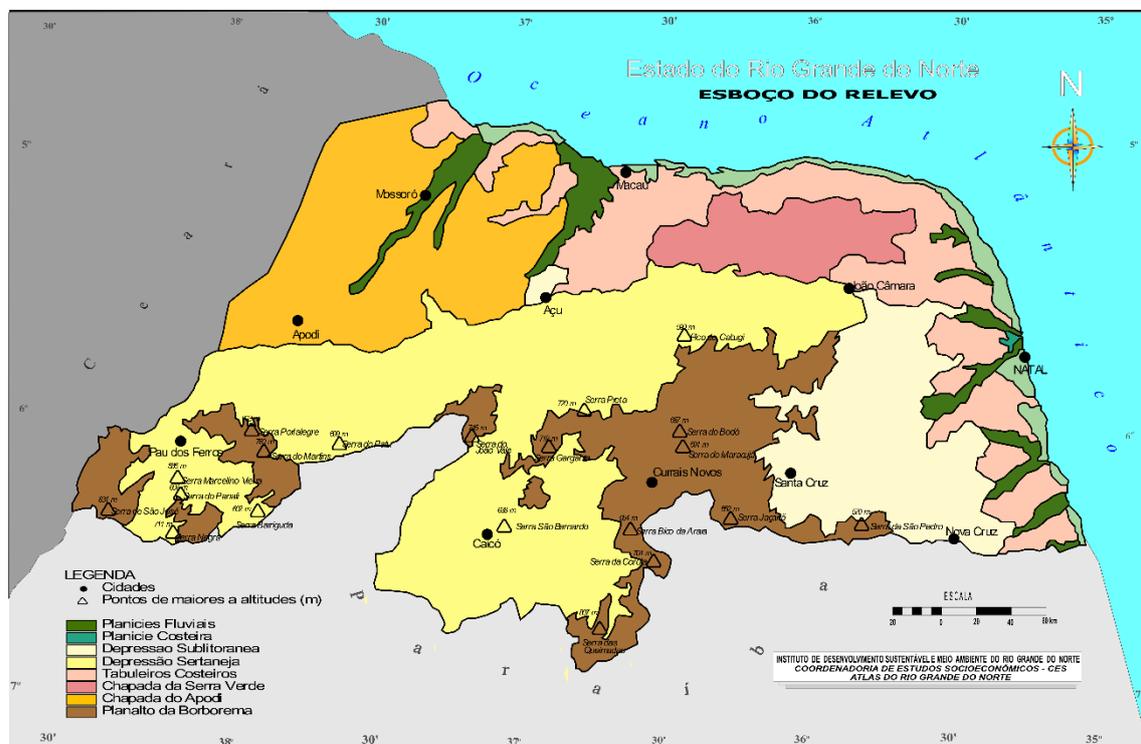
Portanto, a seguir apresento os dados referentes à execução dos trabalhos de campo, os dados contextuais e ambientais dos sítios e os artefatos coletados, os quais servirão de base para discussões mais amplas sobre esse processo histórico que resumi brevemente acima.

2.2 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

O município de Assu está localizado na mesorregião do Oeste Potiguar, na Microrregião do Vale do Açu. Com sua sede situada sob as coordenadas 5° 34' 36" S e 36° 54' 31" W, o município dista de aproximadamente 207 km da capital Natal e possui elevação de 27 m acima do nível do mar.

Segundo o Anuário Estatístico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), o município apresenta formas de relevo da Depressão Sertaneja e da Depressão Sublitorânea (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de Relevo do Rio Grande do Norte.



Fonte: Anuário Estatístico IDEMA (2015)

Ainda segundo este levantamento, os solos encontrados no município são caracterizados como Latossolos Vermelho-Amarelo, Luvisolos, Planossolos e Neossolos. Conforme definido no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2006), estes tipos de solo são definidos da seguinte forma:

Latossolos: São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo. Os solos são virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo (EMBRAPA, 2006, p. 82).

Luvissolos: Estes solos variam de bem a imperfeitamente drenados, sendo normalmente pouco profundos (60 a 120cm), com seqüência de horizontes A, Bt e C, e nítida diferenciação entre os horizontes A e Bt, devido ao contraste de textura, cor e/ou estrutura entre eles (EMBRAPA, 2006, p. 83).

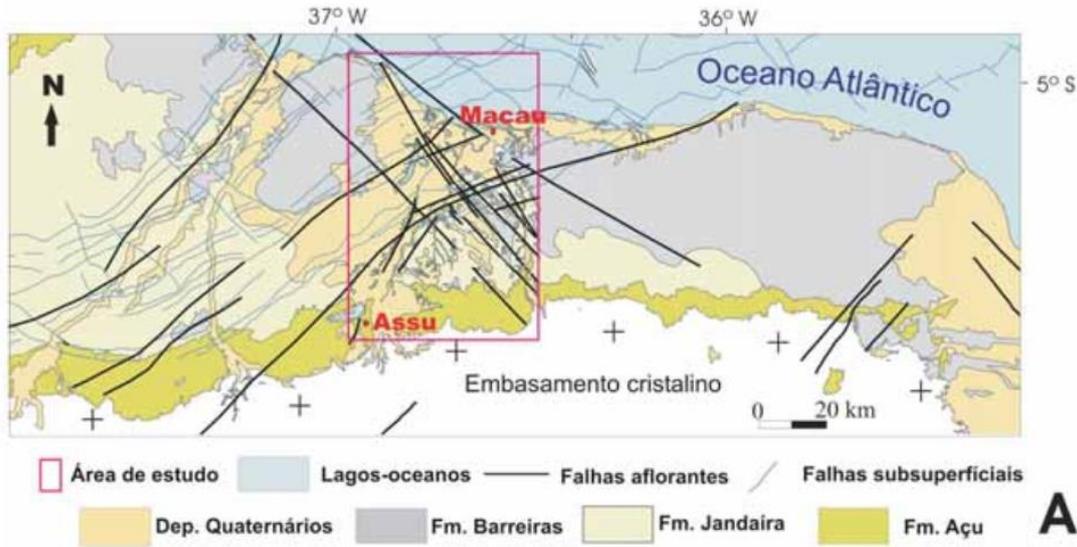
Neossolos: compreende solos constituídos por material mineral, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos, seja em razão de características inerentes ao próprio material de origem, como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica, ou por influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos solos (EMBRAPA, 2006, p. 84).

Planossolos: compreende a solos minerais imperfeitamente ou mal drenados, com horizonte superficial ou subsuperficial eluvial, de textura mais leve, que contrasta abruptamente com o horizonte B ou com transição abrupta conjugada com acentuada diferença de textura do A para o horizonte B imediatamente subjacente, adensado, geralmente de acentuada concentração de argila, permeabilidade lenta ou muito lenta (EMBRAPA, 2006, p. 87).

Segundo Morais et al. (2005), na região do semi-árido potiguar as rochas do embasamento cristalino afloram em vários locais, o que favorece a uma escassez de água tanto superficial quanto subsuperficial.

Em relação à bacia sedimentar, o município de Assu está dentro da bacia Potiguar, a qual, segundo Morelato e Fabianovicz (2015, p. 1) “localiza-se na porção mais oriental da região nordeste do Brasil, estendendo-se pelos estados do Rio Grande do Norte e Ceará”. A bacia Potiguar apresenta uma grande extensão com afloramentos dos arenitos da Formação Açu que são intercalados em alguns locais pela Formação Jandaíra (ambas datadas do período cretáceo) e são geralmente cobertos por sedimentos do neógeno como a Formação Barreiras, ou por depósitos aluviais antigos.

Figura 2 - Levantamento geológico da Bacia Potiguar.



Fonte: Adaptado de Moura-Lima et al. (2005).

Conforme argumentam Moura-Lima et al. (2005) a Formação Barreiras está localizada mais ao norte sendo que mais ao sul ela está coberta por depósitos aluviais antigos (Figura 2). Os referidos autores afirmam que anteriormente, estes depósitos aluviais eram apresentados em levantamentos apenas como coberturas cenozoicas, mas que posteriormente essas coberturas foram diferenciadas em paleodunas, depósitos de praias, paleocascalheiras, depósitos de lagoas, depósitos de planícies, canais de marés e depósitos aluviais.

Sob a designação de Depósitos Aluviais Antigos são incluídos os depósitos de antigos canais fluviais que, à medida que migraram para as cotas topográficas mais baixas, deixaram seus registros na forma de terraços aluviais. Destes canais que migraram ao longo do Pós-Oligoceno, o mais importante é o do rio Açú, com direção NNE. Esses sedimentos foram depositados sobre as rochas do embasamento cristalino e das formações Açú, Jandaira e Barreiras (MOURA-LIMA et al, 2005, p. 19)

Segundo os citados autores, estes depósitos são encontrados expostos em diversos locais da Bacia Potiguar, por vezes exibindo sua dispersão em áreas com milhares de metros quadrados.

Grígio (2008) define estes depósitos conlúvio-eluviais como cascalheiras constituídas por conglomerados clasto-suportados de coloração predominantemente avermelhada, nos quais abundam seixos de quartzo policristalino com tamanhos que variam entre 1 e 20 cm, mas que também se encontram nestes depósitos seixos de sílex, feldspatos, quartzitos, basaltos e gnaisses com diferentes esfericidades que indicam diferentes fontes de material (Figura 3). Segundo autor,

A oeste da cidade de Assu ocorrem três níveis principais de terraços do rio homônimo, onde se verificou um aumento progressivo da topografia e da granulometria dos seixos, confirmando um comportamento escalonado dos terraços do rio Assu e migração destes canais, bem como a variação da competência de suas águas (GRÍGIO, 2008, p. 63).

Figura 3 - Imagem de um depósito conlúvio-eluvial de Assu.



Fonte: Grégio (2008).

Para Maia e Bezerra (2014), a exposição desses depósitos se deve ao soerguimento da região da Serra do Mel. Segundo os autores, durante o período cenozoico ocorreu uma reativação de sistemas de falhas que resultaram em dobramentos com grande comprimento de onda. Essa compressão causada pela reativação das falhas elevou uma parte do terreno (Serra do Mel), deslocando os cursos d'água e elevando e expondo os antigos depósitos e vales desses cursos hídricos.

Nesse aspecto, a formação de um antiforme dômico no centro da bacia originou um iminente interflúvio que dispersou os canais dos rios Mossoró e Açu, que migraram em sentidos opostos. O soerguimento da área elevou **os aluviões antigos** para cotas sucessivamente mais altas a medida que se afasta da área das planícies de inundação sazonal de seus respectivos rios (MAIA e BEZERRA, 2014, p. 67, grifo meu)

Assim explica-se a presença desses depósitos aluviais (figura 3), que podem ser observados nas estradas, por vários quilômetros a oeste do curso do rio Açu. São indicativos do movimento tectônico que elevou aquela área e deslocou o rio no sentido leste.

Estas informações acerca da evolução geológica e geomorfológica da área em estudo se tornam fundamentais ao tentarmos entender a estratigrafia dos sítios e os eventos deposicionais nos quais estiveram inseridos grupos pré-históricos que habitaram a região.

2.3 ATIVIDADES REALIZADAS E DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS

Os sítios estudados foram identificados durante um trabalho de Arqueologia Preventiva realizado pela equipe do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio no processo de licenciamento para a construção de duas usinas de energia solar no município de Assu-RN, entre os anos de 2016 e 2018. Conforme exige a legislação, foram realizadas etapas de prospecção intensiva de superfície e subsuperfície nos terrenos em que os empreendimentos estavam sendo licenciados.

As atividades de prospecção de superfície ocorreram no mês de novembro de 2016 e já resultaram na identificação de 5 sítios, todos classificados como de superfície e à céu aberto nas áreas de drenagem existentes no terreno que são responsáveis pelo escoamento fluvial que se dirige à lagoa do Piató, a qual é uma importante fonte de recursos hídricos da região.

No primeiro momento, conforme apresentado em Luna, Nobre e Nogueira (2016a) foram realizadas atividades de prospecção de superfície na forma de caminhamentos sistemáticos e assistemáticos em diversos locais do perímetro (Figura 4). Segundo Renfrew e Bahn (2004) a prospecção assistemática é definida através do registro dos artefatos na superfície ao longo do caminho do pesquisador, enquanto que a prospecção sistemática é realizada através do caminhamento de diversos pesquisadores andando com distâncias semelhantes entre si, o que permite a visualização do local como uma malha.

Figura 4 - Prospecção sistemática e assistemática respectivamente.



Fonte: Acervo ICA/LAHP (2017).

Embora os citados pesquisadores atribuam a utilização de uma ou de outra forma de prospecção como resultante do planejamento da pesquisa, as condições da vegetação do local por vezes dificultaram um caminhamento de vários pesquisadores equidistantes, e a adoção de uma prospecção assistemática nessas circunstâncias foi necessária, realizando a vistoria seguindo as veredas e os caminhos de bichos nos locais de vegetação densa.

Em momento posterior, foram realizadas atividades de prospecção de subsuperfície que resultaram na identificação de mais um sítio a partir da constatação de materiais em profundidade.

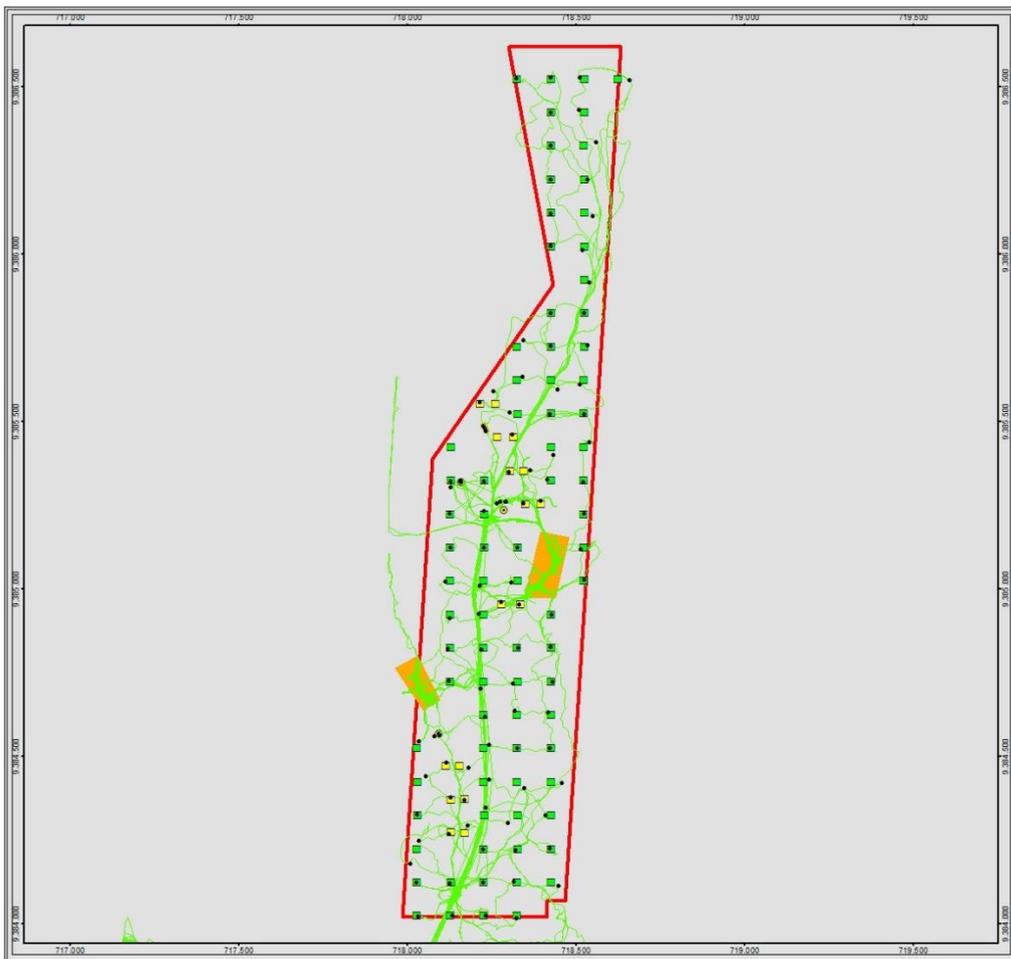
Para a realização da prospecção de subsuperfície foi utilizada a metodologia sistemática. Renfrew e Bahn (2004) argumentam que há quatro formas de realizar uma prospecção de subsuperfície de forma amostral: uma **amostra aleatória simples**, na qual são realizadas pequenas escavações em locais aleatórios; uma **amostra estratificada aleatória**, na qual são definidas “zonas” de acordo com suas características (como área cultivada ou floresta, por exemplo) e são realizadas sondagens ainda de forma aleatória, mas com maior quantidade em uma zona de maior interesse e menos nas outras; uma **amostra sistemática**, na qual são realizadas diversas sondagens com espaçamentos semelhantes entre si de modo que as escavações se distribuem de forma equidistante sobre o terreno, e uma **amostra sistemática estratificada desalinhada**, que combina as características dos três tipos anteriores.

Para o trabalho em questão, conforme apresentado em Luna (2017a) foi definida uma malha previamente ao trabalho de campo, com a localização estimada de onde deveriam ser realizadas as sondagens (Figura 5). As escavações apresentavam uma distância de 100 metros

entre si para a maior parte do terreno, mas nas áreas de drenagem, onde já se esperavam encontrar vestígios arqueológicos devido aos resultados da prospecção anterior, a distância entre as sondagens era de 40 metros.

No contexto das prospecções iniciais, a partir da identificação de materiais arqueológicos na superfície das margens dos cursos d'água, levantou-se a hipótese de que os sítios estavam em profundidade e estavam sendo carreados para o leito dos riachos. Esta hipótese orientou o direcionamento da segunda etapa de prospecção, mais direcionada para estes locais, a qual será descrita adiante.

Figura 5 - Trilhas percorridas e locais prospectados de acordo com a malha proposta.

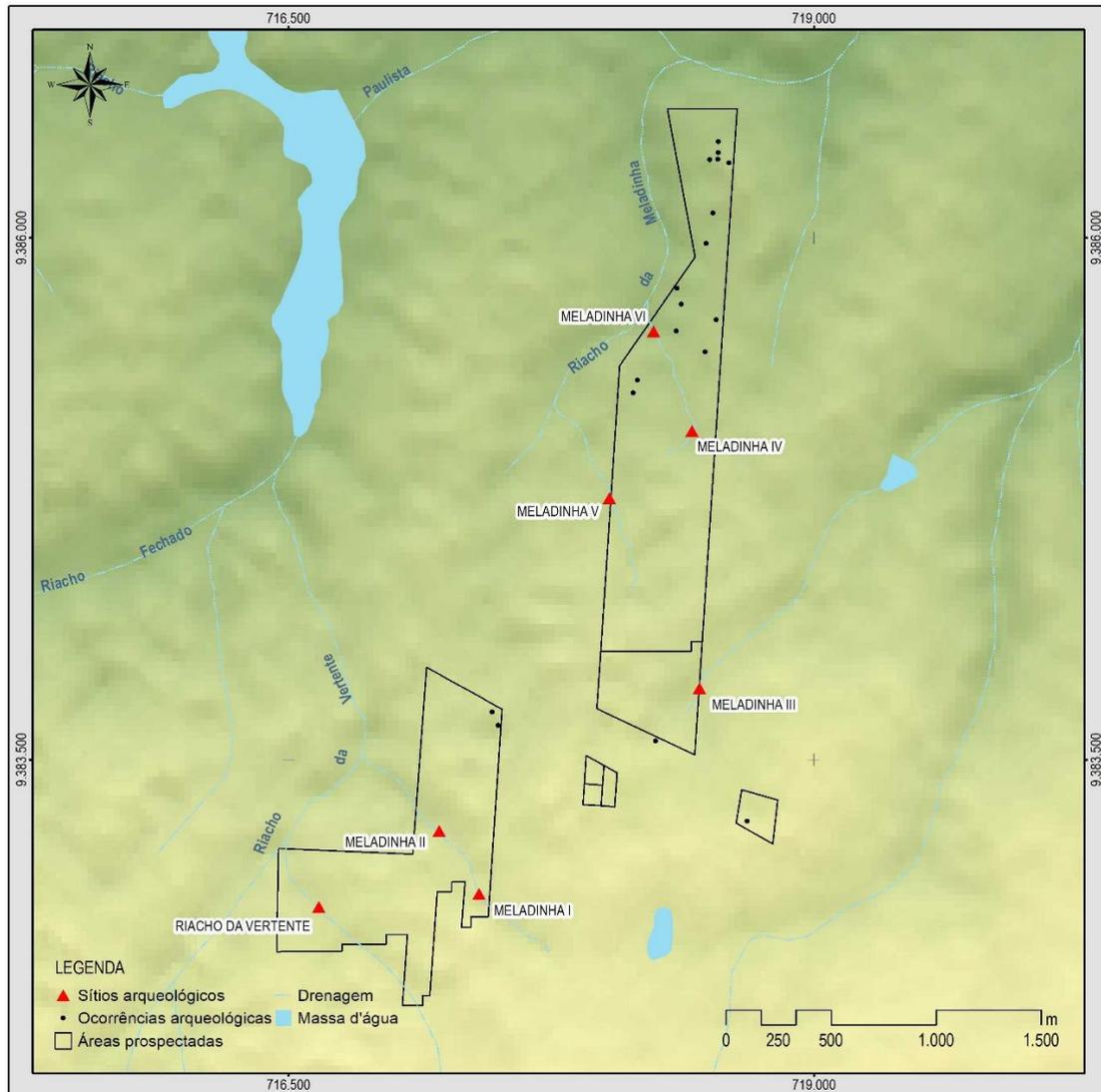


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Durante a etapa de prospecção de subsuperfície foi identificado outro sítio em contexto semelhante aos anteriores, mas que estava em contexto subsuperficial e não exposto como os outros. Os sítios foram nomeados inicialmente de acordo com a nomenclatura da propriedade em que se encontram, a qual também corresponde ao nome de um curso hídrico que perpassa a

propriedade que é o riacho Meladinha, sendo a propriedade também denominada de Fazenda Meladinha. Neste sentido, apresento a seguir de forma mais geral os sítios Meladinha I, II, III, IV, V e VI, dos quais, alguns estão localizados nas drenagens do riacho de mesmo nome (Figura 6).

Figura 6 - Representação hidrográfica da área em estudo com a localização dos sítios e ocorrências.



Fonte: ICA/LAHP, 2017.

Sítio Meladinha I

Conforme apresentou Luna (2017c), o sítio Meladinha I estava localizado em um tributário do Riacho da Vertente que deságua no Riacho Fechado e depois se encontra com o Riacho da Meladinha antes deste afluir à Lagoa do Piató, que dista de mais de 6km da área do sítio. Conforme apresentado pelo autor,

Localizado sob as coordenadas UTM Zona 24 M 717417 E 9382862 N (Datum SIRGAS 2000) (ponto central), o sítio possui uma área total de 9.657 m² com cerca de 170 m de comprimento por 60 metros de largura. A altitude média é de 80 metros acima do nível do mar. (LUNA, NOBRE E NOGUEIRA, 2016a, p. 48).

A delimitação do sítio foi realizada já na etapa de prospecção de superfície, na qual foi definido um perímetro que continha toda a dispersão material verificada no leito da área de drenagem. Conforme exposto em Luna, Nobre e Nogueira (2016a), tal perímetro foi traçado pelas seguintes coordenadas:

Tabela 1 – Coordenadas

<i>Sítio Meladinha I</i>		
<i>Vértice</i>	<i>Coordenadas (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M)</i>	
1	717349 E	9382928 N
2	717402 E	9382956 N
3	717479 E	9382809 N
4	717434 E	9382780 N

Fonte: Luna (2017c)

Os materiais arqueológicos encontrados em superfície que permitiram esta delimitação estavam dispostos tanto no leito da drenagem quanto em meio às margens erodidas, o que levou os pesquisadores a levantarem a hipótese os artefatos arqueológicos estavam em profundidade, nas margens, e que estariam sendo carregados para o leito do riacho pela erosão e assoreamento (LUNA, NOBRE, NOGUEIRA 2016a; LUNA 2017a)

Neste sentido, visando averiguar esta hipótese e tendo em mente a possibilidade do perímetro do sítio estender-se, durante a etapa seguinte de prospecção, um dos objetivos da equipe foi a delimitação do sítio em profundidade, buscando verificar se havia artefatos arqueológicos também em subsuperfície que corroborariam com a hipótese de carregamento das margens para o leito do curso d'água. Para tanto, foram realizadas 12 sondagens nas margens da área de drenagem, nas quais não foram encontrados novos vestígios arqueológicos o que não alterou a delimitação inicial do sítio, definida pela dispersão superficial dos vestígios (LUNA, 2017a).

Figura 7 - Vista geral do sítio Meladinha I na área de drenagem onde aflora o arenito Açú.

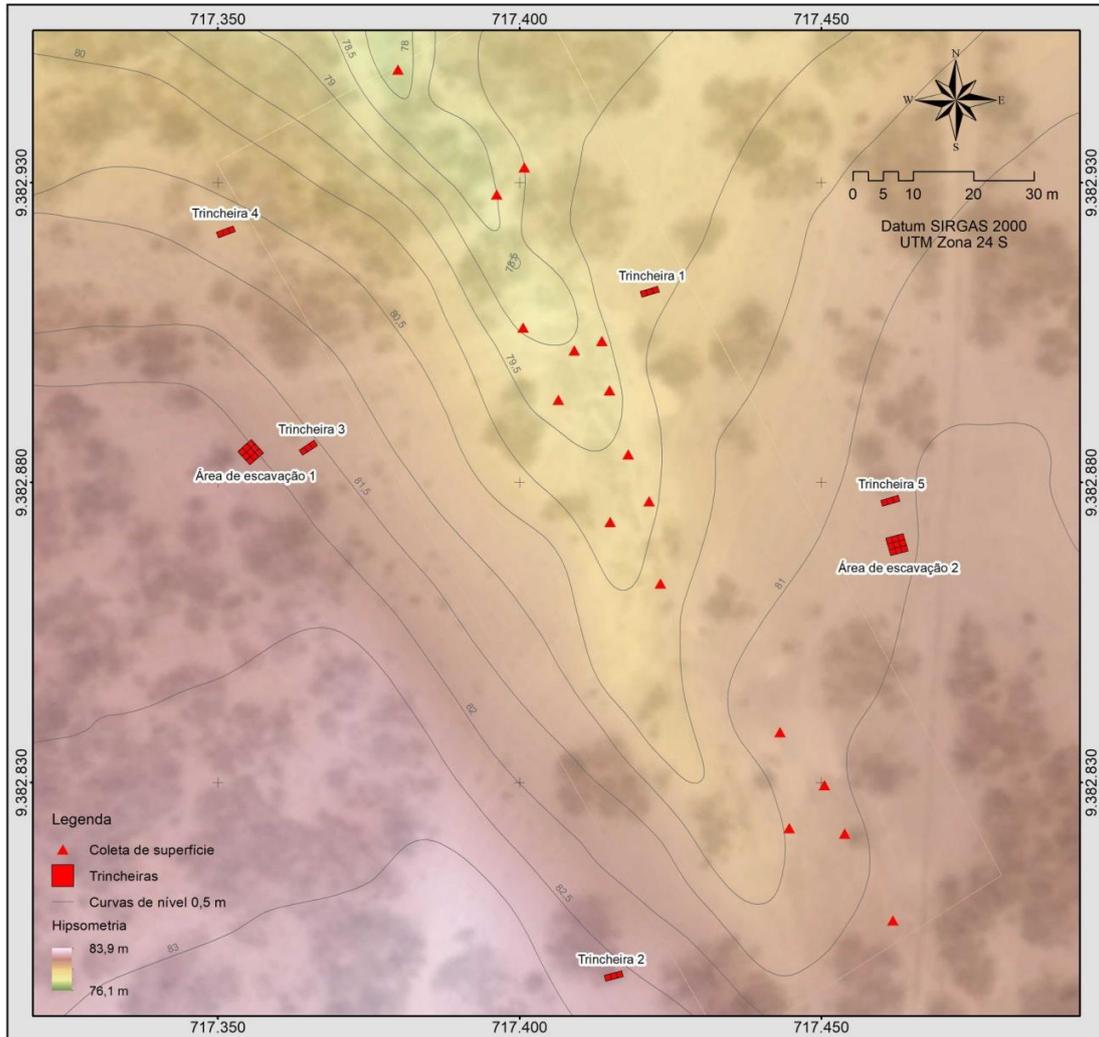


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Contudo, na etapa de resgate arqueológico, foram intensificadas as intervenções em subsuperfície nas margens do curso d'água, as quais foram realizadas a partir da escavação de 5 trincheiras com dimensões de 3m x 1m.

Devido à presença de materiais arqueológicos em diferentes níveis em subsuperfície encontrados nas trincheiras foram escavadas também duas áreas de escavação com dimensões de 3 x 3 m, nas quais não foram encontrados vestígios arqueológicos.

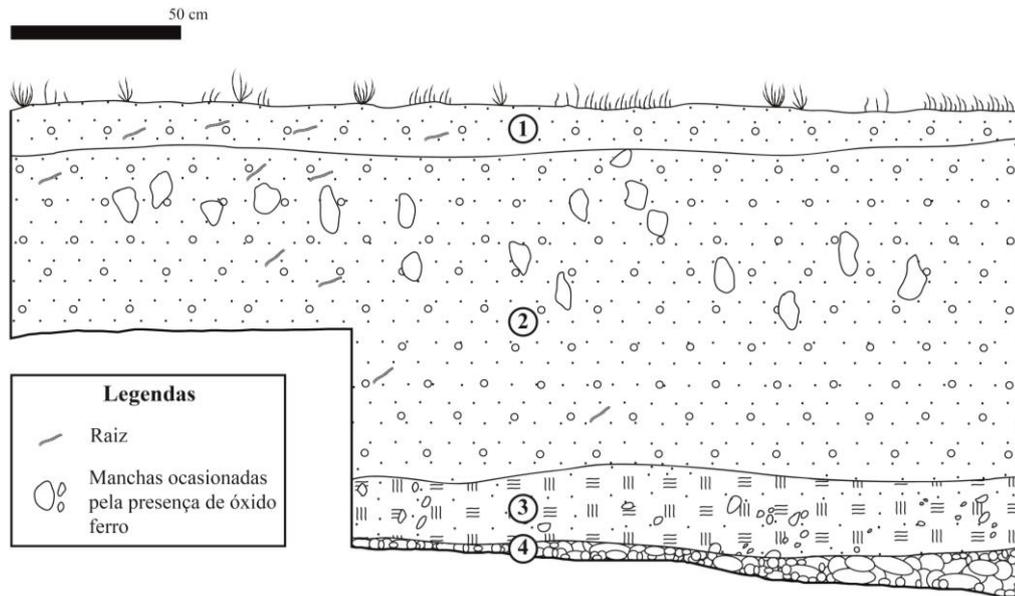
Figura 8 - Distribuição espacial dos vestígios e das trincheiras no sítio Meladinha I.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Segundo apresentado em Luna (2017c), a sequência estratigráfica percebida com as escavações apresenta uma camada superficial arenosa, seguida por um pacote argiloso que sobrepõe um nível de cascalho que está assente sobre os arenitos da formação Açú (Figura 9).

Figura 9 - Sequência estratigráfica registrada no perfil norte da trincheira 3. 1-2) Camadas arenosas com cascalho; 3) Camada argilosa com cascalho; 4) Cascalheira.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Figura 10 - Foto do perfil norte da trincheira 3. 1-2) Camadas arenosas com cascalho; 3) Camada argilosa com cascalho; 4) Cascalheira.

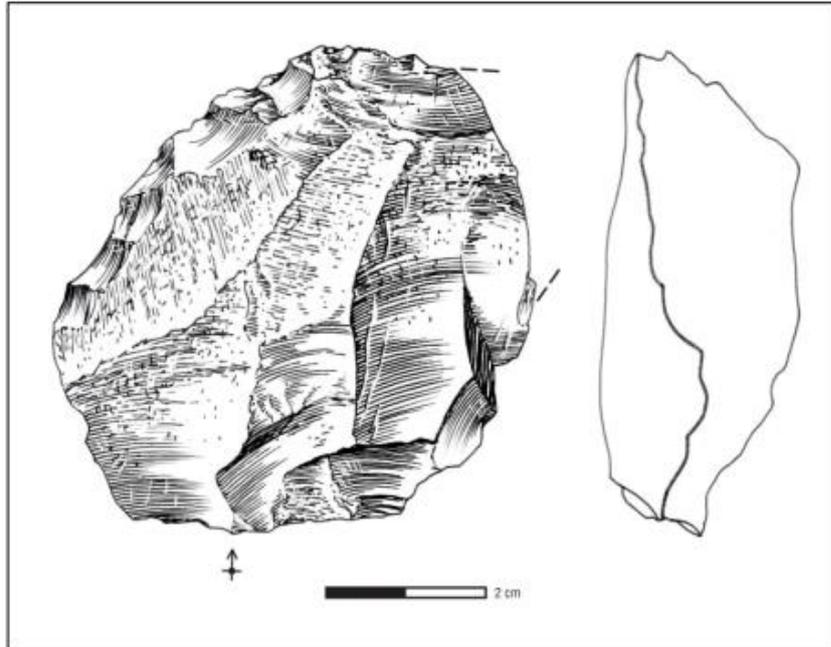


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Foram coletados na etapa de escavação 31 artefatos arqueológicos, dos quais 4 são fragmentos cerâmicos e os outros 27 são artefatos líticos. Desta quantia, 21 dos artefatos líticos

foram coletados em superfície, enquanto que os 4 fragmentos cerâmicos e 6 líticos foram encontrados em subsuperfície em várias das trincheiras escavadas e em profundidades distintas.

Figura 11 - Instrumento em sílex.



Fonte: Adaptado de Luna (2018a). Desenho: Marcellus d'Almeida.

Os artefatos líticos apresentam matérias-primas diversas, sendo de quartzo, sílex ou silexito, entre os materiais coletados no sítio Meladinha I destacam-se uma ponta de projétil façorada em quartzo (Figura 12).

Figura 12 - Ponta de projétil em quartzo.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Sítio Meladinha II

De acordo com Luna (2017c) o sítio Meladinha II está localizado a uma distância de aproximadamente 200 metros do sítio Meladinha I e situa-se na mesma drenagem intermitente do Riacho da Vertente.

Localizado sob as coordenadas 717217 E 9383137 N (ponto central) (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M), o sítio possui uma área total de 8.581 m² com cerca de 205 m de comprimento por 45 m de largura. A altitude média é de 73 m acima do nível do mar (LUNA, NOBRE E NOGUEIRA, 2016a, p. 56).

De forma semelhante ao anterior, a delimitação do sítio se deu inicialmente de acordo com a dispersão superficial dos vestígios, a qual ficou circunscrita em um perímetro definido pelas seguintes coordenadas:

Tabela 2 - Coordenadas

Sítio Meladinha II		
<i>Vértice</i>	<i>Coordenadas (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M)</i>	
1	717167 E	9383228 N
2	717307 E	9383087 N
3	717279 E	9383053 N
4	717138 E	9383200 N

Fonte: Luna (2017c)

Figura 13 - Vista geral da área do sítio Meladinha II.

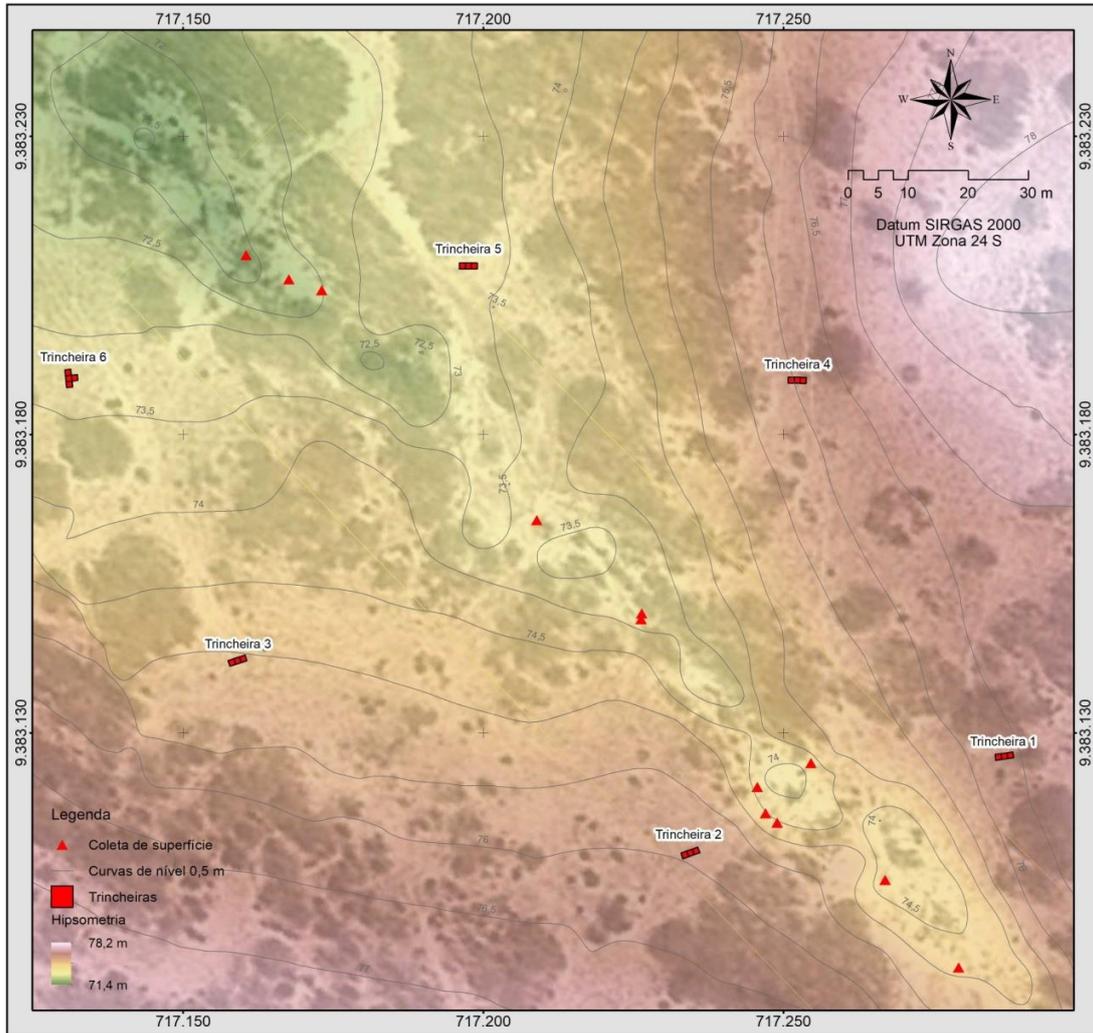


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Na segunda etapa de prospecção foram realizadas 12 sondagens nas margens da área de drenagem com o intuito de verificar a existência de materiais em profundidade, também testando a hipótese levantada anteriormente de que os materiais estavam sendo carreados das margens para o leito do curso d'água. Entretanto, neste primeiro momento de realização de cortes estratigráficos, nenhuma das 12 sondagens apresentou material arqueológico em profundidade (LUNA, 2017a).

Conforme apresentado em Luna (2017c), no período de escavação foram escavadas 6 trincheiras também nas margens da drenagem. 5 das trincheiras teve dimensões de 3m x 1m e uma delas 3m x 2m. Poucos materiais foram encontrados em profundidade.

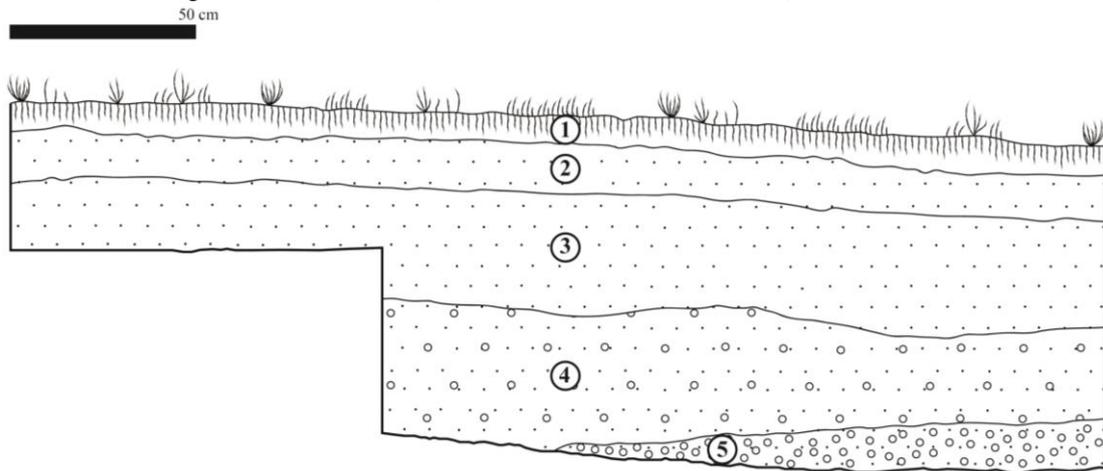
Figura 14 - Distribuição espacial dos vestígios e das trincheiras no sítio Meladilha II.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

A escavação das trincheiras revelou uma sequência estratigráfica semelhante à do sítio Meladilha I apresentando camadas arenosas, argilosas, cascalhosas e os arenitos da Formação Açú. Contudo, a camada arenosa foi subdividida pelos pesquisadores em 4 tipos, conforme ilustrado figura 15, abaixo.

Figura 15 - 1) Camada arenosa com matéria orgânica em maior quantidade; 2-3) Camadas arenosas de granulometria média; 4) Camada arenosa cascalhenta; 5) cascalheira.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Figura 16 - Foto do perfil oeste da trincheira 6.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

No sítio Meladinha II, foram coletados ao todo 31 artefatos arqueológicos, sendo todos materiais líticos. Deste total, 26 artefatos foram coletados em superfície, enquanto apenas 5 estavam em subsuperfície e em profundidades variadas. 3 dos materiais foram encontrados já na primeira decapagem (10 cm) enquanto os outros 2 estavam a 60 cm.

Figura 17 - Lasca em silexito.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Sítio Meladinha III

O sítio Meladinha III está localizado em uma drenagem de um curso d'água intermitente sem denominação que se junta a outro riacho na localidade de Café Jardim para desaguar na Lagoa do Piató mais adiante.

Localizado sob as coordenadas 718450 E 9383830 N (ponto central) (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M), o sítio possui uma área total de 3.171 m² com cerca de 80 m de comprimento por 40 m de largura. A altitude média é de 70 m acima do nível do mar (LUNA, NOBRE E NOGUEIRA, 2016a, p. 57).

Como este sítio também foi identificado na prospecção de superfície, sua delimitação se deu inicialmente pela dispersão superficial dos vestígios arqueológicos, de maneira semelhante aos dois anteriores. O sítio teve seu perímetro definido entre as seguintes coordenadas:

Tabela 3: Coordenadas

<i>Sítio Meladinha III</i>		
<i>Vértice</i>	<i>Coordenadas (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M)</i>	
1	718417 E	9383805 N
2	718449 E	9383878 N
3	718488 E	9383866 N
4	718455 E	9383793 N

Fonte: Luna (2017c)

Figura 18 - Visão geral do sítio Meladinha III.

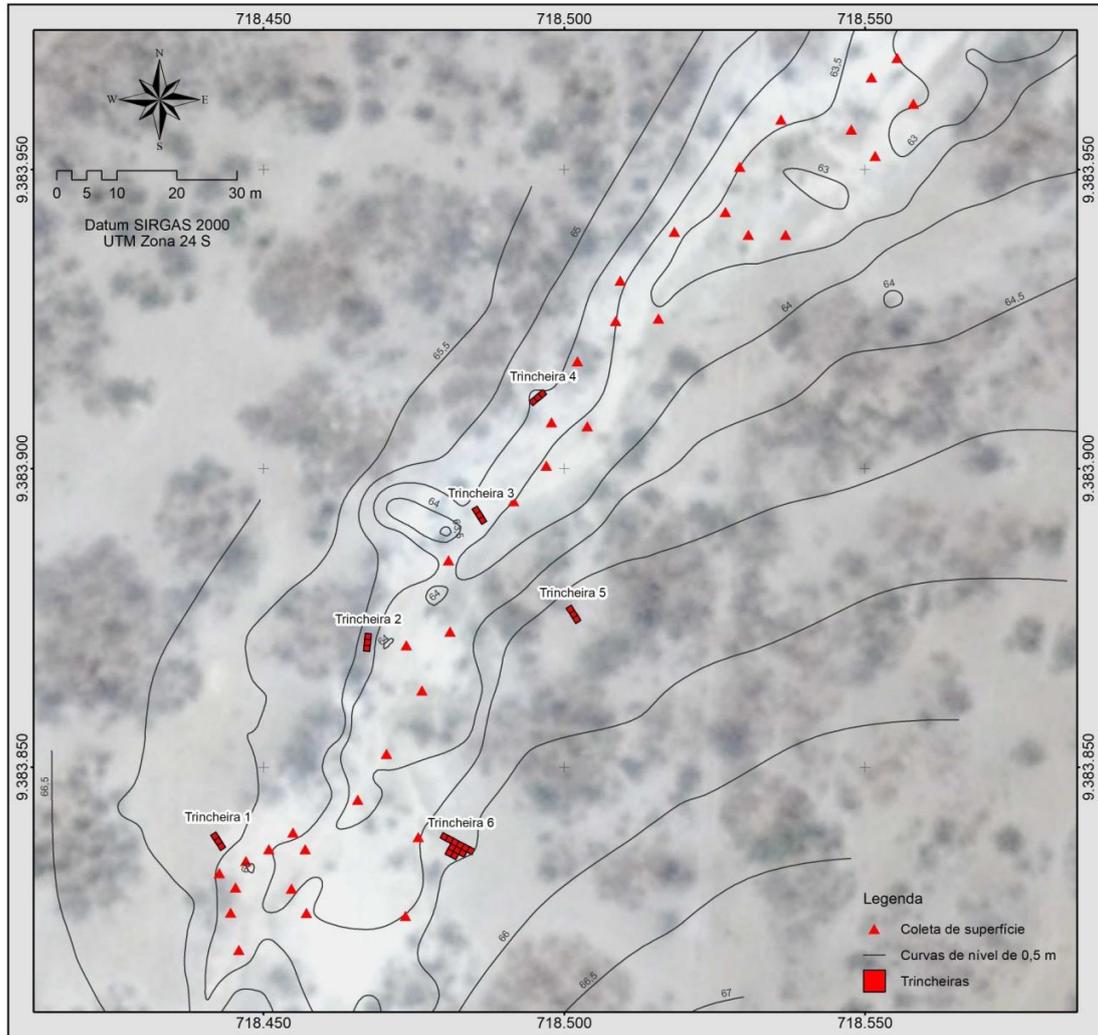


Fonte: Luna (2017c).

Na etapa de prospecção de subsuperfície foram realizadas 7 sondagens nas margens do curso d'água, com o intuito de testar a hipótese levantada previamente, bem como de refinar a delimitação do sítio. Neste primeiro momento, apenas uma sondagem apresentou material arqueológico, constituído de um único artefato lítico nos primeiros 10 cm de profundidade (LUNA, 2017a).

Buscando informações complementares do contexto estratigráfico, durante as escavações do sítio foram realizadas cinco trincheiras com dimensões de 3m x 1m e uma de 6 x 1 m que foi expandida posteriormente para 6 x 3 m.

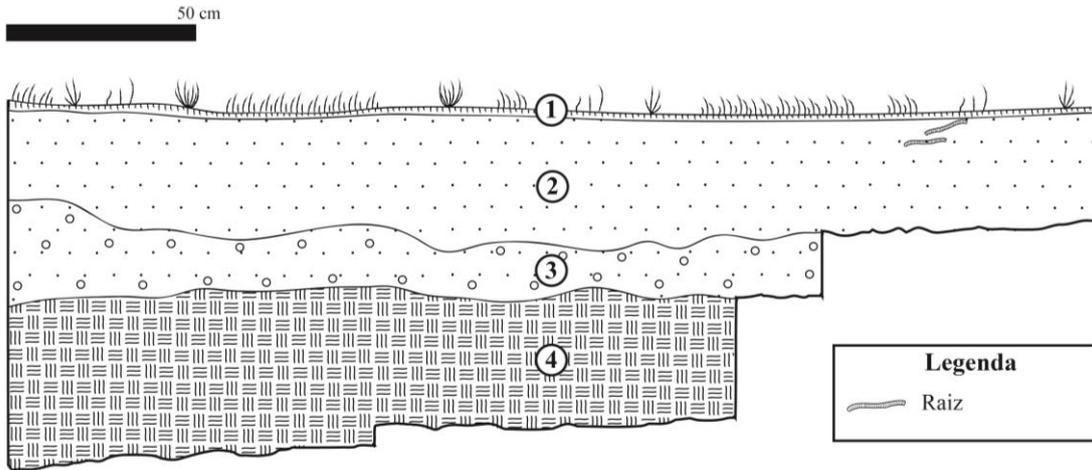
Figura 19 - Distribuição dos vestígios arqueológicos e das trincheiras escavadas no sítio Meladinha III.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

As escavações das trincheiras revelaram uma sucessão estratigráfica semelhante ao que foi constatado nos sítios anteriores, apresentando uma camada arenosa, seguida por um estrato argiloso, sendo perceptível em perfis naturais que as camadas mais abaixo são compostas por cascalheiras que cobrem os arenitos da Formação Açú. Assim como no contexto do sítio Meladinha II, a camada arenosa recebeu subdivisões, neste caso, em dois tipos (Figura 20).

Figura 20 - 1) Camada arenosa com matéria orgânica em grande quantidade; 2) Camada arenosa; 3) Camada arenosa cascalhenta; 4) Camada areno-argilosa compactada.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

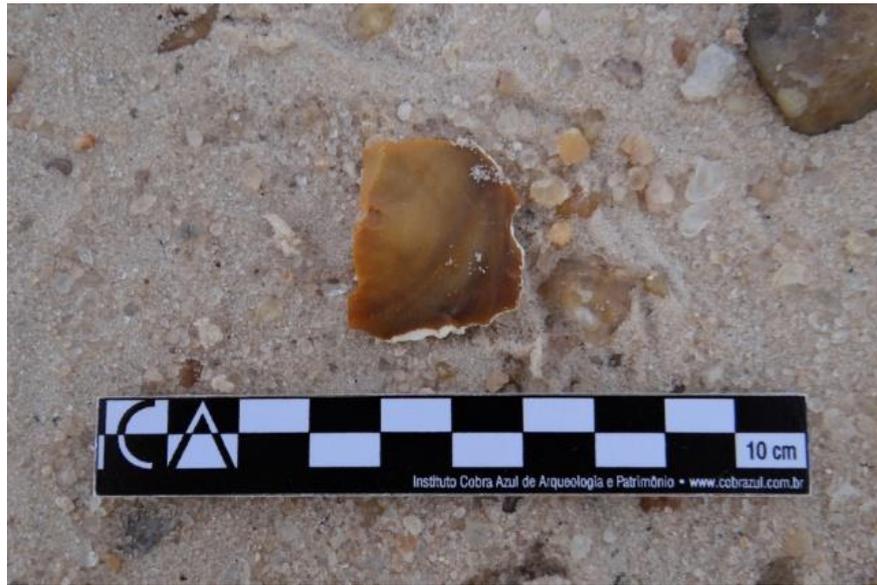
Figura 21 - Foto do perfil da trincheira 6.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

No sítio Meladinha III, foram coletados ao todo 38 artefatos arqueológicos, sendo todos materiais líticos. Deste total, 33 artefatos foram coletados em superfície, enquanto que apenas 5 estavam em subsuperfície e em profundidades variadas. Um dos artefatos foi encontrado na primeira decapagem (10 cm), outros três estavam a 30 cm e um foi coletado nos 40 cm.

Figura 22 - Lasca em silexito.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Sítio Meladinha IV

O sítio Meladinha IV situa-se em uma das duas drenagens afluentes do Riacho Meladinha, sob as coordenadas UTM Zona 24 M 718410 E 9385060 N (Datum horizontal SIRGAS 2000) (ponto central). De forma semelhante aos sítios anteriores, os materiais arqueológicos identificados estavam dispostos em superfície no leito do curso d'água bem como nas paredes erodidas da drenagem (LUNA, 2017d).

Localizado sob as coordenadas 718410 E 9385060 N (ponto central) (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M), o sítio possui uma área total de 17.712 m² com cerca de 190 m de comprimento por 80 m de largura. A altitude média é de 55 m acima do nível do mar (LUNA, NOBRE e NOGUEIRA, 2016b, p. 40).

Identificado na etapa de prospecção de superfície, o sítio foi delimitado de acordo com a dispersão dos vestígios ao longo do leito da drenagem e nas suas margens, tendo seu perímetro definido entre as seguintes coordenadas:

Tabela 4: Coordenadas

Sítio Meladinha IV

<i>Vértice</i>	<i>Coordenadas (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M)</i>	
1	718096 E	9384667 N
2	718046 E	9384637 N
3	717961 E	9384764 N
4	718031 E	9384802 N

Fonte: Luna (2017d)

Figura 23 - Vista geral do sítio Meladinha IV.

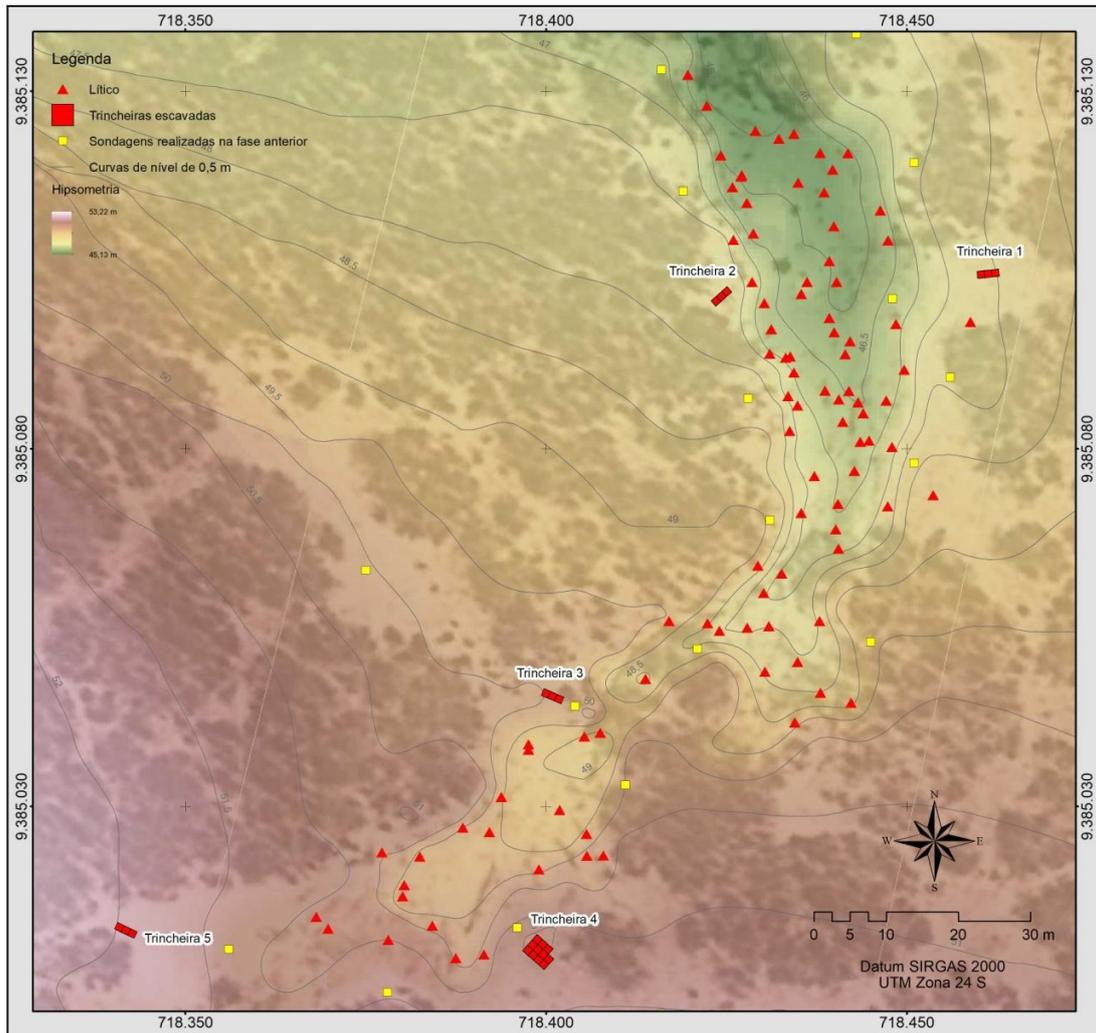


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Durante a prospecção de subsuperfície foram realizadas 19 sondagens nas margens do curso d'água, com o intuito de refinar a delimitação do sítio, tendo como orientação a hipótese de que os materiais deveriam estar nas margens e sendo descobertos e transportados para o leito. Contudo, não foram identificados vestígios arqueológicos nessas sondagens.

Conforme exposto em Luna (2017d), durante as escavações foram realizadas 5 trincheiras de 3m x 1m, dentre as quais, apenas uma apresentou materiais arqueológicos em subsuperfície, em profundidades diversas. Nesse contexto, a trincheira 4 foi expandida em outros 8 metros quadrados.

Figura 24 - Distribuição espacial dos vestígios arqueológicos e das escavações realizadas.

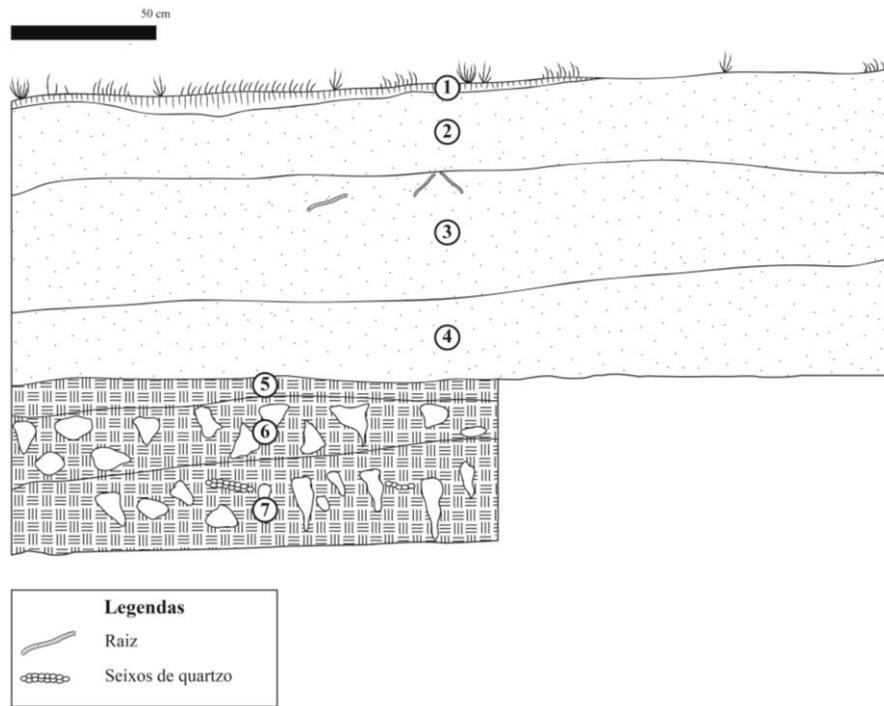


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

As escavações revelaram uma sequência estratigráfica composta por uma camada superficial arenosa, seguida de um estrato argiloso sobre uma camada cascalhosa, sobre a Formação Açú.

A partir da observação dos estratos na trincheira 1, neste local a camada arenosa foi subdividida pelos pesquisadores em 4 tipos, enquanto a camada argilosa apresentaria também outros 3 tipos conforme representado na figura 25, abaixo:

Figura 25 - 1) Camada arenosa com bastante matéria orgânica; 2-4) Camadas arenosas; 5) Camada argilosa compacta; 6) Camada argilosa mosqueada; 7) Camada argilosa mosqueada com lentes de cascalhos.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Figura 26 - Foto do perfil da trincheira 1.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

No sítio Meladinha IV, foram coletados ao todo 97 materiais arqueológicos, sendo 65 artefatos líticos e 32 fragmentos cerâmicos. Deste total, 60 artefatos foram coletados em superfície, enquanto 37 estavam em subsuperfície e em profundidades variadas. Todos os fragmentos cerâmicos foram encontrados em profundidade de até 20 cm, enquanto que mais abaixo entre 30 e 40 cm foram encontrados artefatos líticos.

Figura 27 - Lasca em sílex.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Sítio Meladinha V

O sítio Meladinha V está situado na drenagem de um tributário do Riacho Meladinha. Localizado sob as coordenadas UTM Zona 24 M 718040 E 9384710 N (Datum horizontal SIRGAS 2000) (ponto central) o sítio está a uma distância de aproximadamente 500 metros do sítio Meladinha IV.

Localizado sob as coordenadas 718040 E 9384710 N (ponto central) (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M), o sítio possui uma área total de 10.474 m² com cerca de 150 m de comprimento por 55 m de largura. A altitude média é de 60 m acima do nível do mar (LUNA, NOBRE, NOGUEIRA 2016b, p. 41).

O sítio Meladinha V apresentou a maior quantidade de materiais em superfície, tendo, portanto, um grande perímetro. Os materiais estavam dispersos no leito da drenagem e nas paredes erodidas. Além disso, foi realizada uma barragem para o fluxo de água do córrego, o

que deve ter contribuído, devido ao revolvimento, para a exposição de materiais que antes estavam enterrados. O perímetro do sítio foi definido entre as seguintes coordenadas:

Tabela 5: Coordenadas

<i>Sítio Meladinha V</i>		
<i>Vértice</i>	<i>Coordenadas (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M)</i>	
1	718393 E	9385173 N
2	718479 E	9385153 N
3	718439 E	9384972 N
4	718344 E	9384973 N

Fonte: Luna (2017d)

Figura 28 - Vista geral do sítio Meladinha V. Ao fundo percebe-se a parede da barragem feita na drenagem.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Durante a prospecção de subsuperfície foram realizadas 11 sondagens nas margens do curso d'água, dentre as quais apenas uma apresentou materiais arqueológicos. Já no momento de escavação do sítio, as intervenções em subsuperfície foram intensificadas com o intuito de testar a hipótese de que os materiais estariam nas margens da drenagem. Neste sentido, foram escavadas 6 trincheiras em diversos locais ao longo das margens do córrego, dentre as quais, duas tiveram seu perímetro expandido posteriormente. Além disso, também foi realizado um

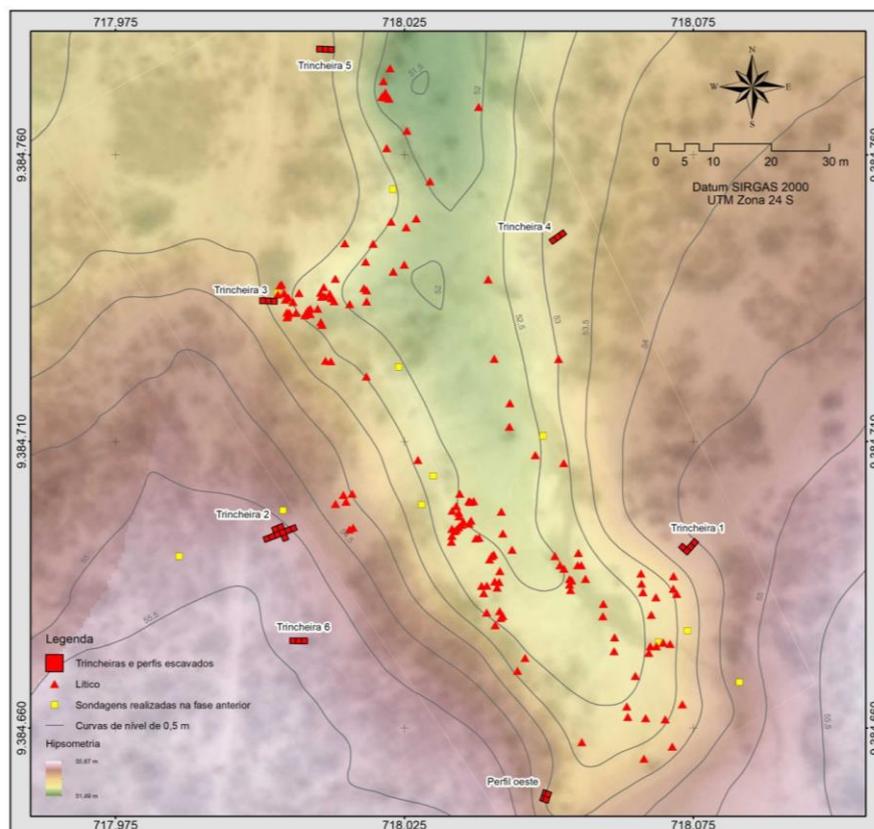
corte em um perfil exposto que forneceria dados iniciais sobre o contexto estratigráfico das margens.

Figura 29 - Corte em perfil exposto para identificação da sequência estratigráfica.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

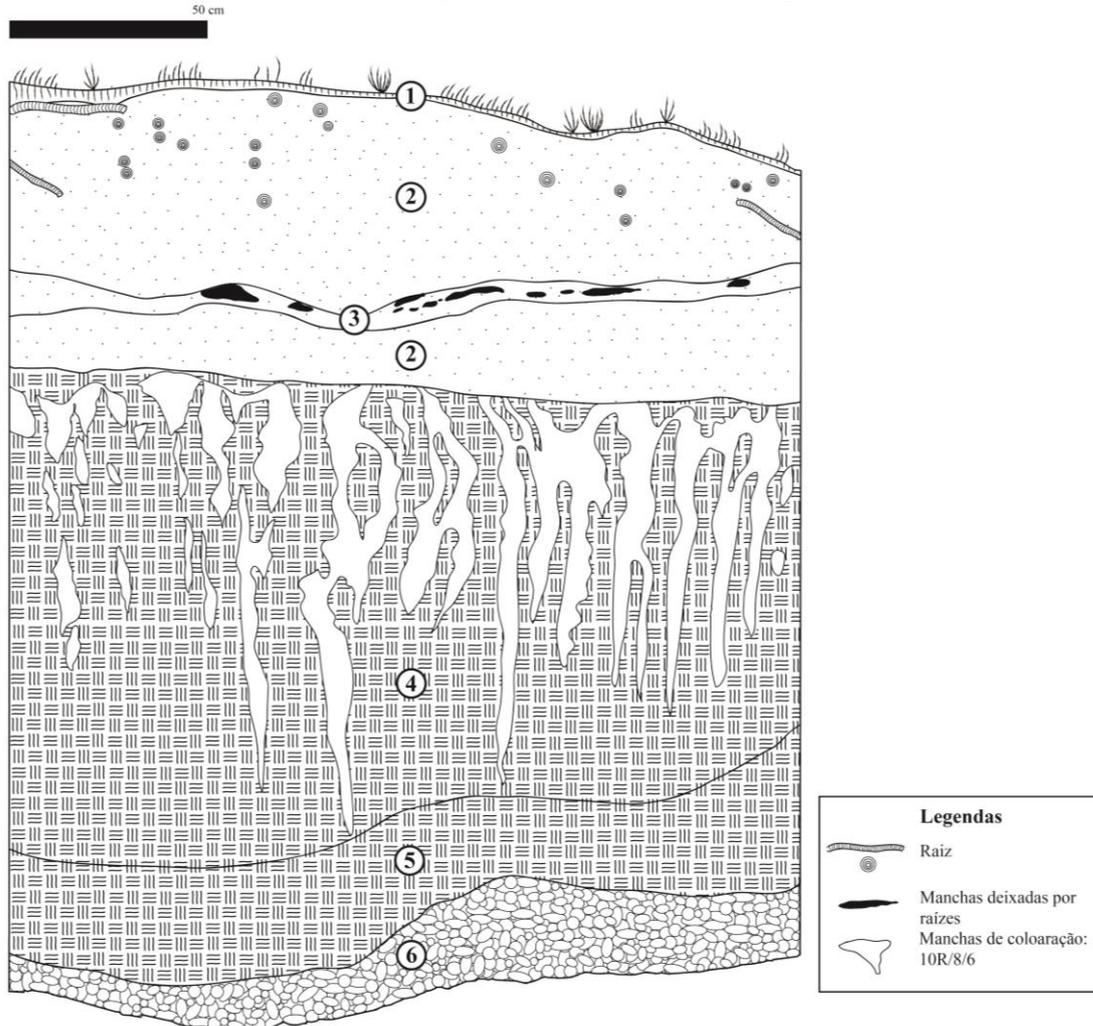
Figura 30 - dispersão espacial dos vestígios arqueológicos e das escavações realizadas no Sítio Meladilha V.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

O corte de perfil realizado em um barranco natural na margem esquerda do córrego revelou uma sequência estratigráfica que foi constatada em todas as outras escavações realizadas no sítio e que se assemelha às estratigrafias verificadas nos outros sítios pesquisados: uma camada arenosa, seguida por um estrato argiloso que encima as cascalheiras que cobrem os arenitos da Formação Açú (Figura 31).

Figura 31 - 1) Camada arenosa com bastante matéria orgânica; 2-3) Camada arenosa com raízes médias a grossas; 4) Camada argilosa mosqueada; 5) camada argilosa; 6) cascalheira.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Figura 32 - Foto do perfil oeste do barranco.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

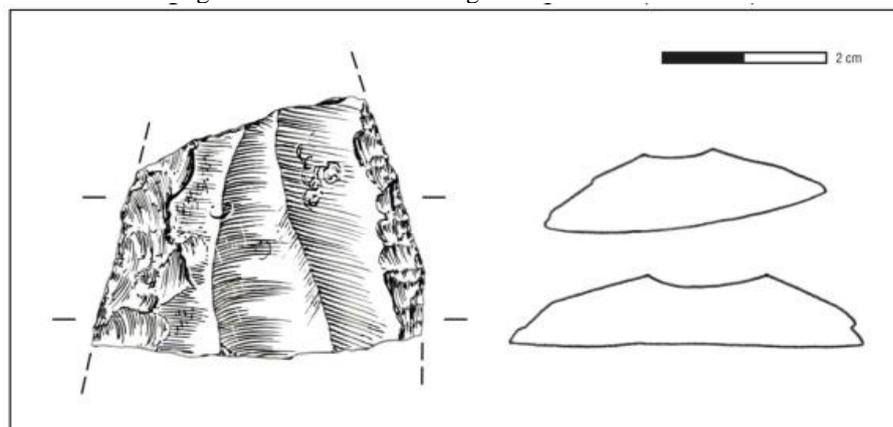
No sítio Meladinha V, foram coletados ao todo 133 materiais arqueológicos, sendo todos artefatos líticos. Deste total, 115 foram coletados em superfície, enquanto que 18 estavam em subsuperfície e em profundidades variadas. As matérias-primas identificadas variam entre quartzito, sílex e silexito.

Figura 33 - Instrumento façonado em suporte de lasca de sílex.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Figura 34 - Instrumento fragmentado em calcedônia.



Fonte: Adaptado de Luna (2018a). Desenho: Marcellus d'Almeida.

Sítio Meladinha VI

Este sítio difere dos outros por não ter sido identificado na primeira etapa de prospecção, mas apenas quando foram realizadas as prospecções de subsuperfície. Materiais líticos foram encontrados a 50 cm de profundidade na sondagem n° 163 da malha definida previamente, conforme exposto anteriormente.

Localizado sob as coordenadas UTM Zona 24 M 0718231 E 9385480 N (Datum SIRGAS 2000) (ponto central), o sítio possui uma área total de 450 m² com cerca de 30 metros de comprimento por 50 metros de largura. A altitude média é de 46 metros acima do nível do mar (LUNA 2017b, p. 241).

A partir da constatação dos materiais na sondagem, outras duas sondagens foram realizadas nas imediações com o intuito de identificar outros vestígios arqueológicos. Nas duas outras sondagens foram achados materiais líticos e cerâmicos em profundidades diversas o que levou à definição da área como sítio arqueológico, o qual foi delimitado em um perímetro circunscrito às seguintes coordenadas:

Tabela 6: Coordenadas

<i>Sítio Meladinha VI</i>		
<i>Vértice</i>	<i>Coordenadas (UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 M)</i>	
1	718216 E	9385492 N
2	718232 E	9385500 N
3	718231 E	9385464 N
4	718245 E	9385471 N

Fonte: Luna (2017d)

Figura 35 - Vista geral do sítio Meladinha VI.

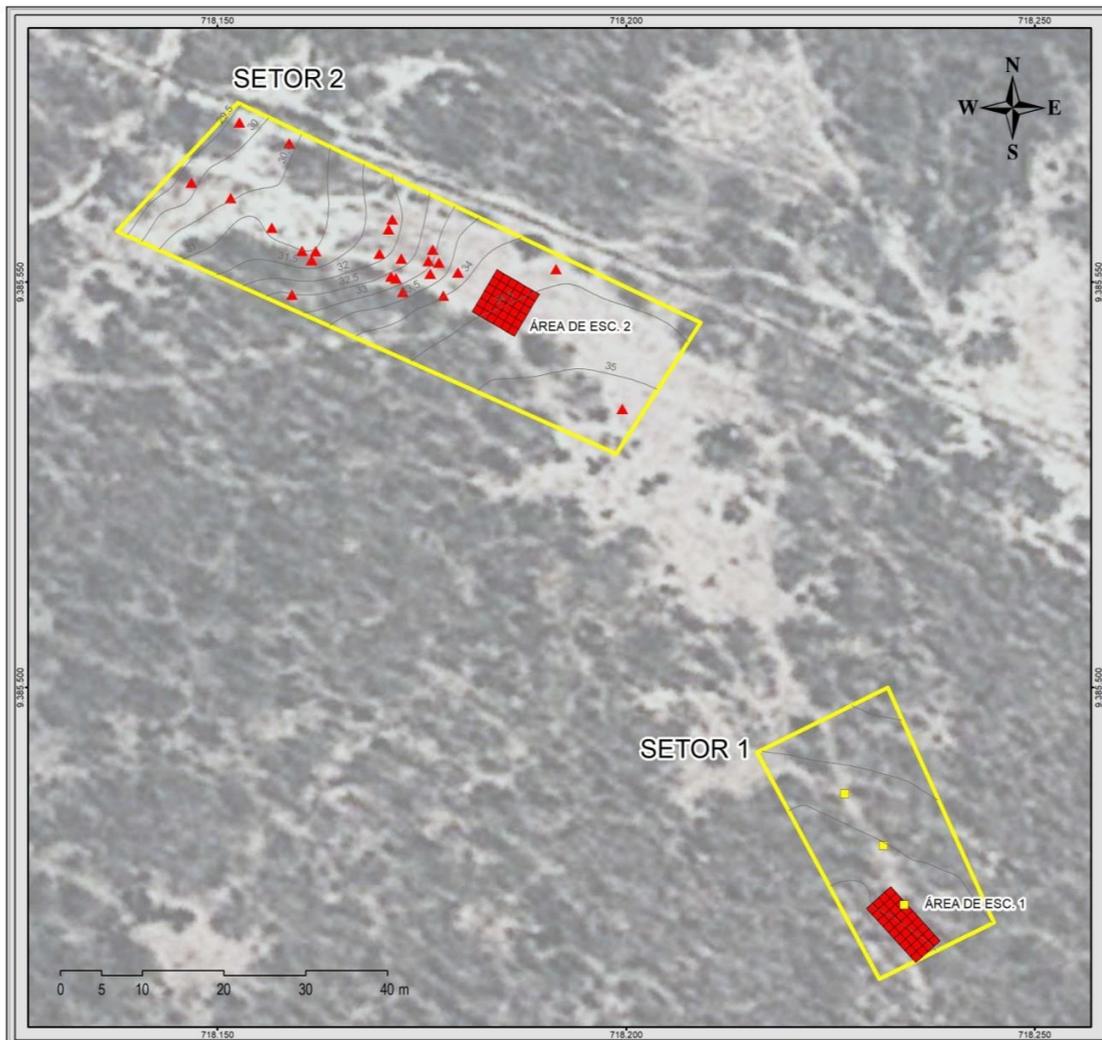


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

A área do sítio situa-se quase na intersecção onde se encontram dois afluentes do Riacho Meladinha, contudo o sítio está ainda na mesma drenagem do Meladinha IV, distando deste, aproximadamente 500 metros.

Embora os materiais tenham sido encontrados em profundidade em uma cota de elevação mais alta que a drenagem do Riacho Meladinha com a intensificação da prospecção foram encontrados outros artefatos em superfície nas paredes erodidas da drenagem mais abaixo o que, a princípio, corroboraria a hipótese levantada de que os vestígios culturais estariam sendo escavados e carreados para os cursos d'água. Neste sentido, o sítio Meladinha VI teria o contexto estratigráfico mais preservado do que os outros encontrados até então.

Figura 36 - Dispersão dos vestígios arqueológicos e das escavações realizadas nos dois setores do sítio Meladinha VI.

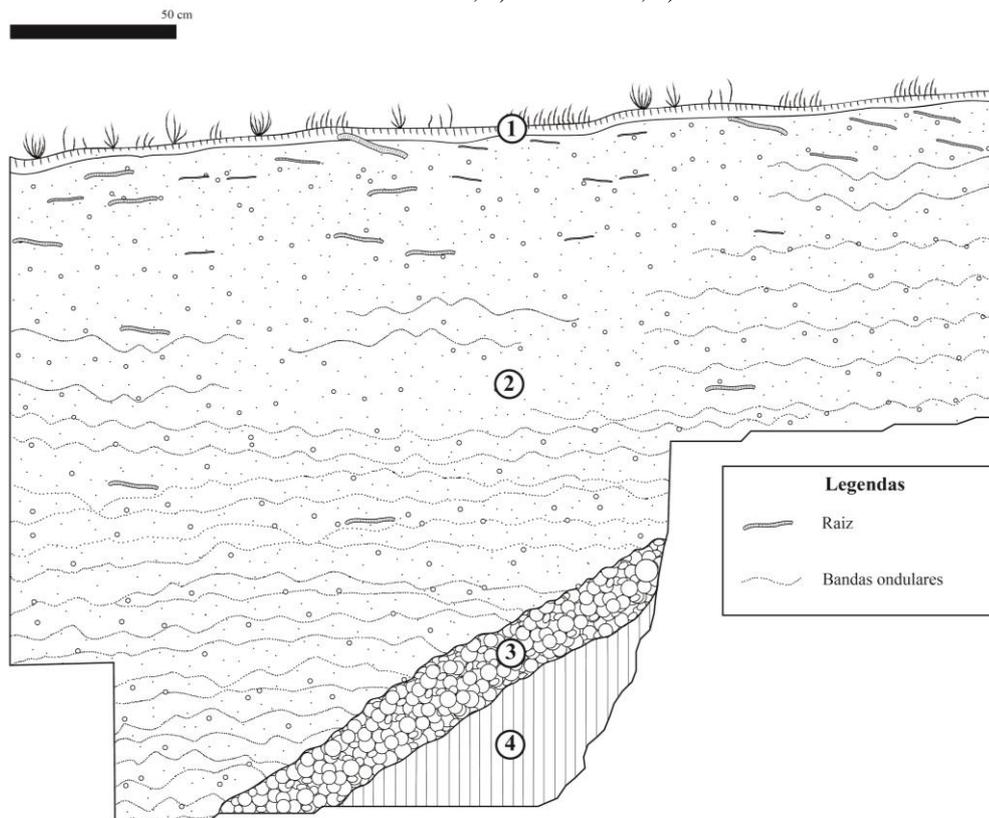


Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Conforme apresentou Luna (2017d), as escavações mais amplas foram escolhidas em detrimento das trincheiras para aproveitar os espaços abertos ou com pouca cobertura vegetal. Além disso, as escavações buscaram evitar os fornos de produção de carvão cujos remanescentes são encontrados nas imediações do sítio.

As escavações revelaram uma sequência estratigráfica um pouco diferente das anteriores, pois não foi encontrada a camada argilosa com as que ficavam sobre as cascalheiras nos sítios anteriores. Na área escavada que atingiu uma profundidade de mais de 2,50 metros, foram constatadas apenas uma camada arenosa bastante espessa seguida pelo estrato cascalhoso e os arenitos da Formação Açú logo abaixo (Figura 37).

Figura 37 - 1) Camada arenosa com matéria orgânica em grande quantidade; 2) Camada arenosa cascalhenta; 3) Cascalheira; 4) Rocha.



Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

No sítio Meladinha VI, foram coletados ao todo 164 materiais arqueológicos, sendo 160 artefatos líticos e 4 fragmentos cerâmicos. Deste total, 36 artefatos foram coletados em superfície, enquanto que 128 estavam em subsuperfície e em profundidades variadas. As matérias-primas identificadas dos artefatos líticos variam entre quartzito, sílex e silexito.

Figura 38 - Lasca em silxito com estigmas de retiradas na face superior.



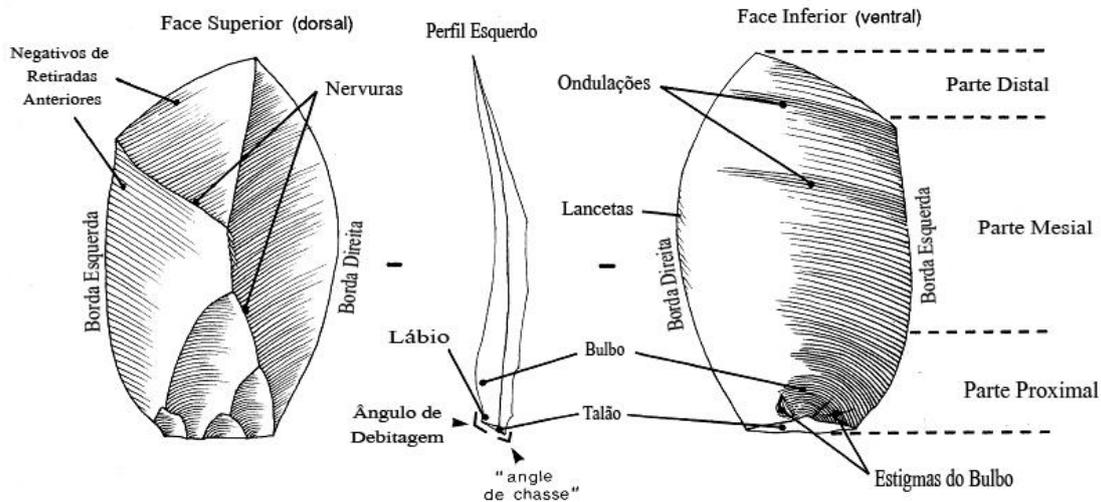
Fonte: Acervo ICA/LAHP, 2017.

Nos próximos capítulos tratarei de elaborar um histórico do desenvolvimento do pensamento ocidental e seus consequentes desdobramentos nas ciências, especificando essas a influência dessas ideias na Arqueologia. Posteriormente, abordarei estes sítios e seus materiais a partir de diferentes quadros teóricos, mostrando de forma mais prática quais bases argumentativas estão por trás de cada enfoque. Contudo, antes disso, faz-se necessário destacar as características básicas de identificação que são utilizadas nas análises de materiais líticos independentemente de enfoque teórico.

2.4 CARACTERÍSTICAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS LÍTICOS

A identificação e classificação dos materiais líticos em diferentes categorias é feita de acordo com os estigmas de lascamento, que podem ser observados no material. Conforme Tixier *et al.* (1999, p. 33, tradução nossa), “retiradas de qualquer protuberância de matéria bruta produzem lascas que compartilham certo número de características, determinadas pela propagação de ondas de fratura nas rochas duras”. Partindo desse princípio utilizaram-se aqui as noções dos diferentes estigmas conforme apresentadas pelos referidos autores.

Figura 39 - Ilustração dos estigmas de lascamento.



Fonte: Adaptado de Tixier et al, 1999, tradução nossa.

Na identificação de lascamentos intencionais, geralmente se observam marcas deixadas pelas fraturas súbitas em rochas que possuem fraturas conchoidais (Figura 39), no entanto, nem sempre todos os estigmas estão presentes, pois, conforme aponta Davois (1976, p. 165, tradução nossa) “todas estas rochas apresentam certa heterogeneidade”. Neste contexto, os principais estigmas identificados são o bulbo, as ondulações e as lancetas, os quais foram definidos da seguinte forma:

Bulbo: “É uma excrescência de forma conchoidal, cujo centro é marcado pelo ponto de impacto ou de percussão” (LAMING-EMPERAIRE, 1967, p. 54).

Contrabulbo: É o negativo do bulbo retirado da superfície fraturada (DAUVOIS, 1976).

Ondulações: A fratura na rocha se desenvolve por vezes uniformemente como ondas concêntricas (DAUVOIS, 1976).

Lancetas: São encadeamentos de micro elevações trapezoidais que apontam para o ponto de impacto e são fundamentais na identificação da orientação da debitagem quando estão ausentes as porções talão-bulbo ou ondulações (DAUVOIS, 1976).

De um ponto de vista analítico há ainda distinções conceituais em relação à organização destes estigmas e quanto à finalidade do lascamento. Esta diferenciação consiste em classificar os artefatos em produtos de façomagem, debitagem ou retoque.

Em relação a estas definições analíticas, se entende que as únicas formas de se obter um utensílio de pedra lascada consistem de façongem¹ ou debitage. Conforme definem Tixier et al. (1999, p. 43, tradução nossa), “usamos o termo modelagem para indicar uma sequência de operações de lascamento realizada com o propósito de manufaturar um único artefato, esculpindo o material de acordo com a forma desejada”. Portanto, a façongem se caracteriza pelo lascamento do suporte rochoso para esculpir o artefato (Figura 40).

Figura 40 - Peça coletada no sítio Meladinha 5 que exemplifica o processo de façongem.

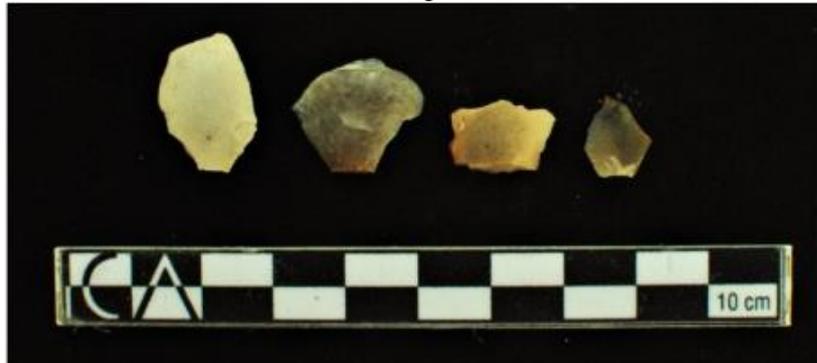


Fonte: ICA/LAHP (2018).

Debitagem, por sua vez, é entendida como “uma operação que consiste em fraturar material bruto para a obtenção de lascas” (TIXIER *et al.* 1999, p. 59, tradução nossa), (Figura 41). Nesse sentido, a principal distinção das referidas técnicas de lascamento consiste no objetivo final da utilização de cada uma. No processo entendido como debitage, são as lascas que serão utilizadas, podendo o bloco rochoso ser descartado imediatamente após a obtenção da primeira. Por outro lado, na façongem, o objetivo consiste em transformar a matriz rochosa em instrumento, moldando-o. Contudo, as duas técnicas podem ser utilizadas de maneira complementar, quando se retira uma lasca que será o objeto da façongem, por exemplo.

¹ termo proveniente da escola francesa. Corresponde ao conceito de shaping pelos pesquisadores de língua inglesa e ambos os termos têm o sentido de modelagem.

Figura 41 - Lascas coletadas no sítio Meladinha I que exemplificam o processo de debitagem.



Fonte: Adaptado de Luna (2018a).

Dentro destas definições, as técnicas são identificadas a partir da forma como os produtos de lascamento foram removidos, seja através de percussão dura, percussão macia, percussão indireta, pressão, entre outros.

Neste contexto, outra prática que também deve ser mencionada é a confecção de retoques, os quais também podem ser obtidos a partir da utilização de diferentes técnicas. Segundo os autores supracitados, “o termo ‘retoque’ descreve retiradas obtidas por percussão ou pressão, com a intenção de fazer, acabar ou afiar ferramentas. Os termos retoque e retocado serão por definição aplicados a qualquer objeto que se suponha ser uma ferramenta” (TIXIER *et al.* 1999, p. 81, tradução nossa), (Figura 42).

Figura 42 - Instrumento coletado no sítio Meladinha III que exemplifica a confecção de retoques.



Fonte: Adaptado de Luna (2018a).

Após esta breve exposição de conceitos é necessário destacar que embora todas as análises de materiais líticos sejam realizadas com base na observação destes estigmas de lascamento e seguindo estas definições analíticas, as interpretações obtidas variam de acordo com o quadro teórico utilizado. Conforme mostrarei mais adiante, no quadro Histórico-Cultural o foco é dado para os instrumentos acabados, visando identificar padronizações em ferramentas cuja variação morfológica (no caso das pontas de projétil, por exemplo) poderia servir tanto como indicador cronológico, quanto de identificador cultural.

Já na perspectiva sistêmica processual, a partir da análise acurada desses estigmas é possível classificar e interpretar qual a sequência utilizada para a confecção dos diferentes tipos de implementos encontrados, permitindo uma interpretação do domínio técnico do(s) produtor(es) cuja intencionalidade está representada materialmente nos artefatos líticos. Tal orientação busca identificar padronizações na forma de fazer os instrumentos, as quais seriam indicativos de sistemas de aprendizagem em um sistema social revelando conceitos de produção que determinados grupos possuíam para manufatura de suas ferramentas.

Contudo, antes de entrar nas especificidades que os quadros referenciais teóricos possuem em suas formas de estruturar nossas formas de compreender o mundo, faz-se necessário contextualizar o surgimento dessas ideias na filosofia e seus desdobramentos nas ciências, destacando suas influências na construção do pensamento arqueológico.

3 FILOSOFIA E ARQUEOLOGIA

Pretendo com este trabalho mostrar na prática como se articulam os quadros referenciais teóricos que utilizamos na Arqueologia, apresentando não só os pressupostos que os norteiam, mas também alguns resultados que eles permitem que alcancemos nas nossas pesquisas e esta é a discussão que será abordada neste capítulo. Contudo, antes de adentrarmos na revisão histórica dos desenvolvimentos teóricos, é necessário definir alguns conceitos chave como o de teoria, por exemplo.

Na introdução, mencionei brevemente o conceito de teoria utilizado por Puntel (2008, p. 160) que a entende como “uma classe de sentenças ou fórmulas dedutivamente fechada ou finalizada por meio de consequência lógica”.

Trigger (2004) especifica 3 “níveis” de teoria: alto, médio e baixo, sendo que esses níveis são definidos de acordo com a abrangência dos fenômenos que eles conseguem explicar. Para o autor,

As teorias de nível baixo têm sido descritas como pesquisas empíricas com generalizações. (...) Essas generalizações normalmente se baseiam em regularidades que são repetidamente observadas e, entretanto, podem ser refutadas pela observação de casos contrários (TRIGGER, 2004, p. 19)

As teorias de nível médio são definidas como generalizações que tentam dar conta de regularidades ocorrentes, em múltiplas instâncias, entre duas ou mais séries de variáveis. As generalizações da ciência social devem ter validade transcultural e também fazer alguma referência ao comportamento humano. Além disso, devem ser suficientemente específicas, de modo que possam ser testadas quando submetidas a diferentes conjuntos de dados. (...) Teorias de alto nível, ou teorias gerais, (...) são definidas como regras abstratas que explicam as relações entre proposições teóricas e vêm a ser relevantes para a explicação de importantes categorias de fenômenos (TRIGGER, 2004, p. 21)

Já, no trabalho de Kuhn (2006, p.67), o filósofo desenvolve o conceito de paradigma como “um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias e suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação”.

Neste sentido, se teoria é uma classe de sentenças logicamente fechada, o paradigma pode ser entendido como um conjunto de teorias afins com semelhanças nas suas aplicações conceituais e metodológicas. Portanto, paradigma, conforme esta definição seria um conceito bastante similar ao de quadro referencial teórico que também mencionei na introdução. “Para ele [Kuhn], paradigma significava um modo prototípico de resolução de problemas que

implicitamente define para os cientistas como eles devem ‘ver o mundo’” (CLARKE, 1993, p. 204, tradução nossa).

A partir desta definição, Clarke (1993), baseando-se no trabalho de Masterman, apresenta uma divisão de níveis de paradigmas, na qual os paradigmas distinguem-se em metafísicos, sociológicos e metodológicos. Para o autor, atividades envolvendo dados e fatos correspondem ao nível metodológico, teorias e modelos estariam em uma posição intermediária entre os paradigmas metodológico e metafísico, pertencendo então ao nível sociológico, enquanto que os paradigmas do nível metafísico quase nunca são explicitados e são difíceis de perceber, pois as fronteiras entre as “escolas teóricas” são bastante permeáveis e comumente há sobreposições entre teorias e modelos entre as correntes teóricas (CLARKE, 1993).

Retomando a discussão sobre teoria, vale destacar a discussão que busca diferenciar este termo do conceito de modelos. Clarke (1993) chama a atenção para o fato de que os dois termos são comumente usados de forma intercambiável, como equivalentes. Contudo, para o pesquisador, teorias possuem definições relativamente precisas em disciplinas mais axiomatizadas e são fundamentais para o entendimento do mundo. Por outro lado, modelos são formulações vagas que funcionam em diversos níveis para a identificação ou descrição de padrões, mas não necessariamente para gerar um conhecimento mais aprofundado sobre estes padrões (CLARKE, 1993).

A partir desta breve contextualização sobre os conceitos de teoria e de paradigma, é necessário destacar que, como explica Clarke (1993), Kuhn foi bastante criticado por seu uso descuidado do termo paradigma, o qual, segundo um dos seus críticos, possui 21 utilizações diferentes em seu trabalho mais citado. Desta forma, escolhi utilizar aqui o conceito de quadro referencial teórico, que também define estruturas de teorias como formas de ver o mundo, mas que não é tão ambíguo quanto o conceito de paradigma.

O quadro referencial como quadro teórico designa a totalidade de todos aqueles quadros referenciais específicos (pensa-se principalmente no quadro referencial linguístico, no lógico, no semântico, no conceitual, no ontológico) que de uma ou outra maneira constituem os componentes irrenunciáveis de um quadro referencial (compreensivo) pressuposto por uma dada teoria (PUNTEL, 2008, p. 29).

Portanto, quando me refiro a quadro referencial teórico histórico-cultural, processual ou pós-processual estou falando sobre estruturas gerais que organizam diversas teorias e metodologias e que funcionam, grosso modo, como guias que orientam nossa forma de ver o mundo. Conforme espero mostrar na prática nesta pesquisa, cada uma dessas estruturas gerais

possui seus próprios objetivos, seu próprio direcionamento metodológico e, conseqüentemente, chega a resultados também próprios.

Neste sentido, outra questão importante que merece destaque em relação aos quadros referenciais teóricos enquanto estruturas que emolduram nossas formas de compreender o mundo, é o fato de que o dado é dependente da teoria, o que nos traz ao conceito de incomensurabilidade paradigmática (CHALMERS, 2011).

Os sentidos e as interpretações dos conceitos e as proposições de observação que os empregam dependerão do contexto teórico em que ocorreram. Em alguns casos, os princípios fundamentais de duas teorias podem ser tão radicalmente diferentes que não é possível formular os conceitos básicos de uma teoria nos termos de outra, com a consequência de que as duas rivais não compartilham das proposições de observação (CHALMERS, 2011, p. 176).

Conforme mostrarei ao longo do trabalho, alguns dados são vistos de formas bastante diferentes dependendo do quadro referencial teórico utilizado, mesmo se tratando dos mesmos materiais em estudo. Entretanto, há teorias e noções que podem perpassar vários quadros teóricos, como mostrarei em relação à noção normativa da cultura nas pesquisas arqueológicas, por exemplo.

De forma geral, abordarei três dos principais quadros referenciais teóricos como objeto de estudo: o Histórico-Culturalismo, o Processualismo e o Pós-Processualismo. Vale destacar que esta é uma divisão mais frequentemente encontrada na literatura arqueológica da América anglo-saxônica e não necessariamente é utilizada em todos os lugares do mundo, embora as formas de se pesquisar arqueologia, apesar da nomenclatura distinta entre os continentes, possui algumas semelhanças.

Clarke (1993) menciona relações distintas que países como os Estados Unidos e países europeus mantém com a pré-história. Para o autor, o estudo da pré-história tanto nos EUA como no continente europeu é, grosso modo, equivalente. Entretanto, nos EUA, estes estudos possuem estreitas ligações com os departamentos de Antropologia. Na Europa, por outro lado, a pré-história é vista como uma história que se projeta até os períodos pré-literários e é estudada em departamentos de História ou de Arqueologia. Portanto, apesar de diferenças sociais na prática da pesquisa em cada continente, utilizarei as definições dos quadros teóricos mencionadas acima porque as considero mais didáticas em relação à nossa formação em Arqueologia aqui no Brasil e porque é possível perceber semelhanças metafísicas nas “visões de mundo” que orientam a pesquisa tanto no continente europeu como na América anglo-saxônica.

Em relação à metodologia utilizada nesta pesquisa, Clarke (1993), ao se basear em Egon Guba, afirma que apesar da natureza altamente subjetiva dos paradigmas, eles podem ser avaliados a partir de três critérios: ontologia, epistemologia e metodologia.

O primeiro critério é sua (1) ontologia: de acordo com os princípios do paradigma, qual é a natureza do que é “conhecível”, ou qual é a natureza da “realidade”? O segundo critério é sua (2) epistemologia: qual a natureza da relação entre o “conhecedor” e o “conhecido”, ou “conhecível”? O terceiro é sua (3) metodologia: como o investigador deveria proceder no processo de investigação? (CLARKE, 1993, p. 211, tradução nossa).

Farei esta comparação dos quadros referenciais teóricos da Arqueologia no último capítulo. Neste sentido, faz-se necessário contextualizar todos os pressupostos filosóficos que originaram e que norteiam os quadros teóricos enquanto modelos para compreensão do mundo. Na sequência, após a definição mais ampla e metafísica das nossas formas de produzir conhecimento, trarei estas noções para mais perto da Arqueologia e mostrarei na prática como tudo isso se articula e quais possíveis resultados podemos obter a partir de cada um desses modelos de visão de mundo.

3.1 HISTÓRIA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E SUAS INFLUÊNCIAS NA ARQUEOLOGIA: DOS PENSADORES CLÁSSICOS GREGOS AO POSITIVISMO

No âmbito da filosofia da ciência existem alguns conceitos que perpassam toda a produção científica e que definem os métodos de pesquisa como o empirismo e o racionalismo, por exemplo. Estas perspectivas são discutidas há muito tempo por grandes pensadores ao longo da história. Como bem afirmou Chalmers (2011), os humanos têm duas formas de construir um conhecimento, observando ou pensando.

Silva (2007) argumentou que o debate entre empirismo e racionalismo se iniciou na Grécia antiga a partir das distintas concepções de Platão e Aristóteles, que podem ser explicadas da seguinte forma em relação à matemática.

Enquanto para Platão as entidades matemáticas constituem um domínio objetivo independente e autossuficiente, ao qual temos acesso pelo entendimento, para Aristóteles os entes matemáticos têm uma existência parasitária dos objetos reais – uma vez que objetos matemáticos só existem encarnados em objetos reais – e só são revelados com o concurso, ao menos em parte, dos sentidos (SILVA, 2007, p.37).

Portanto, é importante ter em mente essa distinção inicial entre racionalismo e empirismo, pois a construção do pensamento científico se dá a partir de combinações em maior

ou menor medida dessas duas vertentes. O empirismo refere-se à descoberta do que as coisas são e como elas funcionam a partir da utilização das informações obtidas pelos nossos sentidos (o que vemos, o que ouvimos etc.), já o racionalismo consiste na defesa de que a partir do uso da razão podemos entender o mundo que nos cerca.

Segundo Platão, nossos sentidos podem nos enganar de várias formas e, conforme consta no Fédon (66a-d) o conhecimento das coisas em si só pode ser verdadeiramente alcançado quando se abandona todas as confusões trazidas pelo corpo quando clama pelas necessidades da vida. Assim como as pessoas que não tomam cuidado para olhar o sol através do reflexo na água acabam ficando cegas, Platão teve receio que sua alma ficasse cega por tentar compreender as coisas através dos sentidos e não através do pensamento. Conforme argumenta Oliveira (2015, p. 19), “Para os gregos, o pensamento é concebido como uma espécie de visão, ou seja, uma visão intelectual, a contemplação do ser verdadeiro. O olho do espírito era capaz de captar a *ordem objetiva*, a verdadeira ordem das coisas”.

Entretanto, é necessário destacar que embora Platão tenha feito uma defesa pela compreensão da verdade a partir do uso da razão, o filósofo reconheceu que nem mesmo ele admitia sem ressalvas que a observação por imagens é melhor do que a aquela derivada da experiência dos fenômenos (Fédon, 99d-100a). Neste sentido, não se deve entender que é para abandonarmos as informações colhidas pelos sentidos em detrimento da especulação racional, mas que seria apenas através da racionalidade que se descobriria a verdade objetiva de todas as coisas. Neste sentido, segundo argumenta Oliveira (2015, p. 19), “Para Platão, como para todo o pensamento grego, as coisas possuem qualidades objetivas, relações e diferenças em si mesmas. Quando lidamos com as coisas, temos que nos orientar de acordo com essa natureza das coisas”.

Esta posição metafísica de busca pela essência das coisas em si, de uma realidade objetiva e imutável que pode ser apreendida por qualquer indivíduo constitui uma das bases do desenvolvimento da ciência moderna, a qual se utilizou e desenvolveu diversas concepções filosóficas herdadas da tradição grega, frente aos novos desafios sociais que surgiam na ebulição social causada pelo descobrimento do novo mundo e pela emergência de uma sociedade mais voltada para o mercado.

A expansão e o rápido desenvolvimento do mercado a partir do século XV trouxeram consigo a necessidade de especialização na produção, que teria ocasionado a revolução industrial nos séculos XVIII-XIX. Essa nova necessidade social exigia um desenvolvimento

científico para melhorar a produção a partir dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, a ênfase na busca da verdade e do conhecimento através do pensamento racional foram os princípios fundamentais do iluminismo.

O iluminismo desenvolveu essas características do mundo moderno que muitos hoje tomam como certas – as políticas liberais e os mercados livres, o progresso científico e a inovação tecnológica. Todas as quatro instituições dependem da confiança no poder da razão. (HICKS, 2004, p. 23, tradução nossa)

Neste momento de início do pensamento científico como propulsor do desenvolvimento do mundo moderno, Hicks (2004) aponta que embora tenham diferenças entre si, tanto os empiristas quanto os racionalistas geralmente concordavam com a concepção iluminista da razão, tomando-a como uma faculdade individual capaz de conhecer a realidade objetivamente, funcionando independentemente e de acordo com princípios universais. Estas concepções seriam a base para a confiança na ciência.

A noção de objetividade, portanto, é uma premissa aceita tanto pelos pensadores racionalistas como pelos empiristas, de que a realidade existe independentemente da nossa consciência dela, e que o propósito da consciência (razão) é gerar em nós a compreensão da realidade como ela é.

Até aqui já é possível perceber a influência destes grandes preceitos filosóficos na produção do conhecimento científico. Laudan (2011) exemplifica a íntima relação entre ciência, filosofia e contexto social ao argumentar que,

No início do século XVII, a imagem dominante era matemática e demonstrativa e se tornou canônica no famoso *Discurso do Método*, de Descartes. No século XVIII e no início do século XIX, em contrapartida, a maioria dos filósofos da natureza estava convicta de que os métodos das ciências deviam ser indutivos e experimentais. Não é de admirar que toda época histórica apresente uma ou mais imagens dominantes e normativas da ciência (LAUDAN, 2011, p. 81).

Partindo desta perspectiva faz-se necessário explicar dois conceitos fundamentais na forma como o conhecimento era produzido: o positivismo e o materialismo. O primeiro foi um movimento intelectual e filosófico que teve como principal expoente o pensador francês Auguste Comte. Para este filósofo o pensamento humano se desenvolve em três estágios: o estado teológico, no qual todas as explicações são atribuídas a alguma entidade sobrenatural; o estado metafísico, no qual começam a surgir questões direcionadas à essência de todas as coisas; e, por fim, o estado positivo, no qual são abandonadas todas as indagações sobre

questões que nunca podemos responder e são adotadas prioritariamente as questões de cunho prático. Nas palavras do citado pensador:

Após estes exercícios preparatórios terem espontaneamente demonstrado a inaniidade radical das explicações vagas e arbitrárias próprias da filosofia inicial, seja ela teológica ou metafísica, o espírito humano renuncia então às investigações absolutas que só convinham à sua infância, circunscrevendo seus esforços ao domínio, a partir de agora rapidamente progressivo, da observação verdadeira, única base possível de conhecimentos verdadeiramente acessíveis, criteriosamente adaptados a nossas necessidades reais (COMTE, 1848 [2016], p. 29).

Tal pensamento apresenta duas questões principais, a primeira é que a ciência segundo esta perspectiva deveria ser mais direcionada para a solução de problemas práticos mais associados com as “nossas necessidades reais” e para isso abriria mão de buscar responder amplas questões filosóficas. E em segundo lugar percebe-se uma maior preocupação em responder estas questões práticas a partir da “observação verdadeira”.

Portanto, pode-se entender que, para Comte, o desenvolvimento do pensamento humano partiria de uma perspectiva totalmente imaginativa, passando por uma etapa especulativa até chegar na observação empírica, que seria a única capaz de fornecer conhecimentos confiáveis.

Neste contexto do início dos anos de 1800 outros pensadores também defendem o empirismo como principal forma de produção de conhecimento, o que nos traz ao nosso segundo conceito que também merece atenção: o materialismo. Davis (2017) ao abordar o trabalho de Heinrich Czolbe, publicado na Alemanha em 1855, aponta que o materialismo científico se desenvolveu como uma resposta às filosofias idealistas do início do século XIX, e sua definição na obra do citado pensador é praticamente um sinônimo de empirismo. Para Czolbe, a principal premissa do materialismo é a rejeição de explicações sobrenaturais e extra-sensoriais sobre fenômenos naturais.

Aqui é necessário definir a diferença entre o mencionado idealismo e o realismo, os quais são posições filosóficas contrárias e que têm bastante influência na forma como teorias científicas podem ser desenvolvidas, sendo que a segunda é bastante relacionada com o materialismo. Conforme explica Oliveira (2012), tal distinção está relacionada com a forma de pensar a relação entre o ato de compreender e a coisa compreendida. Segundo o autor, para o realismo,

(...) nós não criamos, produzimos ou constituímos o mundo efetivo, mas antes o encontramos: o mundo efetivo nos é pré-dado, ou seja, apreendemos a

realidade sem conceitos, sem linguagem, sem teorias, o que se mostra em muitas experiências. Nesse caso, a verdadeira atividade teórica consiste em descobrir o mundo, aprendê-lo, descrevê-lo e explicá-lo (OLIVEIRA, 2012, p. 123).

Conforme segue argumentando o citado autor, a posição contraposta, denominada de idealismo, aponta para uma inevitável mediação conceitual em toda a atividade teórica, de modo que uma realidade completamente isenta de esquemas conceituais é impossível. Realidade, universo, mundo, são termos que só têm sentido dentro de um sistema conceitual criado por nós. Nós só distinguimos objetos através da utilização de esquemas conceituais, pois sem algum desses esquemas o mundo seria simplesmente ininteligível.

Em outras palavras, a diferença consiste de que, para o realismo, o mundo existe independente de nossa compreensão dele e a teoria serve para “descobrir” a realidade, enquanto que para o idealismo nós só conseguimos compreender os conceitos que criamos. Isso não significa dizer que criamos o mundo com o poder da mente ou algo assim, mas que só conseguimos entender o mundo quando criamos nomes (conceitos) para a identificação e classificação das coisas. Voltarei a esta discussão mais adiante, por enquanto retornarei à classificação de uma ciência materialista.

Conforme tenho mostrado, para cientistas materialistas a natureza deveria ser explicada apenas por causas naturais e apenas a partir do que pode ser acessado pelos nossos sentidos. Ou seja, é possível explicar o desconhecido através de inferências lógicas a partir do que se conhece (as propriedades físicas do mundo material, por exemplo), e não introduzindo outros elementos desconhecidos (por exemplo: noções mais abstratas como as emoções, que são impossíveis de medir).

Neste sentido, uma das principais formas de pesquisa científica que está diretamente relacionada com a perspectiva empirista, é o método indutivo, que possui raízes no pensamento filosófico de Sócrates, mas que foi importado mais diretamente para a ciência pelo filósofo Francis Bacon no final do século XVI e início do XVII. Este método combina a observação da natureza e a cuidadosa obtenção sistemática de dados. Conforme aponta Kleinman (2014), o processo do método indutivo consiste em:

- 1-Acumular uma série de observações empíricas específicas em relação à característica que está sendo investigada.
- 2- Classificar esses fatos em três categorias: a instância quando a característica investigada está presente; a instância quando ela está ausente; e a instância quando ela está presente em graus variáveis.

3- Com a análise cuidadosa dos resultados, rejeitar as noções que não pareçam responsáveis pela ocorrência e identificar as possíveis causas responsáveis pela ocorrência (KLEINMAN, 2014, p. 33).

Estas etapas do processo de construção do conhecimento científico possuem certa semelhança com alguns pressupostos do filósofo francês René Descartes, o qual propôs em seu trabalho “O discurso do método”, 4 preceitos para a investigação dos fenômenos a fim de compreendê-los. Segundo o filósofo as etapas a serem seguidas consistem em

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele. O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir (DESCARTES, 1973, p. 55).

Comparando os métodos dos citados filósofos, destacam-se diversos pontos em comum. Uma coleta de observações empíricas satisfaz a condição de identificar características verdadeiras das quais não há motivos para duvidar. A análise do fenômeno dividindo-o em diversas categorias também parece coincidir com a repartição das dificuldades para melhor solucioná-las e a análise ordenada dos pensamentos partindo dos objetos mais simples para os mais complexos permitiria identificar as possíveis causas responsáveis pela ocorrência dos fenômenos em estudo.

Outra influência marcante de Descartes na produção do conhecimento científico está relacionada com a forma de avançar o conhecimento a partir de hipóteses iniciais. De Araújo (2014) elabora uma argumentação sobre como Descartes teria conseguido atingir a refutação do ceticismo. Para o autor, o citado filósofo teria encontrado um argumento para que não fosse mais necessário duvidar de tudo. Segundo De Araújo (2014), a partir da utilização dos passos propostos pelo método cartesiano, citados acima, se poderia tomar um conhecimento como verdadeiro inicialmente apenas como hipótese, e os procedimentos seguintes seriam ir avançando na descoberta deste conhecimento até onde fosse possível. Se tal proposição inicial hipotética fosse sendo confirmada ao longo dos novos e mais complexos testes, não haveria razão para se duvidar de sua veracidade.

Neste sentido, apesar de lidar em um nível mais amplo com hipóteses, podemos entender o método de Descartes como indutivo, pois a formulação da hipótese seria mais um contexto inicial de proposição de uma possível verdade do que uma formulação já destinada a ser testada como se propõe no método hipotético-dedutivo, o qual possivelmente possui também influência deste preceito filosófico.

Levando em consideração que tanto Francis Bacon quanto René Descartes viveram entre o final do século XVI e início do XVII é possível perceber suas ideias como influenciadoras do positivismo de Comte no século XIX. Neste sentido, a utilização do método indutivo no pensamento científico é uma vertente dentro do movimento intelectual conhecido como positivismo. Conforme comentado anteriormente, nesse momento inicial prevalece a noção de ciência como objetiva, capaz de nos fazer compreender o mundo em que vivemos a partir de experimentações. Conforme argumentou Chalmers (2011):

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente (CHALMERS, 2011, p.22).

Utilizando-se o método indutivo, as observações de eventos singulares levariam à criação e teorias e leis que constituem o conhecimento. Por exemplo, ao se afirmar que os planetas se movem em elipse em torno do sol, busca-se criar uma proposição universal, de que todos os planetas onde quer que estejam, sempre vão se mover em elipse em torno do sol. Entretanto, se a ciência é baseada na observação, como seria possível chegar ao estabelecimento de proposições universais a partir da observação de eventos singulares? Conforme Chalmers (2011, p. 25) a resposta dos indutivistas a esse questionamento é que: “desde que algumas condições sejam satisfeitas, é legítimo generalizar a partir de uma lista finita de proposições de observação singulares, para uma lei universal”.

Para alcançar o *status* de lei universal as proposições devem então ter sido geradas a partir de várias observações, estas por sua vez, devem ser repetidas em diferentes condições, e nenhuma das observações deve entrar em conflito com a lei universal. Desta maneira, a partir de vários exemplos de observação, sob diferentes condições e em que todos obedeçam ao mesmo princípio, só assim é possível generalizar os acontecimentos para se criar uma lei universal.

De acordo com o indutivista, o corpo do conhecimento científico é construído pela indução a partir da base segura fornecida pela observação. Conforme cresce o número de dados estabelecidos pela observação e pelo experimento, e conforme os fatos se tornam mais refinados e esotéricos devido a aperfeiçoamentos em nossas capacidades de observação e experimentação, cada vez mais leis e teorias de maior generalidade e escopo são construídas por raciocínio indutivo cuidadoso. O crescimento da ciência é contínuo, para frente e para o alto, conforme o fundo de dados de observação aumenta (CHALMERS, 2011, p.27).

A partir da obtenção de leis universais geradas indutivamente, pode-se explorar a característica científica da previsão. Afinal, o conhecimento científico tem como objetivo, além da compreensão do mundo, o desenvolvimento de formas de intervir nesse mundo, e para isso faz-se necessário o entendimento de como os elementos observados deverão se comportar em determinadas condições.

Para alcançar esse entendimento utiliza-se então um exercício da lógica aristotélica através do raciocínio dedutivo. Os silogismos, baseiam-se no princípio que se duas premissas são válidas, uma terceira relacionada a elas deverá ser, também, válida. Por exemplo, tomando por base as duas premissas que dizem que (1) todos os textos de filosofia são interessantes; e (2) este é um texto de filosofia; pode-se deduzir então que este texto é interessante.

Dessa forma, o uso da lógica permitiria o uso de leis universais obtidas indutivamente como premissas que serviriam de base para a previsão de eventos a partir da dedução, sendo que essas premissas estariam fundamentadas em uma base de dados obtidos através da observação e experimentação.

Contudo, embora seja utilizada a noção de que, pela lógica, partindo-se de premissas verdadeiras a conclusão deverá ser verdadeira, ainda há a possibilidade de a conclusão ser logicamente falsa sem que haja contradição com o modelo proposto. Mesmo se durante inúmeras observações constatamos que o sol se põe todo dia, por exemplo, não há garantias lógicas de que o sol sempre irá se pôr todo dia (Van Pool e Van Pool, 1999). Essa crítica ao modelo indutivista revela que, com base na lógica, não é possível estabelecer uma certeza da previsão, há apenas alguma probabilidade da previsão se confirmar como verdadeira.

Neste contexto, é necessário destacar que na filosofia moderna que se inicia com Descartes, mas que atinge seu auge em Kant (idealismo), foram desenvolvidos pressupostos fundamentais que questionam a possibilidade de um conhecimento objetivo independente do sujeito que conhece. Conforme argumenta Oliveira (2015, p. 35), “é ingênuo querer saber sobre o mundo dos objetos sem perguntar pela instância que constitui o mundo objetivo enquanto

objetivo, ou seja, pela subjetividade humana”. O mesmo autor esclarece em outro trabalho que Kant desenvolve a crítica de que são os objetos que se guiam pelo nosso conhecimento, pois tudo que é necessário para a compreensão vem da própria esfera da compreensão e não da coisa compreendida (OLIVEIRA, 2012). Para ele, a partir de Kant, há uma inversão teórica em que a filosofia passa de um estudo das coisas (ontologia) para um estudo do conhecimento (epistemologia).

Esta crítica levou a filosofia a outra configuração: de uma teoria do ser ela deve se transformar numa teoria do conhecimento com a incumbência de avaliar criticamente as faculdades de nosso aparato cognitivo, com o objetivo de delimitar o alcance e a capacidade de nosso conhecimento e de fundamentá-lo. Numa palavra, o conhecimento tem agora a tarefa de demonstrar sua própria possibilidade (...) (OLIVEIRA, 2012, p. 5)

Dito de outra forma, pode-se entender que enquanto a filosofia clássica se perguntava, por exemplo, “o que é um objeto x?”, a filosofia moderna dá um passo atrás e se pergunta “como posso saber o que é um objeto x?”, sendo que a resposta recai então sobre a subjetividade humana.

Portanto, enquanto a perspectiva positivista defende que há uma realidade objetiva independente de nós, a filosofia transcendental de Kant revela que o sujeito que conhece é uma mediação incontornável para a construção do conhecimento. A realidade só pode ser conhecida a partir dos conceitos que criamos para entendê-la, de forma que o conhecimento é construído pelo sujeito e não apenas apreendido por ele como se ele fosse uma folha em branco onde o real se escreve.

Contudo, isto não quer dizer que a busca por um conhecimento objetivo da realidade foi abandonada, ela simplesmente mudou de foco para a subjetividade humana, o meio que constitui o mundo objetivo enquanto tal. Além disso, segundo segue expondo Oliveira (2015), o desenvolvimento da filosofia transcendental permitiu outro passo atrás para revelar outra mediação inescapável da possibilidade de conhecermos o real: a linguagem. Se o real só pode ser compreendido pela atuação da subjetividade humana que cria conceitos para entendê-lo, por sua vez, a criação, utilização e expressão dos conceitos na construção e difusão do conhecimento só pode ser feita através da linguagem. A linguagem é o meio onde se articula qualquer conhecimento da realidade. Ao apresentar o trabalho do filósofo alemão Jürgen Habermas, Oliveira (2012) discorre que, para o citado pensador, a história do pensamento ocidental pode ser dividida em três grandes momentos,

- a) a Metafísica, que se centralizou na consideração do ser e dos entes; b) a Epistemologia, cuja questão básica consistiu no conhecimento dos objetos ou dos fatos;
- c) a Semântica, que fez da forma essencial das sentenças declarativas sua preocupação primeira (OLIVEIRA, 2012, p. 87).

Segundo expõe Oliveira (2015), diversos pensadores buscaram desenvolver uma compreensão dos aspectos da linguagem na construção do conhecimento. Para o autor, dentro da filosofia analítica, entre eles os pensadores do Círculo de Viena que criaram o chamado positivismo lógico, há diversos filósofos que definem características específicas da linguagem como meio que permite a compreensão do real. Para o citado autor, o filósofo Rudolf Carnap desenvolveu uma teoria completa da linguagem distinguindo três dimensões: a sintaxe, a semântica e a pragmática.

A sintaxe (...) trata-se, pois, de uma consideração da linguagem abstraindo tanto do sujeito, do sentido e da significação, como do objeto designado. Seu único objeto são as expressões linguísticas e suas formas; a semântica, que estuda a relação entre construções linguísticas e coisas, acontecimentos do mundo etc., aos quais se referem as expressões linguísticas, como também a relação entre frases e as condições no mundo, que devem existir a fim de que as frases possam ser consideradas verdadeiras; e, por fim, a pragmática, que trata das características do uso da linguagem, como dos motivos psicológicos dos falantes, das reações dos ouvintes, da sociologia dos diferentes padrões linguísticos. (OLIVEIRA, 2015, p. 83)

Segundo o citado autor, filósofos como Edmund Husserl, Friedrich Frege, Rudolf Carnap e os primeiros escritos de Ludwig Wittgenstein teriam se dedicado ao estudo da linguagem a partir de sua estrutura semântica. Nesta perspectiva destacam-se as tentativas de desenvolver uma metalinguagem que se pretenda objetiva para a compreensão do real. Conforme mostrarei adiante, os filósofos analíticos serão algumas das principais referências para o desenvolvimento do quadro referencial teórico processual na Arqueologia.

É necessário destacar também, que embora muitos destes autores citados sejam contemporâneos entre si, há certa temporalidade no surgimento de algumas perspectivas de acordo com o momento histórico e social onde os pesquisadores se inserem. É bastante curioso notar que em determinado momento do período moderno (por volta do final do século XIX) o progresso científico possui destaque suficiente para que haja uma pressão social de que outros tipos de estudos devam seguir o método científico. A filosofia analítica, pode-se dizer, surgiu como uma tentativa de tornar no conhecimento filosófico mais seguro e sólido, tal como o saber científico, por isso os pesquisadores tomaram para si a tarefa de analisar filosoficamente a realidade a partir do desenvolvimento metodologias semelhantes à científica.

E assim também ocorreu em praticamente todas as humanidades em diferentes momentos. Para citar alguns exemplos, a Nova História a partir da década de 1920, a Antropologia funcionalista de Malinowski também do início do século XX, a Nova Arqueologia na década de 1960 entre outras, constituem um reflexo de uma mudança social de ampla aceitação da ciência, e de uma conseqüente busca por tornar mais científico o estudo dos humanos, num sentido mais próximo do modelo das ciências exatas e naturais.

A partir desta breve revisão histórica de alguns dos principais conceitos filosóficos para a produção do conhecimento científico, faz-se necessário expor as relações destes conceitos no desenvolvimento dos primeiros quadros teóricos da Arqueologia.

3.1.1 A arqueologia e o positivismo.

Conhecer estas raízes mais amplas é importante para o entendimento da prática cotidiana. Hill (1972, p. 62, tradução nossa) afirma que “existe uma íntima relação entre teoria e método e é possível que os métodos específicos e gerais empregados [...] possam não ser apreciados em sua totalidade sem um entendimento inicial da teoria subjacente”. Estes princípios gerais e filosóficos orientam nossos métodos na Arqueologia. Neste sentido, inicialmente, para entendermos melhor estas influências devemos levar em consideração, por exemplo, que o quadro teórico histórico-cultural era entendido como prioritariamente indutivista (HILL, 1972; THOMPSON, 1958).

Neste sentido, em relação aos métodos de campo, o intuito do pesquisador era obter o máximo possível de informações para que, só então, fosse possível reconstruir o passado a partir dos fatos. Tendo em mente a noção objetivista da realidade, os fatos falam por si sós e quanto mais dados fossem recolhidos nas pesquisas de campo, mais compreensível seria aquela realidade em estudo.

Hill (1972, p. 64, tradução nossa) argumenta que na arqueologia histórico-cultural, a perspectiva empirista assume implicitamente a noção de que cada objeto existente na natureza possui um significado inerente em si mesmo. “É nossa tarefa perceber esse significado inerente. De certa forma, então, nossas inferências sobre o passado estão contidas nos próprios artefatos”. Para Spaulding (1954, p. 305, tradução nossa, grifo meu), “em um contexto de artefatos similares, classificação é um processo de **descoberta** das combinações de atributos preferidos do produtor, não um procedimento arbitrário do pesquisador”. Neste sentido, se o conhecimento científico está contido nos materiais que estudamos, então existem grandes restrições sobre quais inferências podemos fazer de acordo com a natureza dos dados. A implicação deste

raciocínio é que nossas inferências não poderão ser apenas baseadas nos artefatos coletados, mas deverão ser somente sobre os artefatos.

Podemos ver um exemplo dessa restrição às características estritamente observáveis nos materiais no trabalho de Thompson (1958, p. 3, tradução nossa), no qual o autor argumenta que o arqueólogo não tem acesso a evidências diretas das ideias de povos pretéritos, “ele recupera ordinariamente apenas os resultados materiais de algumas daquelas ideias e comportamentos”. Para o autor, o pesquisador deve tentar construir a matriz cultural a partir de inferências sobre os materiais que terão mais probabilidade conforme forem mais próximas das características materiais. Se o pesquisador tentar estabelecer relações comportamentais mais complexas “a conclusão se torna mais intuição do que inferência” (THOMPSON, 1958, p. 4, tradução nossa).

Ao percebermos esta adesão ferrenha ao empirismo como condicionante da interpretação do passado, de forma que só podemos fazer inferências sobre os materiais ou sobre características diretamente relacionadas com os artefatos, parece realmente lógico que as principais ou talvez únicas explicações possíveis para entender a variação da cultura material no espaço-tempo estivessem diretamente relacionadas com formas de fazer os artefatos, as quais, se fossem semelhantes seriam explicadas como uma difusão de ideias ou migração de grupos e se fossem diferentes indicariam os saberes de grupos distintos.

Partindo desta reflexão, poderíamos identificar as características filosóficas do histórico-culturalismo como sendo empirista ou materialista (conforme mencionado anteriormente, para alguns autores como Heinrich Czolbe [1855] estes termos são sinônimos) e indutivista. Contudo, a restrição do potencial de produção de conhecimento apenas às características materiais tem sido criticado desde os escritos do próprio Comte e pesquisas prioritariamente empiristas e indutivas deste tipo foram consideradas como um indutivismo estreito. Hill (1972) cita o trabalho de Carl Hempel quando este descreve a sequência de procedimentos do que ele considera como uma pesquisa indutiva estreita:

- (1) Observação e registro de todos os fatos.
- (2) Análise e classificação destes fatos.
- (3) Derivação indutiva de generalizações a partir dos fatos
- (4) Teste das generalizações (HILL, 1972, p. 66, tradução nossa)

Estes procedimentos deveriam ser realizados sem o auxílio de hipóteses ou palpites em relação a como estes fatos são interligados uns aos outros. Isso aumentaria a objetividade da interpretação, reduzindo a tendenciosidade. Em seguida, Hill (1972) aponta que, a partir

desta concepção, as etapas de pesquisa em arqueologia são vistas como procedimentos que devem ser executados em uma sequência geralmente dividida da seguinte forma:

- (1) Escavação
- (2) Classificação e datação
- (3) Análise
- (4) Interpretação (HILL, 1972, p. 66, tradução nossa)

Conforme segue argumentando o citado autor, o maior efeito desta ênfase indutivista é que ela faz com que os pesquisadores vão para o campo sem problemas ou hipóteses específicas em mente e, neste sentido, não há nenhum guia para a seleção dos dados mais relevantes. Neste sentido, destaca-se o argumento de Hill (1972):

Qualquer metafísica ou epistemologia que exija que nossas inferências sejam sobre os dados por si sós, irá efetivamente nos impedir de fazer e testar inferências sobre os assim chamados intangíveis. Esta abordagem nos restringe a descrever artefatos e estruturas, datando-os e comparando suas formas no espaço-tempo, análise se torna descrição, taxonomia e a fixação de coleções em tabelas de tempo – a principal reclamação de Walter Taylor (1948). Isto é história natural no mesmo sentido do século XIX (HILL, 1972, p. 67, tradução nossa).

A partir da citação acima torna-se perceptível que, por volta da década de 1950, alguns pesquisadores já criticavam a forma como a arqueologia estava restrita apenas a descrever os materiais. Outra crítica a esta perspectiva arqueológica estritamente empirista/indutivista pode ser vista em Martin (1971, p. 1, tradução nossa) quando ele afirma: “Antes de 1960, em comum com a maioria dos meus colegas, eu enfatizei traços culturais, listas de características, histórias de sítios e/ou áreas - todos organizados em uma dimensão espaço-tempo. Eu mantinha a ilusão de que os fatos falam por si mesmos”.

Conforme mencionado anteriormente, o pensador Auguste Comte já havia questionado esta restrição empirista à produção do conhecimento científico. O pensador propôs entre suas ideias para o desenvolvimento do pensamento científico a utilização de um método mais racional para a compreensão dos fenômenos.

Desde que a subordinação constante da imaginação à observação foi unanimemente reconhecida como a primeira condição fundamental de toda especulação científica razoável, uma interpretação viciosa conduziu frequentemente a um grande abuso desse grande princípio lógico, para fazer que a ciência real se degenerasse numa espécie de acúmulo estéril de fatos incoerentes, incapaz de oferecer outro mérito essencial que não aquele da exatidão parcial. Portanto, é importante compreender que, na verdade, o verdadeiro espírito científico não está mais distante do empirismo que do misticismo; é entre estas duas aberrações igualmente funestas, que ele deve sempre caminhar (COMTE, 1848 [2016], p. 32).

A partir desta citação é possível perceber as diferenças de abordagem propostas pelo positivismo. Os estudos científicos nesta perspectiva devem ser tanto racionais quanto empíricos, mas não tão restritos à perspectiva de ciência materialista (no sentido de materialismo de Czolbe). Ou seja, devem ser especulativos, mas ao mesmo tempo devem possuir um componente empírico servindo de suporte para que as especulações racionais não se tornem explicações místicas e sem base concreta.

Em relação à Arqueologia, conforme mencionado, por volta da década de 1950, já estavam sendo desenvolvidos outros modelos explicativos que tentavam entender a inserção da cultura no ambiente, tendo a cultura material como representação de respostas desenvolvidas pelos grupos para se adaptarem ao ambiente em que viviam. Estas buscas foram paulatinamente reduzindo o empirismo como restrição ao estritamente observável e foram permitindo o surgimento de abordagens mais racionalistas que privilegiavam o raciocínio lógico-dedutivo, associando-se assim à perspectiva positivista.

Neste contexto, a partir de mudanças internas da concepção de pesquisa científica arqueológica, os pesquisadores engajados no quadro teórico denominado de processualismo, defendiam um enfoque mais voltado para a descoberta do passado através do teste de hipóteses construídas logicamente pelo método hipotético-dedutivo. Nesta perspectiva, a coleta de dados de campo teria como prioridade o levantamento de dados que fossem essenciais para o teste das hipóteses.

Hill (1972) argumenta que nesta nova concepção houve uma mudança na forma de perceber os artefatos, no sentido em que eles já não contém o significado em si mesmos, mas que nossa percepção é o que lhes atribui significado. “Se vemos um recipiente como uma panela, isso se dá porque alguns dos seus atributos se encaixam na nossa preconcepção de como uma panela deveria ser” (HILL, 1972, p. 68, tradução nossa). Esta é uma abordagem mais racionalista, pois traz implícita a noção (quase platônica) de que já possuímos noções preconcebidas dos artefatos que estudamos.

A partir desta concepção mais racional, aliada com o método hipotético-dedutivo perguntas específicas poderiam então ser elaboradas, as quais levariam a seleções de dados relevantes para aquele questionamento entre uma infinidade de possíveis outros problemas e informações. O autor citado acima exemplifica esta expansão enquanto critica a visão estreita do indutivismo materialista.

Por exemplo, um recipiente cerâmico tem atributos que variam desde características físicas e químicas até aquelas resultantes de onde ele foi feito, quem o fez, como foi utilizado e como foi descartado – sem mencionar o número infinito de medições que podem ser feitas nele. Se estamos interessados nas características do recipiente relacionadas com a contenção de líquidos, então procuramos por aqueles atributos que achamos que serão úteis para este propósito. Se, por outro lado, nosso interesse for na identificação se o vasilhame foi confeccionado por um indivíduo ou por uma unidade residencial particular, deveríamos procurar por características dos hábitos motores, ou por um design de estilo detalhado que possam ser relevantes para o problema – e assim por diante até praticamente o infinito. A ideia de que um item é melhor interpretado de uma única maneira (por exemplo: como um reflexo do que estava “na mente das pessoas”) é absurda (HILL, 1972, p. 96, tradução nossa).

Partindo desse pressuposto, nossas pesquisas em arqueologia são invariavelmente restritas por diversos fatores. Primeiramente destaca-se que é impossível coletar todos os dados. O que quero dizer com isso é que, segundo esta metodologia hipotético-dedutiva nossa pesquisa deveria ser direcionada a responder uma problemática para a qual apenas alguns dados são relevantes, e em um sentido mais amplo, como afirma Hill (1972), muitas vezes no trabalho de campo o pesquisador deve escolher quais informações ele vai registrar entre tipos de dados potencialmente infinitos, e em alguns momentos a coleta de um tipo de dado invariavelmente leva à destruição de outro. Por exemplo, uma única amostra de carvão pode fornecer tanto dados cronológicos (através da datação por C-14) quanto permitiria a identificação de espécies faunísticas para uma reconstrução paleoambiental e a realização de qualquer uma destas análises inviabilizaria a outra se apenas uma amostra estiver disponível.

Nesta perspectiva, é realmente difícil de se conceber um trabalho de campo que colete um banco de dados genérico que contém todos os fatos que falarão por si mesmos e revelarão o que aconteceu no passado, como se supunha na perspectiva indutivista. Como bem argumentou Hill (1972):

Uma vez que estamos expostos a uma quantidade potencialmente infinita de dados, somos *forçados* a fazer escolhas em relação ao que coletar, estas escolhas são determinadas por ideias concebidas *a priori* – por exemplo: teorias, problemas, entre outros. O programa indutivista de realizar coletas totais e neutras de dados não é possível (HILL, 1972, p. 72, tradução nossa, grifos no original).

Até aqui tenho abordado questões mais amplas relacionadas à influência de grandes preceitos filosóficos na produção do conhecimento arqueológico, levando em consideração características metodológicas da pesquisa como a coleta de dados. Mas como poderíamos perceber a teoria arqueológica em relação a estes pressupostos e aos métodos de campo? Hill

(1972) aponta que para alguns autores, as teorias servem como guias para a coleta e interpretação de dados. E o autor exemplifica esta relação a partir do conceito de cultura.

Voltando um pouco à questão do materialismo científico, na perspectiva indutivista/empirista do histórico-culturalismo, as únicas características culturais a que temos acesso são aquelas diretamente observáveis na cultura material. Desta forma, as interpretações sobre culturas eram baseadas na comparação de listas de características (trait-lists) entre os materiais de diferentes sítios. Ou seja, as características físicas dos artefatos levavam à definição das culturas e permitiam a comparação entre os materiais de diferentes locais para identificar culturas afiliadas ou distintas.

Na literatura arqueológica brasileira, por exemplo, cerâmicas confeccionadas com a técnica acordelada, com queima incompleta, fabricadas com argila misturada com caco moído, areia ou grânulos de argila e que apresentem decorações pintadas, corrugadas ou escovadas, podem ser atribuídas à tradição arqueológica tupiguarani (MARTIN, 2005), enquanto que cerâmicas simples, de pequenas dimensões com parca decoração plástica, podem ser consideradas como pertencentes à tradição arqueológica Itararé-Taquara (PROUS, 1992), entre outros exemplos.

Como a interpretação da cultura está estritamente relacionada ao que é diretamente observável, a definição das culturas se dá a partir destas listas de atributos (trait-lists), nas quais busca-se identificar sua variação e dispersão no espaço-tempo. Segundo Hill (1972), nesta perspectiva,

Cada atributo é distinto e tem seu próprio significado inerente, e somos levados a buscar problemas que envolvem a descrição e comparação de conjuntos de atributos. Embora seja provável que a maioria dos arqueólogos não se identifique mais, conscientemente, com esta 'teoria', eles ainda frequentemente coletam, manipulam e interpretam os dados como se o fizessem – independentemente se os atributos são artefatos individuais, estruturas ou padrões de assentamentos (HILL, 1972, p.73, tradução nossa).

O referido autor segue expondo que na perspectiva histórico-cultural, há ainda outros dois princípios que merecem atenção. O primeiro é a consideração de que os atributos culturais representam ideias, crenças, preferências ou normas dos povos que os fizeram. “Muitos arqueólogos concordariam que os restos materiais não são a cultura “real”, cultura é um conjunto de ideias e normas que são mantidas nas cabeças das pessoas” (HILL, 1972, p. 73, tradução nossa).

Esta concepção traz consigo o segundo pressuposto, no qual, uma vez que a cultura é um conjunto de normas, ela muda a partir da inserção de novas ideias ou novas normas seja por influência ou difusão de ideias de outras culturas, e este, por sua vez, seria o principal pressuposto teórico de explicação do paradigma histórico-cultural para a variabilidade na cultura material.

Conforme argumenta o autor citado acima, as implicações desta concepção para a coleta de dados se tornam bastante evidentes. Inicialmente, a pesquisa é voltada para a descrição de culturas como listas de atributos, e para a inferência de normas culturais a partir desses atributos. O passo seguinte é a comparação entre as coleções de atributos e explicação de semelhanças e diferenças em termos de migração ou difusão de ideias de outros povos.

Uma vez que o objetivo implícito da pesquisa é descrever, comparar e traçar as distribuições espaço-temporais dos materiais que representam normas culturais, segue-se que o investigador deveria dedicar mais de sua atenção à observação e coleta dos materiais que são mais representativos destas normas – o que for mais “diagnóstico” da cultura sendo estudada. Esta tendência o leva a dar ênfase da coleta e observação daquelas coisas que tem comprovada utilidade na identificação e comparação de diferentes culturas, ou “povos” (HILL, 1972, p. 74, tradução nossa).

Já a perspectiva hipotético-dedutiva da vertente teórica processual, aliada aos preceitos positivistas, busca estabelecer um conhecimento mais racional e menos restrito à noção do materialismo científico (empirismo). E neste sentido, a cultura passa a ser vista não mais como sumários de atributos materiais, mas como sistemas comportamentais complexos compostos de subsistemas e componentes. Um sistema seria descrito a partir da descrição de seus subsistemas e componentes, junto com as informações sobre trocas em termos de matéria/energia que ocorrem entre essas unidades do sistema e entre o sistema e o ambiente (HILL, 1972).

Nós estamos então não apenas tentando *descrever* os sistemas culturais como organizações de instituições e materiais, mas nós estamos também tentando descobrir as variáveis ecológicas específicas (especialmente inputs) que promovem a variabilidade mudança em aspectos da operação social. Isso envolve a busca por uma quantidade muito maior de possíveis variáveis causais do que inputs simplesmente informativos (difusão). Tais variáveis como crescimento populacional, decréscimo de comida ou combustível, localização de recursos indispensáveis, guerra, entre outros que podem ser explicar variabilidade e mudança (HILL, 1972, p. 76, tradução nossa, grifos no original).

Diversos autores como Meighan et al (1958) apontam que por volta da década de 1950 as possibilidades de fontes de pesquisa já estavam se expandindo, enquanto cada vez mais pesquisadores buscavam informações ambientais para entender melhor a evolução e adaptação

dos grupos humanos em determinados ambientes. Neste período já se começa a pensar em coleta de materiais faunísticos como conchas e restos de ossos para responder questões associadas com variações climáticas, dietas, entre outras. Estas fontes passaram a ser cada vez mais exploradas com o intuito de perceber o funcionamento do sistema cultural e sua relação com o meio ambiente em que estava inserido. Neste sentido, Whitley (1998) argumenta que

a arqueologia processual manteve uma ‘visão sistêmica de cultura’, a qual serviu como ligação com a antropologia científica. Esta vê a cultura como sistemas de padrões de comportamento transmitidos socialmente que integram as comunidades humanas à sua configuração ambiental (WHITLEY, 1998, p. 3, tradução nossa).

A partir da possibilidade de explorações hipotéticas e menos restritas às características dos materiais, novas perspectivas puderam ser exploradas. O’Brien, Lyman e Schiffer (2005) apontam pesquisas que foram pioneiras na aplicação de conceitos sociológicos para entender a variação da cultura material como resultante de processos sociais internos, em vez de explicá-los apenas como resultantes de migrações ou difusão de ideias.

O efeito dessa orientação mais racional no direcionamento das pesquisas também se fez sentir nos métodos de campo. Não só em uma perspectiva mais ampla como a necessidade de um recorte para coleta de dados de acordo com o problema proposto, mas também outros tipos de fontes passaram a ser explorados, como as dispersões dos conjuntos de artefatos, por exemplo, que poderiam indicar locais de atividades específicas, o que alterou inclusive o entendimento do que seria um sítio arqueológico.

Whitley (1998) aponta algumas características da arqueologia processual, entre elas um alinhamento teórico mais próximo do positivismo que, portanto, assumia alguns pressupostos filosóficos deste movimento intelectual, tais como: a noção de que a estrutura lógica para o teste e para a explicação científica seria aquela das ciências naturais como química e física. O autor argumenta que este posicionamento foi comum entre várias ciências no período pós-segunda guerra mundial.

Conforme temos visto em Hill (1972), há uma argumentação em torno de que o método hipotético-dedutivo exige que sejam elaboradas hipóteses que condicionam a coleta de dados para a obtenção de informações relevantes para a solução do problema proposto. Entretanto, Whitley (1998) afirma que uma das características da arqueologia processual positivista seria a crença que as observações empíricas eram independentes das teorias. Conforme afirmam autores como O’Brien, Lyman e Schiffer (2005), a segunda geração de arqueólogos processuais, notadamente o trabalho de Watson, Leblanc e Redman (1974), teve uma tendência

a enfatizar exageradamente algumas características do positivismo, o que teria gerado uma visão mais estreita e radical de como se fazer uma arqueologia científica.

Seria inclusive nesse momento mais radical da arqueologia processual que teriam sido feitas argumentações em prol de uma pesquisa estritamente hipotético-dedutiva, em detrimento ao indutivismo do paradigma anterior. Contudo, como bem afirmam VanPool e VanPool (1991, p. 44, tradução nossa) “cientistas utilizam observações indutivas para desenvolver proposições teóricas” e, portanto, o raciocínio indutivo é indispensável para a formulação de proposições dedutivas.

É interessante notar que a noção positivista de que o cientista elabora sua pesquisa objetivamente, de forma neutra e imparcial, também foi percebida e criticada em outras ciências. Neste sentido, na Arqueologia vemos autores como Hill (1972) e Martin (1971) que defendem que o arqueólogo pode formular ou “inventar” suas hipóteses ou modelos para entender os objetos estudados, apontando um papel ativo do pesquisador na criação de hipóteses e negando assim uma suposta neutralidade.

Retomando um pouco a caracterização do processualismo como uma perspectiva que busca identificar “sistemas de padrões comportamentais”, podemos perceber que a noção de comportamento foi extrapolada para além das ações humanas, mas para englobar também o comportamento de diversos fatores que afetam o registro arqueológico. Em um sentido de identificar nas pesquisas de campo quais os fatores atuantes na formação do registro arqueológico, como estes fatores se comportam e quais vestígios destes comportamentos devemos identificar para entender o sítio.

É incontestável o avanço trazido pela perspectiva sistêmica comportamental da arqueologia, entretanto, diversas críticas foram feitas a esta concepção que tendia a explicar o sistema apenas como reagindo a fatores externos, ignorando a capacidade criativa do elemento humano que compõe a sociedade. Contudo, antes que possamos compreender melhor as alternativas a este enfoque, é necessário que voltemos um pouco ao plano geral filosófico que foi desenvolvendo ideias por vezes contrárias a estas que apresentei até agora.

Neste sentido, se destaca que enquanto os conceitos apresentados anteriormente foram se desenvolvendo no meio social e acadêmico, particularmente sob o domínio das ideias positivistas, ao longo do mesmo período, outros pensadores estavam também buscando questionar estes preceitos que tinham a razão como base para todo o desenvolvimento humano.

3.2 HISTÓRIA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E SUAS INFLUÊNCIAS NA ARQUEOLOGIA: DA FILOSOFIA TRANSCENDENTAL AO PÓS-MODERNISMO.

Muitos dos pressupostos racionais trazidos pelo iluminismo foram bastante criticados a partir do início do século XX, mas as perspectivas filosóficas em que se basearam estas críticas são quase tão antigas quanto os preceitos criticados. E como este momento (do desenvolvimento da razão, da busca pelo progresso, e de constantes desenvolvimentos tecnológicos e sociais) foi chamado de modernismo, o momento do desenvolvimento de suas críticas recebeu a controversa denominação de pós-modernidade. Tentarei resumir alguns dos principais temas trazidos à tona pelo contexto pós-moderno e indicarei alguns preceitos filosóficos que os influenciaram. Só então poderemos ter uma compreensão melhor de como todas essas questões levaram ao surgimento do quadro teórico pós-processual na Arqueologia.

De antemão, afirmo que estas discussões são parte fundamental do entendimento de como fazemos arqueologia, principalmente por trazerem uma perspectiva de como o meio social influencia no desenvolvimento de determinadas ideias em detrimento de outras. Auguste Comte argumentou ainda em 1848 que o desenvolvimento do espírito positivo se deu no momento social das revoluções francesa e industrial. Desta forma, podemos entender como uma sociedade que estava se desvinculando de governos com autoridade teológica abraçou uma perspectiva filosófica de buscar conhecer a realidade através da razão em detrimento às explicações da igreja, ao mesmo tempo em que se transformava socioeconomicamente em um modo de produção industrial. Este exemplo facilita na compreensão de como os acontecimentos século XX impulsionaram também reações contra essa racionalidade industrial. E a partir destas reflexões, somos levados também a questionar quais influências filosóficas e sociais atuam na nossa prática arqueológica hoje.

Para contextualizar melhor algumas das ideias que culminaram nesse movimento intelectual pós-moderno, é interessante que conheçamos algumas críticas que foram feitas a alguns dos conceitos que foram apresentados anteriormente.

Inicialmente, conforme abordado antes, uma das principais noções em debate seria a questão da objetividade científica. Críticas feitas ao empirismo abordam que nossos sentidos podem nos enganar, pois variam de pessoa para pessoa e estão sujeitos a terem percepções alteradas em determinadas condições, portanto, não seriam instrumentos confiáveis para

obtenção de dados objetivos da realidade. Por exemplo, se você comer algo azedo como um limão e tomar água depois, terá a impressão de que a água está mais doce. Além disso existem vários exemplos de ilusão de ótica que fazem com que você veja o que não está lá, ou, em outros casos, você consegue ver duas coisas totalmente distintas em uma mesma imagem, como no desenho abaixo. Nesse contexto, será que há algum conhecimento objetivo da realidade que possa ser alcançado por nós independente de nossas interpretações?

Aqui, faz-se necessário retomar a discussão sobre as ideias de Kant, mencionadas anteriormente, de que não há uma realidade que existe independente de nós e que se escreve em nossas mentes. Visando mostrar que esta visão estava errada, o pensador afirmou que, ao se saber que o sujeito é portador de identidade, deve-se abandonar o pressuposto de que o sujeito se adapta ao objeto e apreender o oposto dessa relação, que é o objeto que se adapta ao sujeito, e só a partir dessa premissa é que podemos extrair algum sentido do conhecimento empírico, relacionando-o com a subjetividade dos indivíduos.

Para exemplificar essa relação, Alves (2015) elabora um pequeno exercício onde o mesmo dado leva a interpretações bastante distintas (Figura 43). Inicialmente o autor propõe que o leitor observe com bastante atenção o desenho abaixo:

Figura 43 - a velha ou a moça.



Adaptado de Alves (2015).

Em seguida, o autor pergunta ao leitor o que ele vê na imagem e afirma que é possível ver duas coisas distintas: uma moça jovem ou uma senhora velha. E o autor então chama a atenção para o fato de que nem o desenho nem o seu sentido da visão não muda, apenas sua interpretação do dado.

Instruções para ver a moça: Um risquinho preto é um colar. Ele define o pescoço. Logo acima você encontra o maxilar da jovem, cujo rosto está

voltado para o fundo da figura, como se algo estivesse lá. Tanto que sua boca é invisível e a gente vê apenas a pontinha do nariz e as pestanas.

Instruções para ver a velha: Transforme o risquinho preto em boca e o maxilar da jovem em nariz. Sua figura aparece de perfil, nariz muito evidente, olhando para a frente e para baixo. (ALVES, 2015, p. 175)

O citado autor utiliza esse exemplo para argumentar que a compreensão da imagem não é produzida pelo dado em si, mas depende da forma que o pesquisador “vê”. É necessário que sua mente organize os dados em totalidades para que eles façam sentido. Portanto, a noção de que a apreensão da realidade se dá a partir dela mesma e sem a interferência do sujeito/pesquisador já não parece plausível.

Entretanto, conforme mencionado anteriormente, por muito tempo alguns cientistas adotaram a perspectiva positivista de que o cientista faz pesquisas neutras e imparciais olhando de fora do fenômeno. E neste sentido, essas críticas em relação à objetividade na ciência são importantes, pois trouxeram a possibilidade de repensar o papel do cientista no desenvolvimento de sua pesquisa.

É interessante notar, como argumenta o antropólogo François Laplantine, que quem resolveu a questão do sujeito na pesquisa científica não foram as ciências humanas e sociais, mas o desenvolvimento da física.

Segundo o referido antropólogo, a ideia de que se podia construir um objeto de observação que fosse independente do observador foi o paradigma da física até o final do século XIX. Segundo essa concepção, seria possível isolar ou recortar elementos e objetivar um campo de estudo em que o observador estaria ausente. Conforme segue argumentando Laplantine (2012), essa concepção gerou uma tendência a suprimir duplamente o sujeito. Em primeiro lugar os atores sociais são vistos de forma objetificada. E, em segundo lugar, os observadores estão ausentes, ou escondidos. Entretanto, para o autor,

Paradoxalmente, a volta do observador para o campo da observação não se deu através das ciências humanas, nem mesmo da filosofia, e sim por intermédio da física moderna, que reintegra a reflexão sobre a problemática do sujeito como condição de possibilidade da própria atividade científica. Heisenberg mostrou que não se podia observar um elétron sem criar uma situação que o modifica. Disso tirou (em 1927) seu famoso “princípio de incerteza”, que o levou a reintroduzir o físico na própria experiência da observação física (LAPLANTINE, 2012, p. 172)

Neste contexto, Chalmers (2011) elabora uma defesa da objetividade do conhecimento afirmando que existem estruturas de conhecimento, como a linguagem, que podem ser conhecidas de forma semelhante por dois indivíduos, mesmo que eles não compreendam tudo

da mesma forma, então o conhecimento não é totalmente individual e, nesta perspectiva, haveria a possibilidade de gerarmos conhecimentos científicos também de maneira objetiva.

Para o autor, “as teorias científicas têm uma estrutura objetiva externa à mente dos cientistas individuais e possui propriedades que podem ou não ser descobertas ou produzidas e que podem ou não ser compreendidas por cientistas individuais ou grupos de cientistas” (CHALMERS, 2011, p. 155). Algumas das arqueologias interpretativas adotam um princípio de objetividade neste sentido.

Estas reflexões sobre a forma de fazer ciência são apenas um exemplo de várias outras críticas que foram sendo feitas desde o final do século XIX e ao longo do XX em relação ao modelo positivista. O uso da lógica para formulações dedutivas também encontrou algumas críticas. E um dos principais problemas nesse quesito constitui-se em como resolver paradoxos lógicos.

Um paradoxo é uma afirmação que tem por referência a si mesma e acaba por gerar uma contradição. Por exemplo: a frase “toda regra tem sua exceção” constitui uma contradição lógica, pois se ela possui uma exceção, então existe uma regra que não tem exceções e a proposição é falsa. Por outro lado, se ela se mostra verdadeira e todas as regras de fato têm exceções, ela não tem, o que também tornaria a proposição falsa.

Nesse contexto, devemos ter em mente que os escritos do filósofo alemão Georg Hegel buscavam perceber que a presença de antônimos na razão só seria problemática se acreditarmos que contradições lógicas são um problema. Portanto, era necessário não que se abandonasse a razão, mas que se buscasse uma razão melhor, que levasse em consideração as contradições lógicas.

A razão dialética de Hegel também difere da razão iluminista ao impor um forte relativismo, contra a universalidade da razão iluminista. (...) a dialética injeta contradições na realidade em qualquer tempo e ao longo das eras. Se tudo está evoluindo a partir do choque entre as contradições, então o que é metafisicamente e epistemologicamente verdadeiro em uma época será contradito pelo que será verdadeiro na próxima, e assim por diante. (HICKS, 2004, p.49, tradução nossa).

A dialética de Hegel expande o pensamento racional para entender um mundo em constante evolução devido ao antagonismo constante de seus componentes e esta perspectiva tem bastante influência nas ciências em geral, principalmente nas ciências humanas e sociais, pois se torna uma das bases para diversas correntes teóricas como o marxismo, por exemplo.

A dialética hegeliana foi uma tentativa de desenvolver um pensamento racionalista diferente daquele direcionado para a compreensão da realidade a partir apenas do uso da lógica. Conforme afirma Bertrand Russell (2015), o termo lógica para Hegel é sinônimo de metafísica e, portanto, é muito diferente do que normalmente entendemos por lógica, que é mais próximo do silogismo aristotélico.

Esta dialética apresenta um princípio de que para entendermos algo, temos que entender o todo seguindo um caminho que vai da tese, para a antítese e culmina na síntese que contém os estágios anteriores. Para esclarecer este raciocínio, Russell (2015, p. 295) propõe o seguinte exemplo: “Tomemos, como exemplo rudimentar, a teoria de Parmênides segundo a qual o Uno, única coisa real é esférico. Nada pode ser esférico sem ter limite, e nada pode ter limite sem que haja algo (ao menos um espaço vazio) fora de si”.

Neste sentido, ao tomarmos a afirmação de que determinado objeto é esférico temos a tese, mas já que não tem como algo ser esférico sem os limites exteriores, temos a antítese, só que o espaço exterior por si só não é o objeto, daí ocorre que a síntese é o todo que junta os dois estágios anteriores, considerando o espaço exterior como parte do todo que é o objeto esférico. Esta é uma explicação muito simplista, mas que serve para termos uma noção do que seria a dialética.

Esta dualidade constante que gera uma compreensão do todo a partir das partes teve uma influência marcante em Karl Marx, que foi discípulo de Hegel. Segundo Russell (2015, p. 354), Marx trouxe uma nova perspectiva ao materialismo. “O materialismo antigo (...) se equivocara ao considerar a sensação algo passivo, atribuindo a atividade sobretudo ao objeto. Segundo Marx, toda sensação ou percepção consiste na interação entre sujeito e objeto”.

Russell (2015) segue argumentando que, na filosofia de Marx, tanto o sujeito quanto o objeto, o conhecedor e a coisa conhecida, estão envolvidos em um processo contínuo de adaptação mútua e que nunca tem fim, por isso é chamado de dialético. E este tipo de raciocínio se aplica de diversas formas em sua teoria.

Marx acredita que o mundo se desenvolve segundo uma forma dialética (...). Para Marx, a força motriz é antes a matéria, e não o espírito. (...) Isso significa que, para Marx, a força motriz é, na realidade, a relação do homem com a matéria, cuja parte mais importante é seu modo de produção. É desse modo que o materialismo de Marx se torna, na prática, economia (RUSSELL, 2015, p. 356).

Percebendo então que as forças de produção da matéria são bastante particulares nas diferentes configurações sociais ao longo do tempo, é comum que se encontre a definição de

materialismo histórico como sinônimo da teoria marxista, o qual distingue-se bastante do materialismo científico exposto anteriormente. Além disso, a partir desta compreensão geral da dialética, não é difícil entender como a teoria sociológica marxista busca perceber o desenvolvimento social a partir das contradições e das disputas entre as classes sociais. A sociedade, como uma síntese, é formada a partir da relação constante entre as classes que a compõem (a classe alta e a classe baixa) sejam quais forem escolhidas como tese ou antítese.

O marxismo como teoria social trouxe consigo também mudanças sociais e uma grande disputa ideológica entre capitalistas e socialistas. Esse se constitui também como um notável exemplo da inter-relação entre a produção do conhecimento científico e a sociedade em que este conhecimento está inserido. Esta disputa ideológica gerou o surgimento de diversas revisões teóricas no início do século XX em diversas disciplinas, um dos exemplos mais conhecidos é o surgimento da teoria crítica da Escola de Frankfurt que pretendia uma revisão do marxismo clássico. Algumas dessas revisões teóricas foram muito mais desenvolvidas após a segunda grande guerra, pois o contexto social exigia que o papel da ciência fosse reavaliado.

No contexto filosófico mais amplo, é a partir das grandes guerras que alguns pesquisadores da filosofia analítica como John Austin, John Searle, Martin Heidegger e os escritos posteriores de Ludwig Wittgenstein, vão se dedicar à dimensão pragmática da linguagem, revelando que a linguagem não é apenas uma instância de expressão do real, mas que possui diversas outras funções na construção do conhecimento e na atuação dos indivíduos em sociedade. Linguagem é ação, se expressar é agir na sociedade (OLIVEIRA, 2015).

Além disso, em paralelo ao desenvolvimento da filosofia analítica, desenvolve-se também a hermenêutica que ganha mais destaque nos trabalhos de Hans-Georg Gadamer, Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas que abordam o caráter da historicidade da construção do conhecimento mediado pela linguagem. Aqui convém explicar um pouco da origem desta perspectiva filosófica.

Retomando as discussões sobre a validade da aplicação do método das ciências exatas às humanas, é necessário destacar que já desde o final do século XIX e início do XX havia pesquisadores que buscavam desenvolver métodos específicos para as ciências humanas e sociais, por acreditarem que os métodos das ciências exatas e naturais não eram apropriados para o estudo dos fenômenos humanos.

Filósofos como Wilhelm Dilthey já desde os 1880 defendiam a utilização de um método diferente para as ciências humanas. Segundo Schmidt (2012), a intenção de Dilthey era

de produzir um método próprio, mas ainda com base empírica, para as ciências humanas, pois os objetos estudados pelas ciências humanas são construídos por atores humanos conscientes e, portanto, a metodologia científica positivista das ciências exatas e naturais não seria adequada. Para o filósofo, as ciências humanas precisam de uma metodologia voltada para a “compreensão” em vez da “explicação”.

Para entendermos um pouco melhor esta distinção, Schmidt (2012) argumenta que a explicação ocorre nas ciências naturais, enquanto a compreensão ocorre nas ciências humanas. Contudo, para a criação da compreensão, muitas vezes será necessário o uso da explicação. Para o citado autor, o processo consistiria primeiramente em estabelecer uma explicação da natureza como um todo ordenado governado por regras causais, e a partir disso sair do âmbito natural e voltar para a vida, onde os fenômenos são orientados por significados, valores e propósitos. É por causa destas particularidades que as ciências humanas devem se diferenciar das ciências naturais.

E como metodologia para a elaboração desta compreensão, foi proposta a hermenêutica, a qual se caracterizou inicialmente como a arte de interpretar textos. Esta metodologia tem o objetivo de conhecer a obra de um autor avaliando não só a obra, mas também o autor, a motivação do autor e o público a quem se destina a obra, entre outros. Nesse sentido, conforme argumenta Schmidt (2012), a hermenêutica consiste em analisar o contexto da obra, o qual não pode ser entendido sem que se entendam as partes que o compõem. O círculo hermenêutico, portanto, seria a elaboração de uma interpretação que está sempre contrapondo as partes com o todo e vice-versa, com o objetivo de gerar uma compreensão da obra que seja maior do que a do próprio autor.

Segundo explica Oliveira (2015, p. 206), o filósofo Martin Heidegger desenvolve significativamente a perspectiva teórica que a linguagem não tem um papel secundário apenas como instância de expressão do mundo, pelo contrário “quando falamos da linguagem, diz Heidegger, nunca abandonamos a linguagem, mas sempre falamos a partir dela. Nosso ser-no-mundo é, portanto, sempre linguisticamente mediado (...)”. Tal posicionamento leva então ao pressuposto da historicidade do conhecimento, pois temos contado com o mundo a partir de uma linguagem que é sempre dependente de um contexto social e histórico, que será a tese desenvolvida e defendida por Hans-Georg Gadamer.

Há hermenêutica por que o homem é hermenêutico, isto é, finito e histórico, e isso marca o todo de sua experiência de mundo. Portanto, para Gadamer, é fundamental a “análise da temporalidade”, e ele procura a partir daqui

repensar a hermenêutica, o que vai significar uma passagem da hermenêutica psychologizante, como ela se articulou na modernidade a partir do pensamento de Schleiermacher e Dilthey, para uma hermenêutica propriamente histórica (OLIVEIRA, 2015, p. 226).

O sujeito que conhece está sempre inserido em contextos sociais linguísticos que o antecedem e que condicionam sua forma de compreender o mundo. É impossível conceber estes contextos do mundo vivido onde os sujeitos estão inseridos sem considerar sua dimensão histórica.

(...) não podemos mais analisar nossa capacidade de conhecimento independentemente de nossa capacidade de falar e agir, uma vez que nós, enquanto sujeitos cognoscentes, já sempre nos encontramos no horizonte de nossas práticas no mundo vivido. Linguagem e realidade estão mutuamente imbricados de tal modo que toda experiência humana é linguisticamente impregnada (OLIVEIRA, 2012, p. 89).

Para o citado autor, os indivíduos envolvidos em sua prática cotidiana se relacionam a partir do horizonte de seu mundo vivido com algo no mundo objetivo que eles reconhecem como idêntico para todos (OLIVEIRA, 2012). Entretanto, esta concepção levaria a duas possibilidades de se pensar um conhecimento objetivo: a primeira pressupõe uma realidade independente com a qual convergem as nossas interpretações, enquanto a segunda defende que qualquer descrição possível é apenas uma construção particular da realidade adequada à cosmovisão culturalmente mediada (OLIVEIRA, 2015). Dito de outra forma, há uma compreensão de que existe uma correspondência entre o que interpretamos e uma realidade independente (objetiva), e há uma concepção relativista de que as descrições da realidade que fazemos são construções sociais, de forma que a objetividade seria um consenso intersubjetivo.

Para superar esta dicotomia, Habermas propõe a tematização dos pressupostos da dimensão pragmática da linguagem na ação comunicativa, que consistiria em não buscar um ponto de vista extramundano de um sujeito sem mundo e sem história, que pudesse fazer proferimentos infalíveis, exaustivos e definitivos, mas sim, de buscar uma razão situada em sua historicidade e que também possui pretensões de validade, ao mesmo tempo dependente do contexto e transcendente (OLIVEIRA, 2015).

Estas concepções trazidas pela hermenêutica sobre a historicidade do sujeito vão ter diversas influências nas ciências humanas e sociais. Na psicologia, por exemplo, podemos citar a abordagem sociocultural de Vygotsky que busca entender as ações dos indivíduos de acordo com o contexto social e cultural no qual estes indivíduos estão inseridos. “A ação humana, quando não incluída em um sistema cultural de atividade, fica destituída de significado” (RIBAS e MOURA, 2006, p. 130).

Desta forma, conforme tenho argumentado, é necessário abordar as raízes do “pós-modernismo” como sendo também uma influência do momento histórico no pensamento científico. Segundo aborda Eagleton (2005), os enfoques teóricos pós-coloniais surgiram num momento específico que estava intimamente relacionado com a conjuntura política mundial após as duas grandes guerras. Para o autor, por volta das décadas de 1950 e 1960 houve uma grande quantidade de movimentos libertários realizados pelas classes médias em busca de uma soberania política e da independência econômica de cada nação. Esse contexto demarcava o início da crescente integração do mercado internacional, em um processo que hoje chamamos de globalização.

Nesse contexto, conforme argumenta Eagleton (2005), tanto a teoria cultural, quanto os escritos de alguns dos principais autores recentes como Michel Foucault, Louis Althusser, Jürgen Habermas apareceram nesse período entre 1965 e a década de 1980.

Qual a significância dessas datas? É que a teoria cultural apareceu no único período, desde a Segunda Guerra Mundial, no qual a extrema esquerda política desfrutou breve proeminência, antes de afundar até quase desaparecer de vista. As novas ideias culturais tinham suas raízes fincadas na era dos direitos civis e das rebeliões estudantis, das frentes de libertação nacional, das campanhas antiguerra e antinuclear, do surgimento do movimento das mulheres e do apogeu da libertação cultural (EAGLETON, 2005, p. 44).

Para exemplificar seu argumento, o autor aponta as influências que esses citados filósofos e cientistas sociais tiveram do marxismo, principalmente como uma crítica ao marxismo clássico, que foi por muito tempo a teoria que guiou os movimentos nacionalistas e revolucionários. O marxismo, conforme mencionado anteriormente, possui muitas raízes filosóficas e até hoje é mencionado como um dos principais enfoques da esquerda política.

Entretanto, com o surgimento de novos contextos, a teoria marxista teve que ser reelaborada e muitos enfoques da teoria cultural foram desenvolvidos como crítica ao marxismo clássico. No entanto, há também estudos que atualizam esta teoria, como os trabalhos inseridos na teoria crítica da Escola de Frankfurt, conforme já mencionado. “Nem todos os novos teóricos dos Estudos Culturais tinham essa relação tensa com as ideias marxistas. Mas parece justo dizer que muito da nova teoria dos Estudos Culturais nasceu de um diálogo extremamente criativo com o Marxismo” (EAGLETON, 2005, p. 58).

Portanto, é neste contexto social e político que surgem as críticas ante as narrativas que se supunham verdades absolutas e uma tendência a buscar valorizar as minorias, os

excluídos e a pluralidade e diversidade. Como resultado de uma maior consciência do papel social do conhecimento científico.

Conforme tenho exposto ao longo deste texto, as mudanças sociais afetam e são afetadas em todas as suas instâncias em uma inter-relação com o pensamento que produzem. Tanto o pensamento como a sociedade e seus setores sócio-político-econômicos se constroem mutuamente de maneira concomitante, o que nos traz de volta à noção da necessidade de compreender a atuação social da pesquisa científica.

Como se pode perceber, a filosofia desempenha um papel fundamental na discussão sobre formas de construção do conhecimento e como este está relacionado com a realidade. Conforme mostrado até aqui, existem concepções filosóficas que foram e ainda são bastante importantes na compreensão da produção do conhecimento científico e da sua influência na sociedade, neste sentido, podemos retomar o debate quanto à suposta neutralidade da ciência tradicional quando aplicada às ciências humanas.

Conforme mencionado anteriormente, sabe-se que o modelo positivista de ciência buscava aplicar às ciências humanas, os mesmos procedimentos que eram próprios das ciências exatas e naturais. Para essa concepção positivista, segundo Nobre (2013),

O cientista é aquele que observa os fenômenos e estabelece conexões objetivas entre eles, quer dizer, conexões que se dão independentemente de qualquer intervenção de sua parte. Para tanto, tem de abstrair das qualidades concretas dos objetos e do sentido que possam ter no contexto das relações sociais, para considerá-los como unicamente elementos de uma cadeia causal necessária (NOBRE, 2013, p. 43).

Quando se pensa nas ciências exatas, pode-se entender que para medir ou pesar algo, não faz diferença se o observador é novo ou velho, conservador ou liberal, capitalista ou socialista, entre outros. Entretanto, quando o objeto é o próprio ser humano, seria mesmo possível recortá-lo ou isolá-lo? Conforme argumenta Carnaúba (2010), analisar relações causais entre fenômenos físicos de forma neutra, seria possível, pois o pesquisador disporia de formas de realizar o experimento de modo que fosse possível se distanciar e ter uma visão panorâmica do fenômeno. A controvérsia aparece quando o objeto de estudo é o próprio sujeito do experimento. Nesse sentido, seria possível o observador ser observado de maneira neutra? E nesse contexto, seria possível ser imparcial como se supõem as ciências exatas ou naturais?

Alves (2015) estende um pouco mais essa discussão ao defender o papel das ciências humanas a partir da argumentação de que como o objeto humano é variável, a análise é muito mais difícil e complexa do que a descrição de fenômenos naturais e suas características

“monótonas”. Não é que um seja mais importante que outro, mas que os fenômenos naturais possuem características mais recorrentes e que seriam mais fáceis de identificar do que as características de um fenômeno que pode sofrer inúmeras variações socioculturais.

O rigor das ciências da natureza não se deve, em absoluto, a que elas sejam mais rigorosas e seus métodos mais precisos. Acontece que o bicho com que lidam é muito doméstico, manso, destituído de imaginação, faz sempre as mesmas coisas, numa rotina enlouquecedora, frequenta os mesmos lugares. Tanto assim que é possível prever onde estarão Terra, Sol e Lua daqui a 100 mil anos (ALVES, 2015, p. 109)

É interessante notar que embora este pressuposto aparentemente não tenha sido incorporado ao *corpus* conceitual positivista, nos escritos de Auguste Comte o pensador já havia elaborado uma argumentação sobre a complexidade de pesquisar leis gerais do comportamento humano.

O princípio da invariabilidade das relações físicas permanece em alguns casos, sujeito a graves alterações, até nos puramente matemáticos, onde vemos, por exemplo, a preconização cotidiana de um pretenso cálculo de probabilidades que supõe implicitamente a ausência de qualquer lei real a respeito de certos eventos, sobretudo naqueles em que o homem intervém (COMTE, 1848 [2016], p.34).

Além destas discussões sobre o papel do pesquisador no desenvolvimento das pesquisas e do papel destas pesquisas tanto como influenciadoras quando influenciadas pelo contexto social, há ainda uma discussão que vai além e busca expor o desenvolvimento do conhecimento científico no contexto sócio-político da própria comunidade científica.

Latour (2011) elabora uma análise de como a pesquisa científica avança a partir da adesão ou rejeição de uma ideia por vários pesquisadores. Para o autor, a ciência deve ser entendida em dois momentos: a ciência em construção e a ciência acabada. A ciência em construção consiste no momento que uma nova perspectiva começa a ser explorada, sendo que quanto mais pessoas aderirem a esta ideia em estudo, mais respaldo ela vai ganhando e vai avançando até se tornar uma caixa preta. Para Latour (2011, p. 4), “A expressão caixa preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai”.

O citado autor faz essa analogia para se referir a determinados saberes científicos que avançam um ponto em que se torna muito difícil ou desnecessário contestar. Neste sentido, o pesquisador aponta também que quanto maior a adesão a determinado enfoque, maior será o número de pesquisadores que se terá que contestar ao se tentar contrapor tal ideia. Dito de outro

modo, o autor expõe que um trabalho científico que se apropria das ideias de outros pesquisadores através de citações constitui uma forte retórica em que se deve contestar não só o autor da pesquisa, mas todas as referências que ele utilizou, e isso faz com que ideias já bastante aceitas sejam muito difíceis de contradizer, embora não isso não chegue a ser impossível. E é assim que uma perspectiva sai do âmbito da ciência em construção para o status de ciência acabada, na qual se torna uma caixa preta em que não se precisa mais entender detalhadamente seu funcionamento, basta apenas fazer com que funcione e ver o resultado.

É interessante notar que esta perspectiva não só traz consigo um pouco da influência perspectiva cartesiana de refutação do ceticismo, como também a leva para outro nível. Não só não teríamos razão de duvidar de um conhecimento já acabado e aceito por tantos pesquisadores (caixa preta), como teríamos um enorme desafio ao tentar contestar essas ideias e todos os seus defensores.

Neste sentido, Janeira (1972) elabora uma síntese de como as novas ideias são propostas na ciência, expondo quais os processos e dificuldades encontrados pelos pesquisadores para desenvolvê-las. Segundo a autora, a nova ideia encontrará resistência não só no plano psicológico do autor, mas principalmente no âmbito sociológico.

o controle da inovação, feito por um cientista ou mesmo pela própria colectividade científica, mostra claramente como não são fortuitos os momentos em que a «inércia que fixa os cientistas num estado da sua ciência» converte, mesmo os mais abertos e progressivos, em «pesos» embargadores (JANEIRA, 1972, p. 633).

A partir desta perspectiva, a autora critica então o fato de como a comunidade científica, que deveria ser o grupo mais aberto e empenhado em descobrir as novidades, torna-se conservador e apegado a determinadas ideias por vezes impedindo o desenvolvimento de outras perspectivas.

É interessante notar que ambas as perspectivas mencionadas, tanto de Latour (2011) como de Janeira (1972), assemelham-se com a já mencionada concepção relativista de que objetividade é na verdade um consenso intersubjetivo, ou seja, que nosso conhecimento “objetivo” da realidade nada mais é do que uma convenção social entre os pesquisadores e a sociedade.

Embora esta discussão filosófica geral possa parecer radicalmente distante de nossa realidade enquanto pesquisadores em Arqueologia, é justamente sobre conceitos desenvolvidos neste contexto sociopolítico de crítica à ciência positivista/iluminista que surgem algumas

noções que serão centrais para o quadro teórico pós-processual, inclusive como motivo desta pluralidade. Noções principalmente voltadas para perspectivas como o papel desempenhado pelo pesquisador tanto na criação de hipóteses, seleção de dados a partir de suas experiências próprias, quanto de sua responsabilidade em relação aos efeitos sociais que sua pesquisa causa, mas também relacionadas ao questionamento sobre a validade da aplicação do método científico para explicação dos fenômenos humanos e as alternativas a este método.

3.2.1 A Arqueologia e o Pós-Modernismo

Antes de abordar a relação entre estes conceitos gerais filosóficos no desenvolvimento do pós-processualismo faz-se necessário ressaltar que, há uma grande pluralidade de enfoques no quadro teórico pós-processual, com algumas características e pressupostos semelhantes em um plano filosófico mais abrangente, mas que não são unificados e nem possuem um único *corpus* metodológico para o desenvolvimento das pesquisas. Esta multiplicidade de enfoques costuma gerar diferentes classificações. Neste contexto, abordarei a definição elaborada por Patterson (1989), pois acredito que seja adequada para esta reflexão. Para o autor, existem pelo menos três vertentes pós-processuais diferentes, as quais são conceitualmente distintas, mas são relacionadas entre si, com significantes áreas de sobreposição e divergência. Segundo o pesquisador, estas três vertentes pós-processuais podem ser entendidas como:

- 1- Uma linha que reivindica Robin Collingwood como ancestral; cita com aprovação os trabalhos de Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, Anthony Giddens e Paul Ricoeur; e encara o registro arqueológico como um texto a ser decodificado. Esta posição reitera o indivíduo, privilegiando as habilidades criptográficas e a eloquência do arqueólogo como intérprete.
- 2- Uma corrente, baseada nos escritos de Michel Foucault, que frequentemente se associa aos escritos de Marx. Esta foca sua atenção às relações de dominação e resistência, ambas nos contextos e práticas envolvidas na produção do conhecimento. Ela enfatiza a especificidade das práticas arqueológicas na era do capitalismo tardio.
- 3- Uma linha, preocupada com comunicação e ideologia, que deriva inspiração dos escritos de Louis Althusser e dos teóricos críticos, tais como Jurgen Habermas. Seus defensores argumentam que a arqueologia como ideologia é parte do presente e revela a especificidade histórica de ambos, a reivindicação de conhecimento e a racionalidade. Eles argumentam por autoconsciência e avaliação crítica das pretensões de conhecimento (PATTERSON, 1989, p. 556, tradução nossa).

Esses novos quadros referenciais teóricos que se apresentam de maneira plural, têm como um dos seus principais expoentes a figura do pesquisador Ian Hodder, o qual postula um rompimento com a noção da arqueologia como criadora de leis universais do comportamento

humano e, em seu lugar, enfatiza o particularismo histórico contextual da cultura material estudada.

Esta característica do pós-processualismo se relaciona com a primeira vertente exposta por Patterson (1989) e está relacionada com a discussão se a ciência arqueológica é normativa e busca descobrir as leis gerais do comportamento humano, ou se é ideográfica e leva em consideração o particularismo histórico de cada sociedade que seria única naquele local e naquele espaço de tempo. Tal perspectiva é notavelmente influenciada pelos pressupostos filosóficos da compreensão do real a partir da dimensão pragmática da linguagem, evidente em um dos títulos da obra de Hodder intitulada *Reading the past* (Lendo o passado), bem como nota-se também uma influência da hermenêutica na atenção dada ao contexto histórico dos sítios arqueológicos.

Em trabalho posterior, Hodder e Hutson (2003) propõem a utilização do conceito de agência na pesquisa arqueológica, o qual faz uma crítica ao enfoque normativo na arqueologia, pois a busca pela identificação de leis que comandam o comportamento humano deixa pouco espaço para a visualização do papel dos indivíduos como atores sociais. Os referidos autores, entretanto, ressaltam também que não deve se considerar que as mudanças culturais sejam resultados do livre arbítrio, ou que indivíduos particulares do passado podem ou devam ser identificados. Para os autores, esse ponto de vista tem como objetivo fazer com que as pesquisas arqueológicas abordem significados culturais, intenções e propósitos. As generalizações em arqueologia são possíveis, mas não devem ser o objetivo da pesquisa científica, uma vez que a cultura material é produzida por indivíduos que possuem o papel de agentes sociais e que interagem com o meio em condições históricas específicas (HODDER e HUTSON, 2003). Para os pesquisadores, a perspectiva da cultura material como um reflexo do comportamento humano foi uma das contribuições da arqueologia processual, e que posteriormente foi problematizada e ampliada para a concepção de que não só a cultura material é produto do comportamento humano, mas ela também o influencia.

Neste sentido, a proposição da arqueologia contextual ou pós-processual busca ir além da generalização ao abordar que a relação dialética entre comportamento e produção da cultura material se dá em contextos históricos particulares.

Do ponto de vista epistemológico, o pós-processualismo não se constitui sempre de uma negação dos quadros teóricos anteriores. Conforme proposto por Hodder e Hutson (2003), as arqueologias contextuais (pois não seria uma única forma de se produzir o conhecimento)

são interpretações que seriam construídas por diferentes sujeitos e que seriam testadas através do debate aberto e da crítica aos modelos utilizados. Seguindo uma noção da não normatização da ciência, desde que a explicação do passado seja construída com base em uma boa argumentação formada a partir dos dados coletados, o debate e a crítica aos preceitos utilizados em cada trabalho serviriam de parâmetro para a escolha da melhor interpretação do passado. Desta maneira, a arqueologia pós-processual não necessariamente excluiria as concepções teóricas anteriores, desde que essas estejam abertas às críticas.

Nesta perspectiva, Hodder (1991, p. 11, tradução nossa) defende o uso da hermenêutica como método para interpretação dos diversos contextos que podem ser encontrados no registro arqueológico. Para o autor, o “ponto de partida era o princípio de que a compreensão e o conhecimento dependem de uma relação dialética entre as partes e o todo”. A partir da utilização da hermenêutica é perfeitamente possível fazer uma ligação entre uma interpretação contextual com os dados obtidos através do método científico, pois há uma interdependência entre compreensão e explicação.

Esta reflexão é necessária para que possamos entender melhor uma proposta de estudo contextual e interpretativo. Algumas críticas ao pós-processualismo são direcionadas ao fato de que esta concepção do registro arqueológico faria apenas especulações interpretativas sem nenhuma base empírica.

Em termos de metodologia, no quadro teórico pós-processual ainda são utilizados muitos métodos que foram desenvolvidos na arqueologia processual, a grande diferença seria que no processualismo (mais associado ao positivismo) o resultado seria uma explicação causal, que muitas vezes ignora a atuação dos agentes sociais, enquanto que na arqueologia pós-processual, os dados produzidos pela explicação deveriam ser utilizados para entender as sociedades de forma mais holística, levando em consideração a atuação humana (agência). Neste sentido, a intenção é buscar dados contextuais mais diversos para que se possa interpretar o contexto dos sítios.

Portanto, embora as interpretações não sejam necessariamente realizadas nos moldes dedutivos, a coleta desses dados ainda utiliza diversos recursos obtidos através do método científico. Conforme abordado anteriormente, a construção de uma “compreensão” muitas vezes necessitará de “explicações”.

Neste sentido, teríamos análises laboratoriais de classificação de partículas de pólen, ou identificações antracológicas para reconstruções de paleoambientes que, por sua vez,

permitiriam uma interpretação da arqueologia da paisagem, a qual pode ser entendida, por exemplo, como a definição dada por David e Thomas (2010), na qual os autores defendem que esta arqueologia

Se preocupa não apenas com o ambiente físico sobre o qual as pessoas vivem suas vidas, mas também com a localização cheia de significados na qual vidas são vividas. Esta inclui as árvores, as rochas e as estrelas, não como objetos abstratos, mas como coisas cheias de significados que estão localizadas ontologicamente e experimentalmente nas vidas das pessoas e nas práticas sociais (DAVID e THOMAS, 2010, p.38, tradução nossa).

Este é apenas um exemplo simples para mostrar que, embora algumas vertentes do pós-processualismo se mostrem avessas ao método científico, outras o adotam de forma diferente com o intuito de obter dados que permitam uma melhor interpretação contextual.

Neste contexto, é interessante notar que nesta perspectiva não há um rompimento total com o método científico, há apenas uma reformulação para a utilização nas ciências humanas. Para ilustrar esta relação, VanPool e VanPool (1999) elaboram uma argumentação apontando sete pontos em que o pós-processualismo está de acordo com a produção científica de conhecimento:

Primeiro: os arqueólogos pós-processuais ainda lidam com fenômenos empíricos, pois estudam artefatos criados em estruturas sociais passadas;

Segundo: os arqueólogos pós-processuais ainda compartilham algumas premissas teóricas entre si, o que faz com que o paradigma não seja totalmente desconexo;

Terceiro: pesquisadores engajados com a perspectiva pós-processual argumentam que eles elaboram suas hipóteses a partir de qualquer fonte que queiram, e os autores afirmam que esta prática é exatamente igual àquela praticada por qualquer outro cientista;

Quarto: como a pesquisa arqueológica é baseada em características físicas dos artefatos e uma mesma compreensão pode ser compartilhada por vários cientistas, ainda há objetividade nas pesquisas pós-processuais;

Quinto: espera-se que o conhecimento científico seja obtido através de experiências, e como o arqueólogo pós-processual precisa testar criticamente a coerência de sua interpretação contra o registro arqueológico, o pós-processualismo não deixa de ser científico por isso;

Sexto: a busca por leis gerais tem sido criticada mesmo no núcleo das ciências exatas e naturais, então esta objeção também já não se aplicaria à arqueologia pós-processual;

Sétimo: o progresso do conhecimento científico só poderia ser medido posteriormente, mas que ainda assim,

Os arqueólogos pós-processuais lidam com problemas lógicos, teóricos e empíricos em suas interpretações. Eles trazem novas perspectivas e ideias para aplicar tanto nos novos quanto nos velhos problemas teóricos e empíricos. Eles também desenvolvem novas afirmações teóricas que podem pelo menos potencialmente avançar no nosso entendimento sobre sistemas sociais passados. Embora não esteja claro o quanto o programa pós-processual na arqueologia vai contribuir para o conhecimento de sistemas sociais passados, os pesquisadores parecem estar engajados em um crescente e progressivo programa de pesquisa (VanPool e VanPool, 1999, p. 48, tradução nossa).

Entretanto, segundo Shanks e Tilley (1987), estudos com diversas interpretações levariam a um relativismo fragmentário, que mascarariam as relações de poder dentro da sociedade atual. Cada um seria defensor de sua própria causa e nenhum avanço seria atingido. Os referidos autores são defensores de uma arqueologia ainda mais influenciada pelo movimento pós-moderno. A descrença nas histórias lineares, e o lugar do sujeito na pesquisa arqueológica são características marcantes nos pressupostos dos autores.

Conforme defendem estes citados autores, a arqueologia deve obrigatoriamente ser determinante nas políticas atuais. Alinhados com a crítica da razão, de uma verdade absoluta e tentando minimizar os efeitos do relativismo, os autores defendem que as produções arqueológicas estão inseridas na atualidade, por serem desenvolvidas por pesquisadores que estão enraizados na sociedade atual. Desta forma, segundo os autores: “A arqueologia acadêmica, muito frequentemente, opera como parte de um discurso mais amplo, servindo para reproduzir relações entre dominantes e dominados” (SHANKS e TILLEY, 1987, p. 189, tradução nossa). Nesse contexto, uma arqueologia que se pretende cobrir com um manto de cientificidade acadêmica, neutra e imparcial, acaba por ainda ser um posicionamento político de não engajamento e conservadorismo. Se não intervimos ativamente na sociedade, é porque não queremos que nada mude.

Este posicionamento crítico em relação às formas de fazer arqueologia na atualidade está mais associado às duas últimas vertentes apontadas por Patterson (1989), citadas anteriormente. Arqueólogos mais voltados para esta compreensão, conscientes desses debates e atualizados nas discussões sobre globalização, passaram a desenvolver trabalhos que apresentavam uma crescente preocupação com o fortalecimento das minorias frente ao processo homogeneizante do capitalismo global. Conforme argumenta Hall (2006), o processo histórico de globalização resultante do desenvolvimento do sistema capitalista no âmbito internacional acarreta em uma:

(...)“compressão do espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância (HALL, 2006, p. 69)

Ao observarmos as grandes cidades podemos facilmente identificar a importância da discussão sobre a globalização em relação à responsabilidade social do arqueólogo que lida com o patrimônio. Por exemplo, em todas as metrópoles ocidentais da atualidade é possível encontrar pessoas que andam em carros franceses, ouvem músicas americanas, comem comida japonesa, entre muitos outros. A questão recai então sobre uma homogeneização cultural promovida pelo desenvolvimento econômico do mundo globalizado, que tende a tornar as culturas cada vez mais semelhantes. No capítulo 1 apresentei um resumo de como essas discussões foram surgindo ao longo do tempo, e quais diretrizes políticas foram criadas a partir desses debates.

Nesse contexto, a discussão sobre a preservação dos patrimônios (entre eles o arqueológico) realça que há também um debate sobre a necessidade da proteção das identidades locais que permitem a diferença cultural entre os diversos povos. É nessa perspectiva que se desenvolvem as discussões sobre o papel das pesquisas arqueológicas em relação à construção/manutenção de identidades ou exploração econômica de áreas com ocupações de comunidades tradicionais, como povos indígenas entre outros.

Esta ênfase em enfoques sociais na pesquisa arqueológica que foi trazida pelo quadro teórico pós-processual é bastante perceptível na corrente teórica da arqueologia pública. Antas (2014), ao citar um argumento de Paul Bahn, afirma que o objetivo da arqueologia deve ser a comunicação dos seus achados não apenas no âmbito acadêmico, mas prioritariamente para o público em geral. Nesse contexto, através da tentativa de tornar a arqueologia pública é que se percebem algumas das capacidades do discurso arqueológico como criador ou mantenedor de relações políticas dentro da sociedade atual, sejam essas relações de dominação ou resistência.

Os sítios arqueológicos e materiais deles derivados são compreendidos como documentos únicos e insubstituíveis que permitem entender os processos históricos e sociais pelos quais as diferentes sociedades passam, como se organizam, se relacionam e operam simbolicamente nas suas culturas. Nesse sentido, os sítios arqueológicos não são reconhecidos e preservados, apenas, em decorrência do seu potencial de falar sobre o passado, senão em decorrência da necessidade atual, presente, das diferentes sociedades de se compreenderem de forma perspectiva e, conseqüentemente, se projetarem como cidadãos. Assim, o patrimônio arqueológico assume dimensão polissêmica, em que tanto os sentidos passados quanto os presentes são igualmente significativos no seu processo de interpretação. Logo, o

patrimônio arqueológico é compreendido pelo seu legítimo papel no processo de construção de heranças sociais (COSTA e COMERLATO, 2014, p. 119).

Conforme é possível perceber a partir do que apresentei até agora, existem várias formas de produzir conhecimento arqueológico, seja a partir de uma postura indutiva/materialista ou de forma mais dedutiva, empírica e racional, e o quadro teórico pós-processual expande estes conceitos para também englobar o uso da pesquisa arqueológica em contextos de ação política e engajamento social.

Partindo destas perspectivas apresentadas até aqui, visualiza-se uma ideia muito geral de quantos pressupostos filosóficos mais amplos geraram diferentes quadros teóricos da pesquisa em Arqueologia e como o contexto social e nossas preferências pessoais influenciam na forma como pesquisamos. Portanto, não é raro que invariavelmente estejamos sujeitos a aderir a um ou mais posicionamentos que têm profundas raízes filosóficas sem o sabermos.

Em um plano mais geral das discussões filosóficas atuais, o pensador Lorenz B. Puntel elabora seu quadro teórico sistemático que pretende englobar todos estes desenvolvimentos alcançados na história do pensamento ocidental, de modo a produzir uma teoria de como podemos compreender a realidade.

Neste sentido, faz-se necessário destacar o que significa este **quadro teórico sistemático** de Puntel. Segundo o filósofo, o termo sistemático geralmente possui dois significados na filosofia. O primeiro e principal significado designa a integralidade da temática e a demonstração da interconexão entre os componentes temáticos, ou seja, que é uma perspectiva abrangente e que visa identificar o nexo entre os componentes estudados, o que não significa dizer que se consiga identificar exhaustivamente todos os elementos de determinada temática e todas as suas interconexões. Já o segundo significado possui uma conotação mais objetiva e a-histórica. Dentre estas definições, o citado filósofo desenvolve seu quadro teórico utilizando prioritariamente a primeira, mostrando a filosofia como uma disciplina de investigação de temáticas de forma integral e buscando mostrar a interconexão entre os componentes da temática em estudo (PUNTEL, 2008). Neste sentido, conforme Oliveira (2014),

A filosofia se caracteriza por ser uma teoria das estruturas universais do universo do “discurso ilimitado”, o que implica a integralidade da temática e a demonstração do nexo entre todos os componentes temáticos; ou seja, ela é uma teoria geral da realidade como um todo (OLIVEIRA, 2014, p. 252).

A partir da caracterização da filosofia como uma teoria geral da realidade como um todo, Puntel (2008) explica que as relações desta com as ciências se baseiam em um caráter de interdependência, a qual o filósofo exemplifica da seguinte maneira:

(...) uma filosofia que se entende como sistemática nos termos deste livro deve-se ocupar também com aquele grande âmbito do ser em seu todo, que aqui é denominado *mundo natural*. Ora, o mundo natural é o domínio objetual propriamente dito das ciências naturais. Pode-se caracterizar da seguinte maneira a situação que serve de ponto de partida: as ciências naturais e a filosofia são inseparavelmente interdependentes uma da outra (PUNTEL, 2008, p. 343).

A partir de tal definição, justifica-se a grande quantidade de pressupostos filosóficos abordados neste trabalho para a discussão dos quadros referenciais teóricos da Arqueologia para o estudo do passado, pois não só a filosofia enquanto teoria geral da realidade se ocupa do passado, como a ciência arqueológica é profundamente interdependente da filosofia, como mostrarei ao longo de todo este trabalho. E desta constatação segue-se o questionamento sobre qual seria o quadro teórico da Arqueologia que apresenta mais possibilidades de identificação das relações entre os diversos materiais que são objeto de estudo da disciplina arqueológica. Buscarei responder este questionamento no decorrer deste trabalho a partir da utilização dos principais quadros teóricos para a elaboração de interpretações sobre os mesmos materiais, expondo os “modos de ver” de cada quadro teórico.

A seguir, apresentarei algumas discussões mais próximas do trabalho de campo para só então definir os sítios arqueológicos que foram estudados. Nos capítulos posteriores a esta apresentação, buscarei mostrar de forma mais detalhada os quadros teóricos da arqueologia. Para tanto, mostrarei análises dos mesmos materiais segundo cada corrente teórica, com o objetivo de explicitar algumas destas influências epistemológicas na prática da pesquisa.

3.3 INDUÇÃO E DEDUÇÃO NA PRÁTICA EM ARQUEOLOGIA

Segundo discutido acima, a prática da pesquisa arqueológica enquanto ciência está inserida em amplas discussões filosóficas que orientam tanto a escolhas das práticas quanto a sequência destas nos trabalhos de campo e laboratório. Conforme bem afirmou Clarke (1973),

Tornou-se claro que todo arqueólogo, seja de caso pensado ou inconscientemente, escolhe usar conceitos de um certo tipo – desta forma, comprometendo-se com determinada posição metafísica, restringindo a si próprio a certos paradigmas, ao uso de certas metodologias, a aceitação de certos modos de explicação e da busca de certos objetivos; ao mesmo tempo

explicitamente ou tacitamente rejeitando outras posições metafísicas, paradigmas, modelos, explicações e objetivos (CLARKE, 1973, p. p.12, tradução nossa).

Segundo o autor, os vestígios arqueológicos, bem como os processos e suas explicações estão ligados pelos conceitos metafísicos de espaço e tempo, então deveríamos esperar que revisões cronológicas e/ou espaciais trouxessem alterações para a disciplina. Neste sentido, antes de descrever os contextos e os materiais que serão utilizados nesta pesquisa, faz-se necessário também compreender como foram definidos tais contextos e materiais.

Para tanto, entre os principais exemplos de pressupostos filosóficos citados anteriormente que influenciam a pesquisa científica, destaco inicialmente a distinção entre indução e dedução.

A pesquisa indutiva levaria à coleta do máximo possível de materiais para que os fatos falem por si mesmos e se possa chegar a um conhecimento do fenômeno da forma mais objetiva possível sem interferência da subjetividade do pesquisador.

Já a pesquisa hipotético-dedutiva abandona a noção de que os fatos falam por si sós e assume, pelo menos em parte, o papel do pesquisador na formulação dos problemas que orientarão a coleta de dados em campo. O conhecimento então é produzido a partir de pequenas respostas a problemas pontuais que vão se somando e permitindo a compreensão do fenômeno.

Conforme apontado previamente, no modelo de pesquisa indutiva exposto por James Hill, é claramente perceptível que, em grande medida, ainda efetuamos muitas de nossas pesquisas arqueológicas seguindo uma sequência de etapas que vai do trabalho de campo, para a classificação dos materiais, depois para a análise e, por fim, para as interpretações.

Esta característica é muito mais comum na Arqueologia Preventiva, pois devido à própria natureza desse tipo de pesquisa, com investigação de áreas inexploradas e prazos muito curtos, geralmente se torna difícil que se consiga elaborar um projeto já com hipóteses pré-definidas que orientarão a coleta de dados em campo.

Por outro lado, conforme apontado por Hill (1972) a coleta dos dados é dependente de teorias e problemas, por mais que os questionamentos iniciais sejam amplamente vagos ou simples. Segundo o autor, a maioria dos arqueólogos vai a campo já com alguns problemas gerais e muitos pequenos questionamentos são bastante comuns no direcionamento da coleta de dados. Questões como “qual a cronologia do sítio?”, “quais os atributos físicos dos materiais?”, “como os materiais estão distribuídos no espaço e no tempo?”, geralmente são mais

comuns e mais fáceis de responder (HILL, 1972) e na maioria das vezes estão implícitas nas técnicas que utilizamos corriqueiramente na pesquisa arqueológica.

Além disso, conforme mencionado anteriormente, devemos ainda considerar a crítica feita por Hill (1972) em relação à impossibilidade de uma coleta de um banco de dados genéricos que supostamente seriam obtidos na perspectiva indutiva e que serviriam para solução de todos os problemas.

Contudo, partindo desse ponto de vista, segundo Soares (2007), o patrimônio arqueológico brasileiro é juridicamente entendido a partir do princípio da matriz finita, o que significa que, uma vez que materiais se perdem ou sofrem danos, os dados perdidos são, muitas vezes, irrecuperáveis. Neste contexto, diversos autores defendem que as escavações deveriam ser evitadas em alguns casos, pois a própria atividade de estudo necessariamente altera o contexto de forma irreversível, um exemplo desta preocupação é encontrada na Carta de Lausanne de 1990, a qual se constitui em um documento internacional elaborado a partir das discussões realizadas pelas entidades International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) e International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management (ICAHM).

A escavação implica sempre uma escolha de dados do que serão registrados e conservados às custas da perda de outra informação e, eventualmente, da destruição total do monumento ou sítio. A decisão de escavar deve ser tomada somente após madura reflexão (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 4).

Partindo deste pressuposto, uma pesquisa dedutiva orientada apenas para a solução de um problema específico e que requer a coleta de poucos tipos de dados, pode, portanto, ignorar e destruir inúmeros outros dados que poderiam responder a outros problemas.

Enquanto alguns autores defendem que se deve usar unicamente o método indutivo (THOMPSON, 1958), outros defendem a exclusividade do método hipotético-dedutivo (HILL, 1972). Entretanto, esta breve argumentação não se destina a uma defesa de uma prática indutiva em detrimento do método hipotético-dedutivo, ou vice-versa, como bem afirmou Martin (1971, p. 6, tradução nossa): “É consenso que a abordagem frutífera para uma ciência do passado (como em todas as ciências) reside naqueles sistemas lógicos nos quais dedução e indução interagem”.

Portanto, por mais que as pesquisas arqueológicas, sejam elas acadêmicas ou de arqueologia preventiva, busquem responder a problemáticas e inferências, levando em consideração os danos irreversíveis causados pela própria atividade de pesquisa, se deveria

coletar diversas informações dos mais variados tipos de fonte, para que possam ser utilizados para responder outras questões em momentos ou pesquisas posteriores. E esta necessidade é ainda maior em relação a trabalhos de campo de Arqueologia Preventiva, pois os sítios estudados geralmente estão iminentemente ameaçados de destruição pela implantação dos mais diversos tipos de obras.

Contudo, além das pesquisas serem realizadas a partir de uma orientação indutiva, dedutiva, ou de ambas, há ainda outras questões metafísicas distintas que orientam a prática de pesquisa em relação à “como” e a “o que” coletar, discussões concernentes à própria natureza das fontes da ciência arqueológica conforme mostrarei adiante.

3.4 O REGISTRO E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Segundo tenho argumentado, as correntes teóricas da arqueologia possuem pressupostos filosóficos implícitos que orientam a produção do conhecimento arqueológico de várias maneiras. Patrik (1985) explicita parte desta diferença ao argumentar que os arqueólogos possuem duas formas distintas de entender o registro arqueológico: um modelo físico e um modelo textual.

A razão para focar no conceito de registro arqueológico é para esclarecer alguns problemas no atual debate entre os “novos” arqueólogos e os arqueólogos estruturais ou contextuais. Este debate concerne aos pressupostos metafísicos básicos feitos pelos arqueólogos sobre sua evidência, tanto quanto concerne a diferentes abordagens metodológicas a estas evidências. Olhando de perto a este debate, se descobre que embora ambos os lados entendam sua evidência como “o registro arqueológico” eles se referem a coisas radicalmente diferentes com o conceito [...] (PATRIK, 1985, p. 28, tradução nossa).

O modelo físico seria o entendimento de que o registro arqueológico é composto de objetos físicos e estruturas que são efeitos estáticos de causas passadas, o registro arqueológico é percebido como um registro direto de objetos físicos e processos. Já o modelo textual entende o registro arqueológico também como composto de objetos físicos e estruturas, entretanto, estes são sinais materiais de símbolos e conceitos passados. O registro é tido como arquivo de ações humanas, ideias e eventos de importância humana (JONES, 2004).

Para explicar esta distinção, Patrik (1985) elabora uma argumentação sobre o registro arqueológico, apontando as diferenças entre o registro fóssil e o registro histórico e quais suas principais características: o primeiro tipo de registro é exemplificado pelo registro fóssil. Ele

registra plantas e animais passados devido à processos físicos que transformam matéria orgânica em marcas padronizadas e estáticas nas rochas, e estas marcas seriam o efeito físico dos corpos originais e de outros processos naturais. Para a autora, “no caso de registros fósseis, a conexão apontada entre o registro e o que ele registra é uma conexão estritamente causal, mantida por um meio físico” (PATRIK, 1985, p. 33, tradução nossa).

Por outro lado, segundo a autora, o significado de registro em um “registro histórico” assume uma conexão muito mais complexa entre o registro e o que ele registra. São atores humanos que produzem o registro histórico e não processos físicos. Embora existam atividades físicas dos autores e propriedades físicas de objetos usados na produção de textos, a escrita de um registro histórico também depende das escolhas do autor, de convenções culturais sobre discursos entre muitas outras variáveis que não estão necessariamente submetidas a leis interculturais.

Mas o caso é ligeiramente diferente em relação ao registro arqueológico. Porque a evidência arqueológica é presumidamente o produto de tanto de processos naturais como comportamentais, em vez de produto de uma destas categorias sozinha, existe discordância entre os arqueólogos sobre qual tipo de evidência o registro arqueológico forma: Ela está mais para um registro fóssil ou para um histórico? Por um lado, ela é como os fósseis, porque ela é composta de efeitos físicos resistentes de objetos físicos, eventos e resíduos passados, ela também é similar em muitos dos seus processos de formação. Mas a evidência arqueológica também é como a evidência histórica porque ela foi produzida pela atividade humana, e muito dela foi distribuída espacialmente através de comportamentos que eram regulados por convenção. Como muitas destas convenções são culturalmente específicas, elas são mais como regras de gramática, as quais guiam a distribuição das palavras em frases, do que como leis naturais que determinam processos de fossilização de corpos orgânicos (PATRIK, 1985, p. 34, tradução nossa).

Neste sentido, segundo o Jones (2004), o modelo físico é utilizado em pesquisas que utilizam as perspectivas teóricas do histórico-culturalismo e processualismo, que são mais materialistas, enquanto o modelo textual seria utilizado sob o paradigma teórico pós-processual, por sua vez, mais influenciado pela ênfase na linguagem enquanto mediação do conhecimento.

Contudo, para além desta dualidade em relação às correntes teóricas e suas formas de produzir o conhecimento, Patrik (1985) ainda argumenta que o termo registro arqueológico possui pelo menos cinco significados diferentes e que merece uma avaliação mais séria para ser considerado como um conceito teórico.

Primeiro: o registro arqueológico pode ser entendido como um receptáculo para os depósitos materiais (como o chão, por exemplo);

Segundo: os próprios depósitos materiais são considerados como o registro arqueológico;

Terceiro: os próprios materiais é que são o que pode ser considerado como registro arqueológico;

Quarto: são as amostras arqueológicas que constituem o registro arqueológico:

Quinto: de forma mais literal, os relatórios e pesquisas em arqueologia são o que pode ser considerado como o registro arqueológico.

Após expor estas diversas concepções de registro arqueológico, Patrik (1985) argumenta que a partir desta quantidade de definições, se deveria esperar que os arqueólogos fossem bastante familiarizados com o conceito, mas ao mesmo tempo, isso sugere que não há um consenso sobre o que o conceito realmente significa e que não há nenhuma definição explícita do termo como conceito teórico.

Discutir e definir o conceito que seria mais apropriado de registro arqueológico fugiria do escopo do presente trabalho. Esta multiplicidade de definições de registro foi abordada para mostrar o quanto a prática da pesquisa em Arqueologia pode variar de acordo com princípios filosóficos mais amplos que adotamos em nossos trabalhos cotidianos. E, além desta multiplicidade de interpretações sobre o que é o registro arqueológico, há também bastante discordância em relação ao conceito de sítio arqueológico.

Apesar das críticas que datam do início dos anos de 1970 a noção de *sítio* é tão ubíqua quanto qualquer outro conceito arqueológico na literatura atual. Os arqueólogos procuram, e encontram sítios; eles registram sítios; eles coletam e/ou escavam sítios, eles interpretam sítios; e, incrivelmente, eles até mesmo datam sítios (DUNNELL, 1992, p. 21, tradução nossa).

Segundo expõe o citado autor, as definições de sítio arqueológico só começam a surgir após o meio do século XIX e apenas em contextos de explicação do que é a arqueologia para os iniciantes e que, além disso, a maioria das definições encontradas em manuais atualmente são derivadas de duas noções prévias, sendo combinadas de formas diferentes e variando apenas em alguns detalhes.

A primeira definição que seria mais influente, segundo Dunnell (1992), seria a do pesquisador R. F. Heizer, na qual um sítio arqueológico deve ser entendido como um lugar, seja ele pequeno ou grande, onde se espera encontrar traços de uma atividade ou ocupação antiga. A dica para esta definição seria a presença de artefatos, que poderiam ser grandes como uma cidade ou pequenas como o local onde se encontra uma ponta de flecha. Para o autor, neste

entendimento, o sítio seria um lugar, o qual se distingue dos outros pela presença de artefatos arqueológicos.

Uma outra definição que entende um sítio arqueológico como um espaço seria a de Willey e Phillips, no trabalho que viria a se tornar o livro *Method and Theory in American Archaeology* de 1958. Conforme argumentam os autores,

Um sítio é a menor unidade de espaço com a qual os arqueólogos lidam e a mais difícil de se definir. Seus limites físicos, os quais podem variar de poucas jardas quadradas até muitas milhas quadradas, são geralmente impossíveis de determinar. Praticamente o único requerimento geralmente exigido de um sítio é que este seja abundantemente coberto pelos remanescentes de ocupações prévias, a ideia geral é que estes pertençam a uma única unidade de ocupação, a qual pode ser qualquer coisa desde um pequeno acampamento até uma grande cidade... O sítio é a unidade básica para os estudos estratigráficos... (WILLEY e PHILLIPS apud DUNNELL, 1992, p. 24, tradução nossa).

Como exemplo da apropriação destas noções quanto à definição de sítio, podemos citar o amplamente utilizado manual “*Archaeology, Theories, Methods and Practice*” dos autores Colin Renfrew e Paul Bahn. Neste manual os pesquisadores apontam que

Sítios arqueológicos podem ser pensados como lugares onde artefatos, edificações, estruturas e remanescentes orgânicos e ambientais podem ser encontrados juntos. A propósito de trabalho, pode-se simplificar isto ainda mais e definir sítios como lugares onde são identificados traços significantes de atividade humana (BAHN e RENFREW, 2004, p. 54, tradução nossa).

Definição semelhante encontramos em Drewett (2001), embora o autor busque expor a dimensão humana, ainda há uma forte associação do conceito com um lugar, um lugar onde aconteceram atividades e onde se encontram vestígios.

Sítios arqueológicos consistem essencialmente em áreas de atividades e entulhos. É onde pessoas fizeram coisas no passado e deixaram algum resíduo de terem feito algo. Isso pode ter sido algo grande como a construção de Machu Picchu ou Stonehenge, ou um algo muito menor como lascas de machado de sílex ou comer uma ostra (DREWETT, 2001, p. 17, tradução nossa).

Para Dunnell (1992) outra noção de sítio que se tornaria bastante popular seria a proposta por Binford (1964), na qual um sítio é entendido como um agrupamento espacial de estruturas ou itens, ou ambos. A característica formal do sítio seria definida pelo seu conteúdo. Esta definição teria uma pequena mudança, pois o que definiria o sítio seriam os materiais que o compõem e as relações espaciais entre eles e não mais o espaço onde são encontrados os materiais arqueológicos.

Contudo, segundo Dunnell (1992, p. 25, tradução nossa), apesar de a definição de Binford ter trazido o foco da definição de sítio para os artefatos e suas relações espaciais, o sítio ainda seria uma unidade empírica, “um sítio era uma coisa que poderia ter conteúdo e estrutura”. Neste sentido, o autor aponta algumas falhas da noção de sítio.

A primeira falha, para Dunnell (1992), seria ontológica e poderia ser formulada no seguinte questionamento: um sítio arqueológico existe? Esta pergunta não é direcionada ao fato aparentemente óbvio de que há espaços com concentrações de materiais relevantes arqueologicamente, mas se este local seria uma unidade empírica observável ou se o conceito seria uma construção realizada a partir das relações entre os artefatos ou estruturas? Dito de outra forma, seria um sítio arqueológico uma coisa física com conteúdo e estrutura ou seria uma construção conceitual definida em campo pelo pesquisador com base nas características que ele seleciona?

Tais perguntas trazem consigo o debate mencionado no capítulo 2 entre o realismo materialista e o idealismo transcendental de Kant. Enquanto uma abordagem defende que há um mundo a ser “descoberto” (realismo), a outra postula que qualquer conhecimento humano é irremediavelmente mediado pela subjetividade humana (filosofia transcendental).

Binford (1992) defende estas primeiras noções de sítio ao elaborar um argumento sobre como identificamos estruturas. Para o autor, quando observamos uma camada de cinzas, delimitada por blocos e com sedimentos argilosos queimados, por exemplo, podemos inferir uma estrutura de combustão. Para Binford (1992) é a nossa capacidade de associar elementos que não aconteceriam naturalmente que nos permite identificar estruturas e, para os sítios arqueológicos, o raciocínio deveria ser análogo.

Qualquer argumento relacionado com o caráter de organizações passadas potencialmente variáveis que poderiam explicar sítios devem ser dependentes de argumentos análogos àqueles necessários para defender a reivindicação de reconhecimento de uma estrutura (BINFORD, 1992, 46, tradução nossa).

Há ainda uma outra questão, ao tomarmos o pressuposto de Phillips e Wiley citado acima de que o sítio deveria ser composto de materiais de uma única ocupação, algumas relações entre os materiais podem ser ignoradas. Jones e Beck (1992) argumentam que desde o início do nosso treinamento em arqueologia nós aprendemos a importância das associações para datações. Estas associações são concebidas na forma de proximidade espacial ou localização em uma mesma camada estratigráfica entre dois ou mais artefatos.

Com base nestes argumentos de associação, podemos inferir dados cronológicos, por exemplo, para todos os outros objetos associados. Os citados autores então problematizam a noção de associação ao considerar que artefatos por vezes podem ser considerados contemporâneos por estarem em uma mesma camada, mas a camada pode ter levado 50, 1.000, ou mesmo milhares de anos para se acumular.

Neste contexto, esta noção de associação também pode causar alguma confusão em relação a concentrações superficiais de artefatos. Por exemplo, ao encontrarmos artefatos líticos com pátina e marcas de reciclagem, deveríamos considerar uma única ocupação e supor uma contemporaneidade ou deveríamos definir a mesma concentração como dois sítios? A definição de sítios multicomponenciais geralmente é feita quando se constata a presença de materiais de ocupações diferentes, por estarem contidos em camadas estratigráficas distintas, entretanto, em contextos de erosão devido à dinâmica ambiental, é possível que materiais de camadas estratigráficas distintas acabem se juntando em um mesmo estrato, onde todos os artefatos seriam classificados de modo homogêneo como um sítio.

Como alternativa, Dunnell (1992) propõe a interpretação de “sítio” como uma unidade de formação. Para o autor, bem como para a maioria dos arqueólogos, certamente existem concentrações de artefatos, contudo, os artefatos encontrados em proximidade uns dos outros podem ter histórias totalmente separadas sem que tenham sido sequer utilizadas em um mesmo momento.

A segunda questão levantada por Dunnell (1992) está diretamente relacionada à produção do conhecimento. O autor extrapola esta discussão sobre a existência dos sítios arqueológicos, argumentando que geralmente os arqueólogos mantêm esta dualidade na definição de sítio. Segundo o pesquisador, muitos autores defendem que o sítio arqueológico existe (enquanto coisa observável), mas que é difícil de definir justamente porque eles não são realmente uma coisa ou qualidade, mas concentrações ou quantidades. Em outros exemplos, os pesquisadores defendem que sítio é uma construção sintética criada pelo arqueólogo, mas nas descrições geralmente as referências são feitas em relação a quando o sítio foi encontrado ou descoberto, implicitamente trazendo a noção de que o sítio é uma unidade empírica.

Segundo Dunnell (1992), a alternativa encontrada por alguns pesquisadores para este impasse seria uma definição com base na interpretabilidade, conforme sugerido por S. Plog, cuja proposta levaria à identificação de sítios arqueológicos como locais descontínuos com materiais culturais e potencialmente interpretáveis.

Por descontínuos, queremos dizer ligados espacialmente, com estas ligações definidas pelas mudanças pelo menos relativas nas densidades dos materiais. Por interpretáveis nos referimos à presença de materiais de qualidade e quantidade suficientes para pelo menos tentarmos e normalmente mantermos inferências sobre os comportamentos ocorridos no local. Por materiais culturais nos referimos a artefatos, ecofatos e estruturas (PLOG et al. *Apud* DUNNELL, 1992, p. 30, tradução nossa).

Esta noção de descontinuidade ainda permitiria que o sítio fosse interpretado de alguma forma como uma unidade, a qual seria identificada pelas diferenças relativas nas densidades dos artefatos. Tal definição de sítio teria um componente fortemente operacional, o qual permitiria a definição de um sítio arqueológico não devido às propriedades teóricas do conceito, mas de acordo com o que os métodos de inferência do pesquisador necessitam (DUNNELL, 1992).

Já do ponto de vista da teoria, Dunnell (1992) afirma que a definição de sítio não tem qualquer utilidade teórica. Para o autor, uma vez que o sítio é definido como concentração de artefatos ele é um fenômeno moderno, do presente, e o interesse do arqueólogo seria o contexto sistêmico.

Após toda esta discussão realizada por Dunnell (1992, p. 34, tradução nossa), na qual o autor aponta as falhas da noção de sítio, o pesquisador propõe uma concepção do registro arqueológico “sem sítio”, na qual, a unidade básica de análise não seria um espaço onde aparecem materiais, ou concentrações de materiais, mas os próprios materiais. “Se o artefato é tomado como a unidade básica de observação, então o registro arqueológico se torna uma distribuição mais ou menos contínua de artefatos na superfície do planeta, ou próxima dela, e não uma coleção de sítios esperando serem encontrados”.

Para o autor, esta noção orientada para o artefato como unidade básica seria mais apropriada por entender os materiais como unidades de deposição. Neste sentido, os espaços com maior densidade de materiais, que são geralmente tidos como sítios, serão entendidos nesta perspectiva como um epifenômeno gerado em consequência tanto de agentes naturais como artificiais de transporte, erosão e deposição, os quais seriam plenamente explicados a partir dos processos atuantes nos artefatos (DUNNELL, 1992).

Contudo, segundo Binford (1992) esta concepção estaria errada, pois negligenciaria relações existentes entre artefatos de eventos genuínos passados, e o autor propõe que deveríamos buscar por um entendimento do registro arqueológico em diferentes escalas.

Igualmente equivocada é a noção de que “não existem sítios” no sentido de consequências estruturadas de organizações de curta duração e eventos do

passado. Estas conseqüências certamente existem, e esta variabilidade escalar, a qual é acessível diferencialmente no registro arqueológico, coloca o arqueólogo numa posição de reconhecer as diferentes escalas de processos, tempos e durações que estão por trás da padronização condicionada variavelmente (BINFORD, 1992, p. 51, tradução nossa).

Até aqui podemos ter uma noção da complexidade de se definir um sítio arqueológico e as implicações teórico-metodológicas de se trabalhar com uma outra perspectiva. Para Dunnell (1992) o registro arqueológico deveria ser visto a partir da compreensão de sistemas deposicionais dinâmicos, já para Binford (1992) este tipo de visão levaria o pesquisador a ignorar sistemas estáveis cuja variação é parte do próprio funcionamento do sistema. Para o segundo autor, as pesquisas deveriam ser feitas levando em consideração as diferentes escalas que acarretam em diferentes graus de variabilidade do registro arqueológico.

Neste contexto, é importante destacar que no Brasil as definições de sítio arqueológico geralmente seguem as formas iniciais do conceito, conforme apresentado anteriormente. Para a legislação brasileira a definição de sítio arqueológico utiliza a noção de lugares onde se encontram elementos de ocupações antigas, pois o texto da Lei nº 3.924/61 se refere aos sítios como “jazidas que representam testemunhos de cultura dos paleoameríndios”; ou, “sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios”; ou, “sítios [...] nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico” (Lei Federal nº 3.924/1961).

Considerando o objetivo de discutir a aplicação dos quadros referenciais no estudo dos sítios de Assu, a partir de todas estas discussões contextuais expostas até agora, começarei a analisar os sítios a partir de cada quadro referencial teórico, começando no próximo capítulo pelo quadro Histórico-Cultural.

4 HISTÓRIA-CULTURAL DO VALE DO AÇU

Buscando sintetizar algumas informações já apresentadas de forma mais direcionada para uma das formas de pesquisar em Arqueologia, podemos entender o paradigma Histórico-Cultural como um quadro teórico que requer pesquisas elaboradas de forma indutiva e empirista (materialismo científico) que trata de descrever os atributos físicos e tecer suas inferências com base estritamente nas características observáveis dos artefatos (THOMPSON, 1958).

Neste contexto, a cultura material é vista a partir de uma perspectiva normativa (BINFORD, 1965; CLARKE 1973), ou seja, as normas sociais de determinado grupo orientam a produção dos artefatos para a realização de tarefas cotidianas e o saber-fazer é passado de geração em geração, de forma que conjuntos de materiais semelhantes seriam indicativo de um mesmo grupo ou de grupos aparentados.

De certa forma, na literatura arqueológica mais antiga pode-se facilmente perceber adesão dos pesquisadores a esta noção de tratar materiais arqueológicos semelhantes como produzidos por povos afiliados. No Brasil, durante o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, um dos objetivos da coleta sistemática proposta era justamente a elaboração de dados de forma a que estes pudessem “oferecer eventualmente, informações sobre as rotas e direções de migração e difusão, como ainda, proporcionar a elaboração de sequências do desenvolvimento cultural de povos pré-europeus” (EVANS, 1967, p. 9), mas voltarei mais adiante ao que está implícito nestes objetivos.

A partir desta perspectiva, boa parte do trabalho do arqueólogo seria a identificação de onde e quando cada grupo (representado por tipos específicos de materiais arqueológicos) se desenvolveu e quando e para onde estes grupos teriam se difundido. Portanto, as pesquisas possuem uma orientação diacrônica para o entendimento da dispersão dos tipos de cultura material ao longo do tempo e do espaço e, para tanto, foi desenvolvido um método de análise cujo principal objetivo é perceber justamente as variações dos tipos de artefatos ao longo do tempo, a seriação, que pode ser aplicada em coleções provenientes de sítios arqueológicos tanto de superfície como de subsuperfície.

Retomando um pouco da discussão elaborada anteriormente sobre o conceito de sítio, neste quadro teórico os sítios arqueológicos geralmente são entendidos segundo as primeiras noções previamente mencionadas, como uma unidade empírica observável caracterizada por

lugares onde são encontrados vestígios de atividades humanas (RENFREW e BAHN, 2004, DREWETT, 2001).

Mais especificamente em relação à utilização da seriação, conforme mencionado sobre a definição de sítios arqueológicos de Phillips e Willey, se considera que os materiais arqueológicos coletados em cada sítio seriam (ou deveriam ser) provenientes de uma mesma ocupação, interpretação esta que varia de acordo com a posição nos materiais nos diferentes níveis estratigráficos quando os sítios são de profundidade. Neste contexto, a posição dos materiais em diferentes estratos sedimentares e as características físicas dos objetos segregados em uma sequência seriada permitiriam a inferência de semelhanças ou diferenças entre grupos ao longo do espaço e do tempo.

Mas antes de explicar mais diretamente a metodologia, faz-se conveniente entendermos um pouco dos pressupostos implícitos na utilização de tal recurso prático para que possamos compreender melhor quais os questionamentos e quais as respostas que podemos alcançar segundo esta orientação teórica.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL

Retomando a discussão esboçada no capítulo anterior sobre o registro arqueológico como registro fóssil ou como registro histórico (PATRIK, 1985) é interessante perceber como o princípio da prática arqueológica desenvolveu-se em paralelo aos grandes avanços que ocorriam na Biologia e na Paleontologia com a proposição da teoria da Evolução das espécies, inclusive adaptando alguns preceitos destas disciplinas.

Contudo, para Trigger (1994), embora muitos acreditem que o início da arqueologia pré-histórica tenha se dado devido à influência destas citadas disciplinas juntamente com a geologia, segundo o autor, a metodologia de datação relativa criada por Christian Jürgensen Thomsen seria a principal responsável pelo desenvolvimento de um estudo da cultura material pré-histórica.

Com base na forma e na decoração, Thomsen conseguiu distinguir artefatos de bronze feitos na Idade do Bronze de outros da mesma natureza feitos na Idade do Ferro, demonstrando que grandes facas de pedra e pontas de lança de sílex, que tinham formas similares a outras de bronze, haviam sido feitas na Idade do Bronze (TRIGGER, 1994, p.74).

Segundo o citado autor, a separação da pré-história nas três idades (da Pedra, do Bronze, do Ferro) proposta por Thomsen foi posteriormente desenvolvida ainda mais por Jens J. A. Worsaae, o qual realizou diversas pesquisas de campo e utilizou dados estratigráficos para consolidar tal divisão. Neste sentido, para o autor,

A arqueologia pré-histórica não teve origem em um empréstimo de esquemas de datação tomados de outras disciplinas. Ao contrário ela teve início com o desenvolvimento de uma nova técnica de datação relativa própria para o material arqueológico (TRIGGER, 1994, p. 82).

Entretanto, apesar desta defesa feita por Bruce Trigger de um início próprio da arqueologia é inegável que as citadas disciplinas tiveram também um profundo impacto na compreensão dos materiais arqueológicos.

Harris (1975) aborda como se desenvolveu na geologia a “lei da sobreposição”, na qual se entende que camadas estratigráficas mais profundas foram depositadas antes, enquanto que as mais superficiais são resultado de eventos mais recentes de deposição, e que tal princípio foi trazido para a arqueologia. Segundo Colin Renfrew,

Os geólogos, ao ordenarem suas descobertas, já usavam a ideia de sucessão estratigráfica, o princípio de que quando camadas sucessivas ou estratos são observados em posição, os mais abaixo são os primeiros. Usando este princípio, e os restos característicos de plantas e animais extintos contidos no estrato – os tipos fósseis – uma sucessão de períodos geológicos ou épocas era estabelecido e gradualmente estendido para cobrir o mundo como um todo. Os arqueólogos perceberam que as camadas de depósitos nos sítios arqueológicos poderiam ser estudadas da mesma forma, e que para cada sítio uma sequência coerente de ocupação poderia ser entendida nos termos dos estratos sucessivos. O método estratigráfico permanece até hoje como uma base essencial para a escavação arqueológica (RENFREW *apud* HARRIS, 1975, p. 109, tradução nossa).

Estendendo esta discussão, O’Brien e Lyman (2002) explicam que um dos elementos centrais na pesquisa arqueológica é o estudo da mudança e que, para tanto, fazem-se necessários meios metodológicos confiáveis para medição da passagem do tempo. Segundo os autores,

Sem formas metodologicamente confiáveis de medir a passagem o tempo, o registro arqueológico é reduzido a uma confusão de materiais que podem muito bem datar de um único período no tempo, pois não podemos estudar mudança sem uma forma de organizar os materiais no tempo (O’BRIEN e LYMAN, 2002, p. 1, tradução nossa).

Neste sentido, a observação da sucessão estratigráfica seria uma metodologia que forneceria dados confiáveis sobre a passagem do tempo. Segundo os autores citados acima, é a partir do trabalho de campo de Worsaae que é definido o princípio da associação, no qual se

considera que se dois ou mais artefatos são encontrados na mesma unidade deposicional ou estrato, é possível que eles tenham idade similar.

Partindo destes princípios, a percepção de semelhanças nos materiais como fez Thomsen e a associação, ou não, destes nos estratos estratigráficos permitiriam a compreensão da variação dos materiais no espaço-tempo, tal como era praticado na paleontologia na identificação da evolução das espécies através das diferenças perceptíveis nos fósseis.

Conforme podemos facilmente encontrar discussões em alguns autores (TRIGGER, 1994; O'BRIEN e LYMAN, 2002), a teoria da evolução teve profundos impactos em diversas disciplinas e, entre elas, nos estudos em arqueologia. Nos escritos de Betty Meggers (1990),

A identificação de fases arqueológicas definidas por seqüências seriadas como comunidades endógamas é sustentada pela teoria evolutiva e a evidência etnográfica. A teoria evolutiva reconhece dois processos principais de mudança: (1) seleção natural, que opera em traços relevantes para a sobrevivência e reprodução, e (2) deriva, que afeta traços com valor adaptativo neutro (MEGGERS, 1990, p.27)

Segundo a autora, o efeito de deriva evolutiva seria o fator operante em características culturais, o qual permitiria que comunidades isoladas desenvolvessem diferenças em relação às outras culturas, percebidas nas preferências do grupo, nos métodos de preparação de comidas e bebidas, nos modos de organizar festivais de dança, nos mitos de origem, entre muitos outros (MEGGERS, 1990). Neste contexto, para a pesquisadora, seria possível também perceber esta diferenciação nos materiais arqueológicos. Ao comentar o trabalho de Arnold, a autora argumenta que

Embora os principais padrões de simetria, combinações de engobo e pintura, e motivos ocorram por áreas muito amplas, cada comunidade difere no tamanho, localização e subdivisão do campo decorativo, bem como em alguns poucos motivos e padrões de simetria (MEGGERS, 1990, p.27).

Portanto, é a partir desta utilização explícita (ou, às vezes, mais implícita) da teoria da evolução que se entende que as semelhanças nos atributos físicos dos artefatos seriam resultado de sua produção por grupos aparentados, ou que foram afiliados de alguma forma, e por isso compartilham o saber fazer, mas que devido à fatores como a deriva evolutiva, se diferenciam e isso reflete em pequenas alterações neste saber-fazer.

Neste contexto, um dos principais argumentos em torno desta associação, conforme apontam O'Brien e Lyman (2002), seria a questão da replicação. Os citados autores elaboram uma justificativa para o estabelecimento de uma analogia entre a replicação biológica e a dos objetos.

Independente de estarmos lidando com organismos ou painéis, o processo de replicação é amplamente evidente, e em ambos os casos envolve transmissão. Na reprodução dos organismos, eles transmitem o material genético de forma assexuada ou pela reprodução sexual, gerando tanto uma cria que é uma cópia exata do pai (assexuada) ou uma cria que apresenta características de ambos progenitores (sexuada). [...] Na reprodução não orgânica, um organismo ou grupo de organismos manufaturam objetos que são normalmente réplicas fiéis. Transmissão aqui é tão importante quanto na reprodução orgânica. Por exemplo, um pai ensina uma criança a fabricar e decorar uma panela, o resultado final é a produção de painéis que parecem bastante similares àquelas produzidas pelo pai (O'BRIEN e LYMAN, 2002, p. 74, tradução nossa).

Conforme argumentam os autores, a adoção da teoria da evolução é tão predominante para alguns pesquisadores, que se chega a interpretar que comportamentos ou produtos de comportamentos humanos são determinados pelos fenótipos, da mesma forma que a construção de ninhos por pássaros é fenotípica.

Em uma outra perspectiva, as mudanças nos atributos formais dos artefatos foram interpretadas como uma evolução das formas e, portanto, seria possível utilizar tipos específicos como marcadores temporais. Entretanto, as noções importadas de outras disciplinas nem sempre foram trazidas sem alguns problemas. Conforme afirmam O'Brien e Lyman (2002),

Quase desde o princípio, os arqueólogos americanistas olharam para suas disciplinas irmãs da geologia e paleontologia em busca de como medir a passagem do tempo. As noções emprestadas da geologia – sobreposição e estratigrafia – eram claras o bastante, mas aquelas trazidas da biologia e da paleontologia eram tudo menos claras. Os arqueólogos trataram os conceitos biológicos de uma forma casual e algumas vezes fizeram parecer como se os artefatos fossem capazes de se procriar e reproduzir descendentes (O'BRIEN e LYMAN, 2002, p. 82, tradução nossa).

Não se faz necessário explicar aqui todas as relações dos quadros teóricos arqueológicos com as teorias da biologia e suas implicações na prática da pesquisa, tais informações podem ser encontradas mais bem apresentadas e discutidas em Trigger (1994), ou O'Brien e Lyman (2002). Entretanto, convém que sejam explicitadas algumas relações entre as disciplinas para que possamos entender alguns princípios subjacentes neste modo de se pesquisar arqueologia.

Pode-se entender o paradigma Histórico-Cultural também como um modelo de pesquisa que buscava compreender o passado a partir de uma perspectiva difusionista, na qual se teria a coleção mais antiga de vestígios como ponto de partida e se buscaria identificar a sua dispersão no espaço e tempo considerando suas variações. Dito de outra forma, é como se o local de uma inovação tecnológica fosse o ponto central de sua dispersão, como as ondas da água quando lhe atiram uma pedra (BINFORD, 1965).

Esta perspectiva traz consigo outro pressuposto implícito, o de que a partir da identificação de tipos específicos de materiais arqueológicos se poderiam estabelecer distinções étnicas entre os grupos. No início da disciplina, segundo Trigger (1994), conforme uma grande quantidade de sítios foi sendo descoberta na Europa durante o século XIX, a atenção dos arqueólogos estava direcionada para a identificação de a quais grupos étnicos pertenciam aqueles achados. Como bem afirmou Jones (2011),

Através da história da arqueologia o registro material foi atribuído a grupos passados particulares, e o desejo de traçar a genealogia de povos do presente até suas origens primordiais imaginadas desempenhou um significativo papel no desenvolvimento da disciplina (JONES, 2011, p. 1, tradução nossa).

Estas discussões estão apresentadas mais profundamente em outros locais como Trigger (1994) ou Jones (2011). Contudo, há uma pequena parcela desta discussão que reflete diretamente na forma de construir o conhecimento em arqueologia segundo o quadro teórico Histórico-Cultural.

Os autores mencionados acima abordam o exemplo do trabalho do arqueólogo alemão Gustaf Kossina como pioneiro no desenvolvimento de uma abordagem que tinha o objetivo de identificar a história de grupos específicos relacionando-os com a cultura material. Conforme seguem apontando os autores, estes trabalhos foram posteriormente aproveitados pelo partido nazista na construção da identidade germânica e teve grande repercussão política por conta da Segunda Guerra Mundial.

Segundo argumenta Jones (2011, p. 2, tradução nossa) em relação ao trabalho de Kossina, “a premissa básica era a de que tipos de artefatos poderiam ser utilizados para identificar culturas e que províncias culturais claramente distinguíveis refletem as áreas de assentamento de tribos ou grupos étnicos passados”. Entretanto, segundo Jones (2011) apesar de todo o descontentamento gerado por este enfoque devido às repercussões da grande guerra, os arqueólogos alemães continuaram a utilizar o mesmo paradigma, contudo, não mais com a alusão direta a grupos étnicos específicos, mas definindo culturas arqueológicas. Segundo a autora, ao mencionar o trabalho de Ulrich Veit, “A “cultura arqueológica” ... tornou-se um substituto quase não-ideológico para o termo “unidade étnica”, mas ainda se toma como certa a ideia de que povos devem estar escondidos por trás de tais agrupamentos arqueológicos” (JONES, 2011, p. 2, tradução nossa).

Partindo destes princípios, percebe-se que as premissas do histórico-culturalismo consistem em dar um sentido teleológico para a história humana a partir de uma perspectiva

evolucionista que pressupõe na história humana uma continuidade da história natural. Conforme propõe Childe (1942, p.9): “Auxiliada pela arqueologia, a história – com seu prelúdio, a pré-história – torna-se uma continuação da história natural”. O citado autor defende essa ideia em outro de seus trabalhos.

(...) não apenas a pré-história recua a história escrita, ela também carrega adiante a história natural. Na verdade, se uma raiz da arqueologia pré-histórica é a história antiga, a outra é a geologia. Pré-história constitui uma ponte entre a história humana e as ciências naturais da zoologia, paleontologia e geologia (CHILDE, 2003, p. 9)

Desta forma, percebe-se a arqueologia histórico-cultural buscando elaborar uma narrativa da história dos povos ditos primitivos, incluindo-os na sequência evolutiva que culmina no mundo moderno. Nas primeiras pesquisas arqueológicas brasileiras é possível encontrar essa concepção em muitos trabalhos relacionados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). José Proenza Brochado, que foi um proeminente pesquisador desse período, propôs o seguinte em sua tese:

A primeira coisa a ser considerada é que a arqueologia da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações aborígenes históricas. Se não forem estabelecidas relações entre os estilos e tradições cerâmicas e os povos que os fizeram, algo bastante importante terá se perdido totalmente. (BROCHADO, 1984, p.1, tradução nossa).

No Brasil, os trabalhos realizados durante o PRONAPA tinham algumas definições étnicas implícitas nas fases das tradições arqueológicas e, a partir desta identificação, o passo seguinte seria perceber seus locais de surgimento e sua dispersão. Segundo Evans (1967):

Para cada estado incluído no Programa foi desenhado um grande mapa e nêle marcadas as áreas onde a prospecção intensiva e extensiva produziria duas espécies de evidências: 1) – dados para elaboração de uma sequência do desenvolvimento cultural; e 2) – dados para o conhecimento definitivo das direções de influências, migração e difusão (EVANS, 1967, p. 9).

Naquele período inicial de definição e identificação, a continuidade temporal ou espacial de determinada cultura material era entendida em termos de tradições, subtradições e fases, conceitos estes que foram definidos da seguinte forma:

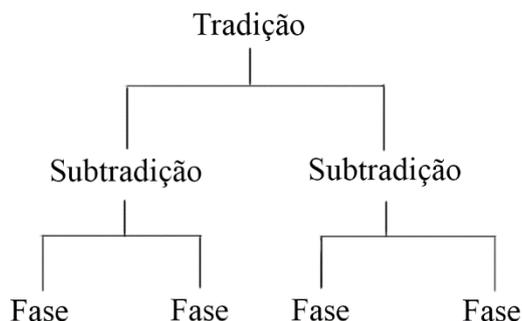
Tradição: “Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal”.

Subtradição: “Variedades dentro de uma mesma tradição”.

Fase: “Qualquer complexo (complexo ‘conjunto de elementos culturais associados entre si’) de cerâmica, líticos, padrões de habitação, etc, relacionados no tempo ou no espaço, em um ou mais sítios” (PROUS, 1992, p. 110).

A relação hierárquica entre estes conceitos pode ser mais facilmente entendida no seguinte esquema:

Fluxograma 1: Hierarquia dos conceitos



Fonte: O autor (2020).

Como exemplo desta identificação de grupos étnicos a partir das tradições, Pereira (2009) aponta diversos estudos desenvolvidos desde o PRONAPA que buscavam relacionar a tradição arqueológica tupiguarani, com os grupos indígenas Tupi-Guarani. Segundo o autor, o estudo das fontes escritas revelou uma dispersão dos grupos étnicos pertencentes a esta família em grande parte do continente sul-americano. Além disso, as pesquisas relacionadas à identificação das linguagens corroboravam esta dispersão. E como apontam Iriarte et al. (2017),

Arqueologicamente, a expansão dos grupos Tupi-Guarani através das terras baixas orientais da América do Sul coincide com a distribuição da cerâmica policrômica, a qual é bastante distinta das tradições locais, mas que tem protótipos na Amazônia. Apesar de sua expansão por milhares de quilômetros, os sítios Tupi-Guarani mostram uma cultura material notavelmente homogênea e padrões de assentamento caracterizados pela ocorrência de solos negros antropogênicos localizados ao longo dos maiores cursos d'água e associados com florestas ribeirinhas (IRIARTE et al, 2017, p. 7, tradução nossa).

Neste sentido, é importante destacar que algumas das culturas arqueológicas definidas pelos pesquisadores do PRONAPA e suas associações a alguns grupos étnicos tornaram-se caixas pretas² da arqueologia brasileira e, portanto, continuam sendo utilizadas até hoje, embora o sejam, algumas vezes, com enfoques epistemológicos diferentes do quadro teórico histórico-cultural.

É a partir desta perspectiva que se definem as tradições arqueológicas dos grupos ceramistas brasileiros, utilizando inclusive dados históricos como os relatos dos cronistas do momento da colonização para atribuir tipos de cultura material a determinados grupos indígenas. Neste contexto, a identificação mais específica seria dada a partir das fases. Segundo Martin (2005),

² Ver discussão no capítulo 2

A divisão da cerâmica em fases a partir das tradições ou sub-tradições pretende a separação espaço-temporal e tecnológica das variedades cerâmicas. As fases são nomeadas preferentemente por topônimos ou nomes indígenas da região onde as cerâmicas foram coletadas (MARTIN, 2005, p. 161).

Para a autora, as classificações do PRONAPA baseiam-se no pressuposto da existência de tradições de longa duração e com grande extensão espacial, devido à perspectiva teórica do difusionismo (MARTIN, 2005).

Por outro lado, apesar destes exemplos de associações diretas de cultura material a determinados grupos, como no caso da tradição arqueológica tupiguarani citada, nem sempre a metodologia é utilizada com a finalidade de identificar algum grupo de maneira específica, e tal característica está relacionada com as definições das fases regionais.

Martin (2005, p. 161) elabora uma discussão quanto à definição de fases, na qual a autora argumenta que muitas destas fases são por vezes estabelecidas sem que haja identificação com uma tradição e que podem ser entendidas como isoladas ou não-filiadas. Entretanto, se elas não forem relacionadas entre si ou com as outras já afiliadas, mesmo que seja para comparação “os topônimos sucedem-se, assim, sem que sempre fique claro o que estas ‘fases’ significam”.

Partindo destes pressupostos, pesquisadores como Martin (2005) consideram que a classificação e segregação dos materiais em tradições e fases é insatisfatória se não chegar a identificação étnica dos grupos produtores ou se não explorar características culturais. “(...)nesses casos, a classificação adquire um fim em si mesma e o passado cultural do homem é esquecido pela dificuldade de relatar-se a história a partir de um conjunto de pedras lascadas ou de cacos de cerâmica” (MARTIN, 2005, p. 154).

Neste contexto, uma noção central que permitiria tanto a identificação de grupos específicos de materiais quanto a comparação entre estes grupos é o conceito de tipo. O’Brien e Lyman (2002) argumentam que arqueólogos criam tipos para lidar com grandes conjuntos de dados, pois a descrição exaustiva de cada artefato seria impraticável e esta não seria necessária se somos capazes de criar grupos de artefatos e descrever estes agrupamentos de forma que faça justiça a todos os seus elementos integrantes.

Segundo Orton, Tyers & Vince (1997) a identificação de tipos entre os materiais permite a constatação de modelos entre os dados, e a própria noção dos tipos pode ser utilizada como “etiqueta” para os agrupamentos. Segundo os referidos autores, uma classificação bem definida deve possuir as seguintes características:

1. Os objetos que pertençam a um mesmo tipo terão que ser semelhantes.
2. Os objetos que pertençam a um tipo distinto não terão que ser semelhantes.
3. Se deve definir os tipos com precisão suficiente para que outros pesquisadores possam reproduzir a classificação.
4. Deveríamos poder dizer a qual tipo pertence um novo objeto (ORTON, TYERS & VINCE, 1997, p.173) [Tradução nossa].

Há diversos autores que defendem que a separação da cultura material em tipos facilita o trabalho do pesquisador que ganha experiência em relação à variação dos materiais. Segundo Shepard (1956), para se trabalhar com cerâmica, a separação de grupos de fragmentos com características semelhantes fornece experiência ao arqueólogo para que este consiga perceber a diversidade cerâmica a partir dos fragmentos. Conforme a autora:

Ao lidar com fragmentos aos milhares e separar grupos a partir de características em comum, o arqueólogo se familiariza com o grau de variação de algumas características diagnósticas: ele percebe que algumas propriedades variam simultaneamente, outras independentemente, que algumas possuem um amplo espectro de variações, outras variam pouco, que outras são relativamente estáveis, outras mudam abruptamente. Mesmo que não se busque analisar e explicar essas observações, elas dão ao pesquisador a percepção da possível diversidade na aparência da cerâmica que foi feita pelos mesmos processos básicos (SHEPARD, 1956, p. 306) [Tradução nossa].

Entretanto, a noção de tipo, assim como a noção de sítio problematizada anteriormente, possui debates de longa data em relação à sua aplicação enquanto forma de produção do conhecimento. Debates que também revelam a divergência entre os pressupostos filosóficos do realismo materialista ou do idealismo transcendental de Kant, conforme abordado no capítulo 2. Dito de outra forma, o principal questionamento em torno deste conceito poderia ser expressado da seguinte forma: um tipo existe como um fenômeno? (FORD, 1954). Mais uma vez, o questionamento não se direciona ao fato aparentemente óbvio de que existem diversos materiais com características físicas semelhantes e que podem ser agrupados de acordo com estes atributos, mas sim se podemos “descobrir” um tipo que existe independente de nossa interpretação ou se o próprio agrupamento é uma construção conceitual realizada pelo pesquisador.

Discussões sobre este conceito já se desenvolvem desde a década de 1950 e possuem raízes filosóficas mais profundas. Os defensores de uma abordagem mais objetivista (que pressupõe que as coisas possuem qualidades objetivas, relações e diferenças em si mesmas) alegam que é possível perceber a existência de tipos de cultura material a partir da aplicação de métodos analíticos matemáticos e estatísticos. Ou seja, a partir da aplicação de cálculos seria possível identificar diferenças reais entre materiais, o que nos permitiria perceber as variações

nesses tipos e afirmar com segurança que essas distinções se devem a mudanças cronológicas, espaciais e/ou culturais. Para Spaulding (1953), um tipo é entendido como

Um grupo de artefatos que exibem um conjunto consistente de atributos cujas propriedades combinadas fornecem um padrão característico. Isto implica que, mesmo em um contexto de artefatos bastante similares, a classificação é um processo de descoberta das combinações preferidas dos artesãos e não um procedimento arbitrário do classificador (SPAULDING, 1953, p. 305, tradução nossa).

Neste sentido, o tipo é considerado como uma entidade real empiricamente observável, uma coisa que pode ser descoberta e que é resultado da preferência do produtor do artefato.

Por outro lado, o arqueólogo James A. Ford elaborou em 1954 uma resposta ao texto de Albert Spaulding, defendendo a ideia de que o conceito de tipo é uma ferramenta analítica construída pelo pesquisador, pois é o pesquisador quem escolhe quais atributos analisar e quais relações entre estes atributos são mais significativas que outras.

Ford (1954) elabora sua argumentação exemplificando como o entendimento de um tipo pode ser complexo se for percebido em uma perspectiva diacrônica. Para o autor a visão sincrônica do etnólogo permite uma visualização estática de um tipo e aquela visão congelada da cultura material poderia levar a criação de um segundo tipo se o etnólogo visitasse o mesmo povo algumas décadas depois, pois a variação temporal das mesmas características tende a ser ignorada quando se estabelece um tipo atribuindo-lhe características muito específicas.

O autor então segue expondo que há variação não só temporal, mas que também podem existir distinções espaciais no mesmo momento que podem levar à definição de dois ou mais tipos de artefatos sendo que os materiais estão relacionados com os mesmos aspectos culturais.

E além da análise desenvolvida por Ford (1954), é necessário destacar os comentários feitos por J. H. Steward ao citado texto. Steward expõe inclusive como um “tipo” pode ter funções distintas de acordo com o que se está buscando analisar. Para tanto, o autor desenvolve uma “tipologia de tipos” classificando-os em quatro: o tipo morfológico, definido a partir de características físicas ou externas; o guia histórico, que é definido através da morfologia e pode possuir significância tanto como diferenciador cultural quanto como marcador cronológico; o tipo funcional, é definido de acordo com a utilização do material dentro de uma cultura e às vezes os mesmos materiais podem ser analisados quanto sua função ou morfologia; e, o tipo cultural, o qual define, para fins comparativos, classificações de culturas como um todo em termos de suas características funcionais mais relevantes.

O’Brien e Lyman (2002) exemplificam estas definições ao apontar que cada um destes tipos possui atributos que ganharão destaque em relação aos outros e que, portanto, há uma

grande participação do pesquisador na escolha de qual característica trará a resposta que ele busca.

Se nosso propósito é examinar a função do artefato, nós precisamos de um conjunto diferente de características ou atributos do que se estivermos interessados em como as pessoas decoram objetos. Saber que uma panela foi utilizada para cozinhar não nos diz nada sobre se ela foi decorada, da mesma forma saber que ela apresenta bifurcações incisivas na borda nada nos diz sobre sua função. Para responder questões de função, nós criamos tipos funcionais; para responder questões sobre decoração nós usamos tipos decorativos. Nós também criamos tipos baseados em características diferentes relacionadas ao formato e chamamos eles de tipos morfológicos. Quando tipos são misturas de características decorativas e morfológicas, nos referimos a eles como tipos descritivos (O'BRIEN e LYMAN, 2002, p. 24, tradução nossa).

Todas estas formas de se construir um tipo partindo de um conjunto de atributos específicos, de acordo com o problema que se busca resolver, são fundamentais no desenvolvimento das pesquisas em Arqueologia e perpassam diversos quadros teóricos. Um exemplo bastante notável desta relação seria a construção dos tipos que servem como marcadores cronológicos na utilização das técnicas de seriação.

O'Brien e Lyman (2002) elaboram uma extensa apresentação dos pressupostos envolvidos da construção de uma seriação, a qual seria destinada a organizar cronologicamente os artefatos, com o intuito de registrar esta passagem do tempo. Esta organização se daria de acordo com a observação dos atributos físicos como por exemplo: a pasta, o tempero e a forma de queima, no caso da cerâmica, ou os locais dos retoques e os ângulos dos gumes dos instrumentos líticos.

Como exemplo das definições de tradições líticas a partir dos tipos que são construídos a partir de perspectivas morfológicas e funcionais pode-se citar a tradição Itaparica que foi definida por Valentin Calderón no vale do Rio São Francisco na década de 1970. Conforme expõe Martin (2005),

Os instrumentos líticos dos sítios considerados da tradição Itaparica no Nordeste, são principalmente, lesmas de sílex, de arenito silicificado, e de calcedônia, raspadores circulares, semi-circulares, laterais e na forma de leque, alguns finamente retocados por pressão e furadores "de ombro" bem característicos (MARTIN, 2005, p. 172).

Cada um destes tipos citados (lesmas, raspadores circulares, furadores etc.) são definidos com base em características morfológicas, tecnológicas e/ou funcionais. Mais adiante mostrarei alguns exemplos de como foram construídos alguns destes tipos.

Contudo, retomando a discussão sobre a construção de tipos que servem como marcadores cronológicos, segundo O'Brien e Lyman (2002), nem todas estas características fornecem dados suficientes para o estabelecimento de um identificador cronológico, pois alguns

destes atributos são por vezes abundantes e forneceriam apenas a vaga possibilidade de uma percepção mais refinada da passagem do tempo.

Portanto, para que uma seriação pudesse ser entendida como um ordenamento cronológico, seria necessário que fossem escolhidos os atributos mais sensíveis de serem alterados. No caso da cerâmica, por exemplo, uma das características mais adequadas seria a decoração. Conforme argumentam os autores,

Está ficando cada vez mais aparente que tipos cerâmicos baseados em características tecnológicas ou funcionais, como o tempero com conchas, acabam sendo fracos marcadores temporais. Isto não é o mesmo que dizer que tais tipos são inúteis para propósitos cronológicos, pois claramente eles não são. O que estamos dizendo é que tipos baseados em atributos estilísticos como a decoração tendem a desempenhar seu propósito analítico de medir a passagem do tempo melhor do que os tipos funcionais (O'BRIEN e LYMAN, 2002, p. 38, tradução nossa).

Já para os materiais líticos, a percepção do “estilo” está constantemente restrita aos aspectos tecnológicos de instrumentos bastante específicos e de produção especializada como as pontas de projétil, por exemplo, cuja variação é percebida nas dimensões dos artefatos, ou na presença ou ausência de estigmas que facilitam a fixação em suportes de madeira, entre outros.

O'brien e Lyman, (2002) justificam esta perspectiva ao argumentarem que “claramente, as pontas de projétil não são bons meios para decoração. Então temos que nos voltar para aspectos tecnológicos (os quais presumimos estarem relacionados com a forma como as pontas foram feitas) para construir os tipos cronológicos” (O'BRIEN e LYMAN, 2002, p. 38, tradução nossa).

Neste sentido, a noção de “tipo” não só varia de acordo com o material estudado, mas também existem distinções conceituais que se aplicam a diferentes enfoques de pesquisa, e cabe ao pesquisador o papel de escolher qual definição se adequa a seu objetivo de pesquisa.

A partir desta breve argumentação, é possível perceber críticas ferrenhas à perspectiva objetivista da existência de um tipo “real”, independente de nossa intervenção enquanto pesquisadores. Contudo, mesmo que este debate tenha sido iniciado há muito tempo, isso não significa que esta perspectiva tenha sido abandonada e muitos pesquisadores a adotaram, buscando cada vez mais estabelecer uma arqueologia capaz de conhecer o passado objetivamente.

Partindo destes pressupostos conceituais, cabe agora relacionar todas estas noções com a metodologia da seriação, para vislumbrarmos como são entendidos os resultados sistematizados a partir destas concepções.

Segundo Marquadt (1978, p. 258, tradução nossa) tal metodologia é definida da seguinte forma: “Serição é uma técnica analítica descritiva, cujo propósito é o de organizar unidades comparáveis em uma única dimensão (ou seja, em uma linha) de tal forma que a posição de cada unidade reflète sua similaridade com as outras unidades”. Como podemos perceber a partir desta definição, este método é utilizado prioritariamente a partir dos atributos físicos dos materiais estudados.

Neste sentido, segundo O’Brien e Lyman (2002, p. 61, tradução nossa), comumente a seriação é entendida como um método que exige a observação da estratigrafia na organização dos materiais, o que não é o caso. Para os pesquisadores, embora os dois métodos tenham sido amplamente utilizados, e por vezes em conjunto, há diferenças epistemológicas em suas aplicações. “Serição é baseada nas propriedades intrínsecas ou atributos dos artefatos e não em sua posição relativa em uma coluna de sedimentos, esta última é uma propriedade ou atributo extrínseco”.

Portanto, o método de seriação segue o procedimento de organizar os materiais com base em suas características físicas aproximando-os de acordo com sua semelhança, e assim, o ordenamento cronológico seria feito de acordo com a forma de manufatura do artefato, analisando sua variação ao longo do tempo.

Os autores exemplificam esta prática ao supor um exemplo em que 20 imagens de um mesmo modelo de carro sejam dadas a uma pessoa, cada imagem representaria as alterações no veículo a cada ano. Ordenando de acordo com as semelhanças em determinadas características, qualquer pessoa provavelmente acertaria a ordem pela qual as mudanças foram ocorrendo, embora não se tenha certeza de qual lado seria o início e qual seria o fim (O’BRIEN e LYMAN, 2002).

É necessário destacar que há aqui dois pressupostos implícitos e que são reflexo da incorporação de alguns preceitos evolucionistas no desenvolvimento do método. Conforme expõem O’Brien e Lyman (2002),

O método da seriação envolve colocar os objetos ou conjuntos em uma ordem baseada em suas similaridades formais. Quanto mais atributos dois fenômenos compartilharem, mais próximos eles estão um do outro, quanto menos compartilharem, mais distantes estarão na ordem. O pressuposto implícito, mas central neste procedimento, independente de como a similaridade seja medida, é que a proximidade nas propriedades formais denota proximidade temporal. Este é o pressuposto da continuidade histórica. Pode-se perguntar por que a similaridade formal deveria denotar similaridade temporal. Em resumo, o pressuposto da continuidade histórica baseia-se no pressuposto de

que a similaridade formal é resultado de continuidade hereditária. Para tomar emprestado a célebre frase de Darwin, a seriação como método para medição do tempo presume “descendência com modificação”. (O’BRIEN E LYMAN, 2002, p. 65, tradução nossa).

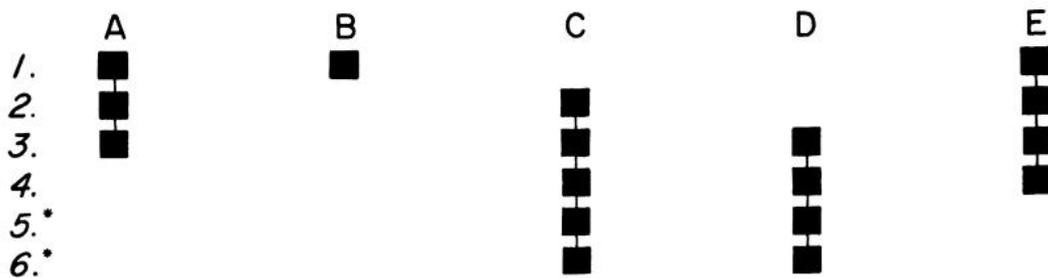
Embora estes pressupostos possam trazer consigo críticas quanto ao exagero de abordar a cultura material como seres que se reproduzem, conforme mencionado anteriormente, ainda assim, estes constituem as noções fundamentais que norteiam o método.

Do ponto de vista prático, há diferentes formas de se construir uma seriação (MARQUADT, 1978; O’BRIEN e LYMAN, 2002; DUNNELL, 1970). Essencialmente, do ponto de vista matemático, uma seriação é estabelecida como uma matriz, e esta relação é explicada da seguinte maneira:

Uma matriz é qualquer organização retangular de números, as disposições horizontais de números são chamadas de linhas, e as verticais são chamadas de colunas. Toda seriação começa com uma matriz de dados, com as unidades a serem ordenadas sendo organizadas como linhas e com as variáveis medidas em cada unidade sendo listadas verticalmente como colunas. (MARQUADT, 1978, p. 258, tradução nossa).

Com essa característica em mente, faz-se necessário diferenciar os dois tipos principais de ordenação de sequências seriadas. O primeiro tipo seria a seriação de ocorrência, na qual a matriz é montada de acordo com variáveis presentes ou ausentes nas unidades estudadas (Figura 44). Neste modelo, cada coleção é registrada como uma lista de tipos presentes ou ausentes (DUNNELL, 1970).

Figura 44 - Exemplo de Seriação de Ocorrência. Neste exemplo, as coleções 5 e 6 poderiam ter suas posições invertidas.



Fonte: Adaptado de Dunnell (1970).

Segundo explica Dunnell (1970) a ordem das unidades que se presume ser cronológica é obtida a partir da organização dos grupos de forma que a distribuição dos vários tipos seja o mais contínuo possível ao longo dos eixos verticais. Segundo o autor, “O único princípio teórico sobre o qual a seriação de ocorrência se baseia pode ser entendido como: a distribuição de

qualquer classe temporal ou histórica é contínua ao longo do tempo” (DUNNELL, 1970, p. 308, tradução nossa).

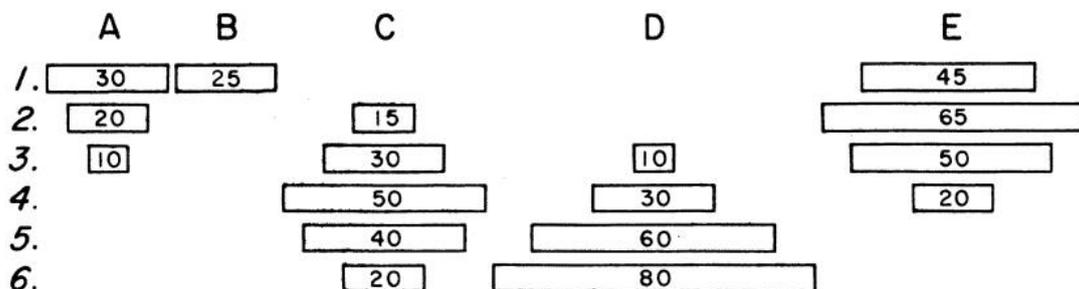
Neste sentido, se deve ter em mente que a organização das coleções em linhas deverá manter o mais próximo possível os tipos de artefatos dispostos verticalmente, tal organização gráfica permitiria a visualização da passagem do tempo devido ao aparecimento ou ausência de determinados tipos (MARQUADT, 1978; DUNNELL, 1970).

O outro tipo de organização seria a seriação de frequência, a qual é mais recorrente na literatura arqueológica (Figura 45). Nesta forma de arranjo continua-se a utilizar o pressuposto de distribuição contínua, mas acrescenta-se as frequências de cada tipo para que se tenha uma visualização da “popularidade” (DUNNELL, 1970).

Numa seriação de frequência, também entendida matematicamente como uma matriz de abundância, “os elementos da matriz representam porcentagens de proporções relativas de certas características de cada unidade que estiver sendo seriada. Para cada linha (coleção) as porcentagens devem somar 100%” (MARQUADT, 1978, p. 260, tradução nossa).

Este modelo de seriação foi o que caracterizou o trabalho de James Ford, o qual se popularizou enormemente na arqueologia norte americana. Nesta forma de seriação as porcentagens de cada tipo em uma coleção são calculadas e então representadas como listras estreitas em papel milimetrado, posteriormente as coleções são organizadas de acordo com as frequências relativas de cada tipo, gerando uma visualização vertical do possível surgimento, aumento de popularidade e declínio de determinado tipo (FORD, 1961, MARQUADT, 1978, DUNNELL, 1970).

Figura 45 - Exemplo de Seriação de Frequência.



Fonte: Adaptado de Dunnell (1970).

Neste contexto, se entende que a seriação é uma forma de datação relativa dos sítios arqueológicos que é desenvolvida unicamente de acordo com os atributos físicos dos materiais, os quais são usados para definir os tipos de artefatos que, por sua vez, serão interpretados a

partir de sua presença ou ausência, ou de acordo com sua frequência que representaria o aumento ou decréscimo de popularidade de cada tipo ao longo do tempo.

Contudo, conforme mencionado no exemplo dos carros acima, a organização da sequência pode ser facilmente invertida se não houver uma referência cronológica externa. Neste sentido, Meggers e Evans (1970) argumentam o seguinte em relação à construção de uma sequência seriada sem dados estratigráficos:

O gráfico resultante será diferente do gráfico construído pela intercalação dos níveis provenientes das escavações estratigráficas em um aspecto significativo: será impossível reconhecer, sem informação suplementar, qual é o começo e qual é o fim da sequência (MEGGERS e EVANS, 1970, p.78).

Partindo deste pressuposto, estas informações suplementares que orientarão a direção da sequência podem ser obtidas tanto por meio de dados estratigráficos, quanto por resultados de testes físico-químicos como a datação por Carbono 14 (MEGGERS e EVANS, 1970).

Neste sentido, retomando um pouco a discussão sobre atribuição de tipos de materiais arqueológicos a grupos específicos, vale mencionar uma metodologia criada com o intuito de identificar através do passado as variações materiais de determinada cultura, a qual foi denominada de Abordagem Histórica Direta. Segundo Steward (1942),

Metodologicamente, a Abordagem Histórica Direta envolve a lógica elementar de partir do conhecido para o desconhecido. Primeiro, são localizados sítios do período histórico. Estes são preferencialmente, mas não necessariamente, aqueles de tribos identificáveis. Segundo, os complexos culturais dos sítios são determinados. Terceiro, sequências são desenvolvidas para trás no tempo até os períodos e culturas proto-históricas e pré-históricas. Esta abordagem possui a vantagem crucialmente importante de prover um ponto fixo no qual as sequências podem ser amarradas (STEWART, 1942, p. 337, tradução nossa).

É curioso notar que esta metodologia, mesmo que não seja intencional, parece possuir influência do método científico de Descartes, o que forneceria uma segurança de construir o conhecimento iniciando de um ponto já conhecido para então investigar o que não se conhece.

Segundo Steward (1942), tal abordagem, que tem por base um início conhecido, evitaria que sequências seriadas fossem realizadas a partir apenas de associações entre os elementos culturais, as quais poderiam acabar se constituindo em categorias sem tempo nem espaço. Entretanto, o próprio autor reconhece que tal abordagem é difícil de ser amplamente utilizada.

Nem toda tribo no país, é claro, pode ser rastreada através de sua arqueologia. Mas, um grande número de problemas pode ser resolvido combinando dados

derivados da etnografia e dos documentos históricos com os resultados da Abordagem Histórica Direta em arqueologia (STEWART, 1942, p. 341, tradução nossa).

Partindo destas discussões, fica evidente que dados etno-históricos são necessários para que se possam identificar os grupos e buscar sua história a partir da visualização da variação material. Por outro lado, pesquisadores mais avessos à associação direta de culturas arqueológicas às culturas étnicas elaboram seus trabalhos em uma perspectiva mais materialista tendo como base apenas os materiais e evitando atribuições duvidosas a este ou àquele grupo étnico.

Uma crítica a esta segunda prática é o argumento de que a restrição materialista destes estudos, em partirem quase exclusivamente dos atributos físicos dos artefatos, faz com que as características materiais dos vestígios arqueológicos sejam tão destacadas, como argumenta Martin (1971), que se fala em “cultura megalítica”, ou “cultura dos construtores de effigie”, restringindo as culturas ao seu reflexo material e não tentando apreender a complexidade cultural representada pela materialidade.

De forma similar, podemos retornar à crítica mencionada anteriormente de que, para alguns pesquisadores, os materiais são encarados como possuidores da capacidade de se procriar e produzir descendentes. Como se a dispersão de determinados complexos culturais fosse resultado da mobilidade das culturas arqueológicas e não dos grupos que as produziram.

Tendo como base todas estas discussões apresentadas até aqui, a seguir apresentarei uma seriação dos materiais coletados nos sítios Meladinha I, II, III, IV, V e VI e em seguida buscarei relacionar os resultados com as informações arqueológicas de pesquisas anteriores e com os dados obtidos através de pesquisa etno-histórica.

4.2 SERIAÇÃO DOS MATERIAIS

Antes de apresentar os dados obtidos a partir do ordenamento das variáveis nas diferentes tabelas, conforme os modelos apresentados anteriormente, faz-se necessário retomar uma das discussões já iniciadas, que diz respeito à elaboração de classificações de materiais a partir da divisão destes em tipos, pois os estudos que utilizaram a seriação na literatura arqueológica brasileira geralmente são chamados de estudos tipológicos. Segundo argumenta Prous (1990),

A tipologia é um conjunto ordenado de tipos aos quais se reduzem os objetos a serem classificados. Estes tipos são criados a partir dos atributos (=características) considerados relevantes, pelo autor da classificação, para tratar do seu universo de pesquisa (PROUS, 1990, p. 2).

Para o autor, existem diferentes formas de se realizar um estudo tipológico e dentro desse espectro de possibilidades, geralmente elas são desenvolvidas a partir de três atributos considerados essenciais: a morfologia, a tecnologia e a função. Conforme discutido anteriormente, tais categorias são escolhidas pelo arqueólogo de acordo com as respostas que ele busca. Para exemplificar esta relação, Prous (1990) argumenta que

Uma tipologia de cunho morfológico permitirá distinguir, pela forma, um machado francês de lenhador, com ferro retangular, de um machado de gume duplo da Creta antiga. Se for empregada uma tipologia de cunho tecnológico, poderemos opor um machado de pedra polida a outro de metal forjado. Uma tipologia funcional poderá separar uma faca, com gume que funciona por pressão linear (para cortar), de um punhal, com dois gumes e uma ponta, que funciona por pressão puntiforme (para perfurar) (PROUS, 1990, p. 3).

Contudo, cada uma destas tipologias, se usada de forma exclusiva, tem graves desvantagens por ignorar diversos atributos que poderiam ser igualmente relevantes. Uma tipologia totalmente voltada para a morfologia consideraria apenas os artefatos inteiros, os quais ainda possuem sua forma intacta e este é um grande problema ao lidarmos com vestígios arqueológicos que muitas vezes são fragmentários. Já uma tipologia funcional torna-se difícil de ser realizada devido a poucas informações mais específicas sobre a utilização de diversos materiais líticos. As necessidades de furar, cortar e raspar são praticamente universais e artefatos com estas finalidades são encontrados em todas as culturas do planeta em diversas formas e seria necessário o uso de métodos como a traceologia para identificar especificamente o que era furado, cortado ou raspado pelos artefatos em estudo. Por sua vez, uma tipologia tecnológica também tem dificuldades no que concerne à variação, pois esta é muito grande entre culturas (PROUS, 1990).

Com base nestes pressupostos, o presente estudo tipológico buscou segregar os agrupamentos a partir da combinação de atributos tecnológicos, morfológicos e funcionais, conforme apresentado a seguir na definição de cada tipo.

A partir das discussões anteriores sobre o conceito de tipo, neste quadro teórico, os tipos são entendidos como agrupamentos de materiais que compartilham atributos físicos e/ou características semelhantes. Alguns autores como Prous (1990) e Laming-Emperaire (1976) apresentam definições de tipos de materiais líticos com o intuito de padronizar a terminologia e facilitar estudos comparativos entre trabalhos de diversos pesquisadores. A seguir estão

apresentados os conceitos utilizados para definição tipológica dos materiais dos sítios de Assu, que posteriormente serão agrupados na seriação.

Entretanto, antes de expor as definições, devo destacar o motivo pelo qual usando estes conceitos. Segundo PROUS e FOGAÇA (2017) as primeiras formas de construir uma tipologia eram orientadas para duas finalidades principais. A primeira está relacionada com a definição de cronologias a partir da definição de fósseis-guias.

Na segunda metade do século XIX, os primeiros pré-historiadores dinamarqueses e franceses privilegiaram o estudo dos instrumentos de (pedra), como a melhor forma de se estudar as populações pré-históricas e reconstruir as fases iniciais da evolução da Humanidade. Para tanto, selecionavam as peças que pareciam características de um nível cronoestratigráfico do passado (Paleolítico Inferior, Médio, Superior – Este com várias subdivisões), que passavam a ser utilizados como fósseis guias – seguindo o modelo proposto pela paleontologia desde o início do século XIX. A sucessão dessas peças indicaria uma evolução tecnológica no sentido de um progresso e de uma complexificação, que, acreditava-se, era unilinear. Tratava-se, para os pesquisadores, de estabelecer tipologias para os artefatos, que recebiam nomes derivados de suas características formais ou da sua suposta função (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 65).

Além disso, para os citados autores, a segunda função destas tipologias era a de identificar etnicidades.

Enquanto as tipologias etnográficas e arqueológicas do final do século XIX estavam orientadas principalmente para ilustrar as visões evolucionistas, os etnólogos e arqueólogos alemães da virada entre os séculos XIX e XX procuravam caracterizar também as diferenças étnicas. Na época de exacerbação dos nacionalismos na Europa, confundiam-se facilmente cultura, língua e estilo. Assim, valorizavam-se as variantes de detalhe dos instrumentos de pedra dentro de um mesmo período ou “estágio” cronoevolutivo, interpretando-as como expressão estilística de etnias variadas (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 65).

Embora esta característica de identificação da etnicidade tenha sido deixada de lado, ela ainda continua de forma implícita nas nossas definições de “tradição arqueológica”. Contudo, conforme exposto a seguir, a classificação dos tipos para esses estudos ainda se dá de acordo com as características formais ou com a suposta função dos instrumentos.

Núcleos: Bloco de matéria-prima do qual foram retiradas uma ou várias lascas, as quais deixaram na superfície as cicatrizes resultantes de sua debitagem (LAMING-EMPERAIRE, 1976), (Figura 46).

Figura 46 - Núcleo coletado no sítio Meladinha III.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

Raspador: Utensílio de lasca ou de bloco da série das ferramentas plano-convexas. Nestas ferramentas, o bordo ativo pode ser convexo ou retilíneo e forma um ângulo muito aberto com a face externa (LAMING-EMPERAIRE, 1976), (Figura 47). A partir desta definição, a segregação dos raspadores foi realizada a partir da medição dos ângulos do bordo ativo.

Figura 47 - Raspadores coletados no sítio Meladinha III.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

Contudo, na separação para a seriação, diferenciei os raspadores manufacturados em suporte de lasca daqueles confeccionados em blocos naturais. Conforme abordado anteriormente, a partir de uma perspectiva normativa que entende que o saber fazer é tradicionalmente passado de geração em geração dentro de um grupo, a confecção destes raspadores em tipos de suportes distintos, poderia indicar que foram confeccionados por grupos diferentes.

Percutores: Nesta categoria entram todas as ferramentas que possuem a função de serem utilizadas para golpear outros materiais com o intuito de afundar, esmagar ou lascas (LAMING-EMPERAIRE, 1976), (Figura 48).

Figura 48 - Percutor coletado no sítio Meladinha III.



Fonte Acervo ICA/LAHP 2018.

Percutores e Bigornas: Esta categoria possui utensílios utilizados tanto como percutores segundo a definição acima, quanto como bigornas, as quais são entendidas como pedras cuja parte útil é constituída de uma face mais ou menos plana onde foram apoiados materiais para serem batidos ou quebrados. “Trata-se, geralmente, de um bloco de forma natural não trabalhado, sendo que o uso é detectado pelas marcas de golpes impressas na sua face plana” (LAMING-EMPERAIRE, 1976, p. 85), (Figura 49).

Figura 49 - Percutor e Bigorna coletado no sítio Meladinha III.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

Ponta: Neste tipo estão incluídas diversas ferramentas cuja função é penetrar na matéria por meio de uma extremidade mais ou menos aguda. Esta penetração pode ser tanto por pressão, como por percussão, que é o caso das pontas de lança (LAMING-EMPERAIRE, 1976), (Figura 50).

Figura 50 - Ponta de projétil em quartzo coletada no sítio Meladinha I.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

Além destes grupos, devido à pouca densidade de material e ao objetivo de utilizar atributos tecnológicos na caracterização tipológica foi definido um agrupamento para as lascas (Figura 51). Entretanto, este grupo não foi feito ao acaso, pois conforme afirma Laming-Emperaire (1976, p. 67): “O bordo não retocado de uma lasca é agudo, frágil e seu uso corresponde, geralmente, ao de uma faca”.

Figura 51 - Algumas das lascas coletadas no sítio Meladinha II.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

Embora nem todas as lascas estudadas nesta pesquisa apresentem marcas de uso, esta categoria informa sobre o potencial de utilização, bem como traz informações tecnológicas. Além disso, ao considerarmos a possível utilização como faca para estas peças que possuem bordos mais finos, reduzimos a confusão que existe na literatura em torno dos raspadores laterais.

Ao citarem os primeiros estudos tipológicos franceses, alguns autores explicam que foram criadas duas categorias de raspadores que foram definidas segundo a função: o *racloir* (Raspador Lateral) e o *Grattoir* (Raspador terminal). O Raspador lateral seria entendido como uma faca, podendo ser utilizado tanto para cortar como para raspar, enquanto que a categoria de raspador terminal incluiria todas as outras ferramentas retocadas que pudessem ser utilizadas para raspar (PROUS, 1990; LAMING-EMPERAIRE, 1976). Portanto, a definição dos tipos para esta pesquisa seguiu a orientação de Laming-Emperaire (1976, p. 72) quando a autora sugere que “parece mais seguro abandonar, provisoriamente, pelo menos, esta diferenciação e reunir as duas séries de utensílios sob um mesmo termo”.

Além destas categorias de materiais líticos lascados, destaca-se também a presença de outros materiais como fragmentos cerâmicos que foram encontrados nos sítios Meladinha I, IV

e um fragmento de machado polido que foi coletado no sítio Meladinha V, os quais poderiam ter alguma relação com os materiais líticos.

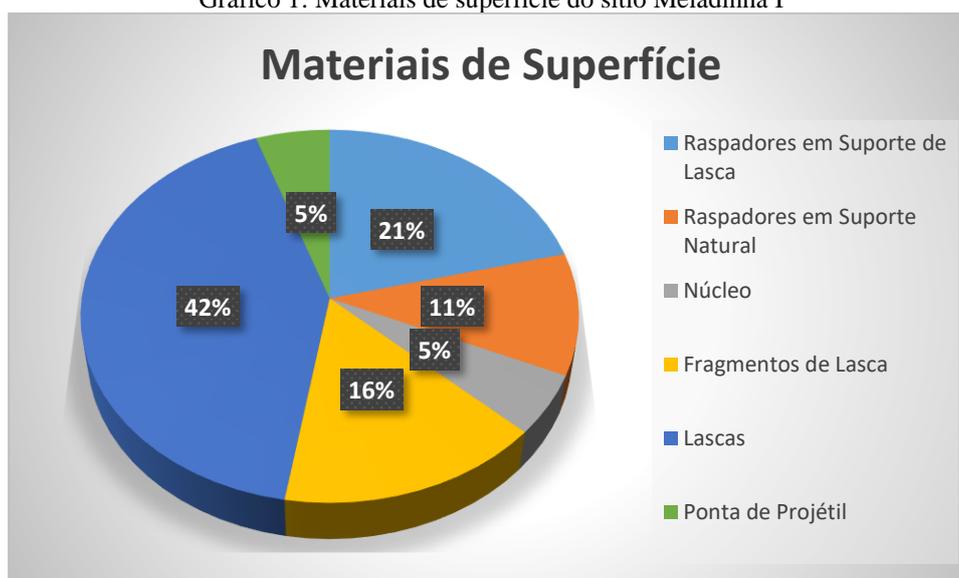
Figura 52 - Cerâmicas coletadas no sítio Meladinha I.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

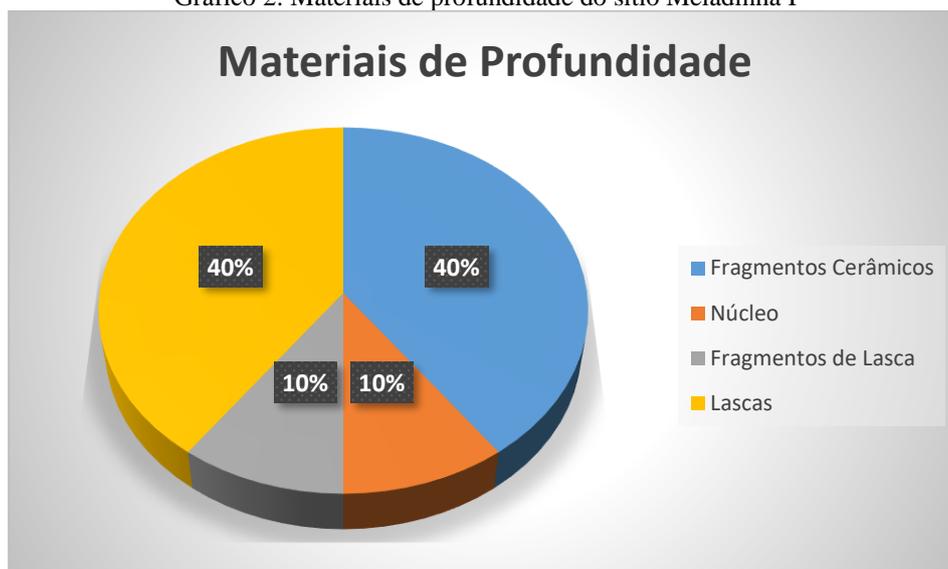
A partir destas definições, as coleções coletadas nos sítios podem ser divididas da seguinte forma: o Sítio Meladinha I em sua coleção de superfície apresentou 4 raspadores em suporte de lasca, 2 raspadores em suporte natural, 1 núcleo, 3 fragmentos de lascas, 1 ponta de projétil e 8 lascas, em profundidade, neste sítio foram coletadas 4 lascas, 4 fragmentos cerâmicos, 1 fragmento de lasca e 1 núcleo.

Gráfico 1: Materiais de superfície do sítio Meladinha I



Fonte: O autor (2020)

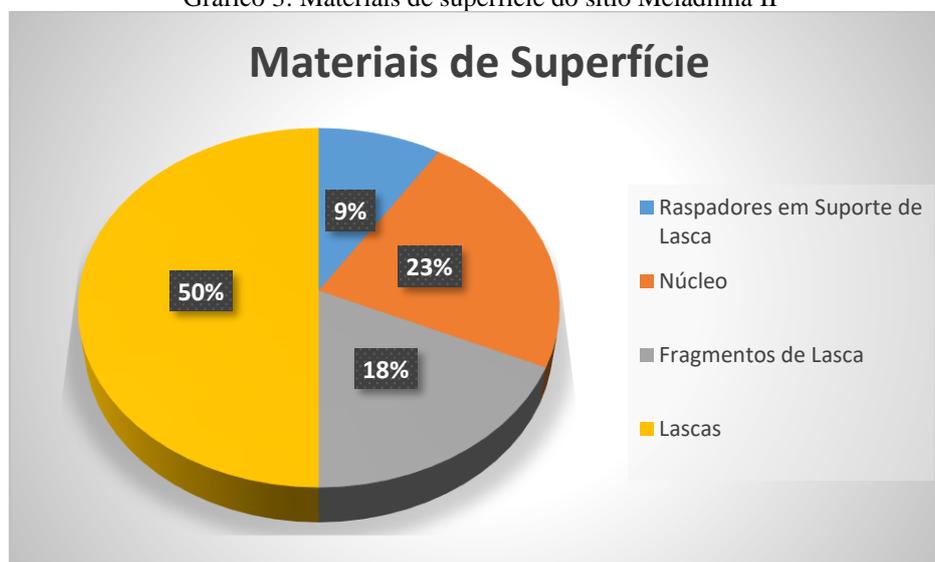
Gráfico 2: Materiais de profundidade do sítio Meladinha I



Fonte: O autor (2020)

No sítio Meladinha II, em superfície, os materiais se dividem em 2 raspadores em suporte de lasca, 5 núcleos, 4 fragmentos de lascas e 11 lascas, enquanto que em profundidade foram coletados apenas 3 fragmentos de lascas.

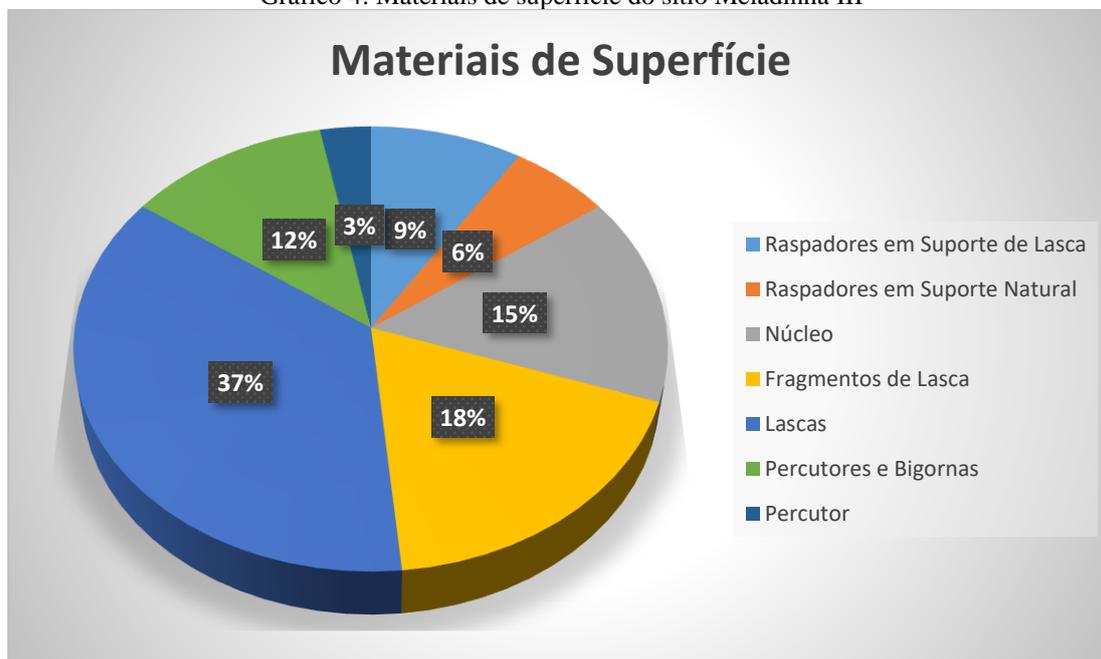
Gráfico 3: Materiais de superfície do sítio Meladinha II



Fonte: O autor (2020)

Já a coleção de superfície do sítio Meladinha III foi quantificada como possuindo 3 raspadores em suporte de lasca, 2 raspadores em suporte natural, 5 núcleos, 4 percutores e bigornas, 1 percutor, 6 fragmentos de lascas e 12 lascas. O material coletado em profundidade neste sítio consiste apenas de 1 raspador em suporte de lasca e 4 lascas.

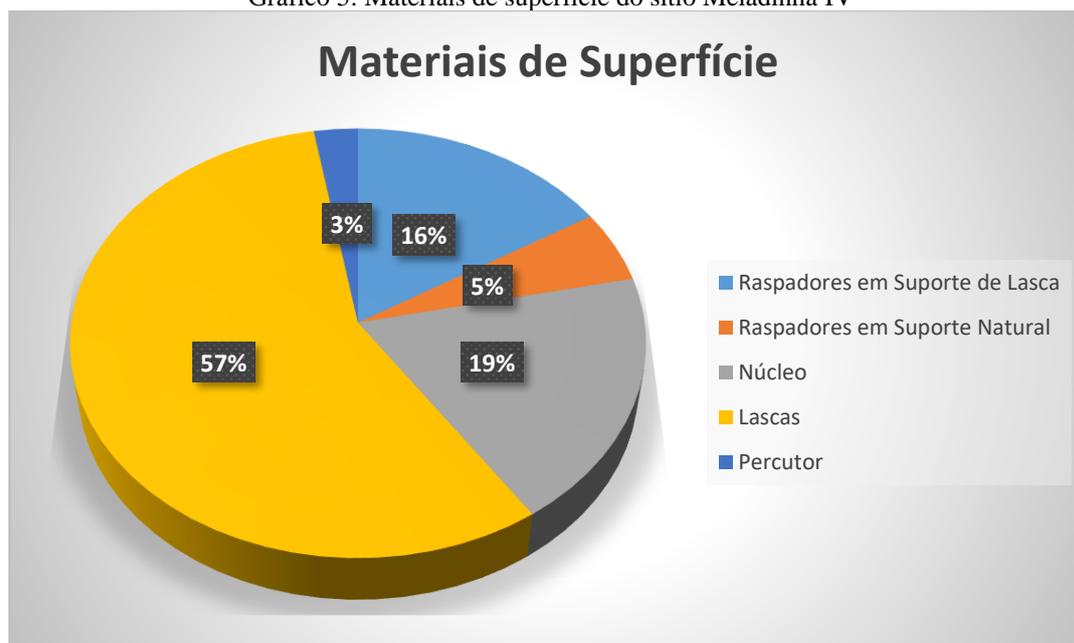
Gráfico 4: Materiais de superfície do sítio Meladinha III



Fonte: O autor (2020)

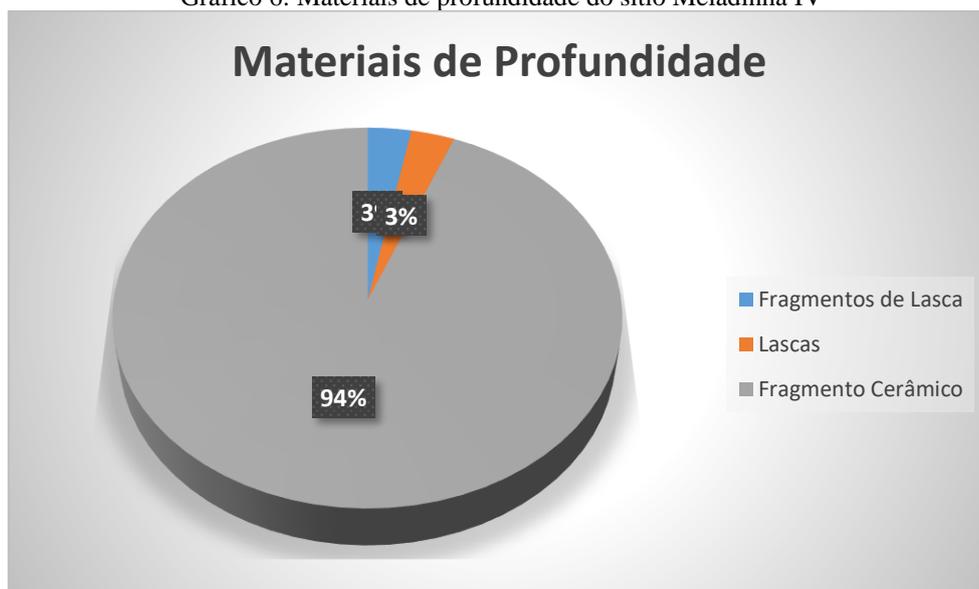
O sítio Meladinha IV teve sua coleção de superfície dividida em: 1 fragmento cerâmico, 6 raspadores em suporte de lasca, 2 raspadores em suporte natural, 21 lascas, 21 fragmentos de lascas, 1 percutor e 7 núcleos, enquanto que em profundidade o material identificado consiste em 1 fragmento de lasca, 1 lasca e 31 fragmentos cerâmicos.

Gráfico 5: Materiais de superfície do sítio Meladinha IV



Fonte: O autor (2020)

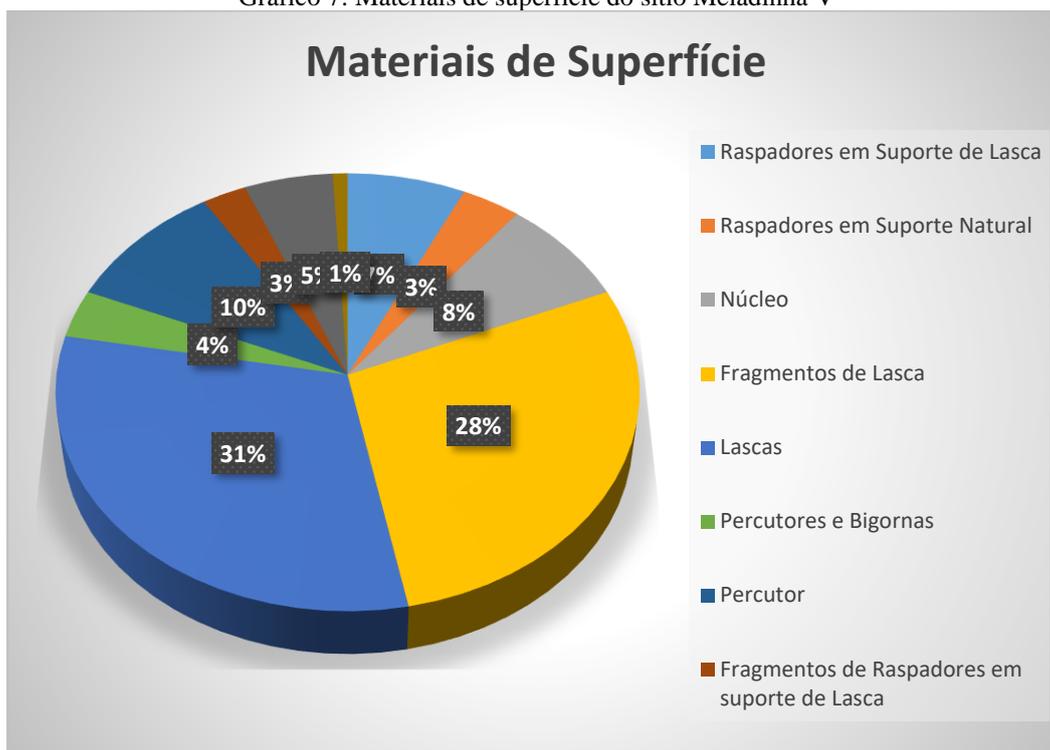
Gráfico 6: Materiais de profundidade do sítio Meladinha IV



Fonte: O autor (2020)

Já o sítio Meladinha V apresentou a maior e mais variada coleção de superfície, na qual foram contabilizados 8 raspadores em suporte de lasca, 4 raspadores em suporte natural, 1 fragmento de machado polido, 35 lascas, 32 fragmentos de lascas, 9 núcleos, 11 percutores, 4 percutores e bigornas, 6 fragmentos de raspadores em suporte natural e 3 fragmentos de raspadores em suporte de lasca. Os materiais em profundidade foram quantificados da seguinte forma: 30 lascas, 28 fragmentos de lasca, 8 resíduos, 1 núcleo, 5 raspadores em suporte de lasca e 3 raspadores em suporte natural.

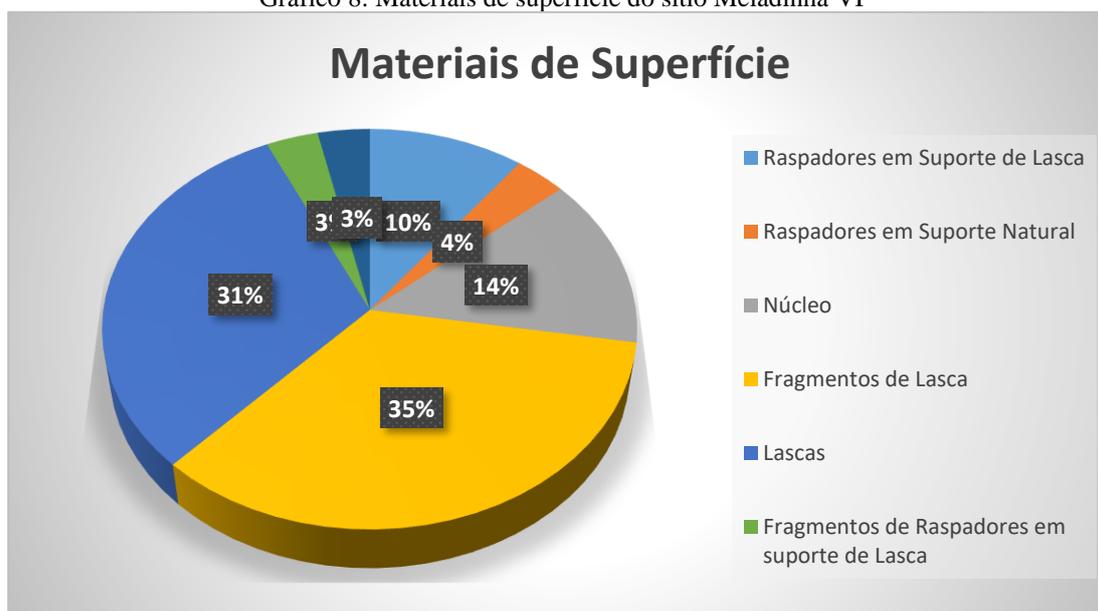
Gráfico 7: Materiais de superfície do sítio Meladinha V



Fonte: O autor (2020)

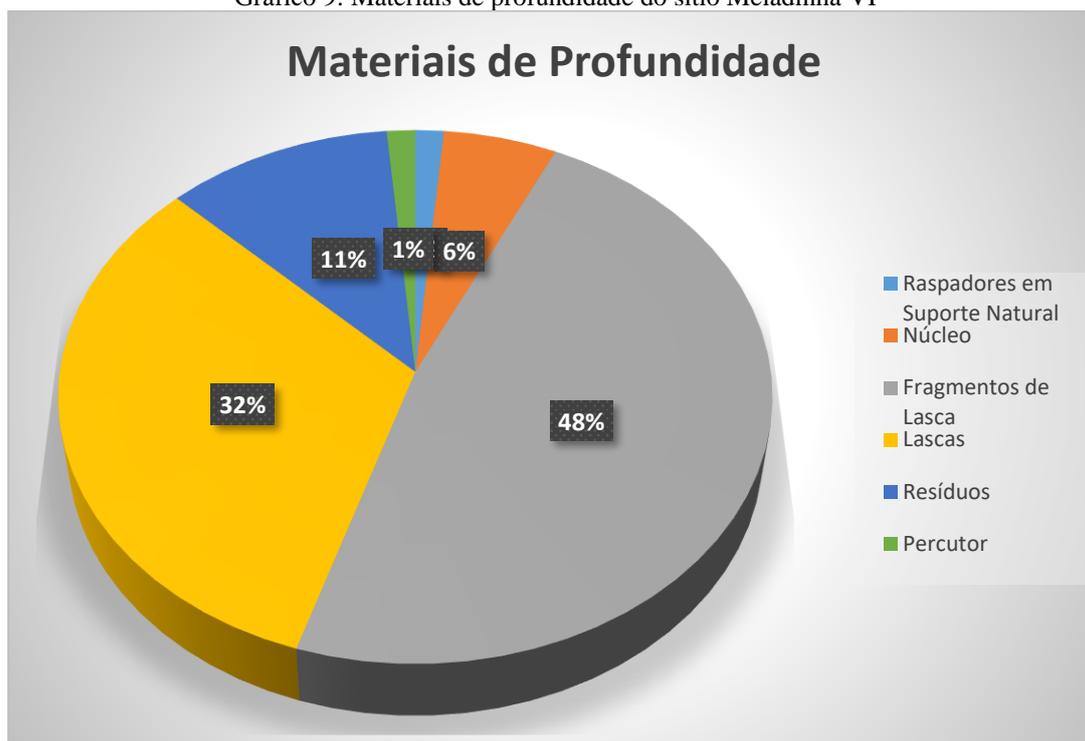
Por fim, o sítio Meladinha VI apresentou em seu material de superfície 3 raspadores em suporte de lasca, 1 raspador em suporte natural, 1 fragmento de raspador em suporte natural, 1 fragmento de raspador em suporte de lasca, 9 lascas, 10 fragmentos de lasca e 4 núcleos, enquanto que, em profundidade foram identificados 8 resíduos, 1 percutor, 23 lascas, 34 fragmentos de lascas e um raspador em suporte natural.

Gráfico 8: Materiais de superfície do sítio Meladinha VI



Fonte: O autor (2020)

Gráfico 9: Materiais de profundidade do sítio Meladinha VI



Fonte: O autor (2020)

Tabela 7: Materiais coletados nos sítios de Assu-RN.

Tipos e quantidades de artefatos coletados													
Nome do sítio e posição estratigráfica do material	Raspadores em Suporte de Lasca	Raspadores em Suporte Natural	Núcleo	Fragmentos de Lascas	Lascas	Percutores e Bigornas	Percutor	Fragmentos de Raspadores em suporte de lasca	Fragmentos de raspadores em suporte natural	Fragmento de Machado polido	Ponta de Projétil	Resíduos	Fragmentos cerâmicos
Sítio Meladinha I Superfície	4	2	1	3	8	-	-	-	-	-	1	-	-
Sítio Meladinha I Profundidade	-	-	1	1	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Sítio Meladinha II Superfície	2	-	5	4	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Sítio Meladinha III Superfície	3	2	5	6	12	4	1	-	-	-	-	-	-
Sítio Meladinha III Profundidade	1	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Sítio Meladinha IV Superfície	6	2	7	21	21	-	1	-	-	-	-	-	-
Sítio Meladinha IV Profundidade	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	31
Sítio Meladinha V Superfície	8	4	9	32	35	4	-	3	6	1	-	-	-
Sítio Meladinha V Profundidade	5	3	1	28	30	-	-	-	-	-	-	8	-
Sítio Meladinha VI Superfície	3	1	4	10	9	-	-	1	1	-	-	-	-
Sítio Meladinha VI Profundidade	-	1	4	34	23	-	1	-	-	-	-	8	-

Fonte: O autor (2020)

É importante mencionar, que dentre os materiais apresentados, alguns deles não foram utilizados na seriação. Embora estes materiais forneçam algumas informações sobre a tecnologia, os fragmentos de lasca e os resíduos não apresentam muitos atributos que permitam um entendimento de um potencial de funcionalidade ou mesmo de sua variação ao longo do tempo e, portanto, não puderam ser agrupados em tipos como os outros materiais. Conforme argumentam Prous e Fogaça (2017), estudos tipológicos concentram-se em artefatos acabados, sendo que refugos de preparação e até mesmo objetos mais simples, são deixados de lado.

Antes de apresentar a seriação dos materiais, contudo, devo inicialmente explicitar algumas questões concernentes aos agrupamentos, os quais deveriam ser, dentro da noção de sítio como unidade empírica, representantes de ocupações singulares por grupos específicos de acordo com sua posição na estratigrafia. Neste contexto, é importante destacar que os materiais de profundidade são muito esparsos e estão muito espalhados espacial e estratigraficamente para que possam ser entendidos na perspectiva citada acima.

Conforme apresentado no capítulo anterior, no sítio Meladinha I foram coletados 10 artefatos em subsuperfície, os quais estavam em profundidades que variavam entre 20 e 90 cm; no sítio Meladinha II foram apenas três artefatos coletados nas escavações, nas profundidades de 10, 60 e 100 cm; os 5 artefatos exumados nas escavações do sítio Meladinha III apresentaram variações de profundidade entre 10 e 40 cm; no sítio Meladinha IV foram coletados 33 artefatos em subsuperfície, todos em profundidades entre 20 e 40 cm; já no sítio Meladinha V foram coletados 75 artefatos dispersos entre 20 e 110 cm; por fim, no sítio Meladinha VI, os 68 artefatos provenientes das escavações estavam também dispersos entre 10 e 100 cm de profundidade.

Neste contexto, apenas os materiais de profundidade do sítio Meladinha IV talvez possam ser considerados de uma única ocupação, pois, conforme apresentado, os 33 artefatos deste sítio consistem em 31 fragmentos cerâmicos que foram coletados na mesma trincheira e uma lasca e um fragmento de lasca todos com profundidades semelhantes entre 20 e 40 cm.

Entretanto, conforme Shepard (1956), sobre a experiência que se ganha ao lidar com agrupamentos de artefatos, o contato com os materiais em laboratório para a segregação nos tipos trouxe consigo a impressão de que havia uma diferença em relação aos tamanhos das peças de profundidade quando comparadas com aquelas coletadas em superfície. Os materiais em superfície pareciam ser de dimensões geralmente maiores do que os de subsuperfície.

Visando averiguar esta possível diferença tecnológica, comparei as dimensões médias dos tipos de artefatos. Nesta perspectiva teórica de que as formas de manufatura da cultura material são regidas por normas culturais e segundo uma orientação materialista, o tamanho dos artefatos é um atributo que poderia indicar diferenças nas formas de fazer e, portanto, diferentes normas culturais, as quais, aliadas a outros dados como a posição estratigráfica, permitiriam a inferência de culturas distintas.

Neste sentido, a tabela a seguir apresenta comparações entre as médias das dimensões em centímetros dos tipos averiguados, expostos em termos de largura (L), comprimento (C) e altura (A). Como pode ser observado, com exceção aos materiais do sítio Meladinha III, todas as coleções de materiais líticos de superfície apresentam, em média, tamanhos maiores do que dos materiais em profundidade. Contudo, nem todos os tipos puderam ser comparados devido à baixa densidade de materiais. Os materiais que puderam ser confrontados em cada sítio estão destacados em azul.

Tabela 8: Comparação de dimensões

Dimensões dos artefatos coletados							
Sítio Meladinha I							
Superfície				Profundidade			
Tipo	L	C	A	Tipo	L	C	A
Fragmentos de Lasca*	1.8	2.8	0.8	Fragmento de Lasca	4.6	4.9	1.4
Lascas*	3.9	4.2	1	Lascas*	1.1	1.5	0.2
Núcleo	5	7.1	2.8	Núcleo	5	5.8	3.7
Instrumentos*	4.5	5.3	2.2				
Ponta de Projétil	2.9	7.6	1.3				
				Cerâmicas*	1.9	2.7	0.6
Sítio Meladinha II							
Superfície				Profundidade			
Tipo	L	C	A	Tipo	L	C	A
Fragmentos de lasca	2.1	2.7	0.5	Fragmentos de Lasca	0.9	1.1	0.4
Lascas*	2.7	3.4	0.6				
Instrumentos*	4.3	6.8	2.4				
Núcleos*	5.6	7.1	4.8				
Sítio Meladinha III							
Superfície				Profundidade			
Tipo	L	C	A	Tipo	L	C	A
Fragmentos de Lasca*	2.5	3.7	0.7				
Instrumentos*	3.6	5.4	1.7	Instrumento	2.7	3.2	1.7
Lascas*	3.4	4.7	1.7	Lascas*	3.5	4.5	1.1
Núcleos*	4.7	5.4	3.1				
Percutor	6.9	7.1	4.8				
Percutores e Bigornas*	6.4	7.9	4.5				
Sítio Meladinha IV							
Superfície				Profundidade			
Tipo	L	C	A	Tipo	L	C	A
Fragmentos de Lasca*	2.4	3.3	0.7	Fragmentos de Lasca*	1.2	2.2	0.6

Instrumentos*	3.3	4.6	2.1				
Lascas*	3.1	4.3	1.3	Lasca	4.4	5.1	1.2
Núcleos*	3.8	4.6	2.7				
Percutor	5	7.8	2.5				
Resíduo	1	1.9	0.3				
Cerâmica	3.1	3.9	1	Cerâmicas*	3.2	4.2	0.8
Sítio Meladilha V							
Superfície				Profundidade			
Tipo	L	C	A	Tipo	L	C	A
Fragmentos de Instrumentos*	3	3.8	1				
Fragmentos de Lasca*	4.5	5.2	1.3	Fragmentos de Lasca*	1.4	2.4	0.6
Instrumentos*	4.6	5.9	2.2	Instrumentos*	1.9	2.9	0.9
Lascas*	3.3	4.5	1.2	Lascas*	1.5	2.5	0.6
Núcleos*	4.5	5.4	3.8	Núcleo	2	3.5	2
Percutores*	5.7	6.8	4.2				
Percutores e Bigornas*	5.7	9.4	5.4				
				Resíduos*	1.1	1.5	0.6
Fragmento de Machado Polido	6.3	7.6	4.8				
Sítio Meladilha VI							
Superfície				Profundidade			
Tipo	L	C	A	Tipo	L	C	A
Fragmento de Instrumento	6.3	9.2	3.2	Fragmento de Instrumento	2.6	4.1	1.4
Fragmentos de Lasca*	2.3	3.4	0.8	Fragmentos de Lasca*	1.5	2	0.5
Instrumentos*	3.8	6.8	2.1	Instrumento	4.2	5.2	3.5
Lascas*	2.6	3.6	1	Lascas*	2.2	3.2	0.8
Núcleos *	4.7	5.9	2.8				
				Percutor	5.8	7	3.5
				Resíduos	1.2	1.9	0.3
*Os tipos nomeados no plural apresentam a quantificação da média das dimensões dos artefatos inclusos, enquanto que os tipos nomeados no singular apresentam artefatos únicos e suas devidas dimensões.							

Fonte: O autor (2020)

Além das médias de tamanho relativamente semelhantes entre os materiais de superfície e da diferença entre estas e as dimensões dos materiais de profundidade, conforme veremos a seguir, há também uma homogeneidade nas proporções dos tipos em superfície, o que poderia reforçar a noção de que os sítios de superfície são formados por materiais podem ter sido produzidos por um mesmo grupo ou por grupos afiliados, os quais distinguem-se daqueles que produziram os materiais exumados nas escavações.

Neste contexto, é importante destacar que os sítios de superfície podem ser mais antigos dos que os sítios de profundidade. Nas ilustrações de altimetria das coletas, apresentadas no capítulo anterior, pode-se ver que os materiais de superfície estão localizados nos leitos dos cursos d'água em cotas altimétricas mais baixas, enquanto que as escavações foram realizadas às margens e, por consequência, em pacotes sedimentares mais elevados.

Uma possível explicação para esta diferença seria que os cursos d'água estão escavando a região, erodindo e carreando os materiais dos sítios mais recentes em profundidade enquanto expõem os sítios mais antigos deixando-os à mostra sobre os arenitos da Formação Assu. Tal possibilidade foi levada em consideração na escolha de qual tipo de seriação poderia ser realizada com estes materiais.

Segundo Lipe (1964), ao apontar o argumento de Dempsey e Baumhoff, na seriação de frequência os tipos são comparados de acordo com suas proporções relativas dentro das coleções. Conforme aponta o autor, podem ocorrer situações em que alguns artefatos de um período acabaram se misturando em um depósito criado em outro momento, o qual contém uma predominância de artefatos feitos em um mesmo período.

Entre diversas possibilidades para estas misturas, estão fatores não humanos como erosão pelo vento e pela água, ou mesmo a atuação de animais escavadores que podem remover os artefatos de lugar. Neste contexto, a seriação de frequência seria mais apropriada, pois “uma técnica que estabeleça comparação por frequência não será muito afetada por uma pequena quantidade de mistura entre as coleções ordenadas” (LIPE, 1964, p. 103, tradução nossa).

Partindo destes pressupostos, a seguir apresenta-se uma seriação de frequência para os materiais líticos coletados nos sítios de Assu (Figura 53). Conforme se pode ver, a tabela mostra uma relativa homogeneidade na proporção de quatro tipos. Para a elaboração desta seriação adotei os procedimentos propostos Meggers e Evans (1970), quando estes orientam que,

Quando todas as amostras que representam um complexo [...] forem obtidas em coletas de superfície; uma sequência seriada pode ser construída pelo arranjo das tiras, cada uma delas correspondendo a uma coleção separada, até produzir-se um padrão. Para começar, é conveniente selecionar duas coleções que diferem marcadamente nas frequências relativas de dois ou mais dos tipos principais, colocando um na parte inferior e outro no topo da cartolina. As outras tiras podem ser ajustadas entre elas até produzir-se um continuum de frequência crescente e decrescente (MEGGERS e EVANS, 1970, p. 77).

Tal procedimento permitiu a organização das coleções a partir do arranjo das tiras que representam as proporções relativas dos tipos em cada coleção entre a coleção de superfície do sítio Meladinha II e a coleção de profundidade do sítio Meladinha IV, os quais apresentavam maior discrepância entre os tipos e suas quantidades. Neste sentido, os materiais de profundidade do sítio Meladinha IV apresentam não só tipos, mas também proporções bastante diferentes dos outros, e poderia estar tanto no começo quanto no final da sequência já que não dá para relacioná-lo diretamente com os outros.

Além disso, retomando a argumentação de Meggers e Evans (1970) sobre seriações de sítios de superfície, como não foi observada nenhuma relação direta dos materiais de superfície com aqueles de profundidade, falta-nos um marco que situe a direção da sequência seriada, de forma que a ordem pode ser tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima.

Outro fator de destaque percebido na sequência consiste de um único fragmento cerâmico encontrado na coleção de superfície também do sítio Meladinha IV, o qual poderia ser um indicativo da mistura de artefatos que teria ocorrido pela erosão fluvial do curso d'água, conforme mencionado sobre a discussão de Lipe (1964) acima. Neste contexto, torna-se difícil de identificar a origem dos outros artefatos que apresentam pequenas proporções, como a ponta de projétil na coleção de superfície do sítio Meladinha I, ou o fragmento de machado polido da coleção de superfície do Meladinha V, sendo que não há como afirmar se eles compõem as coleções superficiais ou se são provenientes de estratos mais altos que foram misturados pela ação da erosão.

Além disso, retomando a discussão sobre a construção de tipos cronológicos, a baixa proporção de instrumentos líticos de produção especializada dificulta uma interpretação da passagem do tempo a partir de variações estilísticas e, portanto, não há por enquanto nenhuma referência dentro da sequência que possa ser utilizada como marcador temporal, talvez apenas em comparação com materiais de outros sítios da região estes materiais poderão fornecer indicativos cronológicos.

Por outro lado, as frequências semelhantes dos tipos na maioria dos sítios podem indicar pouca variação na popularidade destes, o que talvez signifique proximidade temporal, uma vez que os tipos possuem índices de popularidade parecidos. Entretanto, como os materiais são provenientes de sítios de superfície e não são diretamente datáveis nem apresentam materiais associados que permitam uma estimativa cronológica mais confiável, esta possível contemporaneidade com base apenas na semelhança de popularidade torna-se muito frágil de ser estabelecida.

A partir da constatação desta relativa homogeneidade tipológica dos sítios de superfície, faz-se necessário buscar outras informações que possam nos ajudar a compreender estas ocupações pré-históricas. Para tanto, apontarei a seguir uma contextualização etno-histórica e arqueológica da região, para posteriormente relacioná-la com os dados obtidos com a seriação acima, visando o estabelecimento de uma compreensão mais completa sobre a pré-história do vale do Açu.

4.3 LEVANTAMENTO ETNO-HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO E SUAS RELAÇÕES COM OS MATERIAIS.

Para entendermos mais sobre os grupos pré-históricos do Vale do Açu, um dos recursos que pode ser explorado constitui-se das fontes históricas que relatam sobre os diferentes grupos indígenas presentes na região em diferentes momentos do período de colonização.

Entretanto, antes de adentrar na bibliografia histórica faz-se necessário salientar os problemas costumeiramente encontrados por todos os pesquisadores que já tentaram sistematizar informações acerca de grupos indígenas no período colonial.

Segundo diversos autores, a identificação de grupos indígenas é dificultada principalmente porque os relatos de que dispomos foram produzidos pelos colonizadores e não pelos próprios grupos, sendo sempre uma visão do outro, por vezes carregada de preconceitos, e mesmo quando encontramos identificações fornecidas por indígenas estas são provenientes de grupos tupi que relatam sobre os outros, sendo também um relato enviesado (MEDEIROS, 2000; STUART FILHO, 1963).

Um resultado marcante desta escassez de informações encontra-se na definição de grupos indígenas como sendo Tapuia. Segundo aponta Stuart Filho (1963) em relação à identificação de grupos específicos nos relatos dos cronistas,

(...) raro aparece especificado o nome de uma cabilda, sendo comum encontrarem-se neles, conforme hábito então corrente, o termo genérico tapuia, para significar hordas de Jês e Cariris, Tarairiús e Tremembés, e a palavra índio, caboclo ou brasileiro como designativo dos silvícolas pertencentes à família Tupi. (STUART FILHO, 1963, p. 153).

Autores como Medeiros (2000) e Cavignac (2003) argumentam que tal falta de informação se deve tanto à falta de interesse dos colonizadores no período do contato em

entenderem os nativos, quanto de um processo de descaracterização cultural que resultou em um encobrimento da diversidade étnica.

Nesta perspectiva, Santos Júnior (2008), ao abordar o trabalho de outros pesquisadores, explica como a noção de Tapuia foi construída ao longo do tempo e como ela é utilizada para designar diversas nações simplesmente por não falarem o idioma Tupi. Segundo o pesquisador, ao citar o trabalho de Ênio Brito, esta construção cultural do Tapuia dificulta enormemente a reconstrução etnográfica dos diversos povos do sertão que são comumente identificados sob esta definição. Segundo Medeiros (2000), mesmo que todos sejam considerados Tapuias, em diversos relatos dos cronistas é possível perceber a diversidade cultural.

Do ponto de vista da cultura material é possível encontrar sob a denominação genérica de Tapuia durante o período colonial, povos com cultura material baseada principalmente na caça, coleta e horticultura de subsistência, mas com uma localização espacial e cultura não-material bastante diferente (MEDEIROS, 2000, p. 45)

Sistematizações de dados etno-históricos têm sido elaboradas com o intuito de identificar os grupos indígenas e seus locais de habitação. Uma das mais notáveis destas compilações é o Mapa Etno-Histórico do Brasil de Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú (Figura 54), que data da década de 1940 e reúne informações sobre a localização de diversas etnias em todo o território nacional.

No citado mapa, na atual divisão do estado do Rio Grande do Norte, podemos ver representada a localização de grupos da família Tupi-Guarani ao longo do litoral, identificação é que bastante recorrente na literatura (URBAN, 1996), entretanto, há poucas referências aos grupos presentes no interior.

Figura 54 - Localização dos grupos indígenas no estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Extraído da reimpressão de 1987 do Mapa de Curt Nimuendajú (1944).

Como é possível observar no mapa, mesmo entre as poucas referências existe uma pluralidade de grupos dispersos nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Norte. Neste contexto, uma das formas de sistematização dos dados históricos para a identificação das etnias seria a segregação segundo a língua. É desta forma que diversos grupos são considerados como pertencentes à família Tupi-Guarani, ou Jê, entre outras. Em relação à segregação dos grupos indígenas em famílias a partir da linguagem, Medeiros (2000) afirma que

O critério linguístico permite classificar as línguas indígenas e seus dialetos, em conjuntos maiores de famílias e troncos. A partir de técnicas de análise linguística, pode-se comparar duas línguas indígenas e reconhecer o grau de contato ou distanciamento que existe entre as populações que os utilizam. Povos que fazem parte de uma mesma família linguística, por exemplo, são provavelmente descendentes comuns de uma mesma população ancestral. (MEDEIROS, 2000, p. 30).

Conforme aponta Urban (1992) existem quatro grandes famílias linguísticas no Brasil: Jê, Tupi, Karib e Arawak. Estes grupos linguísticos possuem diversos membros espalhados em grandes áreas. Entretanto, nem todos os grupos indígenas estão inseridos nestes grupos. Segundo o citado autor, existem também famílias menores que geralmente estão circunscritas em porções geográficas mais restritas, e além destas, há ainda línguas isoladas que não possuem ligação conhecida com nenhuma das famílias linguísticas já identificadas.

Abrindo um pequeno parêntese nesta discussão, faz-se necessário destacar as perspectivas evolucionista e difusionista que permeiam a utilização do método de reconstrução

linguística. Tal método identifica línguas afiliadas ou isoladas a partir de “ligações genéticas” entre elas, estabelecendo entre as linguagens e os dialetos uma relação análoga àquela de descendência conforme discutido anteriormente a respeito dos fósseis. Segundo expõe o autor,

O método da reconstrução não só nos diz que um grupo de línguas modernas deriva de uma ancestral comum, como também quais línguas estão mais próximas entre si, dentro desse grupo, e quais mais distantes. Desse modo é possível construir uma *stammbaum*, ou árvore genealógica de uma família linguística, indicando em termos relativos quando as línguas de uma família se diferenciaram umas das outras (URBAN, 1992, p. 88)

Neste contexto, a partir da filiação de determinadas línguas a uma família linguística seria possível também traçar espacialmente sua dispersão e inferir seu local de surgimento, de onde teria se difundido.

Nas sistematizações das informações de dispersão das linguagens que permitiram a identificação das grandes famílias linguísticas encontram-se também dados sobre grupos com linguagens isoladas que não estão diretamente relacionadas a nenhuma destas famílias.

O conhecimento das línguas isoladas é importante, pois “já que estas não possuem ligação genética conhecida, diríamos que áreas em que encontramos concentrações de línguas isoladas são provavelmente foco de dispersões muito antigas” (URBAN, 1992, p.99).

Partindo deste pressuposto, é interessante notar que na região Nordeste do Brasil, em locais que compreendem as áreas dos atuais estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, segundo o mapa elaborado pelo autor supracitado, existem grupos que podem ser identificados como possuidores de línguas isoladas como é o caso dos Kariri e dos Tarairiu.

Existem relatos de cronistas que situam estes referidos grupos na área em estudo. Um exemplo notável está presente em diversos escritos que abordam a história do município de Assu, nos quais menciona-se quase sempre um relato de que o nome da cidade se deu como abreviação do antigo nome de Taba-Assu, termo que significa Aldeia Grande no idioma Tupi, o qual teria sido utilizado para designar o local de habitação de uma tribo Tarairiú Janduí (CASCUDO, 1968; DANTAS 1989; CALDAS 1995).

Contudo, Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) mencionam uma grande diversidade étnica no interior do estado do Rio Grande do Norte. Os autores abordam brevemente a família dos índios Kariris, os quais foram identificados por terem alguns relatos entre os cronistas e também por não possuírem uma língua afiliada a nenhuma das grandes famílias já conhecidas. Segundo os autores, é difícil de se estabelecer uma delimitação territorial tanto pela parca

informação quanto pela quantidade de outras etnias que coexistiam junto aos Cariris em várias regiões.

No sertão ao norte do Rio São Francisco a diversidade de designações étnicas é ainda maior. O planalto da Borborema, as serras dos Kariris e do Araripe e os vales próximos dos rios Jaguaribe, Apodi e Açu registram a presença, junto aos Kariri, dos Ikó, Payaku, Kanindé, Otxukayana (Janduí, Tarairiu), Inhamun, Calabaça, Xukuru, etc (DANTAS, SAMPAIO E CARVALHO, 1992, p. 432).

Por muito tempo foi especulado se todas estas etnias seriam pertencentes à família Kariri, contudo, tal especulação mostrou-se infrutífera pela falta de documentos que reforçassem esta hipótese (DANTAS, SAMPAIO E CARVALHO, 1992).

Por outro lado, Santos Júnior (2008) aponta referências que distinguem os Tarairiu dos Kariri. Ao abordar o trabalho de Thomaz Pompeu Sobrinho, Santos Júnior (2008) aponta características culturais distintas que foram tomadas como elementos diferenciadores das duas etnias, sendo, por exemplo, que os Tarairiu utilizavam a lança de arremesso como arma, enquanto que os Kariri utilizavam o arco e flecha. Além disso, os primeiros possuíam uma economia baseada na caça e na coleta enquanto os segundos praticavam a agricultura e produziam cerâmica.

Neste contexto, é importante destacar que, do ponto de vista arqueológico, pode-se perceber uma característica marcante que é a presença de pontas de projétil tanto de lança quanto de flechas confeccionadas em materiais líticos e que foram encontrados nas regiões do Seridó, na bacia do rio Açu-Piranhas e na região do Apodi (MARTIN, 2005), (Figura 55). Partindo deste princípio, têm-se relatos históricos de cronistas que abordam grupos que se utilizavam de lanças de arremesso e há também coleções arqueológicas com pontas de projétil cuja dispersão parece circunscrita a determinadas regiões do estado do Rio Grande do Norte, aparentemente coincidindo com as informações históricas.

Figura 55 - Mapa das regiões do estado do Rio Grande do Norte onde foram encontradas pontas de projétil bifaciais.



Fonte: Adaptado de Rodet, Duarte-Talim e Santos Júnior (2013).

Contudo, além de toda a problemática conceitual relacionada à identificação de determinado grupo a uma cultura material específica, praticamente a totalidade das pontas de projétil, hoje em exposição nos museus, é proveniente de achados fortuitos e não de escavações arqueológicas, o que dificulta a identificação de uma dispersão regional destes artefatos que pudesse ser atribuída a qualquer dos grupos descritos nos relatos históricos pelos cronistas.

Além disso, apesar da distribuição regional aparentemente restrita das pontas de projétil, diversos outros tipos de cultura material também são encontradas em todo o estado. Sítios arqueológicos com materiais líticos, mas sem as pontas, bem como sítios lito-cerâmicos têm sido identificados por todo o território do Rio Grande do Norte.

Exemplos desta diversidade material podem ser facilmente encontrados nos trabalhos de Nasser (1971) e Nasser (1974). O pesquisador estudou os materiais arqueológicos do litoral meridional do RN ao longo da bacia do rio Curimataú. Nesta região, foram identificados 18 sítios de habitação e 4 sítios cemitério. Dentre o material definido como fase Curimataú a predominância é de materiais cerâmicos, sendo pouquíssimos os artefatos líticos associados a estes materiais. Ao abordar as características gerais dos sítios o pesquisador afirma que estes

Localizavam-se preferencialmente em áreas primitivamente recobertas pela mata e/ou terrenos cujo solo, arenoso e permeável, é favorável ao cultivo de

roça. Não se notou grande relação entre a situação dos sítios e a proximidade dos cursos d'água – os restos culturais foram coletados variavelmente entre 100 m e 1000 m das margens dos rios -, evidenciando, talvez, a pouca dependência de transportes fluviais, por conta do regime de intermitência dos rios (NASSER, 1971, p. 182).

Em trabalho posterior realizado também no litoral leste do estado do Rio Grande do Norte, Nasser identificou materiais cerâmicos que se diferenciavam daqueles da fase Curimataú. Estes foram definidos como fase Papeba e, segundo o pesquisador, tomando como base a posição estratigráfica, seriam de ocupações mais antigas do que aquelas da fase Curimataú. A fase Papeba também seria caracterizada por maior quantidade e diversidade de materiais líticos associados à cerâmica. Segundo o pesquisador,

Expressiva quantidade de materiais líticos foi coletada em associação com a cerâmica Papeba. Lascas de sílex, com ou sem retoques, algumas com evidência de uso ou utilizáveis como facas e raspadores; buris ou furadores confeccionados a partir de núcleos de sílex; machado polido de xisto com forma trapezoidal; e machado polido de quartzo verde com depressões semiesféricas nas duas faces além de seixos de quartzo com sinais de uso como batedores e alisadores, constituem o acervo lítico da fase (NASSER, 1974, p. 160).

Conforme apresentado em Luna (2018a), os fragmentos cerâmicos coletados no sítio Meladinha I possuem areia de tamanho médio a grosso como antiplástico e foram cozidas em fogo oxidante, o que deixa os materiais com uma coloração avermelhada. Com relação aos materiais cerâmicos identificados no sítio Meladinha IV, Luna (2018b) sugere serem de um mesmo recipiente devido a várias colagens realizadas na reconstituição em laboratório. Assim como as cerâmicas do sítio Meladinha I, estes fragmentos também apresentam em sua composição, antiplásticos de areia média a grossa e possivelmente também foram cozidos com uma técnica de queima oxidante.

As descrições dos atributos físicos dos fragmentos cerâmicos serão utilizadas em comparação com outros materiais estudados em pesquisas anteriores, como aquelas do PRONAPA. Neste sentido, é importante ressaltar que cerâmicas que possuem antiplástico de areia média ou grossa já foram descritas na bibliografia arqueológica do Rio Grande do Norte, como características das cerâmicas da fase Curimataú, identificadas no trabalho de Nasser (1971), no qual o autor identifica 3 tipos para as cerâmicas simples desta fase que seriam mais abundantes.

A classificação da cerâmica simples através do tempero, evidenciou três tipos: Pirari Simples, temperado com cacos triturados, bolas de argila e grãos de quartzo angulosos e subangulosos; Cunhaú Simples, com tempero argilo arenoso compacto, grãos de quartzo leitoso, angulosos e subangulosos que

chegam a medir 3mm e, em menor frequência feldspato e hematita; Pequeri Simples, com tempero predominantemente arenoso, grande quantidade de grãos de quartzo angulosos e subangulosos, além do feldspato (NASSER, 1971, p. 182).

Figura 56 - Fragmento cerâmico com antiplástico de areia média e grossa, coletado no sítio Meladinha IV.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2018.

Entretanto, Miller (2009) explica que a fase Curimataú definida por Násser seria filiada à tradição arqueológica tupiguarani, enquanto fase Papeba seria filiada à tradição Aratu. Neste contexto, não há entre os artefatos, atributos diagnósticos, além do antiplástico e da queima, que indiquem que esta cerâmica encontrada nos sítios de Assu sejam da tradição arqueológica tupiguarani, mas os atributos analisados assemelham-se mais com os materiais da fase Curimataú, que seria, segundo Miller (2009), filiada à tradição tupiguarani.

Conforme mencionado acima, os trabalhos de Nássaro Nasser relacionados à fase cerâmica Curimataú foram realizados prioritariamente em regiões do litoral meridional do estado. Neste contexto, esta identificação de cerâmicas com características semelhantes às aquelas estudadas pelo pesquisador no litoral poderiam servir de indicativo pelo menos uma passagem daqueles grupos litorâneos pelo Vale do Açu, o que reflete a complexidade de entendermos as dispersões dos grupos pré-históricos que não só eram bastante diversos etnicamente como também transitavam por extensas regiões.

Neste sentido, com base nos levantamentos etno-históricos apresentados anteriormente, esta cerâmica encontrada em Assu fornece hipóteses que podem ser exploradas em trabalhos futuros, pois tanto poderiam ser indicativos de passagem de grupos que produziam cerâmica da tradição tupiguarani, como poderiam ter sido produzidos por grupos que possuíam cerâmica como os Kariris (SANTOS JÚNIOR, 2008) mas que não se tem na literatura arqueológica descrições de materiais associados a estes grupos. Neste sentido, me refiro a hipóteses que podem ser exploradas futuramente, pois com o universo amostral de apenas 35 fragmentos cerâmicos, não há como inferir muita coisa sem cair na especulação.

Além dos problemas já mencionados em relação à filiação de cultura material a grupos específicos, a própria identificação de territórios destes grupos com base nos documentos históricos é bastante difícil. Além da cerâmica, e em relação aos materiais líticos, alguma possível filiação torna-se bastante dificultada pela quantidade de grupos que se sabe que transitavam a região em estudo. Santos Junior (2008), apesar de classificar todos como Tarairiu, relata pelo menos cinco grupos cuja passagem pelo vale do Açu-Piranhas foi relatada nos documentos históricos: os Paiacus, os Jenipapo, os Canindé, os Panati e os Janduis. Já entre os grupos Kariris, o autor menciona relatos da presença de grupos Icó Pequeno no vale do Açu.

Do ponto de vista arqueológico, Martin (2005) relata sobre o trabalho de Tom Miller na região do Baixo Açu, no qual o referido pesquisador encontrou seixos alongados dos quais haviam sido retiradas lascas, bem como coletou lascas de quartzo e jaspe, obtidas por lascamento bipolar. Além disso, foram identificados alguns instrumentos com retoques e grandes quantidades de lascas, as quais foram interpretadas como restos de debitage.

De maneira mais ampla, os sítios de Assu apresentam um contexto semelhante àqueles identificados por Tom Miller, com uma grande proporção de lascas e alguns instrumentos retocados que foram confeccionados tanto em seixos (suportes naturais) quanto em lascas. A presença dos percutores e bigornas também evidenciam a utilização da técnica de lascamento bipolar. Conforme argumenta Martin (2005),

Esses materiais líticos indicam a presença de caçadores-pescadores que se movimentavam ao longo dos rios nordestinos mais caudalosos, com grande mobilidade, preparando seus instrumentos de pedra segundo suas necessidades imediatas. As indústrias são simples, com pouco ou nenhum retoque, e, possivelmente, posteriores às indústrias mais refinadas da tradição Itaparica (MARTIN, 2005, p. 174)

A autora refere-se a estes materiais líticos estudados por Tom Miller na região do baixo Açu, mas não há nenhuma menção de definição de fase, subtradição ou tradição. De forma

semelhante, Prous (1992) menciona pesquisas na região do rio Açu, mas também não chega a mencionar nenhuma associação destes materiais com tradições já conhecidas.

Em contrapartida, Miller (2009, p. 20) relata um trabalho em que ele escavou uma aldeia Aratu, cuja cultura material seria associada aos grupos do tronco linguístico Macro-Gê. Entre os materiais líticos, o autor relata a presença de “fragmentos pontudos de sílex fabricados pela técnica bipolar que, evidentemente, faziam parte de raladores de mandioca; rodas de fuso, evidenciando o uso de trançados de fibra; e vasos de tamanho médio e paredes espessas(...)”. Para Miller (2009), os grupos Tarairius visitavam o litoral na época da seca no interior, pois essa seria uma época em que escasseava a caça deixando a entender que o sítio estudado por ele apresentava materiais que poderiam ser atribuídos a estes grupos. Segundo segue expondo o autor,

Os tarairius semeavam os seus campos de milho no início do período da seca no interior e iam para o litoral até à época das chuvas, quando o milho germinava. Depois da invasão dos tupis eles tinham sido impedidos por estes de se deslocarem para o litoral. A presença dos holandeses, porém, possibilitou-lhes voltar a essa prática, aproveitando o ensejo com investidas contra tupis e portugueses, como forma de descontar a sua raiva contra esses povos, para eles, invasores (MILLER, 2009, p. 20)

Neste sentido, é possível perceber um desencontro de informações que continua a dificultar a identificação, mesmo que hipotética, de determinados conjuntos de cultura material com alguns grupos indígenas. Conforme mencionado acima, para Miller (2009) os Tarairius seriam horticultores ceramistas que plantavam e caçavam no interior e se deslocavam para o litoral no período seco. Entretanto, conforme mencionado do trabalho de Santos Júnior (2008), os Tarairius são entendidos por este pesquisador com base nos escritos de Thomaz Pompeu Sobrinho como caçadores coletores enquanto os agricultores seriam os Kariris.

Outra discrepância é percebida no fato de que para Miller (2009) o sítio estudado por ele que talvez pudesse ser atribuído aos Tarairiu era um sítio com materiais da tradição arqueológica Aratu, a qual é constantemente associada aos grupos do tronco linguístico Macro-Gê. Contudo, conforme mencionado anteriormente sobre o trabalho de Urban (1992) o grupo Tarairiu, linguisticamente, foi classificado como uma língua isolada, sem filiação a nenhuma das grandes famílias já conhecidas.

Neste contexto, confusões na identificação de grupos a partir dos relatos históricos, juntamente com a grande quantidade e diversidade de materiais arqueológicos encontrados no

Rio Grande do Norte reflete a pluralidade de grupos que habitavam e se deslocavam pela região em estudo, muito embora estes fatores dificultem uma compreensão da história destes grupos.

Levando em consideração os artefatos líticos, conforme abordado em relação ao tamanho dos materiais, é possível inferir a passagem de grupos diferentes pela região. Entretanto, devido à falta de definições de tradições, subtradições e fases de materiais líticos no Rio Grande do Norte, não foi possível identificar o material lítico como pertencente a alguma tradição conhecida.

4.4 CONCLUSÕES

Conforme apresentei até aqui, o quadro teórico Histórico-Cultural orienta a prática da pesquisa em uma perspectiva diacrônica, para entender a variação no registro arqueológico como resultante dos processos evolutivos dos grupos humanos. A dispersão de conjuntos de materiais semelhantes é explicada através de migrações ou difusão de ideias, de modo a mapear os locais de invenção e dispersão desta cultura material, principalmente através da identificação de artefatos diagnósticos.

Do ponto de vista metodológico, as pesquisas de campo apoiam-se firmemente nos dados estratigráficos e as análises em laboratório possuem um viés fortemente empírico de inferir apenas com base nos atributos físicos dos artefatos, o que faz com que o resultado seja mais classificatório e descritivo do que especulativo.

Neste sentido, ressalta-se a busca pelo entendimento dos materiais arqueológicos como a história dos grupos indígenas, relacionando, através de outros estudos como os linguísticos ou etno-históricos, dados que permitam o entendimento da dispersão dos materiais arqueológicos como vestígios do cotidiano indígena na pré-história, sendo que, portanto, seriam estes indígenas os responsáveis pelas migrações ou pelos contatos que explicariam a presença de materiais arqueológicos semelhantes em diferentes áreas geográficas.

Entretanto, ao utilizar estes preceitos nos sítios de Assu se percebe que os dados obtidos pela seriação de frequência apenas revelam certa similaridade tecnológica com a presença de alguns materiais que podem ser intrusivos. Além disso, as frequências semelhantes não trazem informações que as permitam ser imediatamente associadas a nenhuma das tradições arqueológicas previamente conhecidas e, como os materiais pertencem a coleções

prioritariamente de sítios de superfície, a percepção da variação cronológica também é dificultada.

Contudo, a percepção da predominância de materiais líticos nos sítios de superfície mais abaixo, e a verificação de fragmentos cerâmicos nas coleções de profundidade mais acima, poderiam indicar uma ocupação inicial da área em estudo por grupos caçadores-coletores e posteriormente por grupos horticultores ceramistas.

Além disso, apesar do mencionado intuito de inserir os materiais arqueológicos na sequência histórica, abordando a pré-história como a história dos grupos indígenas históricos, a pouca quantidade de informação documental existente até o momento e a discordância entre algumas delas também impediu a identificação, mesmo que hipotética, destes materiais com algum dos grupos relatados pelos cronistas na área em estudo. Contudo, com o refinamento dos dados históricos, com o avanço dos estudos arqueológicos na área em questão e com a comparação entre os materiais de diversos sítios da mesma região, outros dados poderão ser levantados que permitam esta associação.

5 PROCESSOS CULTURAIS NO VALE DO AÇU

Dando continuidade à uma apresentação prática dos quadros teóricos em arqueologia e expondo como estas perspectivas orientam a utilização da pesquisa na explicação do passado, a seguir elaboro a análise dos materiais dos sítios de Assu utilizando as concepções do quadro referencial teórico processual.

Retomando um pouco as discussões apresentadas nos capítulos anteriores, mostrarei quais as principais diferenças e semelhanças entre estes modelos de pesquisa. Para os pesquisadores processualistas, a pesquisa deve ser dedutiva, através da formulação e do teste de hipóteses, as quais, por sua vez, nortearão a coleta dos dados em campo.

Conforme mencionei no capítulo 2, a Nova Arqueologia faz parte de uma busca por tornar o conhecimento mais científico e objetivo, no sentido do positivismo lógico desenvolvido pelos filósofos analíticos do Círculo de Viena. Neste sentido, admite-se em determinada medida a participação do pesquisador na realização da pesquisa, seja na formulação das hipóteses, seja na escolha dos dados que serão coletados. Por outro lado, reforça-se uma busca pela realização de análises objetivas que possam ser testadas por outros pesquisadores, utilizando a matemática como linguagem formal para entender a realidade, pois, como mostrei anteriormente, o foco de alguns daqueles filósofos era a dimensão semântica da linguagem.

Já em relação ao conceito de cultura, há um intento por romper com a noção normativa de que cultura, a qual é definida como um conjunto de normas sociais que rege a produção e utilização da cultura material. Como alternativa, é proposta a concepção de cultura como meio extrasomático de adaptação ao ambiente (WHITE, 1959; BINFORD, 1964), que traz consigo uma perspectiva mais sincrônica e particularista para o estudo do registro arqueológico, pois direciona a atenção para as estratégias de adaptação dos sistemas culturais ao meio ambiente em que estão inseridos.

Contudo, mesmo com esta busca por romper com a noção normativa da cultura, os estudos tecnológicos, principalmente de indústrias líticas, assumem implicitamente a normatividade da cultura quando abordam as técnicas das sociedades como fenômenos construídos socialmente e passados tradicionalmente de geração em geração.

Do ponto de vista do trabalho de campo, a perspectiva sistêmica trouxe consigo enfoques importantíssimos para a compreensão do registro arqueológico. Inicialmente, a geração de modelos explicativos derivados de analogias etnográficas fez com que a variação da

cultura material no espaço passasse a ser vista a partir de diferenças organizacionais dentro de um sistema social, de forma que se o material de um sítio difere de outro, isso pode estar relacionado com o tipo de atividade que determinado grupo realiza naquele local e não que os materiais são necessariamente remanescentes de ocupações por grupos distintos.

Para tanto, o próprio conceito de sítio arqueológico assume uma nova perspectiva, na qual é necessário entender as relações que os artefatos mantêm entre si e com o ambiente, visando compreender quais as possíveis atividades que os grupos realizavam em diferentes espaços.

Além disso, a partir desta busca pela identificação dos comportamentos sociais, houve também maior atenção para os comportamentos dos fatores naturais que atuam no registro arqueológico e podem distorcer a posição dos artefatos, o que poderia confundir a interpretação do arqueólogo em relação às atividades realizadas nos sítios em estudo.

Ao longo deste capítulo abordarei inicialmente as distinções conceituais trazidas pela nova arqueologia, mostrarei as principais diferenças entre este quadro teórico e o anterior, apontarei algumas semelhanças entre os pressupostos processuais e àqueles do histórico-culturalismo para, por fim, analisar os dados coletados nos sítios de Assu no quadro teórico processual, desde as informações relativas aos sítios arqueológicos às análises dos materiais, as quais chegam a resultados diferentes em alguns aspectos daqueles apresentados no capítulo anterior. Posteriormente, apontarei algumas explicações hipotéticas que servirão de base para pesquisas regionais mais amplas no futuro.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL

É comumente aceito na literatura que a Nova Arqueologia surgiu a partir da década de 1960, com os escritos de alguns pesquisadores como Lewis Binford que defendiam que era necessário haver uma mudança na forma como a pesquisa em arqueologia era praticada. Contudo, como mostra Wylie (2002), discussões mais amplas sobre a produção do conhecimento arqueológico, que buscavam formas diferentes de entender o registro arqueológico, já existiam algumas décadas antes do “surgimento” da Nova Arqueologia.

Segundo expõe a autora, não só já existiam propostas de realização de pesquisas nos moldes processuais antes de 1960 como a Nova Arqueologia não chegou a romper totalmente com as práticas tradicionais, trazendo consigo muitas características e formas de práticas que

os processualistas rejeitavam. Abordarei algumas destas semelhanças e diferenças ao longo deste capítulo.

Neste sentido, um dos primeiros contrastes entre os dois quadros teóricos seria epistemológico. Na Nova Arqueologia, os pesquisadores acreditavam que muitas das limitações na produção do conhecimento sobre grupos pretéritos não se davam devido às restrições do registro arqueológico, elas seriam resultantes das limitações conceituais trazidas pelos arqueólogos para suas pesquisas (WYLIE, 2002).

Portanto, um dos primeiros pontos de partida para a Nova Arqueologia teria sido uma expansão nas formas de produção do conhecimento de modo a permitir a utilização de inferências hipotéticas que ampliariam o entendimento das culturas passadas (WYLIE, 2002). Conforme apresentei no capítulo anterior, na arqueologia Histórico-Cultural as pesquisas assumiam um caráter mais estritamente empirista (materialismo científico) e indutivista que só permitia o entendimento do registro arqueológico a partir das características diretamente observáveis como os atributos físicos dos artefatos.

De modo geral, associada a este empirismo, a concepção normativa da arqueologia histórico-cultural, que entendia a cultura como um conjunto de normas e crenças que deveria ser inferida a partir dos comportamentos humanos observáveis ou dos materiais que eles produzem, seria também limitante, pois impediria que os dados arqueológicos fossem utilizados em pesquisas com enfoques antropológicos (WYLIE, 2002).

Além disso, a arqueologia processual buscou desenvolver-se a partir de um modelo científico positivista de descoberta dos fenômenos a partir de métodos indutivos e dedutivos para a identificação e explicação de regularidades no desenvolvimento humano. Conforme afirmam Watson, LeBlanc e Redman (1974),

Buscaremos entre os filósofos da ciência enquadrados no positivismo lógico uma cuidadosa definição do termo “explicação”. Para estes filósofos analíticos, explicação não é de modo algum um conceito vago: significa demonstrar que o caso particular que se deseja explicar é um exemplo das relações gerais descritas em uma lei já estabelecida (WATSON, LEBLANC e REDMAN, 1974, p. 12, tradução nossa).

Tal orientação utilizaria os preceitos do positivismo lógico, para a partir da utilização da indução e da dedução proceder a uma identificação dos fenômenos a partir de relações lógicas causais. Ou seja, de forma bastante simplificada, pode-se entender esta perspectiva como tentando estabelecer leis do comportamento humano indutivamente a partir da

observação de diversos fenômenos e se tentaria prever novas evidências dedutivamente a partir da lei já estabelecida (WATSON, LEBLANC e REDMAN, 1974).

O caráter dedutivo da pesquisa assume uma vital importância quando se apoia na possibilidade de previsão, pois assume que dadas as circunstâncias verificadas, se houver semelhança com fenômenos recorrentes anteriores é possível esperar que o resultado seja também semelhante ao ocorrido anteriormente. “Deste modo podemos também ‘pós-dizer’ a ocorrência de acontecimentos passados, e então buscar as provas necessárias no registro arqueológico para contrastar tais ‘predições sobre o passado’” (WATSON, LEBLANC e REDMAN, 1974, p. 12, tradução nossa).

É nesta perspectiva que Binford (1980) realiza seus estudos etnográficos com os esquimós no Alaska, buscando identificar, a partir da observação de sistemas culturais vivos, regularidades que pudessem ser utilizadas como modelos explicativos de acontecimentos passados.

Eu estou interessado no que, se é que há, causa diferenças na padronização de mobilidade humana, e por sua vez nos “traços” arqueológicos deste comportamento na forma de padronização espacial em sítios arqueológicos, ambos “compreensíveis” e “previsíveis” (BINFORD, 1980, p. 4, tradução nossa).

Convém aqui destacar o papel dos modelos na construção do conhecimento arqueológico. Anteriormente, quando abordei as definições do conceito de teoria, mencionei as teorias de nível médio, que eram diferentes do que foi chamado de teorias de médio alcance por Binford. Neste conceito, o autor buscava criar modelos hipotéticos de interpretação do registro arqueológico. Para o autor,

(...) estudos de médio alcance tornam possível que arqueólogos façam tentativas de “conhecer” o passado. O que guia tais estudos? A resposta é o conhecimento paradigmático dos arqueólogos do registro arqueológico. Esta conclusão implica algo muito importante, que é o fato de que os cientistas precisam desenvolver formas de aumentar a precisão e utilidade de seu paradigma (BINFORD e SABLOFF, 1982, p. 149).

De acordo com Raab e Goodyear (1984, p. 257, tradução nossa), “teoria de médio alcance é pensada para variar em diversos níveis de abstração, para ser flexível na busca por hipóteses e para ser direcionada para acumular um corpo de teoria”. Neste sentido, quero chamar a atenção para a característica de buscar diferentes hipóteses para acumular o conhecimento de uma teoria. Na arqueologia temos algumas formas de buscar hipóteses para compreender o registro arqueológico, entre as principais podemos citar: a etnoarqueologia, a arqueologia experimental e a etno-história (CHARLTON, 1981).

A etnoarqueologia consiste de observações antropológicas, feitas por arqueólogos, para interpretar o registro arqueológico (CHARLTON, 1981). Em alguns de seus mais conhecidos trabalhos, Binford conviveu com grupos como os esquimós para, a partir da visualização do cotidiano deles, pensar os padrões no registro arqueológico (BINFORD, 1980).

A arqueologia experimental, por sua vez, busca descobrir as etapas de fabricação dos instrumentos arqueológicos através da tentativa de replicá-los hoje. Este é um “esforço para prover informações gerais sobre manufatura e uso de ferramentas de pedra que poderiam ser aplicados aos estudos de dados arqueológicos através de analogias gerais” (CHARLTON, 1981, p. 134, tradução nossa).

A etno-história possui um princípio semelhante à etnoarqueologia, porém, expande as fontes de investigação para todo o registro histórico (CHARLTON, 1981). Ou seja, características culturais registradas em documentos históricos também poderiam ser utilizadas na construção de modelos para a explicação do registro arqueológico. Adiante, nesta pesquisa, utilizarei alguns dados de documentos históricos para pensar as relações entre os materiais nos sítios de Assu.

Charlton (1981) mostra que estas metodologias não surgiram com o quadro teórico processual, pelo contrário, o uso destas analogias para interpretação arqueológica nestas perspectivas foi desenvolvido ainda no século XIX. Entretanto, esta utilização teve uma mudança de foco a partir da Nova Arqueologia.

Ao mesmo tempo em que estavam sendo feitas avaliações críticas a respeito de fontes, conteúdos e tipos de analogias que estavam sendo utilizadas, houve uma reação em direção à forma de aplicação da analogia na racionalidade arqueológica. A ênfase estava na restrição da analogia para funcionar como hipótese. Tal abordagem foi afirmada mais enfaticamente com a Nova Arqueologia no contexto do método hipotético dedutivo de organização dos argumentos (CHARLTON, 1981, p. 142, tradução nossa).

Nesta perspectiva, pode-se entender esta busca por uma arqueologia mais “científica” de maneira bastante ampla como uma insatisfação com as descrições “mecânicas” geradas pelo histórico-culturalismo, já que o objetivo passa a ser a explicação e este posicionamento faria com que pesquisadores buscassem entender quais os mecanismos operantes por trás da mudança percebida no registro arqueológico. É como se, para eles, os entendimentos teóricos difusionistas tivessem se tornado uma explicação genérica e trivial que era aplicada como uma resposta pronta a todos os novos sítios encontrados, os quais só precisavam ser inseridos nas tradições ou fases preexistentes e pronto. Exemplificando esta insatisfação, Binford (1992, p.

52, tradução nossa) argumenta que “se esperamos investigar os processos, nós não podemos presumir que sabemos *a priori* como o processo se manifesta”.

Este argumento é explicado por Wylie (2002) quando a autora argumenta que os arqueólogos que propunham a Nova Arqueologia apontavam que havia uma tendência a tomar os pressupostos das pesquisas de forma acrítica como única opção, ou a presumir que as pesquisas são livres de pressupostos implícitos.

O resultado era uma tendência a tomar como certeza o empirismo e a teoria normativa da cultura que se tornaram entrincheirados e a presumir que a natureza fragmentária e efêmera do registro arqueológico impõe uma restrição absoluta no que poderia ser entendido sobre o passado cultural (WYLIE, 2002, p. 24, tradução nossa).

Neste sentido, os postulantes da Nova Arqueologia propunham diferentes conceitos e formas exploração do registro arqueológico, os quais possibilitariam o entendimento dos grupos pretéritos a partir de regularidades causais que poderiam ser explicadas como respostas adaptativas ao meio ambiente. Portanto, a princípio, umas das primeiras e mais importantes trocas conceituais que orientariam a produção do conhecimento seria o conceito de cultura.

Enquanto a arqueologia histórico-cultural entendia a cultura em uma perspectiva normativa, os processualistas defendiam que a cultura deveria ser entendida como um sistema que permite a adaptação do grupo humano no meio ambiente.

Em alguns de seus trabalhos, Binford criticou a noção de cultura do paradigma histórico-cultural argumentando que estava equivocado o entendimento da cultura como um fenômeno que surgia em um local e posteriormente se espalhava para todos os lados influenciando outras culturas em uma relação unidirecional. Para o autor, esta forma como era entendida a noção difusionista funcionava como uma “visão aquática” da cultura (BINFORD, 1967), devido à analogia entre a difusão de ideias a partir de pontos de inovação e as ondas na água quando lhe atiram uma pedra, conforme mencionei antes.

Como uma alternativa a este entendimento da cultura como água, Binford adota a noção de cultura proposta por Leslie White, na qual se entende que a cultura é um meio extrasomático de adaptação ao ambiente. Para ele,

[...] a cultura em parte é um sistema adaptativo extrasomático que é empregado na integração de uma sociedade com seu ambiente e com outros sistemas socioculturais. Cultura neste sentido não é necessariamente compartilhada, ela é participada pelos homens (BINFORD, 1967, p. 205, tradução nossa).

Desenvolvendo um pouco mais esta concepção, Hill (1972) contrasta as noções de cultura e explica alguns dos pressupostos da visão sistêmica ao argumentar que

A visão dos sistemas ecológicos é que as culturas não são nem conjuntos de atributos materiais nem corpos de normas ou modelos mentais. Em vez disso eles são vistos como sistemas comportamentais complexos compostos de subsistemas e componentes (tais como unidades residenciais, unidades de tarefas [...]). Um sistema cultural pode ser descrito ao se descrever seus subsistemas e componentes, juntamente com as trocas entre matéria-energia-informação que ocorrem entre estas subunidades do sistema e entre o sistema e seu ambiente (HILL, 1972, p.75, tradução nossa).

Este entendimento da cultura altera de forma significativa as pesquisas e suas formas de produzir conhecimento em arqueologia. Enquanto no histórico-culturalismo buscava-se perceber a passagem do tempo (diacronia) a partir da identificação e descrição da evolução cultural, na perspectiva sistêmica os trabalhos presumem momentos pontuais no tempo (sincronia) ao estudarem como sistemas funcionavam e como se adaptavam aos seus ambientes.

Partindo deste pressuposto, o objetivo seria o de entender os sistemas culturais a partir de variáveis ecológicas específicas que promovem a variabilidade e mudança no funcionamento social. Este enfoque necessita da identificação de muito mais variáveis causais possíveis do que simplesmente trocas de informação (difusão de ideias). Variáveis como crescimento demográfico, redução de comida ou combustíveis, localizações de recursos essenciais, guerra, entre outros, podem ser utilizados para explicar variabilidade e mudança (HILL, 1972).

As mudanças nos sistemas culturais não são explicadas a partir de contatos de ideias de sistemas culturais com outros sistemas culturais. Os teóricos dos sistemas explicam a mudança cultural como respostas sistemáticas a variáveis ambientais mensuráveis e empíricas. Quando há variação na entrada de matéria ou energia no sistema, ele se altera para compensar esta variação. Portanto, entende-se que o sistema se modifica como forma de adaptação a uma situação ambiental. É necessário destacar que, nesta perspectiva, a entrada de informação em um sistema cultural (como pressuposta na concepção difusionista) não é simplesmente ignorada, mas passa a ser considerada como insuficiente como única explicação para a mudança (HILL, 1972).

Neste sentido, aprofundando um pouco a discussão sobre uma arqueologia científica, o quadro teórico processual notavelmente adota a possibilidade da inferência dos fenômenos estudados a partir da elaboração de hipóteses, de forma que a explicação não seria buscada a partir de um único modelo teórico de referência (como o difusionismo, por exemplo). Como afirmou Binford (1962),

[...] nós não deveríamos buscar explicações para diferenças e similaridades na “cultura material” dentro de um único modelo interpretativo de referência. Tem sido geralmente sugerido que não escavamos sistemas sociais ou ideologias. Certamente não escavamos terminologias de parentesco ou filosofias, mas nós escavamos itens materiais que funcionaram com estes elementos comportamentais dentro dos subsistemas culturais apropriados (BINFORD, 1962, p. 218, tradução nossa).

Esta expansão nas possibilidades de pesquisa necessitaria, portanto, tanto da exploração de novas fontes quanto da observação de novos elementos do registro arqueológico, o que implicou em alterações nas práticas de campo e de laboratório dos pesquisadores. Conforme argumenta Hill (1972),

A teoria normativa de listas de atributos não afeta somente os dados coletados pelo arqueólogo, mas também as técnicas que ele utiliza em campo e laboratório. Um único exemplo que imediatamente vem à mente é o efeito nas técnicas de amostragem. Uma vez que a teoria presume que os sítios e as regiões locais são relativamente homogêneos culturalmente, não é logicamente necessário coletar grandes amostras ou ter cobertura total na amostragem de sítios, algumas poucas sondagens ou trincheiras seriam o bastante para conseguir artefatos suficientes para inferir normas. As distribuições espaciais dos artefatos em um sítio ou região não seriam tão importantes (exceto estratigraficamente), uma vez que a descrição da variabilidade espacial dentro de uma mesma unidade cultural contemporânea não é pré-requisito para descrição e comparação cultural (HILL, 1972, p. 75, tradução nossa).

Neste sentido, novas técnicas de coleta de dados em campo foram desenvolvidas a fim de registrar de forma mais fiel possível as relações espaciais entre os artefatos e o ambiente, e seu surgimento está intimamente ligado com a forma de produção do conhecimento do quadro teórico processual. Conforme argumenta Binford (1964), os procedimentos de observação e amostragem no trabalho de campo afetam nossa habilidade de estudar a distribuição, a forma e a estrutura de uma população de itens culturais.

Nós estamos amostrando “o espaço dos artefatos” com o intuito tanto de definir como de segregar populações de itens culturais. Nós só podemos fazer isso através de rígidos controles espaciais para conseguir informações necessárias para a determinação analítica de quais itens estão agrupados temporal e espacialmente uns com os outros e com os outros materiais artefatuais. Tais compreensões são pistas para os diversos “papéis desempenhados” pelos vários itens na operação dos sistemas culturais extintos (BINFORD, 1964, p. 430, tradução nossa).

É a partir da proposição desta perspectiva sistêmica que há uma mudança no entendimento do que se considera como sítio arqueológico. Conforme mencionei no capítulo 2, nas primeiras definições de sítio, o conceito era entendido como um lugar onde eram encontrados vestígios de atividades humanas pretéritas, mas a partir deste entendimento sistêmico passa-se a buscar a compreensão de quais as relações que estes artefatos apresentam

entre si e com o ambiente, tendo como principal pressuposto o de que “a estrutura formal das coleções artefatuais junto com o elemento interno de suas ligações contextuais deveriam apresentar e de fato apresentam uma imagem sistemática e compreensível do sistema cultural extinto como um todo” (BINFORD, 1962, p. 219, tradução nossa).

Trazendo esta discussão teórica para mais próximo da prática, Binford (1962) argumenta que os artefatos podem ser entendidos em três categorias principais que possuem características diferentes e que, portanto, necessitam de variáveis distintas para o entendimento da mudança: a classe tecnômica, a classe sócio-técnica e a classe ideo-técnica. A primeira destas categorias é explicada da seguinte forma pelo citado autor:

Tecnomicos significam aqueles artefatos que têm seu contexto funcional primário a relação direta com o ambiente físico. Variabilidade nos componentes tecnômicos de conjuntos arqueológicos é vista como primariamente explicável no modelo de referência ecológico (BINFORD, 1962, p. 219, tradução nossa)

Segundo o autor, para explorar a categoria tecnômica o pesquisador deve voltar sua atenção para fenômenos como eficiência de extração, a natureza dos recursos disponíveis, sua distribuição, densidade, entre outros (BINFORD, 1962). Nesta categoria, portanto, seriam inclusas as informações concernentes à tecnologia e sua relação com o ambiente.

Na segunda categoria proposta, sócio-técnica, deve-se buscar entender os artefatos como inseridos em sub-sistemas do sistema total cultural. Para o autor citado, tais sub-sistemas permitem a articulação dos indivíduos entre si em grupos coerentes capazes de manter a si mesmos e de manipular a tecnologia. Como exemplo desta categoria o autor cita a função da coroa de um rei. Um artefato que não foi feito para intervir diretamente com o ambiente, mas que faz parte e ajuda a manter um grupo coeso de indivíduos.

Por fim, na terceira categoria seriam enquadrados os artefatos ideo-técnicos os quais têm seu contexto funcional primário os componentes ideológicos de um sistema. “Tais itens como imagens de divindades, símbolos de clãs, símbolos de agentes naturais etc, caem nesta categoria” (BINFORD, 1962, p. 220, tradução nossa).

Apesar desta divisão em categorias aparentemente separadas, elas se relacionam entre si e um mesmo artefato deve ser entendido como parte integrante de todas. Como bem afirmou Lemmonier (1993),

Em uma dada sociedade pessoas ou grupos de pessoas compartilham conjuntos de ideias em relação a como um material bruto ou um artefato deve ser feito, como ele deve parecer e como ele deveria ser utilizado para cumprir

uma função técnica particular. Para ser mantido como meio possível de atuação na matéria, um item técnico (seja ele inventado ou emprestado) deve ser significativo nos termos destas representações (LEMMONIER, 1993, p. 14, tradução nossa).

O entendimento sistêmico dos sítios a partir das relações que eles mantêm entre si e com o ambiente expandiu o foco para incluir também o entendimento dos fatores ambientais que estão em constante atuação e que podem alterar a posição dos artefatos distorcendo as relações que estes mantêm entre si e podendo gerar interpretações errôneas sobre os sistemas culturais.

Esta discussão é importante por abordar de forma mais explícita os fatores atuantes tanto na formação quanto na alteração do registro arqueológico, o qual “possui componentes culturais e não-culturais” (SCHIFFER, 1972, p. 156, tradução nossa). Nesse sentido, os sítios arqueológicos apresentam não apenas evidências culturais, mas estão expostos tanto à atuação de agentes naturais como culturais que podem alterar significativamente a posição dos artefatos de seu local inicial de deposição.

Retomando um pouco a discussão sobre a natureza do registro arqueológico de Patrik (1985), é a partir das discussões sobre os processos de formação do registro arqueológico que se começa a entendê-lo não mais como um registro fóssil apenas, mas como um misto entre registro fóssil e registro histórico, não só pela atuação consciente dos agentes humanos na produção da cultura material, mas também na atuação destes como fatores que podem alterar e/ou distorcer o registro arqueológico, juntamente com fatores ambientais. Entretanto, é necessário destacar que antes dos trabalhos de Michael Schiffer na década de 1970, embora já sob a perspectiva sistêmica processual, o registro arqueológico ainda era entendido como um registro fóssil, e assim continuou a ser entendido por alguns pesquisadores.

Conforme argumenta Schiffer (1972), talvez uma das suposições mais importantes já feitas pelos arqueólogos foi a de que os padrões de dispersão dos materiais arqueológicos refletem diretamente os padrões espaciais da realização de atividades por grupos pretéritos.

A perda, quebra e abandono de implementos e instalações em diferentes lugares, onde grupos de estruturas variadas realizaram diferentes atividades, deixam um registro ‘fóssil’ da operação em si de uma sociedade extinta (BINFORD, 1964, p. 425, tradução nossa).

Para contrapor essa ideia, Schiffer (1972) argumenta que é preciso diferenciar nos padrões de dispersão de material o que seria resultado de ações no contexto sistêmico, que seria a condição de um elemento que está participando de um sistema comportamental, de variações

espaciais no contexto arqueológico, que se constitui dos objetos que antes estavam em um sistema comportamental e agora são objeto de estudo dos arqueólogos.

É interessante notar que Schiffer (1972) cita esta passagem de Binford (1964) para argumentar que é equivocada a ideia de que o registro arqueológico é estático como se fosse uma fotografia do momento em que os materiais foram abandonados, como uma cristalização dos artefatos no espaço-tempo de forma semelhante ao que aconteceu em Pompéia que foi repentinamente coberta por lava e cinza vulcânicas, preservando imagens estáticas das atividades que estavam sendo realizadas quando o vulcão entrou em erupção.

Contudo, neste citado artigo, ao definir categorias de variação nos sítios arqueológicos, Binford (1964) distingue dois tipos de sítios: os primários e os secundários, sendo que para o autor,

Os sítios que exibem um contexto primário de deposição não foram alterados em suas propriedades formais com exceção dos processos naturais de decomposição de material orgânico ou de alterações físico-químicas de estruturas e itens desde o período de ocupação. Os sítios que exibem contexto secundário de deposição são aqueles cujas características formais, definidas em termos de solos, estruturas e itens, foram alteradas espacialmente através de movimento físico ou remoção do local. Algumas ou possivelmente todas as associações originais entre as várias classes de artefatos foram alteradas. Esta perturbação na estrutura do sítio pode ter ocorrido devido à atuação da erosão, de alterações geofísicas ou através de destruição como resultado de atividades culturais posteriores (BINFORD, 1964, p. 431, tradução nossa).

Portanto, não é como se os arqueólogos ignorassem a atuação dos agentes pós-deposicionais, mas eles ainda defendiam a existência de sítios com contexto de deposição primária que apresentariam de forma mais fiel as relações espaciais entre os artefatos e entre estes e as estruturas culturais.

Em um artigo posterior, Binford (1981) explica que desde os trabalhos de Robert Ascher, na década de 1960, havia uma compreensão sobre a existência de elementos causadores de distorção no registro arqueológico. Segundo Binford (1981), para pesquisadores como Ascher, a presença destas distorções impossibilitaria a inferência de questões mais abstratas em relação ao funcionamento das sociedades.

Em sua visão, o registro arqueológico, encarado a partir de uma visão estritamente indutivista, não contém informações sobre “contextos culturais”, “comportamentos sociais” e outros aspectos de interesse para aqueles que querem entender como foi o passado. Seu raciocínio era simplesmente o de que já que a premissa de Pompéia era errônea, então a maioria dos objetivos reconstrucionistas, como os defendidos por Taylor e outros, eram igualmente irrealistas (BINFORD, 1981, p. 196, tradução nossa).

Retomando a discussão sobre a noção de sítio arqueológico, destaca-se a nova perspectiva trazida pelo processualismo de definição deste conceito a partir das relações espaciais entre os objetos e estruturas. Neste sentido, a compreensão de elementos que distorcem o contexto deposicional implicaria na impossibilidade de entendermos com precisão quais seriam de fato estas relações, ou geraria uma crítica de que os arqueólogos poderiam estar elaborando hipóteses sobre a utilização do espaço tendo como base posições alteradas dos vestígios arqueológicos, o que implicaria em compreensões errôneas do passado.

Neste sentido, Binford (1981) elabora alguns argumentos defendendo que esta premissa de Pompéia só é válida se buscarmos a identificação de “fatos” auto-evidentes do passado. Na perspectiva do autor citado, o registro arqueológico possui um espectro temporal muito mais amplo do que os eventos cotidianos, sendo, portanto, impossível que se entenda um contexto como um corte específico no tempo. “Na melhor das circunstâncias, o registro arqueológico representa um palimpsesto massivo de derivados de diversos episódios separados” (BINFORD, 1981, p. 197, tradução nossa).

Para o autor, as pesquisas arqueológicas devem ser realizadas em uma perspectiva sistêmica para identificar as estruturas ou os padrões repetitivos de associações e covariação resultantes do funcionamento dos sistemas culturais (BINFORD, 1981). Portanto, as associações e covariações entre os artefatos e entre estes as estruturas culturais representariam este funcionamento sistêmico mais amplo e com maior duração do que aquela do acontecimento imediato como se supõe na analogia à Pompéia.

Nossa visão era a de que deveríamos estar buscando entender *sistemas* culturais, em termos de propriedades organizacionais, por sua vez, para explicar diferenças e similaridades entre estes sistemas culturais, em vez de gerar conjuntos de história descritiva. Isso significa, contudo, que aquelas “coisas” de interesse do passado são as propriedades organizacionais, as quais não podem ser escavadas diretamente (BINFORD, 1981, p. 197, tradução nossa, grifo no original).

Um debate foi iniciado na década de 1970 entre Binford e Schiffer em relação ao entendimento do registro arqueológico. Em seus respectivos artigos ambos acusam um ao outro de utilizarem a premissa de Pompéia (SCHIFFER, 1976; BINFORD, 1981; SCHIFFER, 1985). Nesta discussão, Schiffer (1976) argumenta que

(...) Os remanescentes arqueológicos não são de forma alguma um sistema cultural fossilizado. Entre o momento em que os artefatos foram manufaturados e usados no passado e o momento em que estes mesmos artefatos são desenterrados pelo arqueólogo, eles estiveram sujeitos a uma série de processos culturais e não-culturais que os transformaram

espacialmente, quantitativamente, formalmente e relacionalmente (...). Se desejamos reconstruir o passado a partir dos remanescentes arqueológicos, estes processos devem ser levados em consideração (SCHIFFER, 1976, p. 11, tradução nossa).

Como em outros trabalhos anteriores, Schiffer propõe a identificação dos processos que atuam na distorção do registro arqueológico, os quais poderiam ser entendidos em duas categorias: os *N-transforms* que seriam os agentes naturais responsáveis pelo deslocamento, remoção ou degradação dos vestígios arqueológicos e os *C-transforms* que seriam os agentes culturais que causariam efeitos semelhantes àqueles já mencionados (SCHIFFER, 1972). Segundo comenta Wylie (2002),

Schiffer chegou à conclusão de que a primeira prioridade para uma arqueologia científica deve ser o estabelecimento de um corpo de leis universais que governam as “transformações” naturais e culturais responsáveis pelo registro arqueológico (WYLIE, 2002, p. 18, tradução nossa).

Contudo, Binford (1981) elabora uma crítica a esta concepção de Schiffer. O primeiro autor não questiona a atuação dos agentes naturais como modificadores do registro arqueológico, mas que a interpretação dos elementos culturais como causadores de distorção do registro arqueológico seria um equívoco.

No exemplo citado por Binford, o fato de alguém limpar a área de uma fogueira para utilizar novamente seria entendido por Schiffer como um C-transform, uma atuação no contexto sistêmico que distorceria as relações espaciais dos vestígios uma vez que removeria as cinzas do seu local original. Contudo, para Binford, esta não seria a forma adequada de se compreender o registro arqueológico, pois a atividade de remover as cinzas só seria um fator de distorção se os arqueólogos esperassem encontrar a fogueira intacta, como um remanescente estático da atividade realizada. É nesta perspectiva que Binford afirma que Schiffer busca identificar Pompéia no registro arqueológico, identificando as “distorções” culturais que impedem a visualização das atividades comportamentais no registro arqueológico.

Um padrão ou arranjo entre artefatos em um sítio arqueológico só podem ser considerados distorcidos se não estamos interessados no sistema cultural enquanto representado, mas em alguma propriedade de um sistema cultural escolhida a priori para receber atenção inferencial especial (BINFORD, 1984, p. 200), tradução nossa).

Em sua resposta, Schiffer (1985) elabora que apesar da noção da premissa de Pompéia ter sido discutida ao longo de muito tempo, muitos arqueólogos, inclusive Binford, a utilizavam implicitamente em suas pesquisas ao interpretar os materiais coletados nos pisos habitacionais

estudados pelos arqueólogos do sudoeste americano como representantes diretos dos sistemas culturais sem nenhuma preocupação com os processos de formação destes conjuntos.

Nossa crítica é a de que ao ignorar, negligenciar ou minimizar as operações ou efeitos dos processos de formação, especialmente os processos culturais de formação, os investigadores *tacitamente assumem*, no emprego de certas técnicas analíticas, que suas coleções possuem um caráter como o de Pompéia (SCHIFFER, 1985, p. 20, tradução nossa, ênfase no original).

Independente de qual dos pesquisadores “ganhou” o debate, estas discussões são fundamentais para o entendimento dos sítios arqueológicos a partir das relações espaciais entre os artefatos e as estruturas culturais. Conforme aponta Araújo (1995),

[...] poucas questões têm um impacto tão grande na interpretação de sítios arqueológicos e na elaboração de cronologias quanto a questão do posicionamento das peças, quer sejam entre si, quer seja em relação à estratigrafia do sítio, tanto horizontal como verticalmente (ARAÚJO, 1995, p. 3).

Tomando a estratigrafia como exemplo, Araújo (1995) argumenta que a utilização acrítica do princípio geológico da lei de sobreposição de camadas pode levar ao erro na interpretação dos sítios arqueológicos, pois, embora essa concepção pressuponha que uma camada sedimentar sobreposta à outra necessariamente será mais recente que aquela, os vestígios arqueológicos não possuem restrições quanto a essa relação, podendo ser mais antigos, contemporâneos ou mais recentes que a camada sedimentar que os envolve (ARAÚJO, 1995).

Essas questões são importantes para a discussão sobre o que é um sítio intacto ou um sítio perturbado. Neste sentido, Araújo (1995) critica as noções de que sítios a céu aberto geralmente são considerados perturbados enquanto que sítios de abrigos são tidos como intactos, de maneira semelhante à premissa de Pompéia citada acima.

Portanto, o ideal, conforme abordado por Schiffer (1985) é que se busquem compreender os processos formativos do registro arqueológico antes de se estabelecerem relações presumidamente comportamentais na dispersão dos artefatos. Tomando ainda a estratigrafia como exemplo, geralmente estima-se que as camadas superficiais são mais recentes, mas isso se dá apenas em uma perspectiva deposicional e não no sentido de uma datação absoluta da camada sedimentar.

Harris (1975, 109, tradução nossa) discute a apropriação do conceito geológico da “lei da sobreposição” pela arqueologia, e cita a definição extraída do dicionário de geologia de J. Challinor, na qual entende-se que: “o uso mais comum desta palavra em geologia acontece

quando se afirma ou se estabelece o conhecimento de que em uma série estratificada de rochas sedimentares, os estratos superiores são geralmente, mais novos”.

Neste sentido, autores como O’Brien e Lyman (2002) abordam trabalhos de diversos outros pesquisadores que explicam o uso da lei da sobreposição geológica em relação aos estratos sedimentares encontrados em sítios arqueológicos.

As camadas depositadas primeiro devem ser mais antigas, e as camadas acima devem ser mais recentes no tempo. Isto explica porque os arqueólogos são tão cuidadosos em registrar a profundidade na qual os objetos são encontrados – a profundidade geralmente tem um indicativo da idade do achado, pelo menos em relação aos outros achados do mesmo sítio (MEIGHAN *apud* O’BRIEN e LYMAN, 2002, p. 145, tradução nossa).

Contudo, conforme seguem argumentando O’Brien e Lyman (2002) a sobreposição de estratos explicita o óbvio de que a camada superior foi depositada mais recentemente, mas isso não quer dizer que, por ter sido depositada por último, esta camada seja mais recente.

Visando exemplificar essa discussão, podemos supor hipoteticamente, como fazem os referidos autores, que algum grupo pré-histórico pode ter ocupado o topo de uma encosta há 14 mil anos e deixado lá seus materiais. Posteriormente, outro grupo por volta de 7 mil anos teria então povoado a base da encosta, também deixando lá seus vestígios que seriam bem mais recentes do que os materiais do topo. Agora suponhamos que devido à alguma ação de alteração natural ou cultural, como desmatamento por exemplo, o topo da encosta tenha ficado exposto às intempéries e vulnerável à erosão. A ação dos ventos e fluxos pluviais pouco a pouco carregará os sedimentos do topo rumo à base da encosta, possivelmente levando consigo os artefatos arqueológicos contidos nesse estrato (O’BRIEN E LYMAN, 2002).

O resultado disso será a deposição de um sedimento mais antigo e com materiais mais antigos sobre um estrato mais recente e com artefatos mais recentes, contudo, a partir deste evento de deposição, a camada mais antiga passará a ser entendida como mais recente, pois foi depositada por último. Nesse contexto, quando um arqueólogo escavar a base da encosta ele encontrará um sedimento que foi depositado por último da sequência, mas isso não quer dizer que o estrato em si ou que o material depositado nele é mais recente. Por isso é de fundamental importância a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico e exemplos como esse ressaltam a necessidade de se utilizar criticamente as metodologias em campo, sabendo de seus pressupostos, potenciais e fraquezas para que seja possível construir um conhecimento mais sólido acerca do passado.

Além desta questão espacial, seja vertical ou horizontal, conforme abordado por Schiffer (1985) também deve ser dada atenção aos processos de formação que resultaram nas coleções que são coletadas pelo arqueólogo. Tal noção problematiza diretamente a perspectiva por vezes implícita de que os materiais coletados em sítios arqueológicos são provenientes de uma única ocupação. Em outras palavras, a homogeneidade cultural de uma coleção de artefatos coletados em um sítio arqueológico deveria ser inferida e testada, em vez de ser implicitamente presumida.

A partir destas discussões, adiante apontarei os processos formativos que atuam sobre o registro arqueológico dos sítios de Assu, buscando compreender os fatores pós-deposicionais atuantes e quais as eventuais distorções que eles causaram nos sítios em questão.

5.2 CONTEXTO AMBIENTAL E PROCESSOS DE FORMAÇÃO

No capítulo 1 apresentei de forma geral algumas características ambientais do município de Assu, agora buscarei explorar quais as implicações destas características como agentes atuantes no registro arqueológico.

Em relação aos solos identificados no município, conforme apresentado anteriormente, verifica-se a presença de latossolos, luvisolos, neossolos e planossolos. As características mencionadas destes solos trazem algumas implicações para se avaliar os processos de formação do registro arqueológico nos sítios estudados.

A categoria dos latossolos, por exemplo, ocorre em “amplas e antigas superfícies de erosão, pedimentos ou terraços fluviais antigos, normalmente em terreno plano e suave ondulado” (EMBRAPA, 2006, p. 82). Já a categoria dos luvisolos é definida prioritariamente pela brusca mudança textural entre um horizonte A mineral e um horizonte B argiloso. Os neossolos são solos constituídos de material mineral ou orgânico que possuem menos de 20 cm de espessura, enquanto que os planossolos, de forma semelhante aos luvisolos apresentam bruscas mudanças texturais entre a camada superficial mineral e a camada abaixo com grande quantidade de argila.

Apesar destes dados parecerem a princípio pouco importantes, pode-se facilmente perceber que a formação destes solos está diretamente relacionada com a atuação de agentes deposicionais aluviais.

Moura-Lima et al. (2010) apresentam diversas definições de depósitos sedimentares mapeados ao longo do rio Açu, dentre os quais, semelhanças foram notadas entre pelo menos dois tipos de depósitos e o contexto arqueológico verificado a partir da sequência estratigráfica evidenciada nas escavações: os depósitos aluviais antigos e os depósitos aluviais de planície de inundação. Segundo definido pelos autores citados, os depósitos aluviais antigos

São depósitos de antigos canais fluviais que, à medida que migraram para cotas topográficas mais baixas, deixaram seus registros na forma de terraços aluviais. Destes canais que migraram ao longo do pós-Oligoceno, o mais importante é o rio Açu, com direção NNE. Estes sedimentos foram depositados sobre as rochas do embasamento cristalino e das formações Açu, Jandaíras e Barreiras (MOURA-LIMA et al., 2010, p. 19).

Conforme mencionado no capítulo 1 a partir do trabalho de Maia e Bezerra (2014) o movimento tectônico de compressão que originou a Serra do Mel teve como resultado o soerguimento da região, ocasionando o deslocamento do rio Açu mais para o leste e a exposição dos antigos depósitos aluviais daquele rio.

Uma característica importante de destacar nestes depósitos aluviais antigos é a presença de conglomerados de diversos minerais. Segundo os citados autores, geralmente encontram-se fragmentos de quartzo cujo tamanho varia entre grânulos e blocos de até 40 cm. Entretanto, em determinadas regiões há a presença mais significativa de outros materiais como feldspato, granito, gnaisse, arenito, sílex, quartzito, entre outros (MOURA-LIMA et al. 2010).

Esta presença de depósitos de matéria-prima de boa qualidade para lascamento como o sílex e o quartzo indica que os grupos que ocuparam ou que passaram pela região possuíam uma grande quantidade de áreas fonte disponíveis para obtenção de recursos para a fabricação de ferramentas.

Segundo aborda Méndes (2008), em seu trabalho no baixo curso do rio Açu-Piranhas, diversos depósitos de matéria-prima foram explorados por grupos caçadores-coletores em contexto deposicional semelhante ao da área em estudo, tais depósitos foram entendidos pelo citado autor como paleocascalheiras, as quais “expostas à margem direita, em setores de tabuleiros e próximos ao rio Assú oferecem sílex de excelente qualidade, usadas pelos grupos caçadores-coletores do Holoceno Tardio” (MÉNDES, 2008, p. 179).

A segunda categoria de depósitos sedimentares identificados por Moura-Lima et al. (2010) consiste em depósitos aluviais de planície de inundação. Segundo os autores, tais depósitos são constituídos de areias finas, silte e argilas e podem ocorrer capeando os outros tipos mapeados. Uma característica marcante seria a presença de “laminações plano-paralelas

e raras cruzadas do tipo *climbing-ripples*, representantes da interface tração-decantação” (MOURA-LIMA et. al. 2010, p. 21).

Conforme apresentado no capítulo 1, estas laminações plano-paralelas foram constatadas e registradas no perfil estratigráfico das escavações do sítio Meladinha VI. De forma semelhante aos depósitos aluviais antigos, este contexto sedimentar também foi percebido por Méndes (2008) em seu trabalho no baixo Açú-Piranhas, no qual o autor descreve que

Uma seqüência de camadas arenosas claras intercaladas por linhas de sedimentos mais avermelhados e estreitos pode indicar períodos mais úmidos, denominados na literatura geomorfológica como bandas de ondulação. Contudo, estudos de reconstrução ambiental inexistem para a região e podem essas últimas linhas vermelhas que separam camadas mais arenosas, associadas às etapas de decomposição da rocha madre com períodos de concentração de óxido de ferro, como ocorre com os diabásios. De qualquer modo, é importante salientar que vestígios arqueológicos foram encontrados em profundidade de até 80cm (tanto no sítio Serrote do Canto Escuro 1, assim como no sítio Areião), intercalado entre essas camadas (MÉNDES, 2008, p. 182).

No sítio Meladinha VI, os 68 artefatos coletados em subsuperfície estavam dispersos entre 10 e 100 cm de profundidade, por vezes intercalados por estas laminações plano-paralelas ou bandas onduladas. Infelizmente não há estudo aprofundado sobre a natureza destas laminações que permitiria uma inferência mais segura. Entretanto, se levarmos em consideração a hipótese do autor citado acima de que a intercalação de sedimentos arenosos com estas finas camadas argilosas é indicativo de alternância entre períodos climáticos mais secos e mais úmidos, então teríamos sequências de ocupações ou passagens de grupos pela região recorrentes em períodos mais secos, seja por um grupo específico ou por vários. Esta possibilidade explicaria a dispersão dos vestígios arqueológicos em poucas quantidades por profundidades muito variadas.

Por outro lado, Araújo (1995) aponta diversos exemplos de movimentos verticais de materiais arqueológicos entre distintas camadas estratigráficas e apontou como bioturbação a atuação de organismos vivos no registro sedimentar. Segundo o autor, esta atuação pode possivelmente alterar a posição vertical de artefatos arqueológicos fazendo-os subir ou descer para outras camadas sedimentares e pode ser causada tanto por plantas (fitoturbação) como por animais (zooturbação).

Portanto, outro fator pós-deposicional também poderia ser responsável pelo movimento vertical dos materiais, dando a impressão de que foram depositados em momentos

distintos, que seria a atuação de animais que escavam como formigas, cupins, tatus, entre outros, os quais são integrantes da fauna nativa inclusive tendo sido encontrados na área dos sítios (Figura 57).

Figura 57 - Pequeno tatu encontrado nas imediações do sítio Meladinha V.



Fonte: Acervo ICA/LAHP 2017.

Outro fator que deve ser destacado em relação aos agentes de distorção do registro arqueológico que atuam nos sítios de Assu é a identificação dos processos erosivos e sua atuação na posição dos artefatos.

Levando em consideração que os vestígios de superfície se encontram na base do leito dos cursos d'água e que os materiais de profundidade estão nas margens e, como consequência, em níveis mais altos, no capítulo anterior escolhi a seriação de frequência por estimar uma possível mistura de materiais de diferentes níveis.

A presença de materiais no leito dos cursos d'água e em alguns pontos das margens levou à construção da hipótese inicial de que o sítio estaria em profundidade nas margens e estaria sendo descoberto e carregado para os leitos principais dos riachos. Visando testar esta possibilidade, foram realizadas diversas sondagens nas margens dos cursos d'água (LUNA 2017a; 2017b).

Conforme apresentado no capítulo 1, sobre a fase de prospecção, no sítio Meladinha I foram realizadas 12 sondagens sem que fosse identificado nenhum artefato em subsuperfície,

assim como no sítio Meladinha II. No sítio Meladinha III foi encontrado apenas um artefato nos primeiros 10 cm (LUNA, 2017a). Já no sítio Meladinha IV não foram encontrados vestígios arqueológicos em nenhuma das 19 sondagens realizadas. No sítio Meladinha V, apenas 1 das 11 sondagens apresentou materiais arqueológicos (LUNA, 2017b).

Esse dado parecia discordar da hipótese de que o sítio era de profundidade nas margens e que estava sendo exumado e carregado para o leito. Contudo, foram encontrados outros vestígios em subsuperfície na etapa de escavação, então ainda existia a possibilidade de a hipótese ser verdadeira.

Entretanto, após a leitura do trabalho de Méndes (2008) em que o autor aponta que os sítios estão associados às paleocascalheiras e levando em consideração a sucessão estratigráfica em que a camada cascalhosa é a mais profunda, comecei a inferir se não haveria uma ocupação mais antiga que estivesse associada a esta camada. Neste sentido, o sítio não estaria sendo carregado das margens para o leito, apenas estaria sendo escavado pela erosão. O que não descartava a possibilidade de que alguns materiais de profundidade de estratos mais elevados poderiam estar misturados com os artefatos encontrados em superfície no leito do curso d'água. Portanto, um dos fatores principais a serem explorados seria se estava havendo carreamento da margem para o leito dos riachos.

Guerra (2009) explica que os processos erosivos básicos são componentes comuns do ciclo hidrológico. A precipitação da chuva causa erosão por salpicamento (*splash*). Quando há cobertura vegetal parte dos pingos é retida pela copa das árvores e de lá pode descer através de gotejamento ou pelo tronco das plantas ou evaporar e não chegar ao solo. A água que chega ao solo aumenta a umidade deste, se infiltra, se armazena em pequenas depressões ou alimenta o lençol freático. “Quando o solo não consegue mais absorver água, o excesso começa a se mover em superfície ou em subsuperfície, podendo provocar erosão, através do escoamento das águas” (GUERRA, 2009, p. 166), (Figura 58).

Figura 58 - Armazenamento subsuperficial de umidade após chuvas.



Fonte: Acervo ICA/LAHP (2018).

Segundo segue expondo Guerra (2009), o escoamento superficial acontece quando, em eventos chuvosos, se excede a capacidade de armazenamento de água nos solos, ou no caso em que se exceda a capacidade de infiltração. Neste sentido é importante destacar que nos sítios em estudo, os planossolos possuem restrições à percolação da água que ocasiona retenção de água acima do horizonte B conforme foi percebido em um perfil estratigráfico de uma das trincheiras do sítio Meladinha V.

Portanto, seria de se esperar o desenvolvimento de fluxos de escoamento superficial das margens para os leitos dos riachos onde se assentam os materiais arqueológicos. Contudo, conforme expõe Guerra (2009, p. 171) ao abordar o trabalho de Morgan, “as partículas mais susceptíveis de serem erodidas pelo escoamento superficial estão entre 0,1 e 0,3 mm de diâmetro. Raramente o escoamento superficial tem capacidade de transportar material com mais de 1 mm de diâmetro”. Ainda neste sentido, Goldberg e Macphail (2006) argumentam que partículas de 1mm são as mais fáceis de serem transportadas em processos erosivos e que tanto as partículas mais finas, como as mais grossas exigem mais energia.

Conforme apresentado nas fichas de cadastro de bens móveis anexas aos relatórios dos trabalhos de campo ao IPHAN, pode-se facilmente encontrar os dados de dimensões dos materiais coletados em superfície nos sítios situados nos leitos dos riachos (LUNA 2018a; 2018b). Ao tomarmos alguns instrumentos ou núcleos do sítio Meladinha V por exemplo, ou mesmo algumas lascas, encontramos peças com vários centímetros de diâmetro e até centenas de gramas, como os percutores. Portanto, tendo como base a característica do escoamento superficial citada acima, parece pouco provável que estes materiais tenham sido transportados horizontalmente da margem para o leito dos cursos d'água como se presume em um carreamento. Considerando que o transporte de partículas maiores exige mais energia, supus que estava ocorrendo um processo semelhante ao que é entendido como deflação em ambientes eólicos. As partículas finas e menores são transportadas, deixando as maiores para trás.

Figura 59 - Percutor de grandes dimensões que seria difícil de ser carregado pelo fluxo superficial.



Fonte: Acervo ICA/LAHP (2018).

Goldberg e Macphail (2006) argumentam que em canais de fluxos d'água a maior velocidade da água se dá na superfície logo acima da porção mais funda, enquanto nas margens, onde a fricção é maior, a velocidade da água é bem menor. Desta forma, a água atinge maiores velocidades em canais mais estreitos e profundos do que em canais mais largos e rasos devido a um maior perímetro de fricção externa ao longo do canal. E isto dificultaria também um carreamento dos materiais das margens dos riachos de Assu para o leito principal seguindo o curso d'água, uma vez que estas vertentes são largas e não muito profundas. Isso não significa, contudo, que nenhum material foi transportado. Embora os instrumentos, lascas e núcleos não apresentem muitos sinais de erosão, alguns deles possuem esmigalhamentos e quebras que podem ter sido ocasionadas pelo choque com outros materiais.

Neste sentido, de forma semelhante aos contextos de erosão eólica conforme argumentam Goldberg e Macphail (2006) a erosão pode alterar significativamente o registro arqueológico alterando a integridade das coleções arqueológicas, embora esse não seja necessariamente sempre o caso.

O principal risco é o efeito da deflação, na qual os materiais de granulação mais fina são levados embora deixando para trás um depósito atrasado de objetos mais pesados e pedregosos. Consequentemente, artefatos contidos em diferentes depósitos de sucessivas ocupações podem ser encontrados juntos em um mesmo “conjunto” após o material mais fino intersticial ter sido removido (GOLDBERG e MACPHAIL, 2006, p. 122, tradução nossa).

Conforme mencionei acima, passei a trabalhar com a hipótese de que dadas as características do transporte de material por fluxo superficial, pode ocorrer em ambientes fluviais um processo semelhante à deflação que ocorre em ambientes eólicos. A lógica é a mesma, materiais finos são transportados (seja por vento ou água) juntando materiais maiores e mais pesados (como vestígios arqueológicos) em um mesmo local, o que poderia dar a impressão de serem todos de uma mesma ocupação em um sítio.

Esta discussão inicial dos processos de formação do registro arqueológico dos sítios de Assu mostra a complexidade de um sistema dinâmico de deposição e exposição que devem ser entendidos antes que se possa buscar elaborar uma compreensão do contexto sistêmico dos grupos que produziram os artefatos coletados.

A princípio, as evidências apontam para uma provável ocupação mais antiga associada com a camada cascalhosa (depósitos aluviais antigos) que recobre os arenitos da formação Assu. Entretanto, tais ocupações podem não ser necessariamente muito antigas, mas podem ter ocorrido em momentos em que esta camada estava exposta em superfície como está hoje em alguns locais.

Conforme outros eventos deposicionais foram ocorrendo, possivelmente foram sendo intercalados com pequenas ocupações ou passagens de grupos que deixaram poucos artefatos e bastante dispersos, ou as dispersões horizontais e verticais percebidas nas escavações foram causadas pela atuação de agentes naturais como plantas ou animais (bioturbação).

Ainda baseado nas características do transporte de sedimentos por fluxo superficial, a hipótese então seria que: o processo erosivo que forma estes riachos atualmente escava estas áreas com materiais arqueológicos com pouco transporte horizontal causando um processo semelhante ao de deflação e fazendo com que artefatos de camadas superiores desçam e se

misturem com os materiais das camadas inferiores até chegarem na camada mais baixa que está acima dos arenitos da formação Açu e que foram coletados como coleções de superfície.

Neste sentido, esta conjuntura dificulta sobremaneira o entendimento das relações entre os artefatos a partir das posições espaciais que eles mantêm entre si, e de certa forma, problematiza também a própria noção de sítio arqueológico enquanto espaço delimitado com o pressuposto implícito de que cada conjunto de artefatos pertence a uma ocupação.

Partindo deste pressuposto, em seguida abordarei os materiais dos sítios de Assu em uma perspectiva sistêmica, tentando enquadrá-los em pelo menos duas, das três categorias propostas por Binford (1962), buscando elementos que permitam a compreensão de se o material apresenta alguma homogeneidade tecnológica que possa ser atribuída a um ou mais grupos. Para tanto, abordarei o nível técnico buscando identificar as relações da cultura material com o meio ambiente e em seguida apontarei o nível sócio-técnico ao apresentar as técnicas utilizadas pelo(s) grupo(s) que foram identificadas nos materiais.

5.3 ANÁLISES DO MATERIAL

Para uma compreensão do sistema social e sua relação com o ambiente, um dos primeiros dados a serem considerados deve ser a matéria-prima. Conforme propõem Tixier *et al.* (1999, p. 19), “pedras lascadas estão conectadas com o contexto geológico no qual os antigos lascadores se moviam”. Segundo os autores, não há dúvidas de que a escolha de locais para se estabelecer e para se movimentar através do território eram parcialmente condicionados pelas decisões dos grupos pré-históricos em relação ao uso de material bruto.

Para Rapp (2009), aqueles que exploraram depósitos minerais e rochas no mundo antigo estavam limitados à extração apenas de materiais e superfície ou muito próximos à superfície.

A natureza e qualidade de um depósito explorável residem, em última instância, no tipo, quantidade e propriedades dos minerais e rochas que compõem o depósito, bem como na facilidade com que o material desejado pode ser extraído (RAPP, 2009, p. 45, tradução nossa).

Estas informações iniciais concernentes às matérias-primas utilizadas na manufatura de instrumentos de pedra são importantes, pois, do ponto de vista metodológico, elas constituem a primeira etapa de estudo quando se busca identificar uma cadeia operatória.

Tixier et al (1999) aponta que uma das contribuições de André Leroi-Gouhran para o estudo antropológico foi o conceito de cadeia operatória. Segundo argumentam os citados autores,

No estudo de uma coleção lítica, a cadeia operatória engloba todos os processos sucessivos, desde a procura pela matéria bruta até o descarte, passando por todos os estágios de manufatura e uso dos diferentes componentes. O conceito de cadeia operatória torna possível estruturar o uso dos materiais pelo homem ao colocar cada artefato em um contexto técnico, e oferece um modelo metodológico para cada nível de interpretação (TIXIER et al, 1999, p. 14, tradução nossa).

O conceito de cadeia operatória atribuído à Leroi-Gouhran é uma ferramenta descritiva que permite a comparação de normas culturais, comportamentos ou mesmo composição das coleções de artefatos. Em oposição a abordagens puramente tipológicas, a cadeia operatória dá destaque para os processos a partir da análise não só dos instrumentos acabados, mas também dos refugos e das falhas (SHOTT, 2003).

Neste contexto, é importante retomar a segunda definição de sítio arqueológico mencionada por Dunnell (1992), em que o sítio é entendido como as relações espaciais entre os artefatos e entre eles e o ambiente. Ao relacionar esta perspectiva com o enfoque sistêmico de Binford (1964) é possível obter informações relacionadas ao nível tecnológico das sociedades em estudo, ou seja, as relações entre a sociedade e o ambiente.

Partindo desta perspectiva, destacam-se alguns dados em relação aos materiais coletados nos sítios em estudo. Conforme mencionado em Luna (2018a, 2018b) uma pequena gama de matérias-primas foi utilizada na confecção dos vestígios arqueológicos coletados. Materiais como sílex, calcedônia e jaspe, bem como vários tipos de quartzo e quartzito que serviram de matéria-prima para manufatura de ferramentas pelos povos pré-históricos são atualmente encontradas com grande facilidade nas drenagens do vale do Açu-Piranhas.

Segundo consta em Luna (2018a; 2018b), as coleções líticas tanto de superfície como de profundidade são essencialmente compostas por artefatos confeccionados em poucos tipos de matéria-prima. Os materiais do sítio Meladinha I apresentam como matéria-prima o sílexito e o quartzo. Já os materiais do sítio Meladinha II são todos em sílexito. No meladinha III, os artefatos também possuem apenas o sílexito ou o quartzo como matéria-prima. Já os sítios Meladinha IV, V e VI apresentam materiais confeccionados em sílexito, quartzo e quartzito. Nos trabalhos mencionados acima, tais materiais foram definidos da seguinte forma:

1) **Quartzo:** As rochas dessa natureza são os quartzos branco, cinza, e bege, dos mais grossos aos mais finos. Neles ainda existem peças originárias de

contextos geológicos diversos, sejam seixos rolados, fragmentos naturais, com neocórtex, com pátinas muito ou pouco desenvolvidas, mas também aquelas sem quaisquer remanescentes corticais;

2) **Silexito:** Rochas de colorações variadas, majoritariamente heterogêneas, de extura “seca” (*chert*) e de textura fina (*flint*), de qualidade razoável ao lascamento, com geodos e/ou diáclases. Calcedônias são incluídas neste tipo;

3) **Quartzito:** Nessa classe estão as rochas compostas por grãos de quartzo muito pequenos, de poucas colorações, como branco, cinza e bege. (LUNA, 2018a, p. 14).

As matérias-primas foram contabilizadas, de acordo com os sítios, nas seguintes quantidades:

Tabela 9: Comparação de matérias-primas
Matérias-primas de acordo com o sítio

Nome do sítio e estratigrafia do material	Quartzo	Silexito	Quartzito
Meladinha I Superfície	1	19	-
Meladinha I Profundidade	-	6	-
Meladinha II Superfície	-	22	-
Meladinha II Profundidade	-	3	-
Meladinha III Superfície	6	27	-
Meladinha III Profundidade	2	3	-
Meladinha IV Superfície	1	56	-
Meladinha IV Profundidade	-	2	-
Meladinha V Superfície	11	83	3
Meladinha V Profundidade	6	67	2
Meladinha VI Superfície	3	22	3
Meladinha VI Profundidade	13	54	-

Fonte: O autor (2020)

Conforme mencionado anteriormente em relação aos depósitos aluviais antigos, as extensas camadas com seixos e blocos de diversas matérias passíveis de lascamento serviram de áreas fonte para grupos que possivelmente ocuparam ou passaram pela região, dificultando a inferência de alguma distinção cultural a partir da exploração de alguma matéria-prima específica.

Entretanto, há uma aparente distinção de ordem possivelmente cronológica em relação à exploração destes materiais. Luna (2018a, 2018b) expõe que dentre os materiais de profundidade encontram-se sílex de melhor qualidade e mais explorados do ponto de vista técnico. Esta constatação poderia indicar duas hipóteses: a primeira está relacionada com a

sucessão deposicional. Considerando que os depósitos cascalhosos foram posteriormente cobertos por camadas sedimentares argilosas e arenosas, é possível que a partir de algum momento estas áreas que foram cobertas já não permitiam mais a localização destas matérias-primas, fazendo com que os grupos trouxessem materiais de outros locais e os retrabalhassem mais vezes, já que não se encontravam mais matérias brutas com tanta facilidade. A segunda hipótese relaciona-se com a perspectiva técnica e indicaria a presença de outros grupos que ocuparam ou passaram pela região em questão.

Enquanto as informações concernentes às relações entre as matérias-primas e o ambiente não são suficientes para identificar se houve ocupações por um ou por diversos grupos na região, cabe então voltar-nos ao estudo das técnicas para verificar se é possível fazer esta distinção.

Conforme mostrarei a seguir, a mudança teórica de um estudo que privilegiava o reconhecimento da passagem do tempo através da análise do surgimento e dispersão de tipos de artefatos para uma abordagem que busca apreender as relações de adaptação entre os grupos humanos e o ambiente, necessitou também de uma metodologia própria que permitisse a explicação de quais soluções os sistemas sociais desenvolveram para interagir com os ecossistemas em que estavam inseridos. Tal metodologia consistiu no estudo minucioso dos materiais a fim de identificar o uso das técnicas no desenvolvimento tecnológico. Conforme apontam TIXIER *et al* (1999),

O estudo das técnicas não leva à tecnologia por si só. De fato, quando se estão estabelecendo cronologias, os arqueólogos sempre se preocupam com a invenção das técnicas, sua complexidade e sua habilidade de identificar uma cultura. Portanto, nenhuma tipologia pode ser totalmente operacional se não levar as técnicas pelo menos parcialmente em consideração (TIXIER *et al*, 1999, p. 13, tradução nossa).

O argumento dos autores supracitados está relacionado com a distinção entre estudos tipológicos e tecnológicos como metodologias de análise de materiais líticos, sendo que as análises das tipologias constituem as primeiras formas de sistematização de dados para a interpretação de conjuntos artefatuais líticos e estão associadas ao paradigma histórico-cultural, enquanto que o estudo sistêmico da tecnologia é um enfoque mais recente nas pesquisas desse tipo de material.

Segundo Lourdeau (2014), os estudos tipológicos têm como característica central o direcionamento da atenção para os objetos finalizados, os instrumentos (ou ferramentas), e não há busca de informações no restante do material, os restos do lascamento. Outra forma de

caracterizar esses estudos seria a interpretação dos instrumentos com base em categorias atuais. O citado autor, ao citar o trabalho de Annete Laming-Emperaire argumenta que:

Muitos tipos foram nomeados com base nas suas supostas funções. Essas denominações são, muitas vezes, baseadas em analogias formais, mais ou menos conscientes com ferramentas contemporâneas. Por exemplo: “buril”, “faca”, “enxó”, “machado”, “raspador”, “plaina”, “furador” (LOURDEAU, 2014, p. 66).

Para o referido pesquisador, outras denominações tipológicas são derivadas de elementos formais traçando analogias entre o objeto arqueológico e algum outro objeto, os artefatos como a “lesma”, por exemplo, recebem esta definição por possuírem um aspecto semelhante ao gastrópode de mesmo nome, enquanto outras categorias são derivadas de técnicas de produção como bifaces, unifaces, entre outros. Ainda segundo o citado autor,

A tipologia baseia-se geralmente sobre tipos definidos *a priori*, antes mesmo do início da análise de uma coleção. O pesquisador não estuda a coleção com um olhar novo, ele tenta encaixar os instrumentos estudados em uma lista tipológica predefinida. Isso marca a falta de adaptabilidade de tal abordagem de uma coleção à outra (LOURDEAU, 2014, p. 67).

Conforme argumenta o referido autor, a orientação metodológica de pesquisa através da tecnologia dos implementos líticos surgiu como uma crítica ao enfoque tipológico e está intimamente ligado aos conceitos teórico-metodológicos dos estudos das técnicas propostos pelos etnólogos da década de 1970 na França, os quais desenvolveram e integraram conceitos como o de cadeia operatória a partir de pressupostos de pensadores anteriores.

O princípio de uma análise tecnológica é de estudar não mais os objetos, mas os processos que permitiram obter o conjunto arqueológico observado em cada coleção, em cada sítio. Assim, num trabalho seguindo tal perspectiva, o especialista analisará os instrumentos finalizados, mas também, e sobretudo, todo o descarte do lascamento para entender cada etapa de produção do conjunto considerado. Trata-se então de uma abordagem sistêmica: um estudo tecnológico define sistemas de produção (LOURDEAU, 2014, p. 68).

Este estudo das etapas de produção da cultura material, desenvolvido pelos pesquisadores franceses possuem uma grande influência dos trabalhos de Marcel Mauss, que na década de 1930 escreveu um trabalho dedicando-se a mostrar como sociedades diferentes possuem formas diferentes de utilizar o corpo, mesmo para fazer atividades semelhantes. Neste artigo, o citado pesquisador aborda que polinésios nadam com movimentos diferentes dos franceses, ou que os ingleses marcham diferente dos franceses e utilizam itens cotidianos como pás, por exemplo, de maneira distinta. Estes são apenas alguns dos exemplos que o pesquisador utiliza para ilustrar a noção de que em cada sociedade há um ensino de como realizar tarefas,

até mesmo as formas de movimentar o corpo, estes comportamentos específicos criados socialmente e tradicionalmente ensinados o autor chama de técnicas (MAUSS, 2003 [1934]).

A partir desta perspectiva, o mencionado pesquisador propõe um estudo que busque identificar as técnicas utilizadas pelas sociedades as quais seriam diferentes entre si, na medida em que seriam construídas socialmente.

Eu digo *as* técnicas do corpo, porque se pode fazer a teoria *da* técnica do corpo a partir de um estudo, de uma exposição, de uma descrição pura e simples *das* técnicas do corpo. Entendo por essa expressão as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo (MAUSS 2003[1934], p. 401).

No desenvolvimento deste trabalho citado, o autor defende que anteriormente ele cometeu o erro de considerar como técnica apenas os comportamentos que utilizavam instrumentos, mas que posteriormente ele passou a considerar o corpo humano como primeiro instrumento técnico do indivíduo, no qual conforme o indivíduo aprende a usar o corpo a partir dos ensinamentos sociais ele vai também aprendendo técnicas de se comportar, de produzir e utilizar os instrumentos, sendo portanto o corpo não são só o primeiro instrumento técnico, mas também o principal meio técnico de que o indivíduo dispõe (MAUS, 2003 [1934]).

Trazendo para a construção do conhecimento em arqueologia, esta concepção assemelha-se com a concepção de nível sócio-técnico dos artefatos, conforme proposto por Binford (1962). Embora Mauss possa não ter sido uma influência direta sobre Binford, o início dos estudos sistêmicos propostos pelo processualismo trouxe um novo foco para o estudo dos artefatos líticos, e pelo menos na tradição francesa de pesquisa dos materiais líticos, estas concepções são frequentemente utilizadas em conjunto. Como afirma Craswell (2003, p. 2, tradução nossa) “[...] a abordagem fundamental de todo estudo tecnológico parte do princípio que, entre as produções sociais, figuram as técnicas”.

É a partir deste princípio teórico que o estudo de uma cadeia operatória ganha destaque, pois nesta perspectiva se pretende entender todas as etapas envolvidas na produção dos artefatos, desde a obtenção da matéria-prima, as técnicas usadas na manufatura dos instrumentos, sua utilização, bem como sua possível reciclagem e reutilização até o descarte.

Do ponto de vista metodológico, após a identificação das informações relacionadas com a obtenção da matéria-prima, esta concepção orienta as análises dos artefatos de modo a identificar quais as técnicas utilizadas na manufatura dos artefatos, visando identificar a sequência de atividades executadas para a obtenção daquele instrumento específico.

Dito de outro modo, durante as pesquisas sobre materiais líticos, os arqueólogos distinguem dois conceitos que ajudam a entender como determinado artefato foi feito: a técnica e o método. Com base nos trabalhos de pesquisadores franceses, tais conceitos são definidos por Prous e Fogaça (2017) da seguinte forma:

[...] método é um projeto, um roteiro mais ou menos preciso presente na mente do lascador, que organiza a ordem das operações antes do início da operação levando ao(s) produto(s) desejado(s). A técnica que vai ser utilizada para chegar ao objetivo é determinada pela escolha dos instrumentos que vai provocar o lascamento (pedra ou matéria orgânica), das técnicas de lascamento e dos gestos (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 83).

É necessário destacar que esta distinção conceitual entre método e técnica é uma questão prática e metodológica para os arqueólogos, pois segundo a noção de técnica proposta por Mauss, tanto o roteiro presente na mente do lascador, quanto a escolha dos instrumentos que serão utilizados para chegar ao objetivo, e os gestos para a utilizar estes instrumentos são todos comportamentos aprendidos socialmente e estão, portanto, inseridos em uma concepção teórica mais abrangente de técnica.

Outro conceito que orienta o estudo tecnológico dos artefatos líticos é o de esquema operatório, o qual é bastante alinhado com esta concepção mencionada até aqui. A noção de esquema operatório serve justamente para identificar este projeto mental que o produtor possui para fazer os instrumentos. Partindo do princípio de que os artefatos arqueológicos são representantes materiais do comportamento humano em suas dimensões técnica, econômica e social, Pelegrin (1990) elabora a noção de esquema operatório como ferramenta para identificar também componentes psicológicos e cognitivos na manufatura de instrumentos. Segundo o autor,

O lascador tem em mente objetivos sucessivos, isto é, uma série de estágios intermediários e “interpretações” geométricas. É respeitando estas, e com experiência, que o resultado antecipado será atingido. Estes estágios intermediários formam uma cadeia de intenções organizadas em um “esquema conceitual operatório”. Eles são definidos através de certos parâmetros geométricos, e eles podem representar o momento quando uma operação ou método particular muda para outro (PELEGRIN, 1990, p. 117, tradução nossa).

Na prática, se busca entender as etapas de produção do artefato lítico a partir de um estudo diacrítico, no qual, ao se identificar a sequência de retiradas empregadas na produção de alguns desses materiais, pode-se perceber quais os procedimentos escolhidos pelo produtor para a confecção de tais implementos. Segundo Fogaça (2010, p. 156),

Toda peça lítica possui uma individualidade: é fruto de um momento particular na cadeia operatória. Também possui uma especificidade: pertence a um grupo de objetos similares que cumprem uma função no interior de um método particular que, pela repetição, gera esses grupos (FOGAÇA, 2010, p. 156).

Partindo deste pressuposto, o autor propõe o reconhecimento da individualidade através da análise diacrítica e a identificação da especificidade do objeto através da interpretação diacrítica.

O citado autor segue explicando a metodologia proposta argumentando que a análise diacrítica de um objeto lítico se dá através do reconhecimento das direções das retiradas efetuadas, bem como de sua sequência cronológica. Portanto, esta é uma metodologia que permite a inferência do passo-a-passo executado pelo produtor na confecção de artefatos líticos. Para exemplificar esta utilização, Fogaça (2010) propõe o seguinte raciocínio lógico:

1) Se os estigmas da face inferior se formam em relação ao ponto de impacto (aplicação da força que destacará a lasca) e do eixo de debitagem (eixo imaginário em torno do qual se propaga a força: e

2) Ao ser retirada, a lasca deixa no bloco de origem um negativo de sua face inferior;

Então:

É possível identificar no bloco de origem a direção e a sucessão das lascas retiradas;

É possível identificar na face superior de uma lasca parcelas de negativos de lascas retiradas previamente, determinar sua direção e sucessão (FOGAÇA, 2010, p. 157).

Contudo, antes de apresentar os dados dos materiais em estudo nesta perspectiva descrita até aqui, é necessário mencionar alguns pressupostos implícitos que trazem consigo argumentos semelhantes à forma de construção do conhecimento arqueológico do quadro teórico histórico-cultural.

No capítulo 2 e ao longo deste, mencionei a transição epistemológica defendida por Hill (1972) em favor de uma arqueologia que fosse fortemente dedutiva, a qual permitiria o entendimento da variação na cultura a partir de fatores ambientais e sociais. Tomando a definição de cultura proposta por Leslie White em que esta é entendida como um meio extrasomático de adaptação ao ambiente, a variação cultural deveria ser entendida a partir das relações do grupo com seu ambiente e com outros grupos. De forma que crescimento populacional, guerras, comércios e fatores ambientais como secas, enchentes entre outros, seriam determinantes no funcionamento do sistema cultural em determinado meio ambiente.

Esta concepção parece distinta da noção normativa da cultura que constantemente é atribuída ao histórico-culturalismo, na qual se entende que em uma cultura, os padrões de

comportamentos são resultados de uma aderência a um conjunto de regras ou normas (O'BRIEN E LYMAN, 2004).

No entanto, O'Brien e Lyman (2004) apontam que Binford foi um dos mais críticos à concepção normativa da cultura e que, posteriormente, outros arqueólogos processuais passaram a utilizar esta definição para adjetivar pejorativamente trabalhos de outros pesquisadores. Entretanto, segundo seguem argumentando os citados autores, os principais trabalhos que desenvolveram uma noção normativa da cultura foram justamente os trabalhos realizados por arqueólogos adeptos do processualismo.

Após a breve apresentação acima dos preceitos envolvidos no estudo tecnológico, o qual busca apreender justamente a intencionalidade do produtor que manufaturou o artefato, é possível perceber que apesar de uma defesa contra a visão normativa da cultura, os estudos tecnológicos possuem também uma perspectiva normativa.

A adesão às ideias de Mauss para o estudo da tecnologia, como resultado da aplicação de técnicas desenvolvidas e transmitidas socialmente, pressupõe uma continuidade nas utilizações destas técnicas que são significativas para a sociedade e que funcionam como normas sociais de como realizar determinada tarefa. Nas palavras de Mauss (2003 [1934], p. 407, grifos no original), “chamo técnica um ato *tradicional* eficaz (e vejam que isso não difere do ato mágico, religioso e simbólico). Ele precisa ser *tradicional* e *eficaz*. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição”.

Neste sentido, apesar de uma recusa inicial de uma perspectiva normativa nos estudos arqueológicos, muitas pesquisas acabaram voltando a este princípio mesmo que buscassem se desvencilhar dele. De certa forma, este pressuposto de continuidade das práticas sociais devido a uma normatização construída socialmente fundamenta diversos enfoques. No capítulo anterior, ao abordar o debate de Spaulding e Ford sobre a existência dos tipos arqueológicos, mencionei que para o primeiro pesquisador, a aplicação de métodos matemáticos permitiria a identificação objetiva de tipos reais independentes da atuação do classificador, e estes tipos seriam justamente o reflexo material das preferências do produtor.

Os estudos sobre tecnologia e sobre os sistemas sociais, sobretudo os que têm influência dos estudiosos europeus, não pretende uma quebra com a visão normativa da cultura, mas sim um refinamento nas formas de análise que pode trazer diversas informações valiosas se comparadas com os resultados obtidos a partir do quadro teórico histórico-cultural. Segundo Tixier et al (1999),

Nós, portanto, não consideramos substituir a tipologia pela tecnologia, pois elas representam abordagens distintas desenvolvidas para chegar a resultados diferentes, elas podem, contudo, ser usadas concorrentemente, e grandes benefícios podem ser extraídos da comparação dos resultados que elas carregam (Tixier et al. 1999, p. 13, tradução nossa).

Nesta perspectiva, autores como Shott (2003) elaboram uma crítica ao conceito de cadeia operatória porque este cristalizaria conceitualmente uma determinada forma de se conseguir um artefato, como a debitagem levallois, por exemplo, criando uma tipologia de métodos de manufatura. “Alguns celebram a cadeia operatória por sua flexibilidade, mas o conceito parece curiosamente inflexível porque está casado com a ideia de que cada cultura possuía uma essência inalterável em seu processo industrial” (SHOTT, 2003, p. 100, tradução nossa).

Isso não quer dizer, contudo, que o processualismo seja a mesma coisa que o histórico-culturalismo, mas com outras palavras. Embora este enfoque normativo seja compartilhado entre as correntes teóricas arqueológicas, há distinções significativas entre elas na forma de abordar a cultura material e produzir conhecimento a partir dela. Enquanto no histórico-culturalismo se privilegia o que é estritamente observável, no processualismo há uma maior abertura para a especulação através da formulação de hipóteses, as quais deixam de ser especulação se forem testadas objetivamente.

Após esta breve discussão sobre a utilização da noção de técnica nos estudos de tecnologia lítica e seu caráter normativo, apresento a seguir as informações adquiridas em relação às técnicas utilizadas nos materiais coletados nos sítios de Assu. Contudo, abordarei apenas de maneira mais geral os dados encontrados na análise do material. Como as informações de cada peça já foram apresentadas em Luna (2018a, 2018b), não reproduzirei aqui as descrições detalhadas dos artefatos individualmente, apenas sintetizarei os resultados para focar na argumentação.

Neste sentido, convém primeiramente abordar as técnicas e métodos identificados, utilizando, para tanto, as definições destas noções conforme Prous e Fogaça (2017), nas quais se considera que técnica é a forma como é realizado o lascamento e com qual material, enquanto que método é o modelo que o produtor possui em mente que deverá ser alcançado com o emprego das técnicas.

Contudo, antes de apresentar os dados, também se faz necessário explicar o que está implícito na metodologia que também é alterada para coletar outros tipos de informação. No capítulo anterior mostrei que a caracterização dos artefatos em uma tipologia atendia a duas

finalidades: a construção de cronologias e identificação de etnicidades. Aqui, há uma mudança de foco. Em vez de utilizar categorias conceituais baseadas em características formais ou supostas funções dos artefatos, busca-se compreender a forma como os instrumentos foram produzidos, antes de presumir alguma função para eles. Antes, a definição do artefato já trazia consigo uma noção de uso (faca, raspador etc.), agora busca-se identificar a forma como o artefato foi produzido e avaliar seu possível uso sem enquadrá-lo previamente em uma definição.

Além disso, considerando a aproximação do quadro referencial teórico processual com os princípios filosóficos da cientificidade positivista, as categorias de definição das características dos artefatos são mais abrangentes para que seja possível a comparação entre materiais de diversos lugares e tempos.

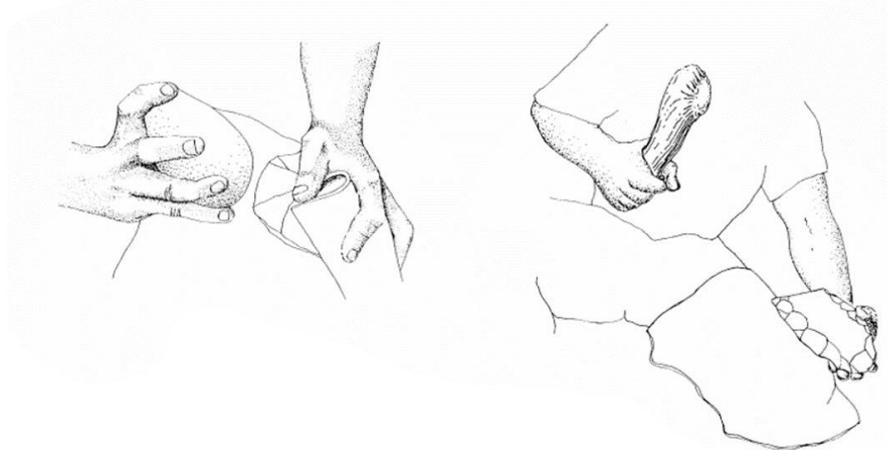
Ambas as abordagens da cadeia operatória ou da sequência de redução precisam utilizar um método para descrever a tecnologia de uma coleção de acordo com unidades de análise padronizadas que sejam comparáveis entre as coleções (TOSTEVIN, 2011, p. 359, tradução nossa).

Neste sentido, apresento a seguir as categorias de definição das técnicas de lascamento. Segundo Prous e Fogaça (2017), as principais técnicas são entendidas da seguinte forma:

Percussão unipolar: Permite maior controle de resultado e é geralmente realizada à **mão livre** (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 82, grifos no original).

Destaca-se ainda uma subdivisão da técnica de percussão unipolar que pode ser realizada com percutor mineral (duro ou macio) ou percutor orgânico (macio) que são utilizados para a obtenção de produtos distintos e que deixam estigmas diferentes nas lascas (Figura 60).

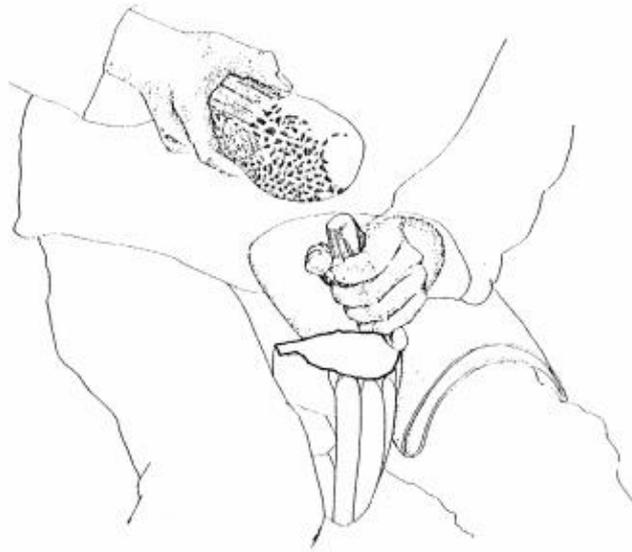
Figura 60 - Percussão direta com percutor mineral duro (A) e com percutor macio (B), respectivamente.



Fonte: Adaptado de Tixier et al. (1999).

Percussão Indireta: Utilizada quando se pretende retirar do núcleo uma série de produtos padronizados (lâminas ou lamínulas), o que pode ser feito usando-se uma peça intermediária (de ossos ou chifre) (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 82), (Figura 61).

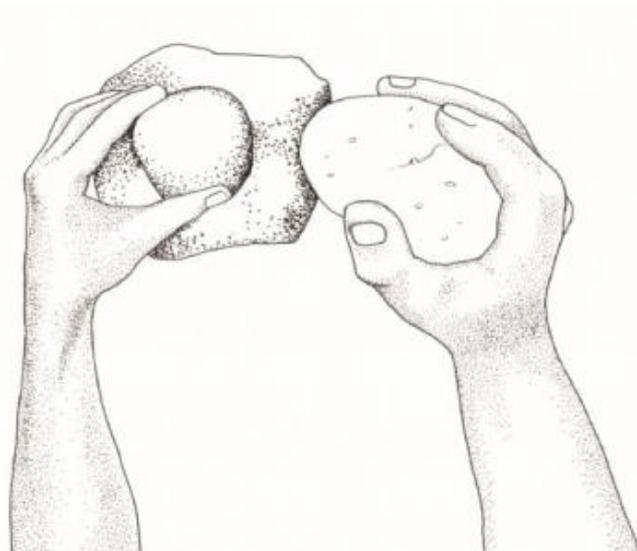
Figura 61 - Percussão indireta.



Fonte: Adaptado de Tixier et al. (1999).

Percussão do objeto apoiado sobre bigorna: Há lascamento por golpe e, por vezes, também por contragolpe (lascamento **bipolar**) (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 82, grifos no original), (Figura 62).

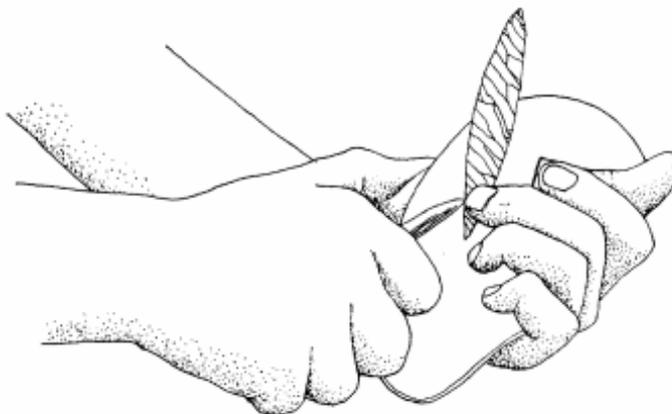
Figura 62 - Percussão sobre bigorna. Desenho: Marcellus d'Almeida.



Fonte: Adaptado de Luna (2018a).

Pressão: permite retirar fragmentos pequenos de rocha com grande precisão, utilizando o auxílio de um compressor ou forçando um gume contra uma bigorna (PROUS e FOGAÇA, 2017, p. 82), (Figura 63).

Figura 63 - Pressão.

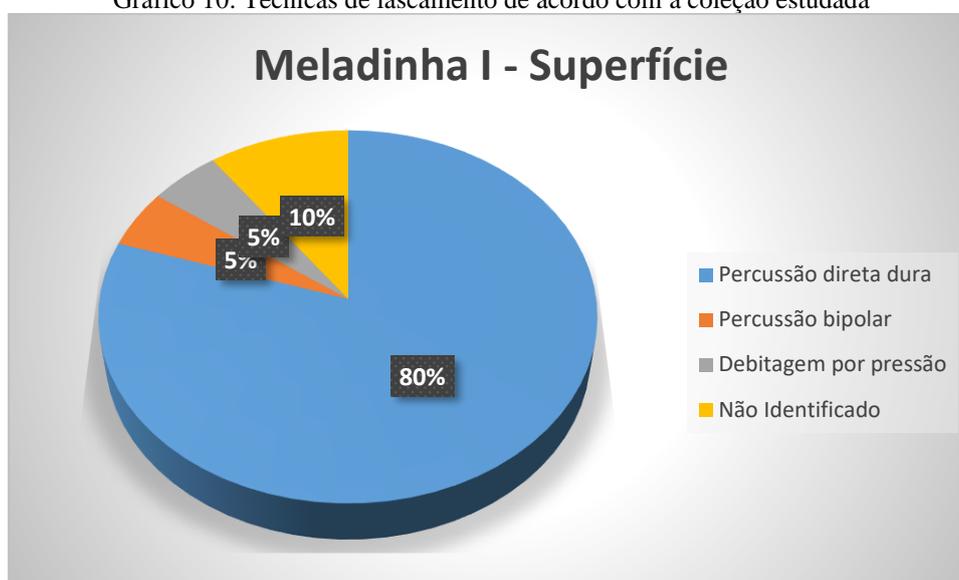


Fonte: Adaptado de Tixier et al. (1999).

A partir destas definições, foram identificadas quatro técnicas em meio ao material coletado, dentre elas a predominante foi a percussão unipolar à mão livre com percutor mineral duro e em segundo lugar a percussão bipolar, sendo que em alguns artefatos foi constatada a utilização das duas técnicas. Além destas duas e em muito menor proporção, foram constatados estigmas deixados pela percussão unipolar com percutor macio e a ponta de projétil é a única peça com indícios de retiradas por pressão.

A partir da análise individual de cada artefato, entre os 20 artefatos lascados da coleção de superfície do sítio Meladinha I, 16 apresentaram estigmas resultantes de lascamento por percussão direta com percutor mineral duro, 1 artefato foi obtido através de lascamento bipolar, a ponta de projétil não se sabe como seu suporte foi preparado, mas toda a façõagem final foi realizada através de retoques removidos por pressão, enquanto que em 2 artefatos não foram identificadas as técnicas. Entre os 6 materiais coletados em profundidade, 5 foram obtidos com percussão direta com percutor mineral duro enquanto que 1 apresentou tanto características de lascamento direto com percutor duro quanto de lascamento bipolar.

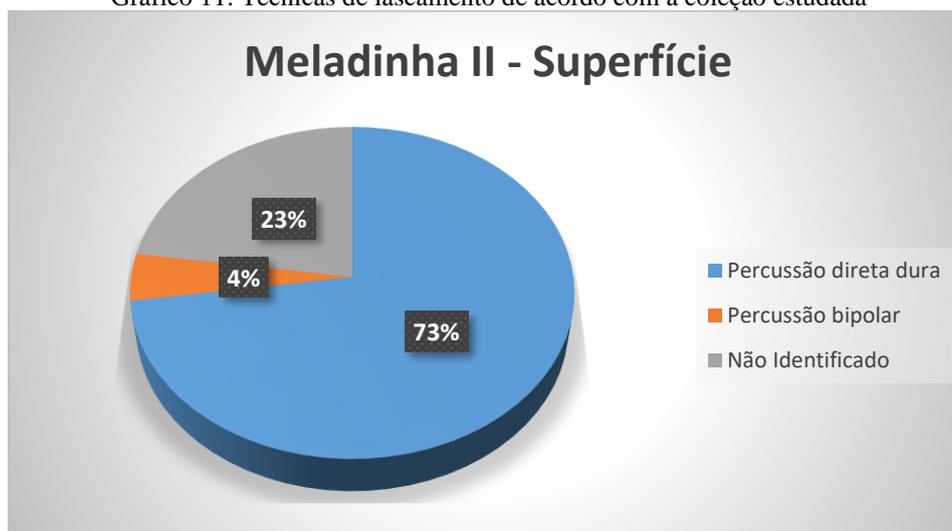
Gráfico 10: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada



Fonte: O autor (2020)

Nos 22 artefatos lascados coletados em superfície do sítio Meladinha II, 16 apresentam estigmas de lascamento por percussão direta com percutor duro, 1 foi obtido através de lascamento bipolar e 5 não puderam ser identificados. Os 3 artefatos coletados em profundidade neste sítio possuem também estigmas de percussão direta com percutor duro.

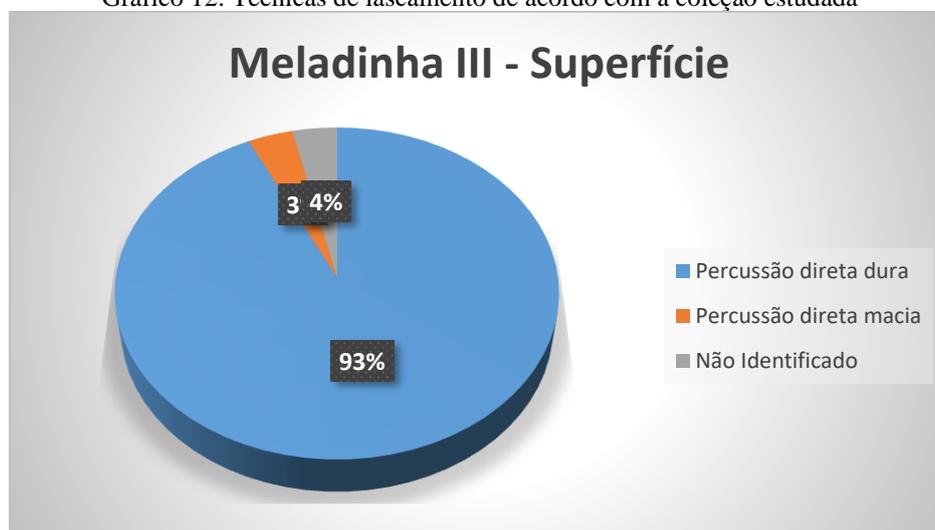
Gráfico 11: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada



Fonte: O autor (2020)

Entre os artefatos lascados da coleção de superfície do sítio Meladinha III, composta por 28 artefatos, 26 foram obtidos por percussão direta com percutor duro, 1 apresenta estigmas de percussão direta com percutor macio e 1 não foi identificado. Já entre os materiais de profundidade, 3 deles indicam a utilização de percussão direta com percutor mineral duro, 1 foi obtido através de lascamento bipolar e 1 não foi identificado.

Gráfico 12: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada

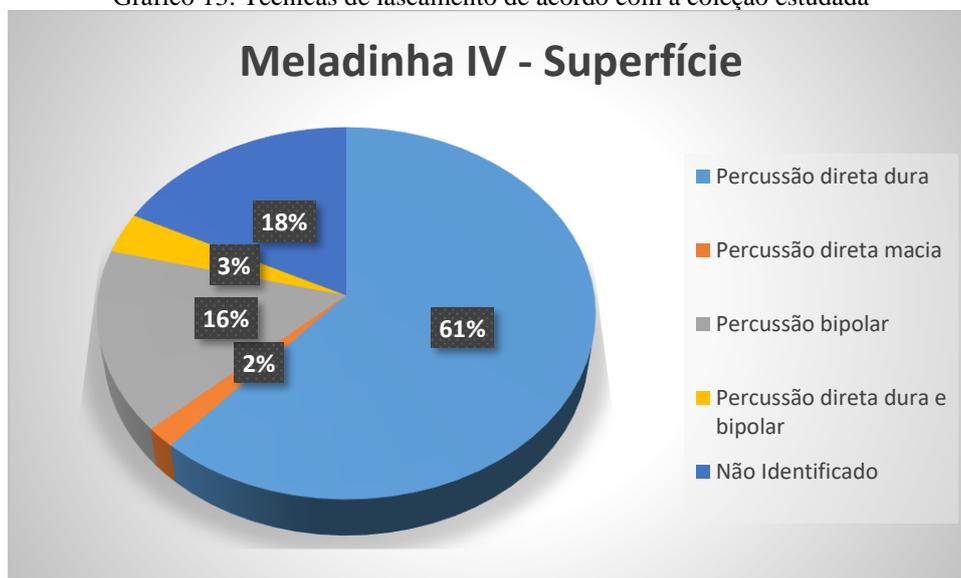


Fonte: O autor (2020)

Nos 57 materiais lascados coletados em superfície no sítio Meladinha IV foram identificadas as seguintes técnicas: 35 artefatos apresentaram estigmas de percussão direta com percutor mineral duro, 9 foram obtidos através de lascamento bipolar, 2 apresentaram tanto estigmas de percussão direta dura quando de lascamento bipolar, 1 possui estigmas de percussão macia e 10 não foram identificados. Em profundidade foram coletados apenas 2 artefatos líticos, dos quais 1 apresenta estigmas de percussão direta com percutor duro e 1 não foi identificado.

Entretanto, a associação destes poucos materiais líticos com fragmentos cerâmicos pode trazer informações acerca de uma possível mudança nas atividades realizadas no local de estudo.

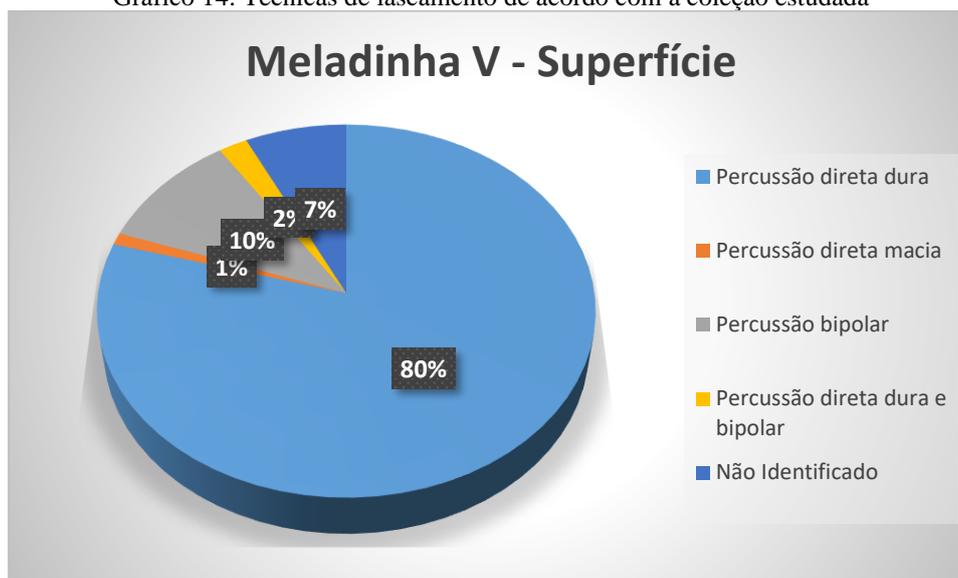
Gráfico 13: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada



Fonte: O autor (2020)

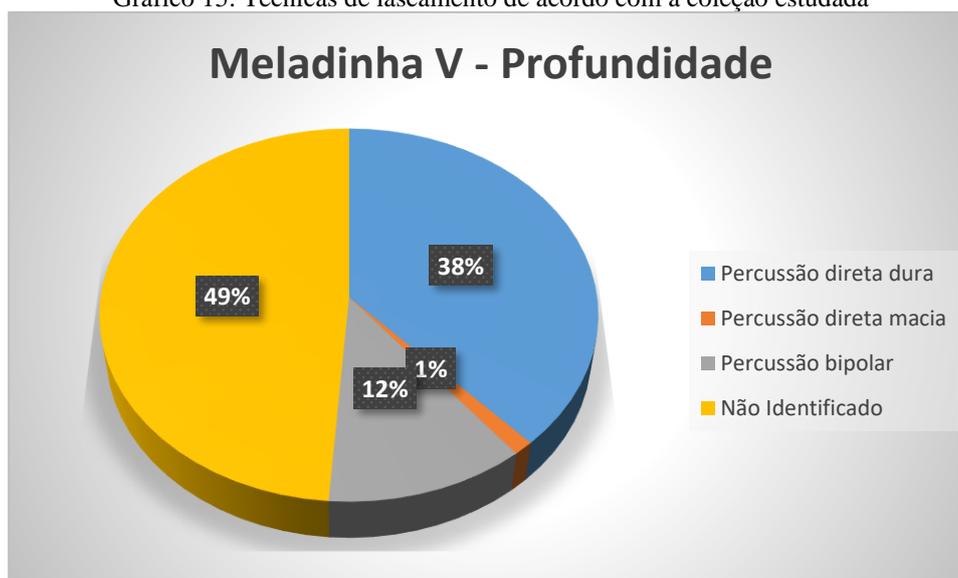
O sítio Meladinha V é o que apresenta maior quantidade de artefatos e a mesma diversidade de técnicas do anterior acima. Dos 97 materiais lascados, 77 foram obtidos através de percussão direta com percutor mineral duro, 10 apresentam estigmas de lascamento bipolar, 2 apresentam ambas as técnicas, percussão direta dura e bipolar, 1 possui estigmas de percussão macia e 7 não puderam ser identificados. Já entre os 75 materiais lascados coletados de profundidade, 32 foram obtidos com percussão direta dura, 1 apresenta estigmas de percussão macia, 1 possui as características de lascamento bipolar e 41 não foram identificados, devido à grande quantidade de fragmentos de lasca.

Gráfico 14: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada



Fonte: O autor (2020)

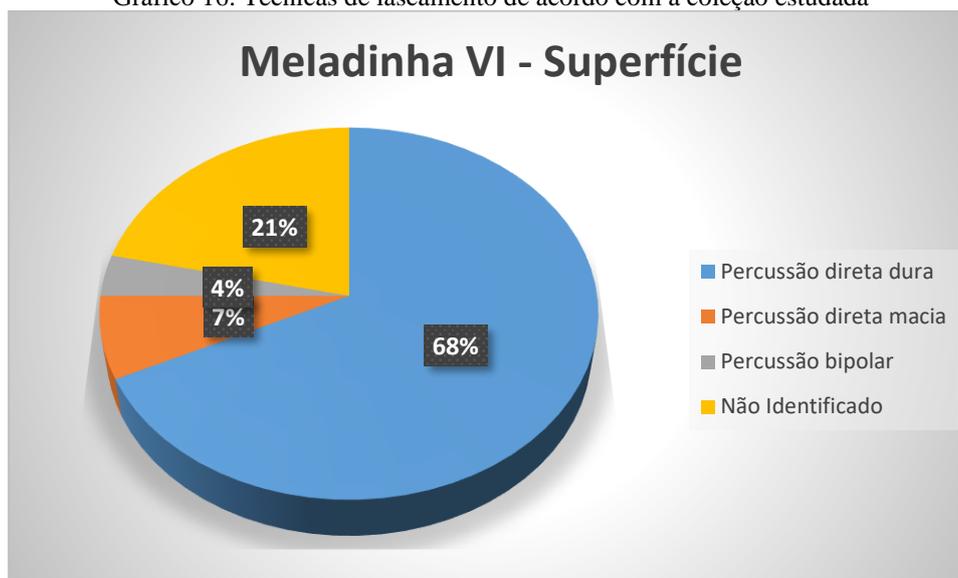
Gráfico 15: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada



Fonte: O autor (2020)

Por fim, entre os 28 materiais lascados coletados em superfície no sítio Meladinha VI, 19 apresentam estigmas de percussão direta dura, 2 foram obtidos através de percussão macia, 1 possui as características de lascamento bipolar e 6 não puderam ser identificadas. Já entre os 67 materiais lascados coletados em profundidade, 47 foram obtidos através de percussão direta com percutor duro, 1 apresenta estigmas de lascamento bipolar e 19 não foram identificados.

Gráfico 16: Técnicas de lascamento de acordo com a coleção estudada



Fonte: O autor (2020)

Já em relação aos métodos de lascamento, ressalta-se a importância da análise das lascas além dos instrumentos e núcleos. Dentre as coleções analisadas, conforme apresentado em Luna (2018a; 2018b), as superfícies dorsais de várias lascas indicam a utilização de um método unidirecional para a debitagem. Diversos núcleos também apresentam estigmas de exploração através de retiradas unidirecionais, sendo que, em alguns casos, também foram constatadas retiradas ortogonais. O método unidirecional parece ter sido predominante na confecção dos materiais em estudo, de forma que os poucos artefatos que apresentam características de outros métodos, como o ortogonal, podem ser intrusivos e estarem relacionados com os agentes pós-deposicionais.

Considerando a perspectiva normativa do estudo das técnicas e avaliando esta aparente homogeneidade na utilização das técnicas e métodos de lascamento, pode-se supor hipoteticamente que os materiais foram manufaturados pelo mesmo grupo ou por grupos afiliados que herdaram a utilização destas técnicas como parte do funcionamento de sua sociedade.

Aqui há uma divergência marcante entre os paradigmas histórico-cultural e processual, apesar de ambos possuírem uma noção normativa da cultura. Conforme apresentei no capítulo anterior, a variação na cultura material entre os sítios de superfície e os materiais de profundidade do sítio Meladinha IV (que contém cerâmica) seria um possível indicativo de ocupações por grupos distintos, já neste capítulo através do estudo tecnológico foi percebida uma semelhança técnica entre os materiais líticos, e, portanto, tomando a noção de que a técnica é construída socialmente e passada tradicionalmente, tal semelhança poderia indicar não uma

alternância de ocupações, mas uma mudança nas atividades realizadas pelo grupo, ou por grupos afiliados, naquele local.

Tal distinção interpretativa assemelha-se ao debate entre Bordes (1953) e Binford e Binford (1966), no qual cada autor possuía uma interpretação para a variabilidade da cultura material de sítios musterienses do paleolítico europeu. Para Bordes (1953), a diferença nos materiais se devia a ocupações por culturas distintas, enquanto que para o casal Binford, esta diferença indicava mais uma mudança funcional do que cultural (WARGO, 2009).

Portanto, tomando como base a aparente semelhança técnica percebida nos materiais coletados em Assu e considerando a noção normativa da cultura inerente na perspectiva de estudos tecnológicos, é possível supor que a diferença entre aqueles materiais de superfície que estão no leito dos cursos d'água e aqueles em subsuperfície que estão em meio aos depósitos sedimentares nas margens das vertentes poderiam indicar uma continuidade cultural, mas com alteração na utilização daquele espaço. Como afirma Binford (1980),

Sistemas humanos de adaptação são presumidos de serem arranjos internamente diferenciados e organizados de elementos formalmente diferenciados. Espera-se que tal diferenciação caracterize as ações executadas e os locais de comportamentos diferentes. Isto significa que sítios não são iguais e pode ser esperado que eles variem em relação aos seus papéis organizacionais dentro de um sistema (BINFORD, 1980, p. 4, tradução nossa).

O autor citado defende que em uma perspectiva sistêmica, deve-se entender os sítios arqueológicos a partir de suas funções em um sistema social. Para ilustrar este argumento, retomarei o trabalho de Tom Miller (2009, p. 20), onde o autor aponta que “os Tarairius semeavam os seus campos de milho no início do período da seca no interior e iam para o litoral até à época das chuvas, quando o milho germinava”. A atenção a esta citação aqui não se destina a nenhuma busca de identificar os materiais dos sítios de Assu com determinado grupo indígena como os Tarairiu, mas sim para mostrar que as atividades mencionadas de plantar no período da seca e ir para o litoral e depois voltar, deixariam materiais bastante distintos em cada local que se poderia facilmente interpretar como materiais de culturas diferentes.

Se presumimos que a variação na estrutura e conteúdo de uma coleção arqueológica está diretamente relacionada com a forma, natureza e disposição das atividades humanas, vários passos se seguem logicamente. Somos forçados a buscar explicações para a composição das coleções em termos de variação nas atividades humanas. Os fatores determinantes o alcance e forma das atividades humanas conduzidas por qualquer grupo em dado local (o sítio) pode variar em termos de um grande número de possíveis “causas” em várias combinações. Os mais amplos entre estes podem ser os fenômenos regulados sazonalmente, as condições ambientais, a composição étnica de um grupo, o

tamanho e estrutura do grupo independente de afiliação étnica (BINFORD e BINFORD, 1966, p. 241, tradução nossa).

Neste sentido, nota-se também outra diferença entre forma de produzir o conhecimento a partir do quadro teórico processual em relação ao histórico-culturalismo. A utilização das fontes históricas será direcionada para coletar informações que permitam pensar o registro arqueológico a partir de modelos gerados por analogia etnográfica e não mais para tentar identificar historicamente qual grupo habitou determinado local. Conforme apontam Watson, LeBlanc e Redman (1974), a analogia etnográfica

Equivale a crer que as matérias-primas e – pelo menos até onde tratemos de homens anatomicamente modernos – a conduta humana no passado são diretamente comparáveis com as do presente. Mais especificamente, em relação ao comportamento humano, significa que os processos atuantes dentro e entre sociedades humanas são hoje iguais aos que operavam no passado. Por conseguinte, se pode observar o comportamento atual (a manufatura de implementos de pedra, ou de certas classes de cerâmicas, ou a maneira em que as relações entre seres humanos individuais ou entre grupos de vários tipos se expressam na natureza e a distribuição dos elementos materiais feitos e usados por eles) e descobrir e confirmar leis gerais que descrevem estas relações (WATSON, LEBLANC E REDMAN, 1974, p. 69, tradução nossa).

Portando, a criação de modelos a partir da analogia etnográfica seria uma forma de tentar correlacionar a padronização dos restos materiais com os elementos comportamentais de um sistema social. Esta perspectiva difere também do paradigma histórico-cultural por considerar esta padronização como multivariada, ou seja, que tem influência de diversos fatores, como a realização de atividades específicas de acordo com o papel organizacional do local, por exemplo.

Do ponto de vista metodológico, os autores citados acima apoiam-se nos pressupostos de Binford e criticam a técnica da seriação, pois esta buscaria compreender a variação artefactual com base em apenas uma variável, a cronologia. E eles defendem que ao entendermos a cultura como um sistema é necessária uma metodologia que leve em consideração as diversas variáveis que atuam no sistema comportamental e que podem gerar e alterar distribuições distintas de artefatos (WATSON, LEBLANC E REDMAN, 1974).

Conforme mencionei no capítulo anterior em relação ao debate sobre a existência ou não dos tipos como entidades objetivas e independentes da atuação do arqueólogo em seu processo de descoberta, a discussão não foi encerrada e muitos pesquisadores continuaram a tentar desenvolver ferramentas analíticas que pudessem fornecer dados objetivos para a explicação do passado. Neste sentido, retomando a discussão sobre objetividade, Binford e Binford (1966) propõem a utilização de técnicas estatísticas para a verificação matemática da

correlação entre variáveis, com o objetivo de testar objetivamente o caráter multivariado da cultura e a partir daí explicar os dados arqueológicos. Para os autores,

Por exemplo, se um grupo de pessoas ocupa um local e elas estão engajadas em alguma atividade específica, como o trabalho com peles, elas empregariam um número de ferramentas diferentes – facas, raspadores, e possivelmente pinos para pregar as peles ou esticá-las. O número de ferramentas usadas no processamento de peles será relacionado diretamente com o número de pessoas engajados na atividade e no número de peles processadas. Independentemente destas variações, poderíamos esperar que as proporções das ferramentas usadas nesta atividade permaneceriam essencialmente constantes. Em outras palavras, elas compartilhariam um alto grau de variância comum e seriam correlacionadas positivamente (BINFORD e BINFORD, 1966, 242, tradução nossa).

Neste sentido, os autores propõem a utilização de métodos estatísticos para analisar a correlação entre diversos tipos de artefatos das coleções. Conforme mencionam Watson, Leblanc e Redman, (1974), algumas técnicas da estatística podem ser utilizadas na arqueologia em três situações: 1- como método eficaz de representar os dados; 2- como ajuda na construção de modelos que servem de hipóteses ou conjuntos de hipóteses; ou 3- como meio de contrastar hipóteses. Além disso, a possibilidade de replicar os testes e a precisão matemática na explicação da correlação das variáveis fornecem um meio objetivo de compreender o fenômeno estudado.

Nossa análise não fornece informações sobre a atividade particular representada por um fator; ela apenas nos permite identificar uma relação regular entre um número de tipos de artefatos. Nossa identificação da função de um fator depende de analogias com as ferramentas de povos vivos, com os desgastes das ferramentas, e com associações de descarte. Se nossa interpretação do fator em termos de função está correta ou não, isso não afeta a relação demonstrável entre as variáveis analisadas (BINFORD e BINFORD, 1966, p. 243, tradução nossa).

A partir da contextualização destes pressupostos teóricos e metodológicos, apresentarei a seguir as correlações dos materiais coletados nos sítios de Assu a partir de uma análise de agrupamentos (Cluster Analysis), a qual é definida por Faria et al (2012) como uma análise que “tem por finalidade reunir os indivíduos em grupos, de forma que exista a máxima homogeneidade dentro do grupo e a máxima heterogeneidade entre os grupos”.

Levando em consideração o pressuposto de que atividades semelhantes devem manter uma quantidade proporcional de determinadas ferramentas, conforme mencionado acima, tal metodologia foi escolhida visando identificar se as coleções dos sítios em estudo apresentam

correlações entre os materiais que possam indicar a realização de atividades semelhantes ou diferentes.

A análise foi obtida por meio da utilização do *software IBM SPSS Statistics*, no qual foram inseridos os dados dos sítios, considerando como variáveis tanto os tipos de artefatos e suas respectivas quantidades, gerando a tabela a seguir (Figura 64).

Figura 64 - Tela do software IBM SPSS Statistics com os dados dos materiais líticos.

Sítios	Raspador_Lasca	Raspador_Natural	Lascas	Núcleos	Fragmentos_Lascas	Fragmentos_Inst_Lasca	Fragmentos_Inst_Natural	Cerâmicas	Percutores	Percutores_Bigomas	Resíduos	Fragmento_Polido	Ponta_Projétil	Cerâmica
1 Sup	4	2	8	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2 1Prof	0	0	4	1	1	0	0	4	0	0	0	0	0	1
3 2Sup	2	0	11	5	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 3Sup	3	2	12	5	6	0	0	0	1	4	0	0	0	0
5 4Sup	6	2	21	7	21	0	0	0	1	0	0	0	0	1
6 4Prof	0	0	1	0	1	0	0	31	0	0	0	0	0	1
7 5Sup	8	4	35	9	32	3	6	0	11	4	0	1	0	0
8 5Prof	5	3	30	1	28	0	0	0	0	0	8	0	0	0
9 6Sup	3	1	9	4	10	1	1	0	0	0	0	0	0	0
10 6Prof	1	0	23	4	34	0	0	0	1	0	8	0	0	0
11														
12														
13														
14														
15														
16														
17														
18														
19														
20														
21														
22														

Fonte: O autor (2020).

Seguindo o exemplo de Binford e Binford (1966) os tipos de artefatos foram utilizados como variáveis qualitativas e quantitativas dos sítios, entretanto, não foram considerados apenas os instrumentos prontos, mas também as lascas, os fragmentos de lascas, os resíduos e os fragmentos de instrumentos, pois eles também poderiam fornecer informações sobre atividades específicas, mesmo que fossem indicativos de áreas de preparação ou produção de artefatos.

Contudo, a cerâmica teve uma atenção especial pois a contagem de alguns fragmentos não poderia ser entendida de forma proporcional como as outras variáveis, uma vez que os fragmentos cerâmicos poderiam representar vários vasilhames, ou apenas 1. Neste sentido, esta variável foi inserida como variável apenas qualitativa, ou seja, em termos de presença ou ausência e não de acordo com sua quantidade proporcional.

Portanto, as unidades analisadas consistiram nos materiais de superfície dos sítios Meladilha I, II, III, IV, V e VI, e nos materiais de profundidade dos sítios Meladilha I, IV, V e VI. Os materiais coletados em subsuperfície nos sítios Meladilha II e III não foram incluídos por possuírem apenas 3 fragmentos de lasca e 1 instrumento e 4 lascas respectivamente, tais

quantidades trazem pouquíssimas informações para buscar correlações com os outros grupos de materiais. No sítio Meladinha II os poucos materiais de profundidade estavam dispersos em um pacote sedimentar de 60 cm, e no Meladinha III, os artefatos estavam também dispersos verticalmente em uma profundidade de até 40 centímetros, de forma que não dá para identificá-los prontamente como associados e passíveis de verificação de correlação com os grupos de materiais dos outros sítios. Portanto, dentre o restante das coleções as variáveis utilizadas foram as seguintes:

Raspadores em Suporte de Lasca - Presença ou ausência e quantidade;
 Raspadores em Suporte Natural - Presença ou ausência e quantidade;
 Lascas - Presença ou ausência e quantidade;
 Núcleos - Presença ou ausência e quantidade;
 Fragmentos de Lascas - Presença ou ausência e quantidade;
 Fragmentos de Instrumentos em Suporte de Lasca - Presença ou ausência e quantidade;
 Fragmentos de Instrumentos em Suporte Natural - Presença ou ausência e quantidade;
 Percutores - Presença ou ausência e quantidade;
 Percutores e Bigornas - Presença ou ausência e quantidade;
 Ponta de Projétil - Presença ou ausência e quantidade;
 Fragmento de Machado Polido - Presença ou ausência e quantidade;
 Resíduos - Presença ou ausência e quantidade;
 Cerâmica - Presença ou ausência;

Com o objetivo de verificar a semelhança ou diferença entre as coleções de cada sítio, foi utilizada uma análise de agrupamento hierárquico, na qual o método de agrupamento foi o do vizinho mais próximo e tendo as medidas dos intervalos a partir dos valores obtidos por correlação de Pearson. Neste sentido, a análise executa primeiro o cálculo de correlação para gerar uma matriz de proximidade e, a partir das medidas de distância, ele agrupa as unidades de acordo com a maior semelhança entre elas.

Conforme apontam Binford e Binford (1966) o primeiro conjunto de estatísticas necessário para uma análise de fator é uma matriz de coeficientes de correlação. Estes coeficientes de correlação são medidos em uma escala que vai de -1 a +1 indicando o grau de correlação entre duas variáveis. Quando o resultado é +1 significa que as variáveis são linearmente correlacionadas e sempre que o número de uma aumenta o da outra também

aumenta. Já quando o resultado é -1 isso significa uma correlação negativa entre as variáveis, ou seja, quando uma aumenta a outra diminui proporcionalmente. Em relação à técnica de correlação de Pearson utilizada, uma medida 0 pode indicar tanto que as variáveis não são correlacionadas, ou que não há correlação linear entre elas.

A partir da análise de correlação de Pearson realizada pelo *software* mencionado, foi gerada uma matriz de similaridade, na qual é possível perceber valores que indicam tanto uma leve correlação positiva quanto uma leve correlação negativa entre os materiais dos sítios. As definições do eixo x e y da tabela consistem na numeração do sítio e a posição estratigráfica da coleção analisada, de forma que os materiais de superfície do sítio Meladinha I estão definidos pela nomenclatura de 1Sup, enquanto que os materiais de profundidade do mesmo sítio são designados na tabela como 1Prof e assim sucessivamente. Neste sentido, a matriz de similaridade gerada pelo software foi a seguinte:

Figura 65 - Matriz gerada pelo Software IBM SPSS Statistics.

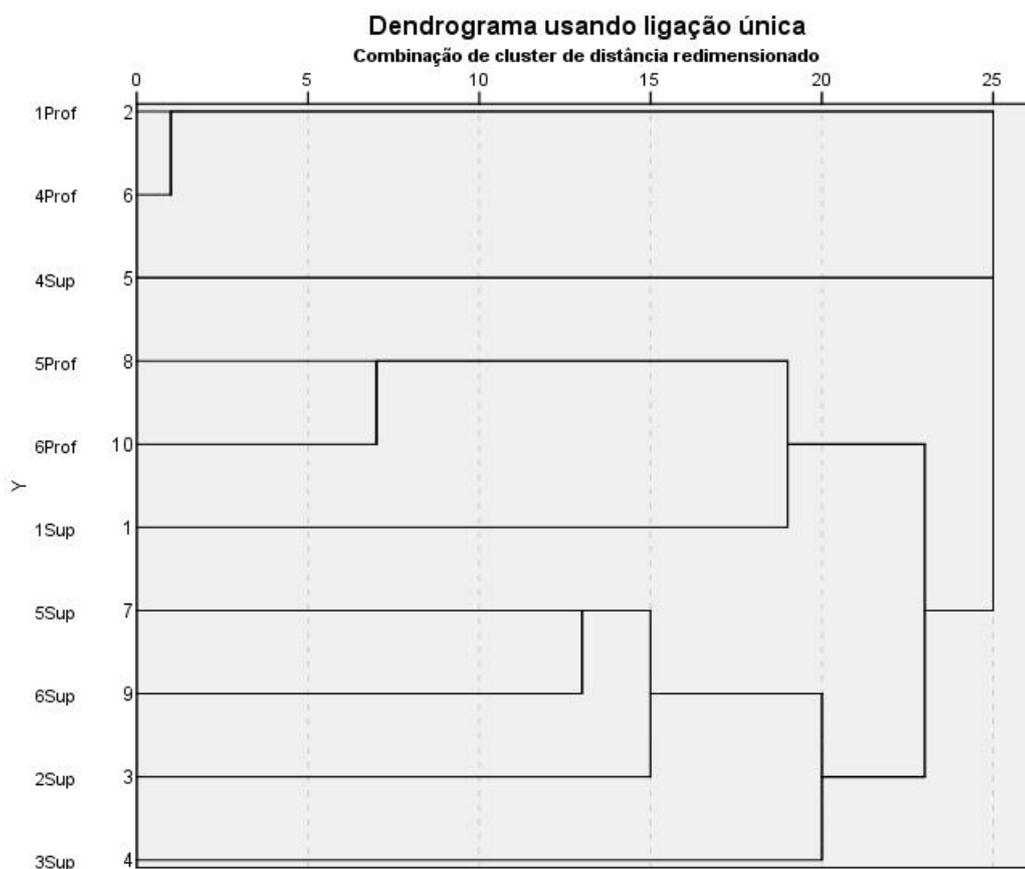
Matriz de proximidade										
Correlação entre Vetores de Valores										
Caso	1:1Sup	2:1Prof	3:2Sup	4:3Sup	5:4Sup	6:4Prof	7:5Sup	8:5Prof	9:6Sup	10:6Prof
1:1Sup	1,000	-,178	-,355	,127	-,064	-,055	,064	,235	,122	-,543
2:1Prof	-,178	1,000	-,024	-,241	,059	,759	-,526	-,463	-,229	-,209
3:2Sup	-,355	-,024	1,000	,117	,057	-,051	,025	-,490	,360	,049
4:3Sup	,127	-,241	,117	1,000	-,130	-,238	,214	-,229	-,082	-,321
5:4Sup	-,064	,059	,057	-,130	1,000	-,160	-,199	-,002	-,158	-,144
6:4Prof	-,055	,759	-,051	-,238	-,160	1,000	-,585	-,379	-,218	-,217
7:5Sup	,064	-,526	,025	,214	-,199	-,585	1,000	-,228	,416	-,299
8:5Prof	,235	-,463	-,490	-,229	-,002	-,379	-,228	1,000	-,323	,580
9:6Sup	,122	-,229	,360	-,082	-,158	-,218	,416	-,323	1,000	-,237
10:6Prof	-,543	-,209	,049	-,321	-,144	-,217	-,299	,580	-,237	1,000

Esta é uma matriz de similaridade

Fonte: O autor (2020)

Após a elaboração da matriz de proximidade, o *software* utiliza os dados para agrupar as unidades mais próximas entre si. O agrupamento hierárquico consiste em ir agrupando as unidades mais próximas até que todas estejam em um único conjunto. Este tipo de agrupamento é representado graficamente como uma árvore genealógica e os agrupamentos realizados, a partir da matriz de proximidade acima, foram agrupados da seguinte forma:

Figura 66 - Dendrograma de Cluster Analysis, gerado pelo software IBM SPSS Statistics.



Fonte: O autor (2020)

A análise destes agrupamentos sugere dados bastante interessantes para a compreensão dos materiais das coleções dos sítios em estudo. Para tanto, explicarei os agrupamentos levando em consideração não só os tipos utilizados e suas respectivas quantidades, mas também questões relacionadas ao registro arqueológico e aos processos pós-deposicionais, mencionados anteriormente.

A princípio, percebe-se na parte inferior do dendrograma um agrupamento de similaridade entre os conjuntos de superfície dos sítios Meladinha II, III, V e VI, no qual os materiais do III parecem mais distantes dos outros, e isso se deve a presença de tipos de artefatos específicos como os percutores e os percutores e bigornas, os quais só estão presentes no conjunto de superfície do V. Enquanto isso, os sítios II, III e V apresentam a maioria dos tipos em comum. Desta forma os materiais de superfície do III ligam-se mais diretamente com V, enquanto este está proporcionalmente mais relacionado com os outros 3. Portanto, é possível presumir a realização de atividades semelhantes nestes locais sendo que nos sítios Meladinha III e V as atividades poderiam ter sido um pouco diferentes.

Já no meio do dendrograma, há outro agrupamento em que estão associados os materiais de superfície do sítio Meladinha I, e as coleções de profundidade dos sítios Meladinha V e VI. Nota-se também uma maior distância entre os dois últimos e o primeiro devido à presença da ponta de projétil em meio aos materiais de superfície do sítio I. Neste sentido, conforme mencionado no capítulo anterior e neste em relação aos processos pós-deposicionais, não é possível afirmar com certeza se a ponta de projétil faz parte da coleção ou se é um material intrusivo. Neste contexto, teríamos tipos e quantidades de artefatos variando proporcionalmente entre estes três sítios com a ponta de projétil diferenciando-os, o que poderia indicar que ela é intrusiva e não pertence às atividades realizadas no local, ou que as coleções estão associadas com atividades de caça.

Imediatamente acima deste agrupamento intermediário, os materiais da coleção de superfície do sítio Meladinha IV aparece como grupo isolado dos demais. Conforme o pressuposto de que atividades semelhantes requerem um número proporcional de ferramentas, os materiais de superfície do sítio IV seriam indicativos de atividades bastante diferentes dos anteriores verificada pela discrepância de tipos e quantidades, embora parte desta diferenciação realizada pelo software também possa ser devido à presença de 1 fragmento cerâmico entre os materiais. Neste sentido, ainda em relação aos processos pós-deposicionais, foi mencionado neste capítulo que provavelmente há um processo de deflação que pode misturar materiais de camadas acima, com os materiais de superfície que estão no leito dos cursos d'água. Portanto, a cerâmica pode ser intrusiva em meio ao material de superfície deste sítio, dando uma maior impressão de diferenciação nas atividades realizadas, principalmente devido ao fato de que as maiores quantidades relativas de cerâmicas foram encontradas em profundidade e precisamente no sítio Meladinha IV.

Este não se constitui um erro de amostragem, mas indica a necessidade de atentarmos para os processos de formação do registro arqueológico antes de estabelecermos explicações sobre o sistema comportamental, conforme discutido anteriormente sobre os trabalhos de Michael Schiffer.

Por fim, no topo do dendrograma há o agrupamento entre os materiais de profundidade dos sítios Meladinha I e IV, os quais possuem prioritariamente cerâmica com pouquíssimos materiais líticos.

Avaliando estes dados em conjunto pode-se inferir a seguinte relação entre os conjuntos estudados:

- 1- os materiais de superfície dos sítios Meladinha II, III, V e VI da parte inferior do dendrograma indicam a realização de atividades semelhantes nestas áreas;
- 2- os materiais de superfície do sítio Meladinha I e os materiais de profundidade dos sítios V e VI, com atenção à ponta de projétil que pode ser intrusiva, são semelhantes entre si, mas diferentes do primeiro agrupamento, o que indica a realização de atividades diferentes nas áreas dos sítios do primeiro grupo e do segundo;
- 3- Os materiais de superfície do sítio Meladinha IV ou indicam atividades radicalmente diferentes dos dois primeiros grupos ou que os processos pós-deposicionais alteraram a coleção distorcendo as quantidades e natureza dos tipos constatados na coleção; e,
- 4- as coleções de profundidade dos sítios Meladinha I e IV possuem poucos materiais líticos e predominância de materiais cerâmicos, indicando também a realização de atividades distintas dos agrupamentos anteriores.

A partir dos dados obtidos através da análise de agrupamentos, considerando os tipos de artefatos e as quantidades observadas, bem como a posição estratigráfica destas coleções, resta agora buscar por dados que permitam analogias etnográficas que ajudem a explicar quais atividades foram realizadas nos locais estudados.

Neste sentido, Schlanger (1992) apresenta um detalhado estudo em que grupos Anasazi ocuparam determinados locais do rio Dolores, no estado de Colorado, EUA, e que mesmo após o abandono destas áreas como local de residência, alguns espaços continuaram a ser utilizados com finalidades logísticas específicas, como acampamentos onde eram realizadas atividades sazonais, ou como estações de caça, por exemplo.

É necessário destacar que o trabalho mencionado acima não foi citado visando o estabelecimento de uma analogia direta com o contexto dos sítios de Assu, mas para, conforme apontado anteriormente sobre analogias etnográficas, gerar modelos sobre os quais pode-se tentar entender o registro arqueológico.

Portanto, a partir dos dados previamente apresentados, é possível pensar que nas áreas dos sítios de Assu houve alterações nas atividades realizadas naqueles espaços. Levando em consideração a posição estratigráfica dos sítios, em que os materiais de superfície estão em uma altimetria mais baixa que as coleções de profundidade, considero estes materiais superficiais como representantes das primeiras atividades realizadas naqueles locais. Atividades que poderiam estar associadas logisticamente tanto com o preparo de instrumentos de madeira,

devido à grande quantidade de raspadores, ou ao processamento de carnes e peles, devido à presença tanto dos raspadores quanto dos objetos cortantes.

Em um nível estratigráfico mais acima, se considerarmos que a ponta de projétil está associada com os materiais mais próximos, conforme apresentado no dendrograma, pode-se inferir uma utilização daqueles espaços como área de caça de animais de grande porte. Esta inferência tem por base dois argumentos principais:

- 1- o argumento de Dunnell (1992) de que pontas de projétil funcionalmente completas geralmente não são encontradas junto a grupos de artefatos de uso doméstico, pois presumivelmente pouca ou nenhuma caça acontece nos espaços domésticos ou imediatamente adjacentes; e
- 2- o levantamento etnográfico e etnohistórico realizado por Ellis (1997), no qual o autor buscou informações sobre grupos indígenas da América do Norte, da Austrália e do sul da América do Sul, e verificou uma recorrência no uso de pontas de projétil de pedra na caça de animais grandes e na guerra, enquanto que para animais de pequeno porte e aves seriam utilizados projéteis orgânicos como de madeira e osso.

Em relação ao contexto arqueológico do Rio Grande do Norte, Mutzenberg (2004, p. 6) ao realizar trabalhos na região do Seridó, situada no baixo curso do rio Açu-Piranhas, sugere que as pontas de projétil poderiam estar associadas a períodos mais antigos de ocupação “com a presença de uma fauna de grande porte contemporânea a ocupações humanas”, podendo ter sido posteriormente substituída por pontas orgânicas.

Entretanto, as caças de grande porte mencionadas por Ellis (1997) consistem de animais com mais de 40 kg. E, segundo o levantamento etnohistórico e etnográfico realizado pelo autor, dentre as 79 sociedades estudadas que utilizavam a ponta de projétil de pedra, em 96% delas utilizavam estas pontas em caça de grande porte, ou em caças perigosas, ou na guerra. Neste sentido, tendo por base esta definição de caça de grande porte como animais com mais de 40kg, é possível supor a utilização destas ferramentas na caça de alguns cervídeos, talvez de capivaras, de onças, ou mesmo em humanos (em guerra), sendo que elas não necessariamente estariam associadas a períodos mais remotos com presença de animais de grande porte como a megafauna, por exemplo.

Retomando os dados obtidos pela análise de agrupamentos, as coleções cerâmicas que estariam mais acima na sequência estratigráfica, poderiam estar relacionadas com acampamentos breves, uma vez que não foi encontrada grande quantidade de fragmentos

cerâmicos que indicassem uma ocupação prolongada, pois, nesta perspectiva, como aponta Schlanger (1992),

Caçadores-coletores mantêm inventários relativamente pequenos de ferramentas, e as populações de artefatos dos caçadores-coletores são pequenas, enquanto que agricultores possuem maiores inventários de artefatos e as populações de artefatos geradas por agricultores tendem a ser grandes. Caçadores-coletores tendem a se mover frequentemente e as distribuições dos artefatos deles tendem a ser dispersas, agricultores se movem menos frequentemente e os artefatos descartados por eles geralmente estão aglomerados em torno de estruturas altamente visíveis (SCHLANGER, 1992, p. 91, tradução nossa).

A partir do entendimento da variação artefactual nos sítios de Assu como uma mudança logística e organizacional do uso do espaço, pesquisas futuras deverão ser realizadas em outras áreas como a chapada do Apodi, ou o litoral do estado do Rio Grande do Norte, visando identificar outros espaços ocupados por estes grupos e quais as utilizações destes locais no funcionamento do sistema social. Levando em consideração que os sítios em estudo se encontram bastante próximos em um mesmo ecossistema, uma melhor compreensão do funcionamento do sistema social do grupo em estudo será alcançada à medida que forem identificadas outras áreas de atividades utilizadas por eles, em outros contextos ambientais.

5.4 CONCLUSÕES

Segundo apresentado neste capítulo, o quadro teórico processual possui uma orientação sincrônica para o estudo da cultura material. A variação da cultura material em sítios arqueológicos pode estar mais relacionada com as atividades realizadas naqueles locais do que a ocupações por grupos distintos. A partir do estudo de grupos vivos, diversos pesquisadores como Binford atentaram para o uso diferenciado de espaços por um mesmo grupo, sendo que atividades de caça seriam realizadas em alguns locais, enquanto as atividades domésticas relacionadas à ocupação propriamente dita seriam em locais diferentes e cada atividade deixaria distintos tipos e quantidades de artefatos no registro arqueológico.

Do ponto de vista metodológico, as pesquisas de campo buscam identificar esta diferenciação no registro arqueológico para entender o funcionamento dos sistemas culturais em termos de como estes se adaptaram ao meio ambiente. Para isso são utilizados modelos explicativos hipotéticos gerados a partir de diversas fontes, tais como a analogia etnográfica.

De forma que se busca uma explicação causal dos comportamentos humanos ao comparar dados de diferentes culturas em busca de regularidades ou leis que governam a atuação humana.

Neste sentido, o estudo do comportamento de grupos vivos forneceria bases para o estabelecimento de analogias que poderiam ser testadas contra o registro arqueológico, propiciando uma explicação do passado a partir da relação causal percebida analogamente entre os sistemas culturais.

Além disso, há uma defesa de que a cultura deve ser estudada a partir de uma perspectiva multivariada, de forma que se entende que há diversos fatores influenciando não só o funcionamento do sistema cultural, mas também a produção e utilização da cultura material e o local de deposição em que o arqueólogo encontra os vestígios arqueológicos.

Com o intuito de analisar objetivamente a influência destas variáveis nos sistemas culturais e no registro arqueológico foi proposta a utilização de técnicas de estatística que avaliam a correlação entre variáveis em fenômenos multivariados, de forma que a aplicação matemática também forneceria uma base de analogia para explicar o fenômeno em estudo, a qual poderia ser replicada e testada por outros pesquisadores.

Ao analisar os sítios de Assu a partir deste quadro teórico, os dados indicaram uma continuidade cultural a partir da constatação da utilização das mesmas técnicas e métodos de lascamentos, os quais são entendidos a partir de uma noção normativa de cultura implícita nos estudos tecnológicos como construídos socialmente e transmitidos tradicionalmente. Além disso, entretanto, a preocupação com os processos pós-deposicionais revelou que alguns materiais podem ser intrusivos, como os núcleos explorados ortogonalmente e alguns outros artefatos que podem ter sido deslocados por deflação causada pelo carreamento dos sedimentos finos, misturando materiais de diversas camadas.

No entanto, apesar da similaridade técnica, houve uma mudança nas proporções e tipos de artefatos nas coleções de superfície e profundidade o que poderia indicar que os locais dos sítios foram utilizados para atividades diferentes ao longo do tempo. Contudo, torna-se difícil de apontar com precisão esta alteração no sistema cultural tendo por base apenas estes sítios que estão localizados em um mesmo contexto ambiental, de modo que outros espaços deveriam estar sendo explorados concomitantemente a este pelo sistema cultural em estudo. Desta forma, pesquisas regionais mais amplas poderão trazer outros dados sobre o funcionamento deste sistema cultural e possivelmente sobre esta mudança na utilização dos espaços.

6 TERRITORIALIDADES NA PAISAGEM DO VALE DO AÇU

Nos capítulos anteriores mostrei as relações dos pressupostos filosóficos associados à razão iluminista e positivista na prática da pesquisa arqueológica. Contudo, no primeiro capítulo apresentei que há diversos outros preceitos que se opõem em maior ou menor medida àqueles já apresentados. Portanto, neste capítulo utilizarei os mesmos dados já expostos nos 3 três capítulos anteriores, e alguns outros ainda não mencionados para exemplificar outras perspectivas de pesquisa que sejam mais próximas de um estudo humano, embora não se abandonem as informações obtidas pelos métodos das ciências exatas e naturais.

Do ponto de vista da produção do conhecimento, a dialética aparece como preceito filosófico fundamental no desenvolvimento de uma interpretação hermenêutica que não só não supõe uma neutralidade do pesquisador, mas que expõe diretamente a atuação deste na produção da compreensão do passado.

A dialética também é o principal preceito que orienta a compreensão da cultura material em sua dimensão simbólica, enquanto construção social que ao mesmo tempo ajuda a construir a sociedade em que está inserida. De forma semelhante, busca-se o entendimento dos grupos humanos como regido por normas sociais, as quais são ativa e constantemente renegociadas entre os indivíduos que compõem a sociedade, o que permite a própria alteração das normas sociais que orientam o funcionamento social (BOUMA, 1977).

Além disso, a partir das críticas pós-modernas, nas ciências sociais e humanas diversos pesquisadores passaram e ainda passam por um processo de autorreflexão sobre o seu papel na sociedade contemporânea. Neste sentido reforça-se a necessidade do desenvolvimento de estudos que sejam mais abrangentes da experiência humana e que levem em consideração as diversas experiências dos diversos grupos nos locais estudados, e estes estudos devem permitir uma apropriação deste(s) passado(s) pelas inúmeras vozes presentes na sociedade contemporânea (HODDER, 1991).

Neste sentido, conforme mostrarei adiante, a elaboração de uma interpretação contextual e hermenêutica não nega os dados produzidos pelas ciências naturais e exatas em prol de uma construção de discursos especulativos voltados unicamente para o fortalecimento de determinados grupos em disputas contemporâneas pelo poder, ao contrário, conforme argumenta Hodder (1991), a interpretação necessita de dados empíricos parcialmente objetivos

para construir um passado que possa ser experimentado e apropriado pelos diversos grupos que compõem a sociedade contemporânea.

De um ponto de vista mais prático utilizarei aqui a noção de “não-sítio”, que busca entender as concentrações de artefatos arqueológicos como fenômenos de acúmulo de materiais, relacionando as características ambientais com as dispersões espaciais das concentrações de artefatos dando maior atenção aos processos de formação do registro arqueológico.

Conforme mostrarei adiante, tal perspectiva permite e utiliza uma compreensão da dialética entre os grupos humanos e a paisagem em diversos momentos e possibilita o entendimento das interações entre os grupos e o seu meio ambiente de forma a destacar estas relações como influências determinantes nos processos de formação do registro arqueológico que são fundamentais na própria formação dos “sítios arqueológicos”.

Neste sentido, o estudo da paisagem do vale do Açu a seguir utiliza a cultura material para contar uma história das diversas relações entre os distintos grupos humanos e aquela região ao longo do tempo, tomando a paisagem não apenas como ambiente físico, mas como local carregado de significados para a experiência humana.

Neste sentido, adiante apresentarei mais um pouco do contexto do surgimento e desenvolvimento dos conceitos que possuem influência direta da dialética, da hermenêutica e o enfoque da dimensão pragmática da linguagem e de como estes conceitos estão relacionados com a pesquisa arqueológica. Apresentarei os dados já expostos nos capítulos anteriores e alguns novos sob esta outra perspectiva para mostrar quais resultados podem ser obtidos e, por fim, elaborarei uma história das territorialidades na paisagem do vale do Açu, privilegiando as relações entre grupos e ambiente em vez de focar estritamente nos artefatos.

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL

No capítulo 2 apontei brevemente como pressupostos filosóficos foram sendo desenvolvidos no sentido oposto da ênfase dada à razão iluminista. O contexto social no ocidente teve diversas influências marcantes na recusa e posterior aceitação dessas ideias ao longo do tempo.

Conforme mencionado anteriormente, no século XX, principalmente após as duas grandes guerras mundiais o status da razão e da ciência como impulsionadoras do desenvolvimento humano passa a ser mais duramente criticado enquanto as estruturas de dominação capitalistas são cada vez mais denunciadas enquanto tal.

Em uma relação dialética, quanto mais se fortalecia o capitalismo que começava a formar um mundo globalizado, mais se fortaleciam também suas críticas. O próprio contexto sócio-político da guerra fria pode ser entendido um exemplo do desenvolvimento antagônico de perspectivas filosóficas em favor da razão iluminista positivista de um lado e em favor de suas críticas por outro. Conforme mencionado anteriormente, se o momento histórico de maior destaque das ideias iluministas foi chamado de modernismo, o momento de ênfase em suas críticas foi definido como pós-modernidade.

Neste contexto, passam a ser valorizadas outras formas de explicação da realidade a partir de perspectivas diferentes daquelas do positivismo iluminista. O surgimento dos estudos pós-coloniais, pós-estruturais, feministas e em favor das minorias nas ciências humanas e sociais são reflexo da efervescência destas ideias no contexto social.

A partir do ponto de vantagem do pensamento pós-moderno, a filosofia clássica da história, a qual tem se apresentado desde o iluminismo como o horizonte último de todas as interpretações, aparece simplesmente como mais uma forma de fazer sentido entre outras. Ela funciona como um mito descrevendo o progresso de um objeto universal – ‘o herói do conhecimento e da liberdade’ – e serve para legitimar e para proteger de críticas um conjunto específico de valores que estão profundamente arraigados no ocidente (PETERS, 1994, p. 11, tradução nossa).

Para exemplificar melhor do desenvolvimento destas ideias ao longo do tempo abordarei o desenvolvimento do estruturalismo até sua versão pós-moderna e a influência destas ideias no contexto da arqueologia.

Hicks (2004) argumenta que é a partir dos escritos de Kant, e sua crítica de que é o sujeito que constrói o objeto, que no século XX surgem duas vertentes epistemológicas para lidar com esta relação entre sujeito e objeto: o estruturalismo e a fenomenologia. Ambos são resultados diretos da filosofia transcendental de Kant (que o conhecimento só pode ser obtido através da atuação do sujeito cognoscente).

Conforme explica Oliveira (2015, p. 207), já que o conhecimento é produzido pelo sujeito que conhece, “há uma pluralidade de formas de objetividade de tal modo que é tarefa da fenomenologia pesquisar os diferentes modos de dar-se do real ao homem”, ou seja, a

fenomenologia explica como o real se apresenta para a subjetividade humana. Já o estruturalismo possui mais proximidade com as ideias dos pensadores que postularam o segundo passo atrás e identificaram a linguagem como mediadora de qualquer conhecimento, desenvolvendo e superando a filosofia transcendental de Kant. Apontarei então algumas características do desenvolvimento desta segunda vertente epistemológica.

No capítulo 2 mencionei uma distinção conceitual entre Platão e Aristóteles a respeito da matemática, na qual o primeiro considera a matemática inteiramente abstrata e sem ligações com a realidade enquanto o outro percebe uma relação parasitária dos conceitos matemáticos com objetos reais, pois se precisa de objetos que sejam quantificados para que existam os números.

De forma semelhante, no estruturalismo há um paralelo com a concepção platônica e pode-se entender a linguagem como totalmente separada dos objetos que significa. Segundo afirma Giddens (1999) ao abordar o trabalho de Ferdinand de Saussure,

Considerando-se que a palavra extrai significado apenas das diferenças estabelecidas entre ela e outras palavras, as palavras não podem “significar” seus objetos. A língua é forma, não substância, e só consegue gerar significado graças ao jogo interno de diferenças (GIDDENS, 1999, p. 289).

Os estudos estruturalistas se iniciaram primeiro na linguística com Ferdinand de Saussure, foram primeiramente importados pela antropologia, e, posteriormente, por todas as outras ciências sociais a partir do diálogo destas com a antropologia (LAPLANTINE, 2012).

Ferdinand de Saussure defendia, em oposição à linguística histórica, amplamente diacrônica, que predominava até então, uma linguística sincrônica que não se interessava com a evolução da língua através do tempo, mas mais com a estrutura da linguagem em determinado ponto no tempo. (...) Uma importante figura no estruturalismo dos anos de 1960, o etnólogo Claude Lévi-Strauss, contrastou o pensamento mágico e totêmico dos selvagens, o qual, em sua recusa em acreditar que as coisas realmente mudam, é radicalmente a-histórico (MEGILL, 1979, p. 452, tradução nossa).

No plano filosófico mais amplo, os primeiros trabalhos de Wittgenstein serão essenciais para reforçar esta concepção. O desenvolvimento da perspectiva que privilegia a dimensão semântica da linguagem (a mesma que influenciou os filósofos analíticos do Círculo de Viena) possuem como pressuposto fundamental a isomorfia entre linguagem e mundo. “Wittgenstein afirma uma identidade estrutural entre o mundo dos fatos e o mundo do pensamento, isto é, a estrutura do pensamento corresponde à estrutura do mundo” (OLIVEIRA, 2015, p. 105)

Partindo desses pressupostos, o citado autor segue explicando que para Wittgenstein as relações do mundo real não são de natureza objetual, mas sim de natureza lógica e é a partir desta correspondência estrutural entre linguagem e mundo que podemos utilizar a lógica (dimensão semântica) para entender a realidade. Na Antropologia e na Arqueologia estruturalista este pressuposto é de certa forma reduzido e é traçada uma analogia para se pensar as estruturas culturais como semelhantes às estruturas linguísticas.

A partir desta perspectiva, se percebe que nos estudos linguísticos, assim como na Arqueologia, houve uma mudança de paradigma com o surgimento dos estudos estruturais. O trabalho de Urban (1992) citado no capítulo 3 possuía, conforme mencionado, um caráter de identificação linguística como por descendência genética, identificando a evolução das linguagens na diacronia. A partir do estruturalismo, contudo, passou-se a buscar a comparação das linguagens visando identificar as estruturas gramaticais vistas de forma sistêmica e sincrônica, com a diferença de que as estruturas estudadas estavam relacionadas com os significados. Tal perspectiva foi adotada em muitas outras disciplinas, inclusive na arqueologia com o intuito de identificar a estrutura simbólica por trás do sistema adaptativo.

Estruturalistas têm demonstrado que se os sistemas culturais forem tratados como linguagens e forem sistematicamente analisados através de métodos emprestados da linguística, então os significados implícitos nos sistemas podem ser explicitados. Este método tem sido aplicado a textos literários, contos folclóricos, mitos, organizações sociais, sistemas de parentesco e psicoterapias, geralmente com resultados impressionantes (PACE, 1978, p. 283, tradução nossa).

Segundo o autor citado, a linguística atraiu Levi-Strauss porque seria a única ciência social que teria atingido o nível de precisão de uma ciência natural. Este enfoque linguístico apropriado por Levi-Strauss fez com que o pensador acreditasse que os sistemas culturais de todos os tipos poderiam ser vistos como linguagens. Ele argumentava que cada aspecto da cultura não teria apenas um papel funcional, mas também valores simbólicos (PACE, 1978).

Em si mesma a noção de valor simbólico de objetos concretos não era nova. Mas Levi-Strauss a levou muito mais longe do que seus predecessores tinham. Ele argumentava que sociedades não literárias expressam seus pensamentos e emoções não pela invenção de conceitos abstratos especiais, mas através da justaposição de objetos concretos emprestados de seu ambiente. Então, tais oposições como alto/baixo, vermelho/preto, norte/sul ou cru/cozido, poderiam ser usadas para expressar as diferenças abstratas entre grupos sociais, os papéis dos homens e das mulheres, e os conceitos de natureza e cultura (PACE, 1978, p. 286, tradução nossa).

É necessário destacar que em relação ao entendimento da cultura como linguagem não há uma separação tão radical entre a estrutura cultural e o mundo real, a premissa de Saussure

sobre a língua ser construída somente de modo relacional a partir da diferença entre as palavras foi bastante criticada por seus seguidores, mesmo na linguística (GIDDENS, 1999).

Além disso, conforme afirma Wylie (2002) pesquisas estruturalistas devem buscar alcançar dois objetivos. O primeiro está relacionado com a concepção de que as comunicações não linguísticas não possuem efeitos comunicativos bem definidos, de forma que comportamentos e materiais utilizados na cozinha ou na moda, por exemplo, possuem significados que não são expressados de forma direta como em uma mensagem escrita ou oral. E, portanto, é necessário primeiramente que seja demonstrado que há nesses fenômenos estruturas de significados. E o segundo, tem a ver com uma maior especulação em relação aos significados estudados, pois os significados contidos na comunicação não linguística não foram necessariamente criados com a intenção de passar mensagens como nas comunicações linguísticas.

Partindo desta perspectiva, para a mencionada autora, o estruturalismo traz consigo uma questão crucial na forma de produção do conhecimento que vai de encontro à concepção de ciência positivista empirista, pois como é possível buscar entender os significados e suas relações que possuem uma existência objetiva, mas que não são diretamente observáveis? Ao citar o trabalho de E. Leach, a autora menciona a seguinte crítica do pesquisador,

Se o argumento estruturalista é levado a sério e é reconhecido que o conteúdo cognitivo e ideacional da caixa preta cultural deve ser entendido porque não se pode presumir que seu produto material possa ser explicado em termos estritamente funcionais-adaptativos, então não parece haver outra saída a não ser abandonar a pesquisa empírica e adotar precisamente o tipo de adivinhação não científica, do qual os arqueólogos contemporâneos têm buscado se distanciar (WYLIE, 2002, p. 130, tradução nossa).

Entretanto, a citada autora argumenta que tal dilema é equivocado e que se pode abordar o estruturalismo como procedimento de construção de modelos, que a partir de metáforas linguísticas, pode organizar fragmentos distintos de fenômenos culturais considerando os fatores ideacionais e cognitivos que se pressupõe que tenham gerado os fenômenos. Neste sentido, um modelo analítico reduz as possibilidades de interpretação e impediria que o resultado seja totalmente especulativo.

Collingwood ilustra este ponto com uma história de detetive na qual hipóteses sobre motivos do assassino e meios para o crime – respostas prospectivas para a questão geral de quem cometeu o crime (e como e por que) – desenvolvem questões claramente definidas sobre quais pistas materiais deveriam existir (ou não) se a causa da morte for um suspeito ou curso de ação em vez de outro. Por toda esta relatividade da questão e modelo, este procedimento não é necessariamente viciosamente circular. Os dados são

interpretados como evidência em um processo de tentativas de modelos explicativos sugeridos pelo modelo analítico (WYLIE, p. 132, tradução nossa).

Portanto, mesmo que o objetivo seja a identificação de significados que não são diretamente observáveis, a construção de modelos analíticos estruturalistas ainda permitiria a inferência destes significados a partir da verificação da coerência entre os dados observados e os modelos explicativos.

Do ponto de vista mais específico da arqueologia, o estruturalismo influenciou o estudo da cultura material a partir da possibilidade de abordar sua dimensão simbólica, expandindo o potencial de estudo para além da descrição dos atributos físicos, ou das relações causais geradas pela necessidade de adaptação a contextos ambientais. Segundo Hodder (1995), a arqueologia é fascinante, pois consegue agregar a “maciez” das humanidades com a “dureza” das ciências físicas e naturais e isso se deve à dualidade do objeto de estudo dos arqueólogos: a cultura material.

Os artefatos estudados pelos arqueólogos nos contam a história, mas não na linguagem do historiador. O arqueólogo lida com coisas e não com palavras. Cultura material é tanto produto da intenção humana como é material que segue as leis do mundo não humano. O próprio termo captura a dualidade entre “material” e “cultura” (HODDER, 1995, p. 10, tradução nossa).

Entretanto, conforme mencionado, o estruturalismo possuía também uma orientação sistêmica no desenvolvimento dos estudos de forma que se assemelha com a perspectiva funcionalista da antropologia, a qual influencia também o paradigma processual arqueológico, com a distinção de que seu objeto seria o simbolismo.

A noção de uma estrutura simbólica que rege a vida dos indivíduos passou a ser criticada a partir do trabalho do sociólogo Anthony Giddens que propôs que estas concepções de estruturas abordam os indivíduos como passivos, os quais apenas internalizam normas e valores morais pré-existentes, de modo que sua atuação é praticamente mecânica (BOUMA, 1977).

Esta crítica pode ser facilmente estendida para os paradigmas teóricos da arqueologia, pois tanto a perspectiva evolucionista, quanto a difusionista, abordam a cultura material como um fluxo contínuo ao longo do tempo, no qual os humanos inventam ou se apropriam de inovações tecnológicas que se espalham no espaço-tempo. De forma semelhante, a perspectiva sistêmica processual encara o desenvolvimento e uso da tecnologia como recurso voltado para

a adaptação ao ambiente, deixando pouco ou nenhum espaço para a atuação individual nesta produção/utilização da cultura material.

No capítulo 2 mencionei brevemente o desenvolvimento de quadros teóricos que se dedicavam à compreensão da relação entre grupos humanos e seu meio ambiente, como o materialismo histórico da teoria marxista, por exemplo. Apresentei também algumas questões relacionadas ao desenvolvimento dessas ideias no plano sociopolítico do ocidente, assim como suas revisões devido à mudança no contexto histórico ocidental. É nesta conjuntura que se desenvolve, num plano mais geral da filosofia, a ênfase na dimensão pragmática da linguagem (linguagem enquanto ação), conforme também já mencionado.

Neste contexto, é a partir do trabalho de Giddens na sociologia que surge o conceito de agência e, por conseguinte, de estruturação. Conforme apresentado no capítulo 2 sobre o trabalho de Hodder e Hutson (2003), a noção de agência refere-se à possibilidade de atuação ativa do indivíduo em sua estrutura social. Para exemplificar esta concepção na arqueologia os citados autores argumentam que,

Ao enfatizar a agência na teoria social, nós não queremos sugerir que deveríamos identificar ‘grandes homens’ e ‘grandes mulheres’, mas que cada objeto arqueológico é produzido por um indivíduo (ou grupo de indivíduos), e não por um sistema social (HODDER e HUTSON, 2003, p. 7, tradução nossa).

O conceito de estruturação tem influência direta do estruturalismo, pois também pressupõe uma estrutura que orienta a atuação humana, contudo, esta estrutura não é fixa e é constantemente alterada pela agência dos indivíduos que compõem a sociedade. Como afirma Bouma (1977),

[...] a interação pressupõe um plano de fundo de crenças e conhecimentos comuns. Este contexto de significados é constantemente negociado e renegociado pelos atores em vez de ser uma realidade fixa, externa e objetiva a qual os atores têm referência. A verdade é negociada intersubjetivamente (BOUMA, 1977, p. 411, tradução nossa).

Neste sentido, há uma relação dialética entre os indivíduos que compõem a sociedade e as estruturas sociais criadas por eles. As estruturas sociais são construídas pela atuação humana ao mesmo tempo em que são o meio para sua própria construção.

Do ponto de vista arqueológico, esta concepção de estudo da cultura como linguagem foi também utilizado para entendimento da cultura material. Segundo Hodder (1979, p. 449, tradução nossa), “Itens da cultura material podem ser vistos como meio de comunicação entre indivíduos e grupos”.

Neste trabalho citado acima, o autor utiliza exemplos etnográficos que explicam as particularidades da cultura material de dois grupos que possuem uma economia idêntica, mas que competem pelos mesmos recursos em um ambiente.

A relação entre a padronização da cultura material e do conflito pelos recursos é visto mais claramente quando são examinadas diferentes fronteiras entre tribos na área Baringo. Em algumas áreas, as diferenças culturais são menos explícitas. Componentes de habitação de duas tribos vizinhas são encontrados misturados, as mulheres vestem formas combinadas de decoração, e há uma dispersão dos atributos pela “fronteira”. Em tais áreas de fronteira a pressão econômica é aliviada, por exemplo, pela exploração de uma gama maior de recursos, incluindo peixes, a partir de adaptações sutilmente diferentes dos dois grupos locais ao mesmo ambiente, e por menor densidade de população. Em outra região de fronteira, existe uma densidade populacional extremamente elevada, e as tribos vizinhas competem pelos mesmos recursos escassos com economias idênticas. Correspondendo a um conflito maior na incursão destas áreas, dicotomias na cultura material são claramente destacadas. Existe menos “névoa” nos limites e não há misturas de componentes entre as diferentes tribos, e os indivíduos raramente usam ornamentos que possuam influências “combinadas” (HODDER, 1979, p. 447, tradução nossa).

O pesquisador aponta estes exemplos etnográficos para ilustrar como a utilização da cultura material segue padrões sociais de comunicação que estão intimamente ligados a atuação dos indivíduos em questões sociais como, por exemplo, a manutenção de uma identidade claramente distinta dos outros grupos em áreas de conflito.

Esta perspectiva problematiza a concepção difusionista em que se acredita que as culturas vão assimilando passivamente as inovações tecnológicas difundindo-as no espaço. Segundo Akrich (1993) se deve buscar entender a interação entre os grupos e os objetos sem cair nas armadilhas de um “tecnologismo” ou de um “sociologismo”. Para a autora,

A primeira posição envolve considerar o desenvolvimento tecnológico como sendo acima de tudo determinado pela existência de recursos e restrições técnicas, cuja interação é suficiente para explicar a forma tomada pelos vários objetos técnicos ao longo do tempo. Desta forma, existem duas possibilidades: ou a tecnologia consegue se dispersar e se mostra capaz de impor uma nova ordem social, ou ela compete com obstáculos sociais não-técnicos (social, econômico, cultural etc.) para sua difusão e não há outra forma de contorná-los a não ser através de uma reforma das pessoas, libertando-as de seus preconceitos e tabus. Embora seja o inverso diametral desta posição, “sociologismo” apenas repete a distinção entre tecnologia e sociedade da qual o “tecnologismo” depende, enquanto inverte seu “sentido”. Então é considerado que uma dada tecnologia só pode se espalhar com sucesso se satisfizer as exigências de uma ordem social imutável (AKRICH 1993, p. 289, tradução nossa).

Tal perspectiva não nega a capacidade de uma tecnologia se difundir, mas aponta que há também um forte elemento social que pode facilitar ou impedir esta difusão. Segundo

Lemmonier (1993) para que uma característica tecnológica seja assimilada, ela deve se encaixar fisicamente com práticas já existentes no grupo.

[...] para ser mantida, uma característica tecnológica deve ser *entendida* como forma potencial (ou elemento de uma forma) de ação no mundo material. Um novo gesto, artefato ou sequência completa de operações técnicas deve ser decifrada, apreciada e dada um lugar à luz do “conhecimento” técnico de um grupo – que são as representações de quais elementos materiais podem ser combinados, e como, para se obter determinados efeitos físicos. Então, sejam quais forem os meios, as representações da tecnologia exercem um papel central nas avaliações de compatibilidade e incompatibilidade que subjazem a escolha de uma técnica particular (ou elemento de uma técnica) (LEMMONIER, 1993, p. 14, tradução nossa).

Neste sentido, conforme mencionei acima, é necessária uma avaliação mais minuciosa de um contexto complexo que envolve características de significados sociais na assimilação de uma tecnologia (ou técnica) em vez de simplesmente presumir uma difusão por culturas receptoras passivas.

Esta perspectiva problematiza os enfoques teóricos anteriores e expande a possibilidade de estudo da cultura material em diversos contextos que podem ir, por exemplo, desde o estudo das relações do grupo com o ambiente até as dimensões sociais e simbólicas dos grupos representadas em sua materialidade. Assumindo a dialética em diversos aspectos da pesquisa, não só em relação à construção mútua dos grupos pré-históricos e sua cultura, mas também entre o pesquisador e seu objeto de estudo.

Neste sentido, a partir do conceito de estruturação, na arqueologia há diversos estudos voltados para a compreensão da cultura material como portadora de significados, bem como de sua relação dialética com os indivíduos, e dos indivíduos com a sociedade. Alguns destes estudos estão voltados, por exemplo, para a discussão sobre a memória.

Para Donald (1998) a cultura material tem o papel de dar continuidade a elementos culturais dentro de um mesmo grupo. O conceito de Armazenamento Simbólico Externo, segundo a argumentação de Renfrew (1998), expressa a capacidade da cultura material de ser imbuída de significado. Esse significado imbuído nos objetos pode ser tanto descritivo como simbólico. Desta forma, um objeto com determinadas características pode ser percebido como tal, a partir de referências a outros elementos ou outros objetos. Ou seja, na característica descritiva, uma casa cheia de móveis é percebida de acordo com as definições dos móveis e dela própria.

Por outro lado, o significado simbólico é um sentido imaterial relacionado aos objetos e que necessita destes para reproduzir a definição. Assim, uma ideia de algo “quente” não tem seu significado transmitido a não ser que haja um objeto que possua essa característica para propiciar a reprodução da noção de “quente”.

Desta forma, o conceito de Armazenamento Simbólico Externo é usado para explicar que a cultura material intervém na sociedade como portadora e reprodutora de significados. Ou seja, segundo Donald (1998) a forma como as casas são construídas, por exemplo, possui um simbolismo implícito que modela as interações sociais do dia-a-dia, servindo como uma das bases para a formação e manutenção da cultura, uma vez que, por exemplo, cada cômodo possui uma série de comportamentos aprendidos dentro da sociedade. Desta forma, não só o meio social retém a memória do grupo, mas a cultura material também teria essa capacidade.

Porém, alguns pesquisadores criticam o conceito de armazenamento Simbólico Externo devido à concepção de que o objeto recebe um significado e o armazena para que possa atuar de volta na sociedade. Essa perspectiva acaba por encarar a memória como um fator incorpóreo na sociedade algo, como o próprio conceito já diz: externo.

Jones (2007) elabora a crítica à noção de externalidade e de armazenamento da memória ao abordar que geralmente associa-se ao conceito, referido acima, a ideia de que a “designação” de significado em ou sobre um objeto, torna o significado fixo. Desta forma, seria esse conteúdo simbólico que agiria de volta na mente humana fazendo com que o conhecimento desejado pelo criador da peça fosse adquirido pelo indivíduo que utilizasse o objeto.

Desta forma, ao confeccionar um objeto, o produtor o imbuiria com um significado simbólico o qual atuaria nos indivíduos que os utilizassem, reproduzindo o conhecimento prévio que o produtor possuía e desejava transmitir.

Para Jones (2007), uma alternativa ao conceito de armazenamento externo é a ideia de “leitura” da cultura material, para discutir que os objetos só possuem seus significados a partir da interpretação que seus produtores e usuários fazem. Ou seja:

Nós operamos em um universo conceitual onde os objetos não possuem uma vida independente, se eles são feitos para agir ou são imbuídos com significado, então isso só se dá através da intencionalidade humana. Objetos não tem significado a não ser que esse seja designado a eles pela agência humana (Jones, 2007, p. 34, tradução nossa).

Contudo, segundo o referido autor, afirmar que os objetos são simples mediadores da ação, não é suficiente. A cultura material é geradora ao mesmo tempo que é resultado de uma

grande rede de relações sociais. Para Hodder e Hutson (2003, p. 3, tradução nossa) “a cultura material e a sociedade se constroem mutuamente, dentro de conjuntos de ideias, crenças e significados culturais historicamente específicos”.

Desta forma, não é como se as pessoas fizessem os objetos e esses depois “fizessem” as pessoas, como se cada elemento tivesse seu momento de ação, ambos estão em constante atuação, um influenciando o outro. Os indivíduos produzem a cultura material, que fornece os meios para que as pessoas possam agir sobre o ambiente e assim, através da ação, indivíduos e objetos perduram (Jones, 2007).

Entretanto, há a preocupação de como identificar esta relação na cultura material. Se a cultura material é ativamente utilizada em relações complexas como de identificação cultural, por exemplo, como identificar estes significados no registro arqueológico? É possível decifrar os significados que existiam “nas mentes” dos grupos pré-históricos?

Visando elaborar uma resposta para estes questionamentos, Hodder (1995) argumenta que a partir de uma densa descrição da cultura material seria possível entender os significados de um objeto, ao inseri-lo cada vez mais em seus múltiplos contextos.

Na tentativa de ver as sociedades e a cultura humana através de abordagens defendidas nas ciências naturais, os arqueólogos nos anos de 1960 e 1970 chegaram a enfatizar as relações previsíveis entre comportamento, cultura material e ambiente. Então foi-nos dito com precisão estatística que assentamentos com determinada área de piso deveria conter certo número de pessoas, ou que a complexidade dos sepultamentos estava relacionada com a complexidade social de alguma maneira direta. Na verdade, é claro, as sociedades não são constituídas de pessoas seguindo regras a-históricas obstinadamente. Grupos em sociedade têm diferentes objetivos e estratégias para alcançá-los e eles dão diferentes significados para o mundo ao seu redor (HODDER, 1995, p. 13, tradução nossa).

A princípio, a busca pelo entendimento dos significados “na mente” dos grupos pré-históricos parece uma tarefa inalcançável. Entretanto, conforme apontei nos capítulos anteriores em relação à noção normativa da cultura, os arqueólogos sempre estiveram buscando encontrar as preferências dos produtores (SPAULDING, 1954), ou os conceitos dos processos de produção da cultura material (PELEGRIN, 1991), informações contidas “na mente” dos indivíduos dos grupos pré-históricos. Neste sentido, Hodder (1995) defende que

[...] nós podemos em alguma medida acomodar nossas construções para um entendimento dos significados ‘deles’. Mas para aqueles que têm o objetivo de reconstruir em vez de apenas construir o passado, o que eu acho totalmente incompreensível é a visão de que podemos fazer isso sem chegar aos significados ‘deles’. Muitas pessoas parecem aceitar que a cultura humana é cheia de significados e propósitos e ainda assim, ao mesmo tempo, elas

parecem convencer a si mesmas de que a cultura humana pode ser estudada sem se dirigir aos seus significados (HODDER, 1995, p. 14, tradução nossa).

Do ponto de vista prático, o referido pesquisador defende a utilização da hermenêutica como ferramenta metodológica para o estudo dos significados simbólicos da cultura material. No capítulo 2, expliquei rapidamente a proposta da hermenêutica enquanto ferramenta metodológica para o estudo das ciências humanas, a qual poderia ser realizada partindo de uma explicação de regras causais do mundo natural, para voltar para uma compreensão do mundo humano, que é regido por valores, significados e propósitos. Tal perspectiva aproveita a dualidade da cultura material enquanto parte tanto do mundo físico quanto do simbólico.

Uma característica marcante desta metodologia é que ela não pretende isolar o pesquisador como se ele não tivesse seus preconceitos ou interesses. Enquanto no histórico-culturalismo espera-se que os fatos falem por si mesmos de forma indutiva para um pesquisador neutro, nesta perspectiva se espera o contrário e se busca entender como o pesquisador construiu ativamente o passado.

Nós avaliamos muitos argumentos não tanto pelo teste de conhecimentos gerais e universais contra os dados usando instrumentos de medição independentes e universais, mas através da interpretação de um conhecimento geral ou conhecimento prévio em relação ao nosso conhecimento de contextos particulares. Nós colocamos a coisa a ser entendida mais e mais em seu contexto, nos movendo para frente e para trás entre o contexto ‘delas’ e no ‘nosso’ contexto até que a coerência é atingida. E ênfase está em relações partes-todo. Nós tentamos encaixar as partes em um todo interpretativo ao mesmo tempo em que construímos o todo a partir das partes (HODDER, 1991, p. 8, tradução nossa).

Como afirma o citado autor em outro de seus trabalhos, nós não podemos predizer como a cultura material de qualquer grupo humano e qualquer ambiente está padronizada, nós podemos interpretar utilizando nosso conhecimento contemporâneo de simbolismos e ideologias (HODDER, 1995).

Neste sentido, o mencionado pesquisador afirma que há uma concepção relacionada a esta perspectiva, na qual se argumenta que não podemos reconstruir o passado, apenas construir um passado a partir da imposição dos nossos valores e significados atuais. Entretanto, o autor rejeita esta concepção ao argumentar que a observação do contexto traz elementos que impõem restrições a quais interpretações são possíveis.

Qualquer utilização de um artefato depende das utilizações e significados prévios daquele artefato ou de artefatos similares dentro de um contexto histórico particular. Seja qual for a velocidade em que este contexto esteja mudando, os significados dos artefatos em um tempo t não são arbitrários

porque eles são parcialmente dependentes dos significados dos artefatos no tempo t-1 (HODDER 1995, p. 12, tradução nossa).

Esta perspectiva traz consigo um enfoque bastante particularista ao orientar a pesquisa em relação ao contexto histórico, que restringiria a aplicação de qualquer interpretação por parte do pesquisador.

No plano filosófico mais geral, é necessário lembrar que a perspectiva hermenêutica trouxe consigo um destaque para a historicidade do conhecimento, seja do conhecimento dos grupos pré-históricos que produziram e utilizaram os artefatos arqueológicos, cujo contexto histórico tinha suas restrições quanto a produções materiais (tanto em questões de matéria-prima como no saber-fazer historicamente contingente do grupo), seja do conhecimento do arqueólogo do presente, cuja reconstrução do passado também é dependente pelo seu arcabouço intelectual, o qual, por sua vez, também é condicionado por seu desenvolvimento histórico.

Tais pressupostos encontram eco, na crítica pós-moderna em relação às ciências positivistas e suas implicações na geopolítica global. Desde o trabalho de pensadores pós-modernos, principalmente Foucault, houve uma crescente crítica em relação ao uso do conhecimento científico enquanto discurso de dominação do ocidente sobre o oriente ou sobre minorias, como os indígenas. A partir desta crítica pós-moderna aos preceitos positivistas “ocidentalizantes”, surgiu a defesa por uma ciência que fosse multivocal que desse voz a estes outros atores.

Hodder (1991) argumenta que a partir da perspectiva de que o passado é construído hoje, é possível uma construção do conhecimento do passado de forma mais democrática ao inserir também os discursos de empoderamento das minorias, contudo, isso também pode trazer um risco. Segundo o autor, quando admitimos ouvir e aceitar significados históricos construídos a partir de outras vozes como, por exemplo, das minorias étnicas, onde podemos estabelecer os limites de uma pesquisa arqueológica legítima? Deveríamos também ouvir as vozes de criacionistas e saqueadores? Para o autor, ao encararmos as pesquisas apenas como discursos de grupos de interesse corremos o risco de enfraquecer discursos legítimos.

A noção de que verdade e conhecimento são contingentes e múltiplos enfraquece as reivindicações de grupos subordinados. Ela os *desempodera* alienando-os da realidade que eles experimentam. Ironia e relativismo aparecem como possibilidades intelectuais para os grupos dominadores no ponto em que a hegemonia e universalidade de suas visões estão sendo desafiadas (HODDER, 1991, tradução nossa).

Exemplificando esta relação, Eagleton (2005) elabora uma síntese em que aponta o efeito da crítica pós-moderna a alguns preceitos defendidos pela ciência positivista moderna, como a reivindicação de verdade, por exemplo.

Se o verdadeiro perde sua força, então os radicais políticos podem parar de falar como se fosse inequivocamente verdade que as mulheres são oprimidas ou que o planeta esteja sendo gradualmente envenenado pela ganância corporativa. Podem ainda querer insistir que a lógica é uma conspiração da classe dominante, mas não podem esperar que alguém acredite neles (EAGLETON, 2005, p. 155).

Visando evitar que a pesquisa arqueológica acabe se tornando uma multiplicidade de discursos multivocais, mas sem autoridade, Hodder (1991) propõe que devem ser observados três aspectos na arqueologia. O primeiro está relacionado com a produção de conhecimento objetivo, no sentido de um entendimento dialético dos dados, de forma que a análise dos dados permita também uma compreensão da subjetividade do pesquisador que os utilizou. O segundo consiste na utilização de uma hermenêutica na interpretação, pois a tentativa de entender o passado na perspectiva da atuação de agentes sociais permite que o passado seja libertado da teoria abstrata para o reino do entendimento cotidiano humano. Por fim, o terceiro tem a ver com uma avaliação reflexiva da produção do conhecimento arqueológico, que levará ao engajamento crítico com as vozes de outros interesses, identificando as causas pelas quais o passado é construído e explicitando as causas que o fazem exclusivo.

Para alcançar de forma satisfatória, o autor propõe que a arqueologia deva ser interpretativa, tendo a interpretação o sentido de tradução, na qual o arqueólogo age como intérprete das relações entre passado e presente, entre as diferentes perspectivas do passado e entre o geral e o específico.

Interpretação, portanto, envolve escutar, compreender e se acomodar entre diferentes vozes em vez de simplesmente aplicar instrumentos universais de medição. (...) O papel da arqueologia interpretativa é o de facilitar o envolvimento do passado em um presente multicultural (HODDER, 1991, p. 15, tradução nossa).

É necessário destacar, contudo, que reconheço a crítica elaborada pelo citado autor quando este menciona que parece haver uma tendência a buscar o desenvolvimento de um discurso universal e impô-lo ao passado e que tal prática é comum tanto ao processualismo quanto ao pós-processualismo. Segundo o autor, isso gera duas características opostas nestas perspectivas. O processualismo aposta todas as suas fichas em métodos que nos permitam perceber a dinâmica a partir do que é estático, com pouquíssima ênfase na construção de procedimentos interpretativos que sejam sensíveis aos significados internos. Por outro lado, no

pós-processualismo, o método é deixado de lado, de forma que em alguns casos é cabível a crítica de que o método da arqueologia pós-processual é teoria.

Contudo, segundo Hodder (1991) para que a interpretação do arqueólogo consiga servir de mediador entre passado e presente multicultural, é necessária a observação da natureza material, parcialmente objetiva, deste passado. Neste sentido, a partir do estudo da materialidade do passado a interpretação permitiria a apropriação desse passado pelas distintas vozes no presente.

E o método para a elaboração desta interpretação, conforme mencionado anteriormente, é a hermenêutica. Schimdt (2012) argumenta sobre a utilização desta metodologia nas ciências humanas, pois, ao citar o trabalho de Wilhelm Dilthey, ela engloba as duas formas complementares de cognição que produzem proposições válidas: a explicação e a compreensão.

Schimdt (2012) argumenta que as ciências humanas não devem seguir apenas o modelo das ciências naturais e necessitam também da compreensão para o entendimento do fenômeno humano. Segundo o citado autor, as ciências humanas devem, primeiro, construir explicações sobre a natureza como um todo ordenado e governado por regras causais, para então voltar para a vida humana onde há significados, propósitos e valores. A compreensão é construída a partir de dados obtidos pelos sentidos para se chegar ao que não é dado pelos sentidos, no mundo interno das sensações. As ciências humanas, nesse sentido, devem compreender os significados mentais ou espirituais que são expressos em sinais externos e empíricos. Neste contexto, apesar de necessitarem de explicações derivadas do conhecimento das ciências naturais, suas conclusões devem ser direcionadas para o reino do significado humano. Exemplificando esta relação na arqueologia, Kosso (1991) argumenta que

Em um mapa das ciências, a arqueologia seria um estado fronteiro entre as ciências naturais e sociais. Ela é como uma ciência social em que os objetos de interesse são os povos, a cultura e os artefatos criados sob a influência de ideias e normas sociais. A evidência em arqueologia é comumente simbólica, significativa e intencional e o arqueólogo deve ser sensível a este conteúdo não natural. Mas arqueologia também é como uma ciência natural em que seu foco é sobre restos *materiais* dos povos no passado e na sua relação com o ambiente natural. Não apenas os artefatos são geralmente feitos para interagir com a natureza, eles são sempre alterados pelos processos naturais de envelhecimento, degradação material, erosão e outros, fazendo assim com que aspectos das ciências naturais sejam fontes apropriadas para obtenção de informações sobre o passado (KOSSO, 1991, p. 621, tradução nossa, grifo no original).

Partindo desta perspectiva, elaborarei a seguir uma interpretação contextual dos materiais arqueológicos coletados na área em estudo. Visando desenvolver esta interpretação, utilizarei dados explicativos obtidos a partir do estudo dos materiais, tentando explorar a dualidade inerente aos artefatos que são tanto materiais quanto culturais. Em alguns momentos utilizarei dados já apresentados nos capítulos anteriores que servirão de base na construção da interpretação, mas em outros momentos apresentarei novos dados ou outras perspectivas para os mesmos dados já apresentados, com enfoque para a dimensão simbólica e de significados dos grupos pré-históricos da região. Em seguida buscarei esboçar uma história da relação humana com a paisagem do vale do Açu, utilizando os dados e discussões apontados anteriormente.

6.2 O REGISTRO ARQUEOLÓGICO E OS “NÃO-SÍTIOS”

Conforme mencionado anteriormente sobre o trabalho de Patrik (1985), é a partir das perspectivas descritas neste capítulo que se começa a encarar o registro arqueológico como um texto. Dito de outra forma, passa-se a considerar que os objetos físicos e estruturas são reflexos materiais de símbolos e conceitos passados, sendo, o registro arqueológico, um arquivo de eventos de importância humana (JONES, 2004).

Nesta perspectiva, um dos conceitos que permite a compreensão da atuação humana em diferentes momentos históricos é o conceito de paisagem. Segundo Knapp e Ashmore (1999),

Em termos minimalistas, uma paisagem é o plano de fundo contra o qual os achados arqueológicos estão situados. A partir de perspectivas políticas e econômicas, as paisagens fornecem recursos, refúgios e riscos que impulsionam e impactam nas ações e situações humanas. Hoje, contudo, as noções mais destacadas de paisagem enfatizam sua dimensão sócio-simbólica: a paisagem é uma entidade que existe em virtude de ser percebida, experimentada e conceituada por pessoas (KNAPP e ASHMORE, 1999, p. 1, tradução nossa).

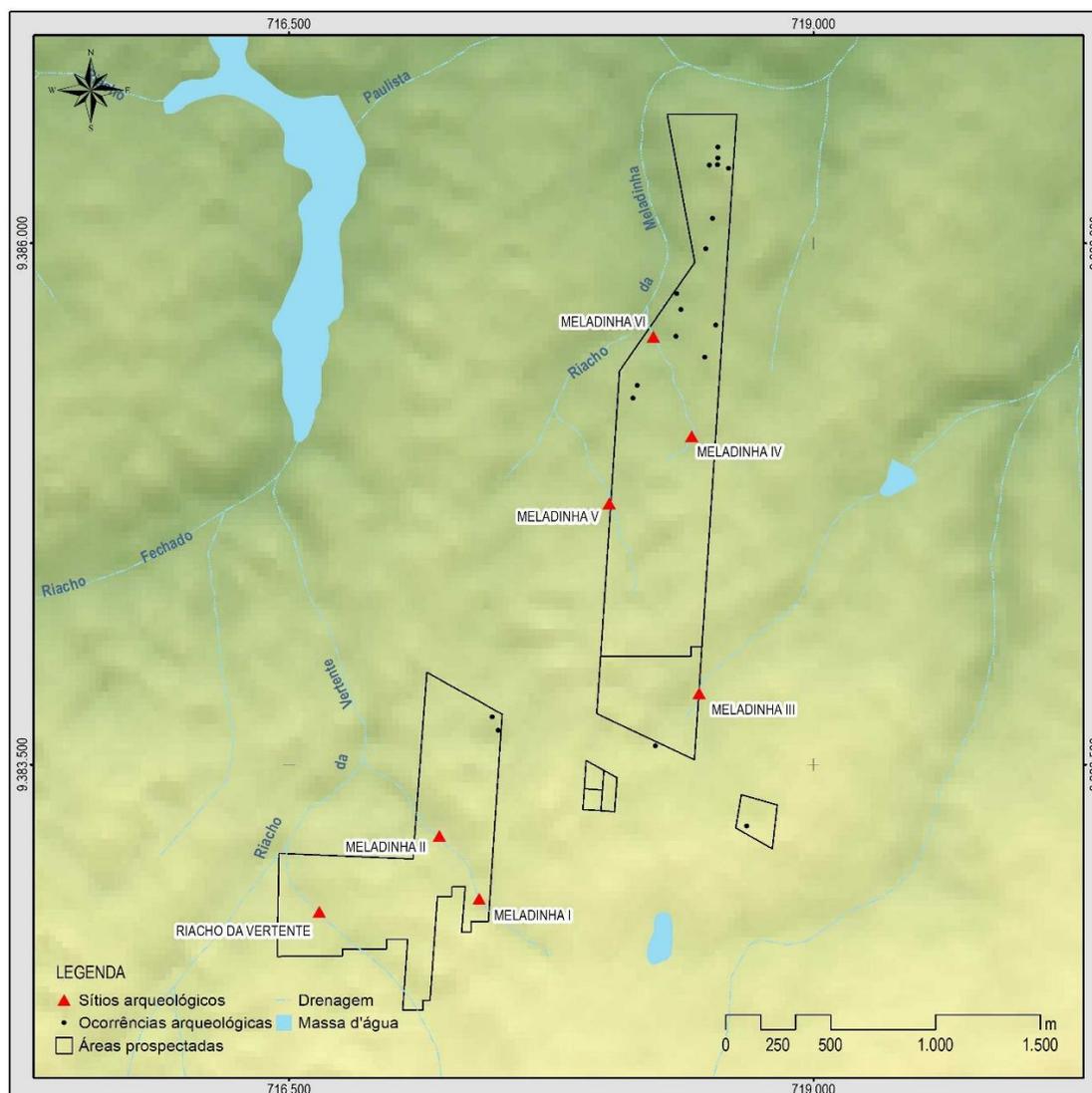
De maneira semelhante, Hodder (1991) sugere que uma preocupação em relação a uma região deve ser uma preocupação sobre o ambiente desta região, não apenas sobre o ambiente físico, mas sobre o ambiente povoado que possui valores e significados. Neste sentido, o estudo da paisagem não é o mesmo que apenas investigar as relações entre a cultura material e o ambiente, mas também buscar apreender a própria paisagem enquanto objeto que pode fornecer informações sobre a atuação humana.

Com o intuito de abordar a paisagem do vale do Açu em suas dimensões sócio-simbólicas, retorno à discussão sobre sítios arqueológicos a partir da noção de não-sítio proposta por Dunnell (1992), abordando outras possibilidades explicativas para as dispersões do material em estudo.

O citado autor afirma que sítio arqueológico é um fenômeno contemporâneo e que, enquanto construção do pesquisador que o delimita, os sítios não são unidades empíricas, eles são fenômenos de acumulação. A relação histórica entre os artefatos é altamente variável e não está necessariamente relacionada com proximidade espacial (DUNNELL, 1992).

Retomando os dados apontados no capítulo anterior sobre os processos de formação do registro arqueológico, mas sem enquadrá-los em uma perspectiva de sítio, pode-se perceber os materiais da área em estudo de forma bastante diferente. Ao analisarmos a imagem abaixo, podemos ver que os “sítios”, enquanto concentração de artefatos estão justamente situados nos cursos d’água (Figura 67). Esta perspectiva traz consigo o questionamento se as concentrações de materiais são vestígios de atividades passadas na área (BINFORD, 1992), ou se são resultado dos processos erosivos atuais que são semelhantes à deflação dos contextos eólicos, que juntam artefatos antes escassos e dispersos em concentrações mais localizadas.

Figura 67 - Representação hidrográfica da área em estudo com a localização dos sítios e ocorrências.



Fonte: ICA/LAHP, 2017.

Este questionamento ganha considerável importância a partir da identificação de achados isolados bastante dispersos e com poucos artefatos, comumente chamados na arqueologia brasileira de ocorrências. Conforme argumentam Renfrew e Bahn (2004), a partir do desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina os arqueólogos se tornaram mais interessados na reconstrução de todas as formas de utilização da paisagem pelos humanos. Nesse contexto, os pesquisadores passaram a perceber que existem dispersões sutis de materiais que talvez não possam ser classificados como sítios, mas que nem por isso deixam de ser representativos da atividade humana.

A análise da quantidade destes achados isolados e sua dispersão apontam para um registro arqueológico que apresenta artefatos bastante dispersos cujas maiores concentrações estão situadas em locais de erosão que pode ser a principal responsável pela formação dessas

concentrações, de forma que buscar entender o registro arqueológico a partir da delimitação destas concentrações como “sítios” pode ser um equívoco. Como afirmam Camilli e Ebert (1992),

[...] não há justificativa para tratar uma grande quantidade de refugos encontrados em um lugar como um simples fenômeno episódico, tal como uma melhor instalação de um acampamento, em vez de tratá-la como fenômeno acumulativo, a menos que as opções para a obtenção de matéria bruta ou das técnicas de redução lítica tenham sido determinadas (CAMILLI E EBERT, 1992, p. 118, tradução nossa).

A partir desta perspectiva, neste capítulo proponho uma interpretação do registro arqueológico a partir da concepção do não-sítio, tendo os artefatos como unidade de deposição e entendendo as concentrações como fenômenos de acúmulo de materiais em vez de sítios arqueológicos delimitados e, para tanto, darei destaque aos achados isolados (ocorrências) para explicar as relações do material e o ambiente onde foram encontrados.

Segundo apresentado em Luna (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2018a, 2018b) foram identificadas 23 ocorrências arqueológicas nas diversas etapas da pesquisa, sendo que a maior parte delas foi constatada na etapa final durante a implantação do empreendimento licenciado. Ressalta-se com isso a grande dispersão de poucos artefatos nas áreas prospectadas, pois mesmo com a realização de sondagens com espaçamento de 100m x 100m não foi possível identificar concentrações maiores fora dos espaços dos cursos d’água, com exceção ao sítio Meladinha VI.

Considerando as coleções de profundidade, há ainda um outro elemento que aponta para uma possível concentração dos materiais em “sítios” pela deflação causada pela ação erosiva das águas. Conforme mencionei nos capítulos anteriores, os materiais de profundidade dos sítios, possuíam restrições quanto à possibilidade de identificação de ocupações, justamente porque seus artefatos estavam dispersos em poucas quantidades e em profundidades variadas. De forma que apenas alguns puderam ser considerados como de uma mesma ocupação a partir da utilização do conceito de sítio enquanto local com concentrações de artefatos potencialmente interpretáveis.

Para ilustrar esta perspectiva, vale destacar que no sítio Meladinha I foram coletados 10 artefatos em subsuperfície, os quais estavam em profundidades que variavam entre 20 e 90 cm; no sítio Meladinha II foram coletados apenas três artefatos nas escavações, nas profundidades de 10, 60 e 100 cm; os 5 artefatos exumados nas escavações do sítio Meladinha III apresentaram variações de profundidade entre 10 e 40 cm; no sítio Meladinha IV foram coletados 33 artefatos em subsuperfície, todos em profundidades entre 20 e 40 cm; já no sítio

Meladinha V foram coletados 75 artefatos dispersos entre 20 e 110 cm; por fim, no sítio Meladinha VI, os 68 artefatos provenientes das escavações estavam também dispersos entre 10 e 100 cm de profundidade.

Nas análises anteriores, apenas os materiais de profundidade dos sítios Meladinha IV, V e VI foram considerados como relacionados a ocupações, sendo que os materiais do V e do VI poderiam ter sido movidos verticalmente pela ação de agentes naturais como plantas e animais que escavam, os quais podem distorcer a posição deposicional dos artefatos. Contudo, quando não se busca necessariamente enquadrar uma concentração de artefatos em uma noção de sítio arqueológico que pressupõe uma associação temporal entre os artefatos, surge a possibilidade de que estes “sítios” são na verdade resultado de acúmulo de artefatos escassos e dispersos horizontal e verticalmente pela deflação causada pelos processos erosivos nos cursos d’água.

A partir desta perspectiva, se faz necessário buscar perceber a cultura material enquanto inserida nas relações entre humanos e a paisagem. Para tanto, utilizarei dados já apresentados nos capítulos anteriores acrescentando também dados referentes aos materiais isolados das ocorrências arqueológicas, para depois elaborar uma interpretação do papel ativo desta cultura material nos contextos sociais dos grupos pré-históricos de Assu.

Neste sentido, é necessário retomar alguns dados citados no capítulo 3, a respeito da diversidade étnica da região relatada pelos documentos históricos. A importância destes dados recai sobre a necessidade de compreensão do contexto histórico da região. Hodder (1995), argumenta que os significados das práticas e dos artefatos atribuídos à cultura material por determinado grupo não são totalmente arbitrários, pois dependem dos significados anteriores destas práticas e artefatos, de forma que um dos contextos que se deve ter em mente é o contexto histórico.

Nos capítulos anteriores apresentei duas perspectivas para o estudo desses materiais, um estudo diacrônico que buscou perceber as variações da cultura material ao longo do tempo, e um estudo sincrônico que entende esta variação a partir da funcionalidade de cada espaço.

Hodder (1995), aponta que no estudo sistêmico os subsistemas são inferidos com base na identificação de variabilidade ligada ao funcionamento de determinados espaços. Por outro lado, na perspectiva da arqueologia Histórico-Cultural, a ênfase recai nas normas culturais compartilhadas por membros de uma sociedade, independentemente da configuração local onde eles se encontram. Para o mencionado autor,

É necessário então ligar o abismo que existe entre a ênfase na variabilidade e a ênfase nas normas culturais compartilhadas e estáticas. Existe uma necessidade de se distanciar tanto do estudo da variabilidade que não examina as estruturas que regem esta variabilidade, quanto do estudo dos códigos culturais que não permitem inteligência adaptativa (HODDER, 1995).

Neste sentido, Fewster (2006) elabora seu trabalho mostrando que o contexto cultural da África do Sul não pode ser entendido em termos unicamente estruturais nem a partir da agência dos atores sociais. Para a autora, uma das principais ferramentas para o desenvolvimento de um estudo que busque compreender tanto as estruturas culturais, quanto as atuações dos indivíduos na sociedade, é a analogia.

Segundo a autora, a etnoarqueologia foi concebida originalmente na arqueologia processual como forma de gerar e testar objetivamente hipóteses sobre o comportamento de grupos passados a partir da observação de grupos vivos. Conforme segue argumentando, Fewster (2006) aponta que a partir da crítica pós-processual dos anos de 1980 a etnoarqueologia passou a ser pouco utilizada devido a sua associação com o processualismo positivista. Contudo, a autora busca elaborar uma defesa pela utilização da etnoarqueologia para o entendimento de contextos sociais passados.

[...] a etnoarqueologia no contexto pós-processual possui um propósito maior do que aquele de simplesmente fornecer padrões físicos para utilização em analogias formais que foram a maior preocupação do paradigma processual. Ela pode demonstrar que a cultura é bagunçada, que as normas culturais não se correlacionam facilmente com as formas físicas, e que a relação entre as duas está em constante renegociação (FEWSTER, 2006, p. 63).

De forma semelhante, e como referência da autora citada acima, Wylie (2002) elabora um histórico do uso da analogia nas pesquisas arqueológicas, expondo as principais críticas à utilização de comparações analógicas e defende que seu uso no contexto da prática arqueológica não é dispensável nem radicalmente danoso e pode ter um papel construtivo legítimo na pesquisa arqueológica.

Wylie (2002) argumenta que umas das principais críticas à utilização da analogia seria a aplicação desta inferência tomando apenas as similaridades como principais pontos a serem comparados, de forma que se busca mostrar que os fenômenos podem ser comparados por compartilharem semelhanças entre si. Entretanto, segundo a autora, as premissas de um argumento por analogia deveriam também considerar as diferenças. E, a partir desta proposição, a autora argumenta que a analogia é fundamental para o estudo arqueológico, pois as conexões entre as variáveis materiais e comportamentais ou culturais são justamente as informações que os arqueólogos não conseguem visualizar diretamente, e que, portanto, devem ser reconstruídas

inferencialmente. Para tanto, podem ser utilizadas fontes de contextos múltiplos para a inferência de um contexto, evitando que a analogia se dê apenas a partir da semelhança e diferença do contexto estudado com algum que sirva como fonte exclusiva.

O valor real de formas relacionais de inferência por analogia não está simplesmente no fato de que elas oferecem formas potencialmente fortes de argumentos interpretativos, mas que elas podem ser uma fonte de ideias certamente criativas sobre o passado cultural. Uma fonte que compartilhe tão pouco quanto um único atributo com o sujeito em questão pode servir de base para um argumento reconstrutivo estritamente circunscrito, se houver alguma razão para acreditar que uma estrutura determinante comum ligue as propriedades que podem ser comparadas diretamente com aquelas que estão sendo inferidas (WYLIE, 2002, p. 153, tradução nossa).

Conforme afirma Fewster (2006), a etnoarqueologia (analogia etnográfica) no contexto pós-positivista deve combinar a excelência metodológica processual com a ambição ampliadora da arqueologia pós-processual para explorar não apenas a cultura material por si só, mas as formas como os povos no passado interagiam com sua cultura material.

A partir destes pressupostos, é possível apontar alguns exemplos que servem de fontes para o estabelecimento de analogias que permitem interpretar o papel desempenhado pela cultura material nas relações entre os grupos pré-históricos do vale do Assu.

Para tanto, alguns dados já apresentados nos capítulos anteriores precisam ser vistos sob novas perspectivas. Neste sentido, segundo o argumento de que a interpretação contextual não é totalmente arbitrária devido ao contexto histórico do fenômeno estudado, a atenção deve voltar para os documentos históricos citados no capítulo 3, que permitem uma compreensão da utilização da paisagem do vale do Açu por diversos grupos ao longo do tempo.

Segundo Santos Júnior (2008), há relatos da presença ou passagem de pelo menos cinco grupos indígenas Tarairiú na região do vale do Açu-Piranhas: os Paiacus, os Jenipapo, os Canindé, os Panati e os Janduis. Enquanto que da família Kariri há relatos da presença de grupos Icó Pequeno na região. Neste sentido, seria possível encontrar evidências desta diversidade a partir da análise da cultura material? E, em caso positivo, qual o papel desempenhado pela cultura material no contexto social destes grupos?

É necessário destacar que esta consideração sobre o contexto histórico não tem o objetivo de identificar os grupos específicos responsáveis pela manufatura dos artefatos coletados na pesquisa em questão. Segundo Hodder (1979) o arqueólogo não pode esperar identificar todos as tribos ou grupos étnicos que existiram no passado, mas é possível reconhecer identidades se este conceito for entendido como um mecanismo pelo qual os grupos

utilizam a cultura para simbolizar sua organização interna em oposição e/ou em competição com outros grupos.

Como resultado de processos culturais de longa duração, diferentes grupos étnicos podem ter culturas materiais bastante similares, enquanto o mesmo grupo étnico pode ter cultura material variada em áreas ecológicas variadas. É, portanto, inválido agrupar os números de similaridades culturais e diferenças entre coleções arqueológicas, construir “culturas”, e presumir que estas tenham algum significado étnico, linguístico ou outro qualquer (HODDER, 1979, p. 452, tradução nossa).

Neste sentido, busquei entender a cultura material coletada no vale do Açu como inserida nestas relações de identidade, no sentido de relações de afirmação de uma organização interna ou em oposição ou competição com organizações externas. Para tanto, foi preciso rever alguns dados apresentados no capítulo 4 e acrescentar dados complementares em relação às técnicas utilizadas na manufatura dos artefatos líticos.

Neste sentido, é necessário apresentar os dados das análises dos achados isolados (ocorrências) identificados nas diferentes etapas da pesquisa, os quais consistem de pequenas concentrações de materiais líticos encontrados, em sua grande maioria, em nível superficial. De acordo com o exposto em Luna (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2018a, 2018b), as ocorrências possuem os seguintes tipos e quantidades:

Tabela 10: Ocorrências

Achado isolado	Lasca	Núcleo	Instrumento	Frag. de Lasca	Frag. de Instrumento	Cerâmica	Grés	Total
RNO1	3	-	-	-	-	-	-	3
RNO2	-	-	-	-	-	2	-	2
RNO3	2	-	-	1	-	2	-	5
RNO4	4	-	-	-	-	-	-	4
RNO5	2	-	1	1	-	-	-	4
RNO6	-	-	-	-	-	-	-	-
RNO7	2	1	-	2	-	-	-	5
RNO8	-	-	-	-	-	-	1	1
RNO9	8	-	2	4	1	-	-	15
RNO10	1	-	1	1	-	-	-	3
RNO11	3	2	-	1	-	-	-	6
RNO12	-	2	2	1	-	-	-	5
RNO13	2	-	-	-	-	-	-	2
RNO14	-	-	-	2	-	-	-	2
RNO15	-	-	-	1	-	-	-	1

RNO16	-	2	1	1	-	-	-	4
RNO17	4	-	1	-	-	-	-	5
RNO18	4	2	-	1	-	-	-	7
RNO19	3	-	2	-	-	-	-	5
RNO20	1	-	-	-	-	-	-	1
RNO21	-	-	1	-	-	-	-	1
RNO22	1	-	-	-	-	-	-	1
RNO23	3	1	-	1	-	-	-	5

Fonte: O autor (2020)

Conforme se pode notar, com exceção da ocorrência RNO9 que possui 15 artefatos, todas as outras constituem-se de menos de 7 itens. Dentre elas, de forma semelhante ao que se encontra nas concentrações dos cursos d'água, os materiais líticos apresentam as mesmas matérias-primas comumente encontradas na região como o quartzo, o sílex, o quartzito e o sílexito.

Dentre este conjunto de achados isolados dispersos, a ocorrência RNO8 constitui-se de 1 fragmento de grés, material cerâmico utilizado na confecção de garrafas para armazenamento e transporte de líquidos já no período histórico pós-contato.

Figura 68 - Fragmento de garrafa de grés.



Fonte: Adaptado de Luna (2018b).

Em relação às técnicas de lascamento identificadas entre os materiais das ocorrências, constata-se uma predominância da técnica de lascamento direta com percutor mineral duro. Dentre os materiais isolados analisados, a ocorrência RNO10 apresenta uma lasca com estigmas de lascamento bipolar e um fragmento de lasca com evidência de lascamento por percussão macia; na ocorrência RNO11 um fragmento de lasca tem indícios de lascamento bipolar; na

ocorrência RNO12 um instrumento sobre lasca pode ter tido seu suporte retirado através de lascamento bipolar; na RNO16 há também um fragmento de lasca que apresenta estigmas de lascamento bipolar assim como uma lasca na ocorrência RNO19.

Neste contexto, de forma semelhante ao contexto dos “sítios” os achados isolados apresentam pequenas quantidades de materiais lascados com as técnicas bipolar e de percussão macia, sendo que a grande maioria foi manufaturada através da percussão direta com percutor mineral duro.

A semelhança técnica entre os materiais dos achados isolados e dos “sítios” reforça a hipótese de que as concentrações interpretadas como sítios arqueológicos são na verdade fenômenos gerados pelos processos erosivos de deflação que juntam as pequenas concentrações em agregados maiores.

Neste contexto, esta diferença de utilização de técnicas pode ser um indicativo de diferenciação identitária entre grupos que habitaram ou que passaram pelo vale do Açú. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, isso não significa dizer que são necessariamente dois grupos, pois alguns deles poderiam ter materiais semelhantes, mas com significados sociais distintos.

Para explicar melhor esta argumentação, faz-se necessário retomar dois pressupostos apresentados anteriormente, buscando perceber as relações dialéticas entre eles. O primeiro consiste na concepção normativa das técnicas que discuti nos capítulos passados, na qual se entende que as técnicas são construídas e transmitidas socialmente, enquanto que o segundo refere-se à concepção “sociologista” (AKRICH, 1993) de que para que uma técnica ou conjunto de técnicas seja(m) adotada(s) por um grupo, ela(s) deve(m) ser *entendida(s)* como forma potencial de atuação no mundo (LEMMONIER, 1993). Esta perspectiva se aproxima de um entendimento mais atual do conceito de identidade, conforme afirma Castro (2008),

[...] as identidades são caracterizadas como fenômenos sociais, dinâmicos e dialéticos; são múltiplas e flexíveis no tempo e no espaço e se constroem na relação entre semelhanças e diferenças. Contudo, apesar de serem caracterizadas como múltiplas e mutáveis, existem, nas identidades, as marcas fundamentais que resguardam os elementos mais duradouros. Entre estes elementos podemos citar os ritos e os comportamentos coletivos formalizados (CASTRO, 2008, p. 171).

Portanto, a constatação de poucos artefatos que apresentam estas técnicas permite a inferência da atuação da cultura material nas relações de manutenção de identidades em relação a outros grupos. Conforme é possível encontrar facilmente nos documentos históricos, grupos

indígenas caçadores-coletores frequentemente dividiam alguns espaços com grupos horticultores ceramistas, sem adotarem a tecnologia um do outro de forma passiva. Pelo contrário. Em alguns casos, como apontam os estudos etnográficos citados por Hodder (1979), por exemplo, se espera que a cultura material sirva para reforçar as identidades internas de um grupo em contraste com a cultura material de outros grupos. Esta perspectiva permitiria também a possibilidade de inferência destas identidades na cultura material. Conforme argumenta Castro (2008, p. 171) ao mencionar o trabalho de Kathryn Woodward, “existe uma associação entre os objetos utilizados pelos indivíduos e a identidade. Os objetos servem para afirmar identidades”.

Neste sentido, a presença de quantidades marginais de artefatos com as técnicas de lascamento bipolar de percussão macia são indícios de sistemas técnicos de outros grupos que passaram pelo vale do Açu, pois se os grupos que utilizavam a técnica de lascamento direto com percutor duro tivessem assimilado estas técnicas (como se esperaria numa perspectiva difusionista), haveria maiores quantidades de materiais com estes estigmas, ou maiores quantidades de materiais que combinassem as técnicas, sendo que os que existem que apresentam combinações podem também estar relacionados com o contexto ambiental.

Partindo desta perspectiva, a partir da constatação da grande dispersão tanto horizontal quanto vertical destes artefatos que compartilham semelhanças técnicas, é possível relacionar estes dados com a discussão sobre territórios. Segundo Zedeño (1997),

Territórios são unidades espaciais que resultam do uso cumulativo da terra e dos recursos ao longo do tempo. Todos os reinos da vida social envolvem interações homem-terra, das quais, um grande número delas modifica a paisagem permanentemente. Estas modificações eventualmente entram no registro arqueológico. Portanto, inferência que tentem delimitar territórios seriam mais fortes se fossem baseadas em um corpo de princípios articulando uma ampla variedade de comportamentos de uso da terra e seus correlatos materiais, os quais podem ser reconstruídos a partir do registro arqueológico. O registro histórico é um lugar para começar a construir tal teoria (ZEDENO, 1997, p. 69, tradução nossa).

Retomando os dados apontados por Santos Júnior (2008), apresentados no capítulo 3, no levantamento histórico realizado pelo pesquisador encontram-se dados sobre grupos caçadores-coletores (Tarairiu) e grupos horticultores (Kariri), os quais possuíam materiais distintos associados às suas culturas.

Zedeño (1997) aponta que uma das restrições existentes impedem uma documentação compreensiva dos territórios passados é a falta de profundidade temporal nos estudos que privilegiam organizações espaciais sincrônicas. Neste sentido, considerando que as coleções de

superfície estão nos leitos dos cursos d'água em cotas mais baixas que os materiais de profundidade, e que os vestígios cerâmicos coletados nas escavações geralmente foram encontrados a poucos centímetros da superfície das margens, é possível inferir que os grupos caçadores-coletores sem cerâmica utilizaram aquele espaço primeiro e por mais tempo, sendo que os grupos ceramistas chegaram ou passaram pela região posteriormente. Mostrarei adiante que evidências empíricas dão suporte a esta perspectiva.

Contudo, faz-se necessário entender estes dados de acordo com a definição de território como agregado de objetos, conforme proposta por Zedeño (1997, p. 72, tradução nossa), na qual a autora argumenta que “[..] uma unidade territorial é um agregado de três tipos de objetos: terra, recursos naturais e objetos manufaturados por humanos – tanto estruturas estacionárias como artefatos portáteis”.

Neste contexto, deve-se buscar entender a relação entre estes três objetos (terra, recursos naturais e artefatos), para inferir a utilização do espaço enquanto unidade territorial dos grupos em estudo.

No capítulo 1, aponte questões mais gerais em relação à paisagem natural onde se encontram os vestígios arqueológicos. Conforme apresentado nos desenhos de perfis das escavações, a sucessão estratigráfica mostra os depósitos aluviais antigos como camada que cobre os afloramentos da Formação Açu e tais depósitos contém seixos de diversas matérias-primas e diferentes tamanhos que foram explorados por grupos pré-históricos em momentos em que estavam expostos em superfície.

Nesta perspectiva, considerando a terra, os recursos naturais e os artefatos, se pode inferir que o primeiro uso da área enquanto unidade territorial estava relacionado à utilização do local como área fonte de matéria-prima em que se podiam realizar também atividades relacionadas à caça, uma vez que há artefatos associados a estas atividades como a ponta de projétil, por exemplo.

Contudo, Zedeño (1997), em seu estudo etnohistórico e arqueológico, buscou identificar o território dos grupos Hopi, nos EUA, e identificou diversos espaços com finalidades diferentes dentro do território. Para a autora, o território era amplo o suficiente para garantir acesso aos mais diversos recursos, sendo que as atividades relacionadas com habitação, produção de alimentos e obtenção de recursos eram realizadas em espaços adjacentes e com poucas sobreposições. Tomando este exemplo como referência, o entendimento da área enquanto local de obtenção de matérias-primas torna necessária a realização de outras pesquisas

a nível regional para a identificação dos outros locais de atividades para verificação ou contestação desta hipótese.

Contudo, mesmo se a hipótese for confirmada a partir de pesquisas futuras, os dados sugerem que este espaço teve utilização como área de captação de recursos durante algum tempo, sendo que posteriormente a sedimentação foi paulatinamente cobrindo os depósitos aluviais antigos e dificultando o acesso à matéria-prima. No capítulo 3 apontei uma aparente diferença entre a média dos tamanhos dos artefatos coletados em superfície daqueles de profundidade, na qual foi percebida uma redução de tamanho dos materiais em profundidade que pode ser resultante da restrição ao acesso à matéria-prima. Além disso, no capítulo 4, a partir do estudo das técnicas, conforme apresentado em Luna (2018a, 2018b), foi constatado que os materiais de profundidade apresentam matérias-primas de melhor qualidade e com mais exploração técnica, o que também indica um acesso mais restrito às fontes de matéria-prima.

Andrefski Jr. (2008) aborda que a curadoria de um artefato está relacionada com diversos fatores como a forma, as considerações funcionais e disponibilidade de matéria-prima. Segundo o autor, este conceito foi utilizado inicialmente com uma perspectiva tipológica que atribuía as tecnologias “expedientes” e menos trabalhadas a grupos caçadores-coletores, enquanto as tecnologias “curadas” com materiais mais explorados e bem trabalhados eram atribuídas a grupos nômades pastoris. Para o autor,

[...] curadoria é um processo relacionado ao uso das ferramentas. Curadoria não é um tipo de ferramentas. Não há ferramentas curadas, mas apenas ferramentas em várias fases de serem curadas a partir do pouco uso relativo ao máximo potencial de uso até o alto uso relativo ao máximo potencial de uso. Desta forma, curadoria pode ser medida de pouco a alta, permitindo aos investigadores ligar a curadoria em modelos de estratégias organizacionais humanas e em histórias de vida das ferramentas (ANDREFSKI JR., 2008, p. 8, tradução nossa).

Partindo desta perspectiva, a redução percebida nas dimensões dos artefatos de profundidade, e sua maior exploração em relação ao potencial de uso podem estar relacionadas com indisponibilidade das matérias-primas, antes facilmente encontradas. Portanto, as atividades relacionadas a obtenção de matéria-prima podem ter sido deslocadas para outro espaço, sendo que este passou a ser menos explorado com esta finalidade o que possivelmente permitiu a chegada ou passagem de outros grupos. Segundo Zedeño (1997, p. 92, tradução nossa) “a mudança de uso da terra e das estruturas produtivas associadas também afeta a organização do espaço de habitação”. Neste sentido, pesquisas regionais mais amplas poderão trazer mais resultados quanto a estas ocupações do vale do Açú.

Em relação à hipótese da chegada ou passagem de outros grupos na região em estudo, Zedeño (1997, p. 94, tradução nossa) aponta que um dos processos de formação de territórios é o “aproveitamento”, noção essa que a autora define como a “reciclagem, tomada ou mesmo usurpação de um território previamente ocupado por outro grupo”. Considerando a hipótese de que as técnicas diferentes são indícios de produções de grupos diferentes, a atenção deve se voltar para os poucos materiais que apresentam técnicas distintas.

Anteriormente sugeri que a presença da técnica bipolar poderia indicar a presença de grupo distinto na região, pois os artefatos com os estigmas desta técnica são poucos para sugerir uma adoção desta técnica pelo(s) grupo(s) que utilizavam a percussão direta com percutor mineral duro. Considerando tanto os materiais coletados nas concentrações superficiais e em profundidade nos cursos d’água, quanto em profundidade nas margens destes, apenas 30 artefatos apresentam estigmas de lascamento bipolar.

Contudo, destaca-se que dentre os materiais analisados foram encontrados 6 artefatos que apresentam estigmas tanto de lascamento por percussão direta com percutor duro quanto estigmas de percussão bipolar. A presença destes artefatos poderia indicar uma adoção desta técnica pelo(s) grupo(s) que já utilizavam aquele espaço. Entretanto, a partir da constatação da sedimentação que restringiu o acesso às fontes de matéria-prima, é possível que a presença destas duas técnicas em um mesmo artefato seja resultado de reciclagem.

Conforme argumentam Camilli e Ebert (1992), em locais com pouca disponibilidade de matéria-prima, mas com boa visibilidade de materiais arqueológicos, estes podem constituir fontes secundárias de matéria-prima que podem ser reutilizados ou reciclados, o que explicaria a redução no tamanho dos artefatos e o maior grau de curadoria dos materiais em profundidade em relação com aqueles de superfície.

Entretanto, os artefatos que apresentam estigmas de lascamento bipolar não estão concentrados em um único nível para indicar que a área era território de um grupo e depois foi ocupada por outro. Alguns destes artefatos foram encontrados em profundidades variadas que vão de 30 cm a 100 cm, sendo que a condição superficial de alguns pode ser resultado da deflação causada pela erosão, conforme tenho argumentado.

Neste contexto, o estudo das dispersões materiais a partir da perspectiva do não-sítio aponta para a hipótese mencionada no capítulo 4, quando mencionei as bandas de ondulação percebidas nos perfis estratigráficos, os dados, portanto, sugerem diversas passagens de grupos pela região deixando escassas concentrações de materiais dispersas horizontal e verticalmente

gerando o contexto observado da intercalação de materiais arqueológicos e estas laminações plano-paralelas em toda a camada sedimentar.

Estas considerações permitem uma visualização de ambas perspectivas, diacrônica e sincrônica do registro arqueológico, percebendo não só a presença de grupos distintos conforme indica a documentação histórica, mas também apontando algumas mudanças de atividades relacionadas com a utilização do espaço. Além disso, utiliza-se a cultura material em uma perspectiva mais ativa na representação de identidades e territórios, em vez de usá-la simplesmente para descrever uma evolução ou difusão cultural, e em vez de entendê-la apenas como recurso material para adaptação da cultura ao ambiente.

Neste sentido, é possível utilizar a cultura material e os dados ambientais para elaborar uma história humana significativa que teve lugar na paisagem do vale do Açu. História esta que, embora um trabalho subjetivo de interpretação, não deixa de utilizar dados empíricos que restringem as possibilidades de interpretação, fazendo com que não seja apenas especulação.

6.3 HISTÓRIAS DE TERRITORIALIDADE NA PAISAGEM DO VALE DO AÇU

Conforme apresentado anteriormente ao longo deste capítulo, as diversas informações empíricas coletadas e observadas em campo permitem uma compreensão da paisagem enquanto carregada de significados da experiência humana.

Neste sentido, com base no que foi apresentado, podemos iniciar o estudo da paisagem do vale do Açu em um momento bastante recuado em que o rio depositou aquelas camadas cascalhosas e com bastantes seixos de diversos tamanhos e matérias-primas cujas definições apresentadas aqui os denominam como depósitos aluviais antigos. Movimentos tectônicos elevaram a região da Serra do Mel e esses depósitos aluviais iam subindo, enquanto o leito do rio ia sendo deslocado para o leste.

Apesar da falta de dados mais precisos sobre a cronologia, é possível especular, assim como fizeram outros pesquisadores, que estes depósitos aluviais expostos na superfície serviram de fonte de matéria-prima para os primeiros grupos pré-históricos que habitaram a região.

A partir da dispersão vertical dos artefatos percebida na estratigrafia revelada pelas escavações, a utilização da área se deu provavelmente como local de obtenção de recursos (seja

de matéria-prima ou de caça) em posição possivelmente adjacente aos espaços habitacionais do território do(s) grupo(s), mas ainda são necessárias outras pesquisas a nível regional que identifiquem estes espaços funcionais.

Com o passar do tempo, a sedimentação foi pouco a pouco cobrindo os depósitos aluviais antigos restringindo o acesso dos grupos àquela matéria-prima então abundante. Tal mudança na paisagem exigiu uma alteração na relação entre os grupos e sua cultura material, alteração esta percebida na redução das dimensões dos artefatos e no maior nível de curadoria dos materiais líticos.

Supõe-se esta restrição não só para um, mas para os diversos grupos que utilizaram aquela porção da paisagem do vale do Açu. Levando em consideração a relação dialética entre cultura material e as identidades dos grupos, os dados apontam para uma utilização ou passagem alternada de grupos distintos na região.

A noção normativa da cultura implicitamente assemelha-se com uma perspectiva de estrutura que rege a ação social humana. Entretanto, a concepção de agência busca apreender a atuação consciente dos indivíduos nesta estrutura social e este quadro referencial teórico permite pensar o papel da cultura material na construção e manutenção de identidades nas relações sociais entre diversos grupos e coexistem e competem pelos mesmos recursos.

A partir das análises tecnológicas dos materiais líticos coletados no vale do Açu foi percebida uma homogeneidade técnica entre uma maioria dos artefatos líticos, com a presença de poucos artefatos que foram obtidos através de técnicas diferentes, sendo que alguns deles possuem ambas.

Estas informações provenientes do estudo tecnológico dos instrumentos poderiam indicar tanto a adoção da técnica pelos grupos já presentes ou a passagem de grupos possuidores de sistemas técnicos distintos. Entretanto, conforme apresentado ao longo deste capítulo, os dados não apontam para uma adoção da técnica devido à presença tanto de poucos artefatos com os estigmas da técnica bipolar quanto de artefatos que apresentam ambas as técnicas.

E muito embora existam artefatos com estigmas que sugerem a combinação das técnicas, considerando que a sedimentação restringiu o acesso à matéria-prima estas combinações podem ser resultado de reciclagem dos materiais de um grupo por outro, conforme já foi constatado por outros pesquisadores em contextos semelhantes.

Esta interpretação de ocupações ou passagens alternadas de grupos distintos pela região é também corroborada pela documentação histórica, que apesar de fragmentária e enviesada sugere a existência de diversos grupos na região percebida no momento do contato com os colonizadores.

Neste sentido, um dos achados isolados consiste de um fragmento de grés, material introduzido no período pós-contato e que ajuda a compreender mais um dos usos da paisagem do vale do Açu, a qual também apresenta vestígios materiais do contexto histórico.

Outra questão importante de ser destacada para a história das territorialidades no vale do Açu está relacionada com a presença de um quilombo a poucos quilômetros da área onde se encontram os vestígios arqueológicos. Esta localização também ajuda a compreender a paisagem como portadora de significados humanos, pois mantém até hoje um espaço que conta a história da chegada dos povos africanos e de sua resistência à escravidão a que foram submetidos.

Em períodos mais recentes, pode-se pensar a interação dos humanos com a paisagem do vale do Açu a partir da implantação das fábricas de cerâmica locais e da construção civil, os quais aceleraram o processo de desmatamento iniciado desde a chegada dos colonizadores. Tal processo de alteração ambiental está resultando em um processo de desertificação, percebido em diversos outros municípios do estado do Rio Grande do Norte.

Neste contexto, destaca-se que o processo de desmatamento deixa o solo exposto e suscetível a erosão, tal como aquela observada nas áreas de drenagem que apresentam concentrações de materiais arqueológicos, concentrações que podem ter sido geradas justamente por estes processos erosivos e que podem fornecer dados contextuais equivocados para os arqueólogos.

Por fim, pode-se destacar também a inserção da paisagem do vale do Açu nas políticas econômicas do capitalismo globalizado que conciliam o desenvolvimento de fontes de produção de energia renovável com a preocupação em relação à preservação do meio ambiente. Tal conciliação é exigida por políticas nacionais concernentes ao licenciamento ambiental, políticas estas que no Brasil propiciam a realização de pesquisas pelos arqueólogos.

A partir destas considerações, ao tomarmos a paisagem do vale do Açu como carregada de significados de intencionalidade humana é possível perceber uma relação complexa que parte das primeiras utilizações dos recursos materiais disponíveis na região, passa pelas

identidades dos diversos grupos que utilizaram o local como parte de seu território, passa também pela materialidade dos diversos contextos históricos como aquele após a chegada dos colonizadores, tanto a partir dos materiais trazidos por eles quanto pelos novos e distintos grupos humanos (colonizadores e escravos) que possuíram também relações específicas com aquela paisagem, por fim destacam-se também os contextos mais recentes da história do vale do Açu e sua inserção no contexto de um capitalismo globalizado e suas contradições que são responsáveis pela própria pesquisa arqueológica que permite que o pesquisador tente entender estas identidades, territorialidades e contexto histórico na paisagem em estudo.

Além disso, a compreensão dos fenômenos naturais na diacronia também possui uma correlação semelhante ao contexto mencionado acima. Inicialmente percebe-se a utilização dos depósitos aluviais como área fonte de matéria-prima para diversos grupos que passaram alternadamente pela paisagem, deixando pequenas concentrações de vestígios materiais dispersos horizontalmente e verticalmente, dentre as quais, as dispersões verticais revelam um uso continuado do local embora a restrição da matéria-prima tenha levado a alterações na forma de produzir os artefatos líticos evidenciando a inter-relação entre os grupos e o ambiente.

Em contextos históricos mais recentes a interação dos humanos com o ambiente introduziu alterações ambientais como grandes desmatamentos que afetam diretamente o registro arqueológico ao tornar o solo mais vulnerável à erosão que pode acumular os vestígios arqueológicos em concentrações maiores, que, dependendo do quadro teórico utilizado pelo pesquisador, podem ser encarados como sítios arqueológicos que serão identificados como ocupações singulares.

Por fim, são as interações mais recentes naquele espaço dos humanos inseridos num contexto de capitalismo globalizado e suas contradições que permitem a atuação dos arqueólogos no estudo da interação dos grupos humanos com a paisagem ao longo do tempo. Desta forma, é facilmente perceptível a dialética entre povos e ambiente que produz as circunstâncias que permitem os arqueólogos estudarem justamente esta dialética entre povos em ambiente, ambos se constroem mutuamente no presente, mas com raiz em acontecimentos passados, não só como fonte de estudo, mas como geradores das condições que permitem e exigem esta construção no presente.

6.4 CONCLUSÕES

Nos capítulos anteriores apresentei como a cultura material foi usada na arqueologia para entender as variações culturais na diacronia enquanto evolução cultural, ou na sincronia enquanto reflexo material das diferentes atividades logísticas e organizacionais de um grupo em seu ambiente. Neste último, contudo, busquei dar ênfase à paisagem enquanto objeto de destaque na construção de uma narrativa que aborde as variações tanto na diacronia quanto na sincronia buscando privilegiar as relações dialéticas entre grupos humanos e seu meio ambiente e entre as identidades e seus materiais, relações dialéticas que inclusive propiciam o desenvolvimento de uma pesquisa que aborda estas relações.

Conforme apresentado ao longo de todo este trabalho, a interpretação contextual possui evidências empíricas em sua formulação e mesmo que a construção desta compreensão hermenêutica seja como uma tradução do passado no presente, a materialidade restringe as possibilidades de interpretação, tornando-a uma proposição racional embasada, o que invalida ou pelo menos mitiga a crítica de que esta seria apenas uma especulação fantasiosa.

Em relação ao estudo da cultura material enquanto imbuída com simbolismos sociais e a tentativa de apreender estes significados, mostrei nos capítulos anteriores que sempre houve, com a noção normativa da cultura, um objetivo de compreendermos as intencionalidades “na mente” dos grupos pré-históricos e isto não é, portanto, uma inovação revolucionária da arqueologia pós-processual, apenas torna-se mais explícita esta busca a partir da influência do estruturalismo e do pós-estruturalismo.

Entretanto, deve-se mencionar que a adoção de perspectivas filosóficas como a dialética e a hermenêutica juntamente com a crítica pós-moderna que exige uma autorreflexão do papel da pesquisa arqueológica, percebe-se tanto o quanto a pesquisa constrói um passado como o quanto ela é construída também por este passado. Uma tradução do passado no presente realizada por um pesquisador “construído” pelas próprias relações do passado que ele busca compreender.

Conforme mostrei ao longo deste capítulo, a construção de uma compreensão hermenêutica utiliza também dados empíricos e permite uma compreensão contextual do registro arqueológico, tanto na diacronia quando em alterações sincrônicas relacionadas com as mudanças de utilização da paisagem ao longo do tempo.

Do ponto de vista prático, uma concepção mais abrangente como a do não-sítio permite a compreensão desta relação entre a longa duração e os eventos mais localizados no tempo, uma vez que busca perceber as concentrações de artefatos como fenômenos de acumulação ao longo do tempo em vez de presumir que são reflexos diretos de atividades realizadas em um local como em uma premissa de pompeia discutida em um capítulo anterior.

Contudo, também é necessário refletir sobre o contexto das pesquisas arqueológicas no Brasil em relação a esta perspectiva. Conforme mencionei no capítulo 2 a legislação brasileira possui uma definição implícita que orienta as pesquisas a encontrarem “sítios arqueológicos” como unidades empíricas observáveis.

Além disso, levando em consideração o caráter de proteção imediata que a legislação brasileira confere aos vestígios arqueológicos, a utilização de concepções abrangentes como a de não-sítio e de paisagem necessariamente restringiria a implantação de diversos empreendimentos ao tomar a paisagem como patrimônio arqueológico, o que geraria, inevitavelmente, disputas ideológicas mais ferrenhas entre grupos de poder da sociedade contemporânea como o estado, o mercado e os intelectuais. Portanto, esta concepção possui sérias implicações e restrições práticas no contexto sociopolítico atual das pesquisas arqueológicas brasileiras.

7 COMPARAÇÃO ENTRE QUADROS REFERENCIAIS TEÓRICOS.

Conforme tenho mostrado ao longo desta pesquisa, princípios filosóficos mais amplos estão por trás de nossos quadros referenciais teóricos não só na Arqueologia, como na ciência em geral. Cada um desses quadros funciona como uma estrutura que orienta determinada visão de mundo, a qual restringe as perguntas que podemos fazer, os dados que podemos coletar, as metodologias que podemos utilizar e os resultados a que podemos chegar.

Neste sentido, conforme proposto por Clark (1993) podemos comparar os quadros referenciais teóricos a partir de sua ontologia, epistemologia e metodologia, explicitando como estas estruturas permitem ou não a utilização de especulação, se permitem ou não a participação do pesquisador no processo de pesquisa e como ele deve proceder ao longo da pesquisa. No caso específico da Arqueologia, poderíamos pensar também na forma como lidamos com o recorte temporal que estabelecemos em nossos trabalhos. A caracterização dos quadros referenciais teóricos nesses termos nos deixaria com a seguinte divisão:

Tabela 11: Comparação entre os quadros teóricos

Quadro teórico	Ontologia	Epistemologia	Metodologia	Tipo de recorte temporal.
Histórico-Cultural	Realista	Objetivismo	Seriação	Diacronia
Processual	Idealista - Realista	Subjetivismo - Objetivismo	Metalinguagem Matemática	Sincronia
Pós-Processual	Idealista	Subjetivismo	Hermenêutica	Diacronia - Sincronia

Fonte: O autor (2020)

A partir da divisão dos quadros teóricos de acordo com estes pressupostos filosóficos, expostos na tabela acima, podemos caracterizar melhor cada uma dessas estruturas que orientam nossa pesquisa.

O quadro histórico-cultural possui uma ontologia realista, ou seja, que entende que a realidade existe lá fora, independente do observador. A partir desta perspectiva, busca-se a realização da pesquisa de forma neutra (objetivista), com um observador que analisa o evento “de fora”, que é uma noção que pode ser mais facilmente compreendida pelo ditado “os fatos falam por si mesmos” (CLARK, 1993). Do ponto de metodológico, o quadro teórico histórico-cultural busca compreender a mudança cultural ao longo do tempo, o que torna seu recorte

temporal diacrônico. Conforme mostrado anteriormente, a seriação mostra a variação da cultura material ao longo do tempo e, no caso dos sítios estudados, o resultado apontou a possibilidade de duas ocupações do espaço em momentos distintos: a primeira e mais antiga por caçadores coletores e a segunda, mais recente, por horticultores ceramistas.

Já no quadro teórico processual vemos algumas diferenças motivadas pela adoção de diferentes abordagens filosóficas. Do ponto de vista ontológico esboça-se a percepção de que há a presença do pesquisador na formulação de hipóteses e que, portanto, os fatos já não falam por si mesmos, pois é o pesquisador que escolhe problema que vai investigar. Entretanto, busca-se ainda estabelecer um conhecimento que se pretende objetivo da realidade que existe lá fora, independente de nós. Neste sentido, há uma mescla de realismo e idealismo em sua ontologia, pois admite-se a participação do pesquisador na construção do conhecimento enquanto busca-se uma realidade objetiva. A partir da influência do positivismo lógico do Círculo de Viena, para atingir a objetividade científica deveríamos utilizar também uma linguagem ou metalinguagem, apropriada para a investigação e, portanto, a matemática foi bastante utilizada como recurso não apenas para a investigação como para a possibilidade de compreensão e replicação dos experimentos por mais pesquisadores.

Durante o capítulo específico para esse quadro teórico, mostrei a relação da analogia na criação de modelos hipotéticos e de como ferramentas estatísticas podem ser utilizadas no cálculo das múltiplas variáveis envolvidas nesses modelos. Mostrei também que o recorte temporal deste quadro teórico é sincrônico, pois ele tem por objetivo perceber o funcionamento de um sistema cultural em determinado ponto do tempo, e não a passagem do tempo como o quadro teórico anterior. No caso dos sítios estudados aqui, os resultados sob este referencial teórico apontaram uma similaridade tecnológica que não necessariamente indicaria duas ocupações distintas, mas uma possível mudança de utilização do espaço a partir da variação das condições ambientais.

Por fim, no quadro teórico pós-processual, também a partir da influência de novas concepções filosóficas como a da dimensão pragmática da linguagem, aprofunda-se a discussão sobre a participação do pesquisador na construção do conhecimento. Todo conhecimento é irremediavelmente mediado pela linguagem de forma que não há como desenvolver um entendimento da realidade “fora” de nós. Isso não significa dizer que nós construímos a realidade mentalmente, mas que todo conhecimento necessita do conhecedor que o conhece. Este conhecimento mais subjetivista em sua epistemologia nos leva a uma ontologia mais idealista. Entretanto, isso não significa necessariamente que tudo se resume a construções

individuais do conhecimento, mas a noção de objetividade muda de forma para um consenso intersubjetivo. Ou seja, antes pensávamos em objetividade como uma compreensão do mundo como ele é, independente de nós, agora achamos que objetividade é um conhecimento que é conhecido e aceito enquanto tal de forma semelhante por vários indivíduos. Esta perspectiva condiz com o desenvolvimento científico ao longo do tempo. Por exemplo, antes achávamos que a terra era o centro de tudo, não porque isso era a realidade objetiva independente de nós, mas porque era isso que os pesquisadores da época e a população acreditavam. E podemos estender esse pensamento a todos os momentos de avanço científico, quando deixamos de acreditar em determinadas teorias e passamos a aceitar novas, não necessariamente porque a realidade e a natureza objetiva se alteraram, mas porque nossa forma de compreendê-las mudou.

Estes avanços na filosofia sobre a subjetividade do conhecimento também trouxeram consigo a questão da historicidade do sujeito que conhece, que é tema central na metodologia hermenêutica. Esta metodologia torna mais explícito o papel do pesquisador na construção do conhecimento, pois ele precisa analisar alternadamente o geral e o específico, o ontem e o hoje, o conhecimento prévio e o atual etc. Neste sentido, a realização desta comparação entre quadros teóricos foi bastante proveitosa para meu estudo da paisagem do vale do Açu. O quadro teórico histórico-cultural com seu recorte diacrônico me fez buscar elementos que me permitissem analisar a passagem do tempo, enquanto o recorte sincrônico do quadro processual me fez buscar compreender a região em momentos específicos. Desta forma, ao tomar a paisagem como objeto de estudo foi possível relacionar diversas características tanto na diacronia como na sincronia. Além disso, como mencionei, por mais que a noção de conhecimento objetivo tenha sido alterada para um consenso intersubjetivo, isso não significa que devemos abandonar os dados obtidos pelas ciências exatas e naturais, mas que devemos sim acrescentar a dimensão humana a estes dados.

Como aplicação do processo metodológico hermenêutico, parte-se da explicação das ciências exatas e naturais, para a compreensão dos significados humanos. Neste sentido, utilizei outras interpretações dos mesmos dados mostrados nos capítulos anteriores, para construir uma interpretação do processo histórico que pode ser observado a partir dos diversos materiais presentes na paisagem do vale do Açu. Materiais de diversos períodos históricos que revelam as relações de grupos humanos com aquele espaço em vários momentos e como acontecimentos da atualidade podem estar interferindo na nossa construção do conhecimento sobre esse passado.

Além disso, a perspectiva da historicidade da construção do conhecimento também permitiu a visualização dos desenvolvimentos científicos em seus contextos históricos sociais. Os avanços científicos foram se ampliando de forma dialética com a sociedade e seu período histórico, não só as mudanças sociais geram problemas que demandam novas respostas, como também as novas repostas científicas trazem novos problemas para o âmbito social. Conforme busquei mostrar, ciência não se faz no vazio, pois ela está sempre intimamente inserida nas relações de sua sociedade. Ouso dizer que até mesmo a noção do cientista em sua torre de marfim (para dizer que ele é distante da sociedade) é uma noção enganosa, pois alguém necessariamente teve que construir a torre de marfim onde ele hoje se isola, então ele ainda está inserido em relações de poder dentro da sua sociedade.

Esta perspectiva de perceber a historicidade da construção do conhecimento também permite a compreensão do quanto nossas discussões têm sido sempre ampliadas. Antes achávamos que não poderíamos dizer nada sobre o passado, além do que era estritamente observável nos materiais, ganhamos confiança de que poderíamos testar interpretar esse passado a partir de analogias com modelos explicativos, atualmente estamos criticando nossa própria forma de interpretar esse conhecimento que construímos. Poderíamos ver na Arqueologia um avanço semelhante ao da filosofia transcendental. Inicialmente a filosofia se perguntava “o que é x?” e, no início da idade moderna, passou a se perguntar “como posso conhecer x?”. Na Arqueologia, de forma semelhante, pensávamos sobre o que eram os materiais que estudamos, hoje estamos nos questionando como podemos conhecer esses materiais. Por exemplo, a própria crítica sobre a utilização irrefletida de noções binárias e heteronormativas na construção do passado serve de exemplo de como estamos repensando as formas como estamos construindo esse conhecimento.

Esta expansão de possibilidades de discussão que temos assistido ao longo do avanço da disciplina, também é bastante perceptível em temas centrais da pesquisa arqueológica como o próprio conceito de sítio. Inicialmente, o sítio era entendido como um lugar com vestígios de atividades humanas, por um tempo, passou a ser entendido como as relações espaciais entre os artefatos e estruturas arqueológicas e chegou a ser questionado ao ponto de que precisamos identificar com antecedência se os aglomerados de materiais realmente refletem um evento de deposição, ou se é resultado de longos processos erosivos que juntaram o que antes estava disperso. Neste sentido, percebemos também a expansão da compreensão dos materiais em seu espaço em uma perspectiva mais ampla. O sítio não seria apenas aquela pequena porção de

espaço onde aparecem os materiais, mas também teria relação com os locais de obtenção de matéria-prima, de manufatura e de utilização dos artefatos além do seu local de descarte.

Alguns avanços na disciplina foram notáveis e deveriam ser incontornáveis na realização de pesquisas atualmente. A atenção voltada para os processos de formação do registro arqueológico e para os processos pós-deposicionais que iniciaram lá pelas décadas de 1970-80 abriram caminho para discussões muito mais amplas em relação ao ambiente e à paisagem. E esses processos são temas que não podem mais ser ignorados em nenhuma pesquisa de campo atualmente. De forma semelhante, penso que já superamos há muito tempo a concepção de conhecimento objetivo defendida pelo positivismo e que já não devíamos mais nos orientar por esta perspectiva em nossas pesquisas na contemporaneidade.

Até aqui, espero ter conseguido mostrar algumas dessas principais mudanças não só no pensamento arqueológico, como também nos contextos históricos e filosóficos que os geraram.

Do ponto de vista da utilização destes quadros teóricos estudos de Arqueologia Preventiva, percebem-se alguns pontos fortes e pontos fracos de cada quadro teórico. Entretanto, reforça-se que tais percepções estão baseadas apenas nos dados aqui apresentados sobre os sítios em questão. Neste sentido, as considerações a seguir não se pretendem exaustivas de todas as possíveis situações que podem ser encontradas em campo.

Em relação ao quadro teórico histórico-cultural, a partir de sua perspectiva indutivista e fortemente empirista, esse quadro referencial privilegia a descrição técnica dos materiais, o que já é comumente realizado em relatórios de pesquisa. Desta forma, os dados dos materiais descritos de forma técnica para um relatório já estão praticamente prontos para serem utilizados na elaboração de pesquisas com este quadro teórico.

Por outro lado, a comparação entre dados de diversos sítios para a elaboração de interpretações sobre difusão e migração precisam de grandes quantidades de pesquisas regionais para que se tenha descrições de quantidades suficientes de materiais para o estabelecimento de fases, subtradições e tradições. Tais quantidades de pesquisas regionais podem não estar disponíveis para esta interpretação, ou os materiais pesquisados a nível regional podem não possuir artefatos que possam ser considerados fósseis guias para identificação de grupos específicos.

Já em relação ao quadro teórico processual, as perspectivas funcionalista e sincrônica deste referencial permitem uma análise mais localizada e pontual dos sítios, visando identificar sua função em um sistema cultural, em determinado momento temporal, que pode ser identificado cronologicamente ou não. Pesquisas regionais podem complementar as informações obtidas, mas as informações mais localizadas sobre a função daquele espaço em determinado momento e a problematização dos processos de formação do registro permitem interpretações que conseguem se manter quase de forma independente da existência de outros estudos na região.

Por outro lado, dada a natureza acelerada das pesquisas preventivas que são realizadas antes ou durante as obras, raramente há a possibilidade de elaborar uma problemática ou um mesmo um modelo hipotético para ser testado dedutivamente a partir dos dados coligidos em campo.

Em relação ao quadro pós-processual, percebe-se um maior potencial para a elaboração de interpretações dialéticas mais amplas que consideram dualidades como diacronia e sincronia, passado e presente, arqueólogos e comunidades etc. Ao tomar a paisagem como objeto de estudo expande-se a problematização do próprio trabalho do arqueólogo enquanto inserido em um contexto mercantil da construção do passado.

Por outro lado, dada sua natureza mais teórica e argumentativa, resultante das influências filosóficas que o geraram, este quadro teórico pode ser criticado como especulação ou invenção por pesquisadores que adotam perspectivas mais empiristas. Nesse sentido, ressalta-se a importância de se utilizar de análises empíricas para a construção de interpretações nesse referencial teórico.

Espero que esta exposição prática, a partir da análise dos sítios de Assu, tenha servido para aproximar nossas concepções sobre o que fazemos e por que fazemos de tais formas, pois geralmente encontramos trabalhos maravilhosos com foco em teoria e outros igualmente formidáveis com foco em metodologia, mas raramente temos trabalhos que buscam juntar as duas coisas e mostrar como teoria e prática estão intimamente relacionados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todas as discussões apresentadas até aqui, espero ter conseguido mostrar que é possível utilizar os quadros teóricos da Arqueologia para a construção de conhecimento sobre o passado a partir de estudos de Arqueologia Preventiva. Bem como, busquei gerar uma grande quantidade de informações sobre esses materiais, cujo contexto foi impactado por uma obra, a qual teve a realização desses estudos como condicionante de sua instalação, conforme exigido pela legislação.

Durante este processo, busquei expor a íntima relação entre a prática científica da Arqueologia e os diversos pressupostos filosóficos que influenciam cada quadro referencial teórico, assim como o surgimento destes pressupostos ao longo do tempo e a relação entre sociedade e ciência, que levou a estes desenvolvimentos.

A partir de uma breve exposição da história do pensamento filosófico ocidental, foi possível perceber o desenvolvimento conceitual que esta disciplina adquiriu ao longo do tempo e como estes diversos conceitos alteram nossa forma de “ver” os dados arqueológicos. Conforme mostrado em relação a alguns conceitos chave que utilizamos, como o de sítio, por exemplo, a própria definição de uma concentração de materiais passa a ter uma interpretação pressuposta se esta concentração é percebida como lugar onde há vestígios materiais de atividades passadas, como uma relação espacial entre atividades específicas que deve ser identificada ou se a própria concentração foi resultado de processos pós-deposicionais.

Esta discussão, por sua vez, expõe pressupostos mais amplos que estão implícitos como, por exemplo, se o sítio é uma unidade empírica a ser “descoberta” ou uma construção conceitual do pesquisador para lidar com aquele grupo de materiais, que não necessariamente estão associados entre si para além do agrupamento constatado pelo pesquisador no presente.

No capítulo 2 busquei apresentar como a filosofia expandiu o debate sobre como podemos conhecer a realidade, evidenciando três grandes momentos que tiveram profundo impacto no pensamento ocidental: o momento ontológico (em que se pergunta “o que é x?”), o momento epistemológico (em que se pergunta “como posso saber o que é x?”) e o momento semântico (em que se pergunta “como a linguagem expressa x?”).

Todos estes momentos trouxeram consigo diversos outros pressupostos que foram fundamentais no desenvolvimento científico como a noção de objetividade, por exemplo, na qual se pressupõe uma realidade externa e independente dos sujeitos. Neste contexto, mostrei

como este conceito foi sendo alterado ao longo do tempo a partir do avanço do debate filosófico, para então mostrar sua influência na ciência arqueológica e como ele também foi sendo alterado no interior da disciplina.

Busquei mostrar também que o desenvolvimento filosófico que colocou a linguagem na posição central de possibilidade de conhecimento, também levou ao surgimento de novos quadros teóricos como o estruturalismo, que influenciou de diversas formas as ciências humanas e trouxe explicitamente a possibilidade de buscar compreender o mundo simbólico dos grupos pretéritos. Sendo que tal perspectiva foi posteriormente superada a partir da ênfase dada à dimensão pragmática da linguagem, que destaca a ação dos atores sociais que utilizam esta linguagem, concepção que também foi expandida na arqueologia para englobar a cultura material como parte integrante da ação social.

Apresentei também como a hermenêutica influenciou o pensamento filosófico mais geral ao introduzir a noção de um conhecimento finito e localizado historicamente, cuja perspectiva serve tanto para buscar compreender o saber historicamente contingente dos grupos pretéritos que estudamos, como a construção do saber arqueológico no presente por pesquisadores que também têm seu arcabouço intelectual dependente do contexto histórico em que vivem.

Ao abordar todos estes avanços filosóficos e ao relacioná-los com o conceito de filosofia citado no capítulo 2, que entende esta disciplina como uma teoria geral da realidade como um todo e da demonstração de nexos entre os componentes temáticos, busquei expor na prática como cada quadro referencial teórico da Arqueologia permite a construção do conhecimento acerca do passado.

Para tanto, mostrei nos capítulos 3 e 4 que os quadros teóricos histórico-cultural e processual abordam o passado de formas específicas: diacrônica e sincrônica, respectivamente. Enquanto no capítulo 5, expus que no quadro teórico pós-processual, ao tomar a paisagem como objeto de estudo, é possível abordar o estudo do passado de forma tanto diacrônica quanto sincrônica, ao relacionar as técnicas de lascamento com a sucessão estratigráfica, problematizando as concentrações definidas como “sítios” como sendo acúmulos de materiais resultantes dos processos pós-deposicionais.

Tal perspectiva expande também a interpretação para englobar a relação presente/passado, uma vez que, conforme mencionado, o próprio desmatamento da região pelas empresas de exploração de carvão e cerâmica, pode ter sido responsável pela erosão que hoje

acumula materiais nos cursos d'água por processos de deflação, levando à identificação de “sítios arqueológicos” por parte de pesquisadores, dependendo de sua orientação teórica que é, como aponte, dependente de seu contexto histórico.

Expus também que para a elaboração de uma narrativa interpretativa como a apresentada no capítulo 5, são também utilizados dados empíricos, assim como nos quadros teóricos anteriores, os quais condicionam a interpretação e não permitem que se faça apenas especulação imaginativa como pretendem os críticos deste quadro teórico. Além disso, mostrei que a busca por significados culturais “na mente” dos grupos pretéritos sempre foi almejada, inclusive nos quadros teóricos anteriores que adotam a visão normativa de cultura buscando identificá-los, seja objetivamente através de técnicas matemáticas como defendia Albert Spaulding, seja através da percepção dos modelos mentais dos objetos, evidenciados através da análise da sequência de atividades realizada para produzi-los, como se entende no conceito de esquema operatório de Jacques Pelegrin.

Portanto, mesmo antes da busca explícita por significados sociais, trazida pelo estruturalismo para praticamente todas as humanidades, já havia perspectivas com este intuito nos quadros teóricos anteriores, de forma que não se pode afirmar que este objetivo seja uma invenção do Pós-Processualismo.

Por fim, a partir das discussões apresentadas ao longo de todo o trabalho, mostrei que é possível utilizar os quadros teóricos da Arqueologia para a produção de conhecimentos mais aprofundados sobre o passado em pesquisas realizadas em contextos de Arqueologia Preventiva.

Neste sentido, com base nos dados coligidos neste estudo, foi possível visualizar como as particularidades de cada quadro teórico afetam o resultado que pode ser obtido. Destaca-se que, embora estas interpretações não se pretendam exaustivas, no sentido de servirem de exemplo para todos os contextos arqueológicos possíveis, ainda é possível vislumbrar pontos fortes e fracos de cada quadro teórico em estudos dessa natureza. Além disso, a partir da comparação entre vários resultados possíveis, como os apresentados, constrói-se uma maior compreensão sobre os sítios estudados, bem como sobre nossas formas de estudá-los.

REFERÊNCIAS

AKRICH, Madeleine. A Gazogene in Costa-Rica: An Experiment in Techno-Sociology. IN: LEMMONIER, Pierre. **Technological Choices: Transformation in material cultures since the Neolithic**. Routledge, 1993.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: Introdução do Jogo e suas Regras**. 19ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2015.

ANDREFSKI JR. William (Ed.). **Lithic Technology: Measures of Production, Use, and Curation**. Cambridge University Press, 2008.

ANTAS, M. N. do B. Museologia arqueológica participativa: um novo método para o estudo da comunicação educativa em museus com coleções de Arqueologia. IN: **Revista de Arqueologia**. v. 26, n. 2, p. 255-265. 2013/v. 27, n. 1, p. 255-265. 2014.

Anuário Estatístico do Instituto do Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente – Rio Grande do Norte, 2015

ARAÚJO, A. G. M. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas observações sobre a natureza flexível do registro arqueológico. IN: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5, 3-25, 1995.

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Archaeology: Theory, Methods And Practice**. Fourth Editon, Thames and Hudson, 2004.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa, edições 70, 2011.

BINFORD, Lewis R. Seeing the present and interpreting the past – and keeping things straight. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press, 1992.

_____, Lewis R. Archaeology as Anthropology. IN: **American Antiquity**, Vol. 28, No. 2, 1962, pp. 217-225.

_____, Lewis R. A Consideration of Archaeological Research Design. IN: **American Antiquity**, Vol. 29, No. 4, 1964, pp. 425-441.

_____, Lewis R. Archaeological Systematics and the Study of Cultural Processes. IN: **American Antiquity**, Vol. 31, No. 2, 1965, 203-210.

_____, Lewis R. Smudge Pits and Hide Smoking: The Use of Analogy in Archaeological Reasoning. IN: **American Antiquity**, Vol. 32, No. 1, 1967, pp. 1-12.

_____, Lewis R. Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. IN: **American Antiquity**, Vol. 45, No. 1, 1980, pp. 4-20.

_____, Lewis R. Behavioral Archaeology and the "Pompeii Premise". IN: **Journal of Anthropological Research**, Vol. 37, No. 3, 1981, pp. 195-208.

_____, Lewis R. Butchering, Sharing, and the Archaeological Record. IN: **Journal of Anthropological Archaeology** 3, 235-257, 1984.

BINFORD, Lewis R. e BINFORD, Sally R. A Preliminary Analysis of Functional Variability in the Mousterian of Leuvallois Facies. IN: **American Anthropologist**, 68 1966, 238-295.

BINFORD, Lewis R. e SABLOFF, Jeremy A. Paradigms, Systematics, and Archaeology. IN: *Journal of Anthropological Research*, Vol. 38, No. 2, 1982, pp. 137-153.

BOUMA, Gary D. New Rules of Sociological Method: A Positive Critique of Interpretive Sociologies by Anthony Giddens. IN: **Sociological Analysis**, Vol. 38, No. 4, 1977, pp. 411-413.

BORDES, François. Essai de Classification des industries « moustériennes ». In: **Bulletin de la Société préhistorique de France**, tome 50, n°7-8, 1953. pp. 457-466.

BROCHADO, José Proenza. **Alimentação na Floresta Tropical**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Caderno n° 2. 1977.

BUNGE, Mario. **Epistemologia: Curso de Atualização**. Tradução de Cláudio Navarra. 2ª Edição, TA Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

CALDAS, Fernando. **Assu Grande**. Natal, 1995.

CAMILLI, Eileen L, e EBERT, James J., Artifact Reuse and Recycling in Continuous Surface Distributions and Implications for Interpreting Land Use Patterns. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press, 1992.

CARNAUBA, M. E. C. Sobre a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Max Horkheimer. IN: **Kínesis**, Vol. II, n° 03, Abril-2010, p. 195 – 204.

CARTA DE LAUSANNE - Carta para Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico, ICOMOS, ICAHM 1990, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. 1968.

CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. O Uso do Conceito de Identidade na Arqueologia. IN: **CLIO Arqueológica**. Vol. 23, N° 1. Recife-PE, 2008.

CLARK, G. A. Paradigms in Science and Archaeology. IN: **Journal of Archaeological Research**, Vol. 1, No. 3, 1993, pp. 203-234.

CLARKE, David. Archaeology: the loss of innocence. IN: **Antiquity**. XLVII, 1973.

CAVIGNAC, Julie A. A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. IN: **Mneme – Revista de Humanidades**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Volume 4, n. 08, 2003.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** Tradução Raul Fiker, Editora brasiliense, São Paulo, 11ª reimpressão, 2011.

CHARLTON, Thomas H. Archaeology, Ethnohistory, and Ethnology: Interpretive Interfaces. IN: **Advances in Archaeological Method and Theory**, Vol. 4 (1981), pp. 129-176.

CHILDE, V. Gordon, **Man Makes Himself**. Spokesman, Nottingham, First Published in 1936, 2003.

- _____, V. Gordon, **O que aconteceu na história**. Círculo do Livro S. A., São Paulo, 1966.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 4ª edição, Editora UNESP, tradução de Luciano Vieira Machado, 2006.
- COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo: Ordem e Progresso**. (1848) Tradução de Walter Solon, São Paulo, Edipro, 2016.
- COSTA, C. A. S.; COMERLATO, F. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. **Revista de Arqueologia**. v. 26, n. 2, p. 115-131. 2013/v. 27, n. 1, p. 115-131. 2014.
- CRESSWELL, Robert. Geste technique, fait social total. Le technique est-il dans le social ou face à lui ?, IN: **Techniques & Culture** [En ligne], 40 | 2003.
- CZOLBE, Heinrich. **A New Presentation of Empiricism: Framework for a Scientific Materialism**. (1855) Translated by Mike Davis, 2017.
- DANTAS, Antonio Alderi. **Açu Simplesmente**. Coleção Mossoroense, Série C, Volume CDLXXXV, 1989.
- DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José A. L. e CARVALHO, Maria R. G. de. Os povos Indígenas do Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico. IN: CUNHA, Manoela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- DAUVOIS, M.. **Précis de dessin dynamique et structural des industries lithiques préhistoriques**. Périgueux: Fanlac 1976.
- DAVID, Bruno e THOMAS, Julian (eds.) **Handbook of Landscape Archaeology**. World Archaeological Congress research handbooks in Archaeology, 1. 2010.
- DESCARTES, René. **O Discurso do Método: Para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências**. IN: Obras escolhidas. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Difel – Difusão Européia do Livro, 1962 (col. Clássicos Garnier); 21973, pp. 39-103. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/descartes-discurso-do-mc3a9todo-trad-jacc3b3-guinsburg-e-bento-prado-jr-com-notas-de-gerard-lebrun-publicac3a7c3a3o-autorizada-pelos-detentores-dos-direitos.pdf>.
- DE ARAÚJO, Marcelo. **René Descartes e a Refutação do Ceticismo: Verdade Coerência e Correspondência**. Rio de Janeiro, 2014.
- DONALD, Merlin. Material Culture and Cognition: Concluding Thoughts. IN: RENFREW, Colin & SCARRE, Chris (eds). **Cognition and Material Culture: the Archaeology of Symbolic Storage**. McDonald Institute for Archaeological Research, 1998.
- DREWETT, Peter. **Field Archaeology: An Introduction**. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.

DUNNEL, Robert C. The Notion Site. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press, 1992.

_____, Robert. C. Seriation Method and Its Evaluation. IN: *American Antiquity*, Vol. 35, No. 3, 1970, pp. 305-319.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria. Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Tradução: Maria Lúcia Oliveira. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

ELLIS, C. R. (1997) Factors influencing the use of stone projectile tips. In: KNECHT, H. **Projectile technology**. New York, Plenum Press. p, 37 – 74.

EVANS, C. Introdução. IN **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966**. Publicações Avulsas, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1967.

FARIA P.N.; CECON P.R.; SILVA A.R.; FINGER F.L.; SILVA F.F.; CRUZ C.D.; SÁVIO F.L.. Métodos de agrupamento em estudo de divergência genética de pimentas. IN: **Horticultura Brasileira** 30: 428-432, 2012.

FEWSTER, Kathryn J. The Potential of Analogy in Post-Processual Archaeologies: A Case Study from Basimane. IN: **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Vol. 12, No. 1, 2006, pp. 61-87.

FOGAÇA, Emílio. A Análise Diacrítica dos Objetos Líticos. **Clio arqueológica**. Recife-PE, Vol. 25, nº 2, 2010.

FORD, James A. **Método quantitativo para estabelecer cronologías culturales**. Manuales Técnicos III, Union Panamericana, Secretaria General, Organización de los Estados Americanos, Washington D.C., 1962.

_____, J. A. On the Concept of Types. IN: **American Anthropologist**, nº 56, 1954.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. IN: **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n. 3, p.26-34, set./dez. 2004

GIDDENS, Anthony. Estruturalismo, Pós-Estruturalismo e a Produção da Cultura. IN: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo, Editora UNESP, 1999.

GOLDBERG, Paul e MACPHAIL, Richard I. **Practical and Theoretical Geoarchaeology**. Blackwell Science Ltd, 2006.

GRÍGIO, Alfredo Marcelo. **Evolução da Paisagem do Baixo Curso do Rio Piranhas Assu (1988-2024): Uso de Autômatos Celulares em Modelo Dinâmico Espacial para Simulação de Cenários Futuros**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008, tese de doutorado.pp

GUERRA, Antônio José Teixeira. Processos erosivos nas encostas. IN: **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. GUERRA, Antônio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, Stuart. Signification, Representation, Ideology: Althusser and the Post-Structuralist Debates. IN: **Critical Studies in Mass Communication**. Volume 2, Number 2, 1985, 91-114.

HARRIS, E. C. The Stratigraphic Sequence: A Question of Time. IN: *World Archaeology*, Vol. 7, No. 1, Burial, 1975, pp. 109-121.

HICKS, Stephen, R. C. **Explaining post modernism: skepticism and socialismo from Rousseau to Foucault**. Scholargy Publishing, Tempe, Arizona and New Berlin/Milwaukee, Winsconsin, 2004.

HILL, James N. The Archaeological Debate in Contemporary Archaeology: a Model. IN: CLARKE, L. David. **Models in Archaeology**. London, Methuen & CO LTD, 1972.

HODDER, Ian. Interpretive Archaeology and Its Role. IN: **American Antiquity**, Vol. 56, No. 1, 1991, pp. 7-18.

_____, Ian. Economic and Social Stress and Material Culture Patterning. IN: **American Antiquity**, Vol. 44, No. 3, 1979, pp. 446-454.

_____, Ian. **Theory and Practice in Archaeology**. Routledge, 1995.

HODDER, Ian e HUTSON, Scott. **Reading the Past**. Cambridge University Press, 2003.

IRIARTE, J., SMITH, R. J., DE SOUZA, J. G., MAYLE, F. E., WHITNEY, B. S., CARDENAS, M. L., SINGARAYER, J., CARSON, J. F., ROY, S. and VALDES, P. Out of Amazonia: late Holocene climate change and the Tupi-Guarani trans-continental expansion. IN: **The Holocene**, 2 ,2017, pp. 967-975.

JANEIRA, Ana Luísa - Ruptura epistemológica, corte epistemológico e ciência. IN: **Análise Social**, Lisboa, sér. 2, 9 (34), 1972, 629-644.

JONES, Andrew. **Archaeological Theory and Scientific Practice: Topics in Contemporary Archaeology**. Cambridge, 2004.

JONES, George T. e BECK, Charlotte. Chronological Resolution e Distributional Archaeology. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press, 1992.

JONES, Andrew. **Memory and Material Culture**. Cambridge University Press, 2007.

KLEINMAN, Paul. **Tudo o que você precisa saber sobre filosofia: de Platão e Sócrates até a ética e metafísica, o livro essencial sobre o pensamento humano**. Tradução: Cristina Sant'Anna, São Paulo, Editora Gente, 2014.

KNAPP, A. Bernard and ASHMORE, Wendy. Archaeological Landscapes: constructed, conceptualized, ideational. IN: ASHMORE, Wendy and KNAPP, A. Bernard (Eds.) **Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives**. Blackwell Publishers, Massachusetts, 1999.

KOSSO, Peter. Method in Archaeology: Middle-Range Theory as Hermeneutics. IN: **American Antiquity**, Vol. 56, No. 4, 1991, pp. 621-627.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª edição. São Paulo, Perspectiva, 2006.

LAMING-EMPERAIRE, Annete. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Manuais de Arqueologia n. 2. Curitiba. Centro de Pesquisas Arqueológicas, 1967

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Editora Brasiliense, Tradução Marie-Agnès Chauvel, São Paulo, Brasiliense, 2012.

LAUDAN, Larry. **O progresso e seus problemas, rumo a uma teoria do crescimento científico**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LEMMONIER, Pierre. **Technological Choices: Transformation in material cultures since the Neolithic**. Routledge, 1993.

LIPE William D. Comment on Dempsey and Baumhoff's "The Statistical Use of Artifact Distributions to Establish Chronological Sequence". IN: **American Antiquity**, Vol. 30, No. 1, 1964, pp. 103-104.

LIMA FILHO, M. F. e ABREU, R. M. do R. M. de. A Antropologia e o patrimônio Cultural no Brasil. IN: LIMA FILHO, M. F., BELTRÃO, J. F. e ECKERT, C. (orgs.) **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LOURDEAU, Antoine. Considerações metodológicas sobre a identificação de conjuntos culturais a partir das indústrias líticas no Centro e Nordeste do Brasil. In LOURDEAU, A. VIANA, S. A., RODET, M. J. **Indústrias líticas na América do Sul: abordagens teóricas e metodológicas**. Recife, Editora UFPE, 2014. Série: Estudos Contemporâneos em Arqueologia v.1.

LUNA, Daniel; NOBRE, João Nilo de Souza; NOGUEIRA, Mônica Almeida Araújo. **Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Assu I**, em Assu, Rio Grande do Norte. Fortaleza, 2016a.

_____, Daniel; NOBRE, João Nilo de Souza; NOGUEIRA, Mônica Almeida Araújo. **Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Assu V**, em Assu, Rio Grande do Norte. Fortaleza, 2016b.

LUNA, Daniel. **Relatório Complementar de Avaliação de Potencial de Impacto as Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Solar Fotovoltaica Assu I**, em Assu, Rio Grande do Norte. 2017a.

_____, Daniel. **Relatório Complementar de Avaliação de Potencial de Impacto as Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Solar Fotovoltaica Assu V**, em Assu, Rio Grande do Norte. 2017b.

_____, Daniel. **Relatório do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Assu I**, em Assu, Rio Grande do Norte. 2017c.

_____, Daniel. **Relatório do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Assu V**, em Assu, Rio Grande do Norte. 2017d.

_____, Daniel. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Assu I**, em Assu, Rio Grande do Norte. 2018a.

_____, Daniel. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Assu V**, em Assu, Rio Grande do Norte. 2018b.

MAIA, Rubson Pinheiro e BEZERRA, Francisco H. R. Inversão Neotectônica do Relevo na Bacia Potiguar, Nordeste do Brasil. IN: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, São Paulo, v.15, n.1, (Jan-Mar) p.61-74, 2014

MARQUARDT, William H. Advances in Archaeological Seriation. IN: **Advances in Archaeological Method and Theory**, Vol. 1, 1978, pp. 257-314.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

MARTIN, Paul S. The Revolution in Archaeology. IN: **American Antiquity**, Vol. 36, No. 1, 1971, pp. 1-8.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. COSACNAIFY, 2003.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O Descobrimento dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000, Tese de doutorado.

MEGGERS, Betty (Org). **Arqueologia Interpretativa - O Método Quantitativo para Estabelecimento de Sequências Cerâmicas: Estudos de Caso**. Autor: Marcos Aurélio Camara Zimmermann... [et al] Porto Nacional, UNITINS, 2009.

MEGGERS, Betty e EVANS, Clifford. **Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica: Manual para Arqueólogos**. Tradução de Alroino B. Eble. Smithsonian Institution, Washington D.C., 1970.

MEGILL, Allan. Foucault, Structuralism, and the Ends of History. IN: **The Journal of Modern History**, Vol. 51, No. 3, 1979, pp. 451-503.

MEIGHAN, C. W., PENDERGAST, D. M., SWARTZ, B. K., Jr. e WISSLER, M. D. Ecological Interpretation in Archaeology: Part I. IN: **American Antiquity**, Vol. 24, No. 1 1958, pp. 1-23.

MÉNDES, Gérson Levi da Silva. Arqueologia dos Grupos Caçadores-Coletores do Semi-Árido Potiguar. IN: *Canindé*, Xingó, nº 11, Junho de 2008, p. 175-220.

MILLER, T. O. Arqueologia do RN: balanço e perspectivas. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 17, Anais. Natal: UFRN, 2009. p. 1-28. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT06/6.9.pdf> Acesso em: jun. 2018

MORAIS, F.; MELO, J. G. de; MEDEIROS, J. I. de; SRIVASTAVA, N. K.; DINIZ FILHO, J. B.; LOPES, V. L.; OLIVEIRA, J. A. de; VASCONCELOS, M. B. **Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. Avaliação do aquífero Açú na borda sul da**

baçia Potiguar – Trecho: Upanema-Afonso Bezerra. José Geraldo de Melo, José Ivan de Medeiros, Narendra Kumar Srivastava, José Braz Diniz Filho, Vera Lúcia Lopes, Josimar Alves de Oliveira, Mickaelon Belchior Vasconcelos. Recife: CPRM/FINEP, 2005.

MORELATTO, R. e FABIANOVICS, Rosemari. **Bacia Potiguar: Sumário Geológico e Setores em Oferta.** Superintendência de Definição de Blocos (SDB), Agência Nacional do Petróleo, 2015.

MOURA-LIMA, E.N., SOUSA, M. O. L., BEZERRA, F. H. R., AQUINO, M. R., VIEIRA, M. M., LIMA-FILHO, F. P., FONSECA, V. P., AMARAL, R. F. Sedimentação e Deformação Tectônica Cenozoicas na Porção Central da Bacia Potiguar. IN: **Revista do Instituto de Geociências – USP.** v. 10, n. 1, São Paulo, 2010, p. 15-28.

MUTZENBERG, D. (2004). As pontas de projétil líticas do Seridó-RN: uma proposta de análise. IN: **V Encontro Nordestino de História e V Encontro Estadual de História,** ANPUH: Memória & História, Recife.

NASSER, Nássaro A. de S. Considerações Preliminares Sobre a Arqueologia da Bacia do Rio Curimataú. IN **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1968-1969.** Publicações Avulsas, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1971.

_____, Nássaro A. de S. Nova Contribuição à Arqueologia do Rio Grande do Norte. IN **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Quinto Ano, 1969-1970.** Publicações Avulsas, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1974.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1944).** Reimpressão de 1987, Biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=214278>.

NOBRE, João Nilo de Souza. **Memória Social e Espacialidade de grupos ceramistas em Trairi-CE.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Dissertação de Mestrado.

NOBRE, Marcelo. Max Horkheimer, A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. IN: NOBRE, Marcelo (Org.). **Curso livre de teoria crítica.** 3ª ed., Campinas, Papiurus, 2013.

O'BRIEN, M. J. e LYMAN, L. **Seriation, Stratigraphy, and Index Fossils: The Backbone of Archaeological Dating.** Kluwer Academic Publishers, 2002.

_____, Michael J. e LYMAN, R. Lee. A History of Normative Theory in Americanist Archaeology. IN: **Journal of Archaeological Method and Theory,** Vol. 11, No. 4, December 2004.

O'BRIEN, M. J., LYMAN, R. L. e SCHIFFER, M. B. **Archaeology as a Process: Processualism and its Progeny.** Salt Lake City, The University of Utah Press, 2005.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica. São Paulo, Editora Paulus, 2012.

_____, Manfredo A. de. **Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea.** Edições Loyola, São Paulo, 4ª Edição, 2015.

_____, Manfredo A. de. *A Ontologia em debate no pensamento contemporâneo*. São Paulo, Editora Paulus, 2014.

ORTON, Clive, TYERS, Paul & VINCE, Alan. **La Cerámica en Arqueología**. Editora Crítica, Barcelona, 1997.

PACE, David. Structuralism in History and the Social Sciences. IN: **American Quarterly**, Volume 30, Issue 3, 1978, pp. 282-297.

PATRIK, Linda E. Is There an Archaeological Record? IN: **Advances in Archaeological Method and Theory**, Vol. 8 (1985), pp. 27-62.

PATTERSON, Thomas C. History and Post-Processual Archaeologies. IN: **Man, New Series**, Vol. 24, No. 4, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, Dec., 1989, pp. 555-566.

PELEGRIN, Jacques. Prehistoric lithic technology: Some aspects of research. **Archaeological Review from Cambridge** 9(1), p: 116–125, 1990.

PEREIRA, D. L. T. Expansão dos Tupi-Guarani pelo Território Brasileiro: Correlação entre a Família Linguística e a Tradição Cerâmica. IN: **TOPOS**, V. 3, N° 1, p. 29 - 80, 2009.

PETERS, Michael. Habermas, Post-Structuralism and the Question of Postmodernity: The Defiant Periphery. IN: **Social Analysis: The International Journal of Social and Cultural Practice**, No. 36, 1994, pp. 3-20.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Editora UNB, Brasília-DF, 1992.

PROUS, André e FOGAÇA, Emílio. **O Estudo dos Instrumentos de Pedra: Fabricação, Utilização e Transformação dos Artefatos**. Alínea Publicações Editora, Teresina, 2017.

PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e Ser: Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática**. Editora UNISINOS, 2008.

RAAB, L. M. e GOODYEAR, Albert. C. Middle-Range Theory in Archaeology: A Critical Review of Origins and Applications. IN: **American Antiquity**, Vol. 49, No. 2, 1984, pp. 255-268.

RAPP, George. **Archaeomineralogy**. Springer, 2009.

RENFREW, Colin. Mind and Matter: Cognitive Archaeology and External Symbolic Storage. IN: RENFREW, Colin & SCARRE, Chris (eds). **Cognition and Material Culture: the Archaeology of Symbolic Storage**. McDonald Institute for Archaeological Research, 1998.

RIBAS, Adriana F. P. e MOURA, Maria L. S. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. IN: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 129-138, jan./abr. 2006

RODET, Maria J., DUARTE-TALIM, Déborah, SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. Cadeia Operatória e Análise Tecnológica: Uma Abordagem Metodológica Possível Mesmo Para Coleções Líticas Fora de Contexto (Exemplo das Pontas de Projétil do Nordeste do Brasil). IN: **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales N°1 (2)**, 2013.

RUSSELL, Bertrand. 1872-1970. **História da Filosofia Ocidental: Livro 3 – A Filosofia Moderna**. Tradução: Hugo Langone. Primeira Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2015.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os Índios Tapuias do Rio Grande do Norte: Antepassados Esquecidos**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró - RN – 2008.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. IN: **American Antiquity**, Vol. 37, N° 2, 1972.

_____, Michael B. **Behavioral Archaeology**. Academic Press Inc, New York, 1976.

_____, Michael B. Is There a "Pompeii Premise" in Archaeology? IN: **Journal of Anthropological Research**, Vol. 41, No. 1, 1985, pp. 18-41.

SCHLANGER, Sarah H. Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press, 1992.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Tradução de Fábio Ribeiro, Petrópolis, Editora Vozes, Série Pensamento Moderno, 2012.

SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher. **Social Theory and Archaeology**. University of New Mexico Press, Albuquerque, 1987.

SHEPARD, Anna O. **Ceramis for the Archaeologist**. Carnegie Institution of Washington, Washington, D.C., 1956.

SHOTT, Michael J. Chaîne Opératoire and Reduction Sequence, IN: **Lithic Technology**, 28:2, 2003, 95-105.

SILVA, Jairo José da. **Filosofias da Matemática**. São Paulo, Editora UNESP, 2007.

SPAULDING, A. C. Statistical Techniques for the Discovery of Artifact Types. IN: **American Antiquity**, Vol. 18, No. 4, 1953, pp. 305-313.

SOARES, Inês V. P. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Editora Habilis, 2007.

STEWART, Julian H. The Direct Historical Approach to Archaeology. IN: **American Antiquity**, Vol. 7, No. 4, 1942, pp. 337-343.

STUDART FILHO, C. Os Aborígenes do Ceará. IN: **Revista do Instituto do Ceará**. 1963 (p. 153-217).

THOMPSON, Raymond H. Modern Yucatecan Maya Pottery Making. IN: **Memoirs of the Society for American Archaeology**, No. 15, 1958, pp. 1-157

TIXIER, J.; INIZAN, M. L.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H. **Technology and terminology of knapped stone**. Nanterre: CREP, France, 1999. Translated by Jehanne Féblot-Augustinis

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo, Odysseus Editora, 2004.

URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. IN: CUNHA, Manoela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

VANPOOL, Christine S. e VANPOOL, Todd L. The Scientific Nature of Postprocessualism. IN: **American Antiquity**, Vol. 64, No. 1, 1999, pp. 33-53.

WARGO, Melissa Canady. **The Bordes-Binford Debate: Transatlantic Interpretative Traditions in Paleolithic Archaeology**. University of Texas, 2009. Tese de doutorado.

WATSON, Patty Jo, LEBLANC, Steven A., REDMAN, Charles L., **El Método Científico en Arqueología**. Alianza Universidad, 1974.

WHITLEY, David S (Ed.). **Reader in Archaeological Theory: Post-Processual and Cognitive Approaches**. London e New York, Routledge, 1998.

WYLIE, Alison. **Thinking From Things: Essays on the Philosophy of Archaeology**. University of California Press, 2002.

Legislação Consultada

Lei nº 3.924/1961

Lei nº 8.666/1993

Resolução CONAMA nº 001/1986

Resolução CONAMA nº 237/1997

Portaria SPHAN nº 007/1988

Decreto-Lei nº 3.551/2000

Portaria IPHAN nº 230/2002

Instrução Normativa IPHAN nº01/2015

Cartas Patrimoniais

Carta de Mar del Plata - Junho de 1997. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Fortaleza - Novembro de 1997. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Declaração de Sofia - Outubro de 1996. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Recomendação Europa - Setembro de 1995. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta do Rio - Junho de 1992. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Lausanne - 1990. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Declaração de São Paulo - 1989. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta Petrópolis – 1987. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Washington - 1986. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Declaração de Nairóbi - Maio de 1982. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Florença - Maio de 1981. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Machu Picchu - Dezembro de 1977. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Recomendações de Nairóbi - Novembro de 1976. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta do Turismo Cultural - Novembro de 1976. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Resolução de São Domingos - Dezembro de 1974. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Declaração de Estocolmo - Junho de 1972. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Recomendação Paris - Novembro de 1968. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Veneza - Maio de 1964. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Recomendação Paris - Dezembro de 1962. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Recomendação de Nova Delhi - Novembro de 1956. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Outubro de 1931. **Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>